FRANKLIN FERREIRA

CONTRA A IDOLATRIA DO ESTADO

O PAPEL DO CRISTÃO NA POLÍTICA







VIDA NOVA

Cristãos e política? É possível o envolvimento dos cristãos num meio tão contestado, fragmentado e cheio de corrupção? Normalmente os cristãos têm optado por uma retração, quer de análise, quer de participação nessa área; senão, envolvem-se apaixonadamente, mas sem discernimento, como se a Bíblia nada tivesse para ensinar sobre o assunto. Numa era em que as questões políticas afloram em todos os lugares e afetam a vida de todos, esse livro de Franklin Ferreira chega como um bálsamo de lucidez e esclarecimentos ancorados na Palavra de Deus.

A Bíblia ensina que o governo ou "o Estado" não é meramente uma instituição projetada pela humanidade para organizar suas interações sociais, mas, sim, uma dádiva legítima e benevolente de Deus a pecadores, estabelecida depois da Queda. Uma vez determinada a legitimidade bíblica da estrutura do governo ou do Estado, temos por extensão a legitimidade do envolvimento do cristão.

Foi a ruptura com a tradição e o *modus vivendi* tanto do clero quanto dos governantes, ocorrida na Reforma, que fez com que os reformadores passassem a ter uma visão muito mais bíblica e cristalizada do Estado e da política. Franklin desenvolve seu texto na linha de pensamento dos reformadores. Calvino escreveu um capítulo inteiro sobre essas questões em sua obra magna, *A instituição da religião cristã*. Com sua habitual contundência e com palavras tão necessárias aos dias atuais, o reformador aponta a responsabilidade dos governantes observando que eles "devem fazer o máximo para impedir que a liberdade, da qual foram indicados como guardiões, seja suprimida ou violada. Se eles desempenham essa tarefa de forma displicente ou descuidada, não passam de pérfidos traidores ao ofício que ocupam e ao seu país". É essa mesma forma direta que marca o estilo e conteúdo de Franklin na obra *Contra a idolatria do Estado*, que conclama os cristãos, entre outras coisas, a "frear a espiral de violência que assola este país". Por essa mesma razão, não hesitamos em recomendar o seu livro.

F. Solano Portela, diretor educacional da Universidade Presbiteriana Mackenzie, presbítero da Igreja Presbiteriana do Brasil, autor de várias obras e conferencista

Em nossa recente democracia, posterior ao regime militar, nunca se precisou tanto de uma obra como esta, que trata a política de forma profunda e exaustiva, sob um enfoque histórico, bíblico e teológico, e traz um norte seguro à participação cidadã do cristão em sua passagem pelo mundo. É o que faz Franklin Ferreira a partir de sua vasta bagagem, já conhecida e respeitada por todos os que amam "cavar" em grandes profundidades. Ele não só esmiúça a política desde os tempos imemoriais, como durante o Império Romano, mas também descortina o modo pelo qual Deus estabeleceu a autoridade, além de mostrar como essa autoridade deve ser exercida no palco de nossa atuação — o mundo —, abordando a visão a esse respeito em diferentes períodos da história da igreja. Creio que a obra será um divisor de águas num momento em que a decepção é crescente com a atuação de muitos na vida política de nossa nação que, embora se digam cristãos, agem de forma incompatível com os postulados bíblicos. Ao final da obra, o leitor saberá por que a concepção bíblica acerca da política é diferente de tudo o que temos visto em nosso Brasil.

Geremias Couto, pastor, escritor e jornalista

Quem foi que disse que política e religião não se discutem? Ao contrário! Política e religião se discutem, sim — em alguns casos, com muita precisão e relevância, como é o caso do livro do meu amigo Franklin Ferreira. Há livros que, por serem tão nocivos, trazem tristeza e decepção profundas, mas há aqueles que, por serem cheios de luz e entendimento, só trazem alegria. Os que trazem tristeza são aqueles em que a destruição da verdade é um trabalho fácil, rápido e recreativo; já os que trazem alegria são aqueles em que a manutenção da verdade é um labor árduo, lento e honroso. O livro do Franklin é só alegria, a alegria daqueles que compartilham a consciência de

que as coisas admiráveis são facilmente destruídas, mas não facilmente criadas, como costuma dizer Roger Scruton. É com grande alegria que endosso *Contra a idolatria do Estado*!

> **Jonas Madureira**, doutor em Filosofia pela USP/Universidade de Colônia (Alemanha), professor no Seminário Martin Bucer e autor de *Filosofia*, volume do Curso Vida Nova de Teologia Básica (Vida Nova)

O livro de Franklin Ferreira é exemplo de como a teologia pode dialogar com o pensamento público sem ter vergonha de dizer quem é, coisa rara hoje em dia.

> **Luiz Felipe Pondé**, doutor em Filosofia pela USP/Universidade de Paris (França), com pós-doutorado pelas Universidade de Tel Aviv (Israel) e Giessen (Alemanha), e autor de diversas obras, entre elas, o *Guia politicamente incorreto da filosofia* (Leya Brasil)

Na situação difícil em que estamos hoje — em um país "onde o mal tem sido premiado, onde cerca de 50 mil brasileiros morrem por ano por arma de fogo e onde somos extorquidos por uma carga brutal de impostos sem nenhum retorno" —, só posso saudar essa publicação como a obra que faltava no panorama teológico brasileiro. Com um zelo todo especial, Franklin Ferreira expõe a resposta perfeitamente equilibrada das Escrituras às questões políticas, apresentando como complementares e não opostos o necessário respeito às autoridades, de um lado, e, de outro, a relativização do poder humanamente constituído. Afinal, se a sociedade não se sustenta sem hierarquias, também nenhuma autoridade terrena pode rivalizar com o senhorio absoluto de Jesus Cristo e prometer algum tipo de salvação intramundana — viesse ela do antigo Império Romano, que exigia adoração explícita, ou venha de ideologias totalitárias, como o nazismo e o comunismo — sem a destruição que sempre acompanha as idolatrias coletivas. Com segurança, Franklin transita por análises bíblicas e considerações histórico-

culturais firmemente ancorado em uma visão bíblica da política, a única visão capaz de assegurar a ordem e ao mesmo tempo prevenir e enfrentar toda possibilidade de tirania.

Norma Braga Venâncio, conferencista e autora do livro *A mente de Cristo* (Vida Nova)

Um estudo embasado em fatos históricos e nas verdades bíblicas. Um livro que nos convida à reflexão ideológica e à tomada de posições políticas coerentes com princípios e valores cristãos.

Rachel Sheherazade, jornalista e autora do livro *O Brasil tem cura* (Mundo Cristão)

CONTRA A
IDOLATRIA DO ESTADO



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ferreira, Franklin

Contra a idolatria do Estado: o papel do cristão na política / Franklin Ferreira. - São Paulo: Vida Nova, 2016.

ePub

Bibliografia

ISBN 978-85-275-0664-9 (recurso eletrônico)

1. Religião e política 2. Cristianismo e política I. Título II. Franklin Ferreira.

15-1201 CDD 261.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Cristianismo e política

FRANKLIN FERREIRA

CONTRA A IDOLATRIA DO ESTADO

O PAPEL DO CRISTÃO NA POLÍTICA

VIDA NOVA

©2016, de Edições Vida Nova

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
SOCIEDADE RELIGIOSA EDIÇÕES VIDA NOVA
Caixa Postal 21266, São Paulo, SP, 04602-970
www.vidanova.com.br | vidanova@vidanova.com.br

1.ª edição: 2016

Proibida a reprodução por quaisquer meios, salvo em citações breves, com indicação da fonte.

Todas as citações bíblicas sem indicação da versão foram extraídas da Almeida Século 21. As citações bíblicas com indicação da versão *in loco* foram extraídas da Almeida Revista e Atualizada (ARA).

GERÊNCIA EDITORIAL
Fabiano Silveira Medeiros

EDIÇÃO DE TEXTO
Fernando Mauro S. Pires
Fabiano Silveira Medeiros

REVISÃO TÉCNICA
André Tavares
Madson Gonçalves da Silva

REVISÃO DE PROVAS
Sylmara Beletti

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Sérgio Siqueira Moura

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Reis Oliveira

DIAGRAMAÇÃO PARA E-BOOK
Felipe Marques

CAPA
Wesley Mendonça

SUMÁRIO

Agradecimentos
Introdução

PRIMEIRA PARTE
Fundamentos bíblicos

1. O livro de Ester: o povo de Deus sob o risco de extermínio
2. A Carta de Paulo aos Romanos: o poder do evangelho e os limites das autoridades estabelecidas

SEGUNDA PARTE
Questões conceituais

3. Totalitarismo, o culto do Estado e a liberdade do evangelho
4. Espectro político, mentes cativas e idolatria

TERCEIRA PARTE
Direções teológicas

5. A Igreja Confessante e a "disputa pela igreja"na Alemanha (1933-1937)
6. A relação entre a igreja e o Estado na perspectiva reformada

QUARTA PARTE
Aplicações práticas

7. "Erga a voz": a violência, a ideologização do debate e uma oportunidade para a igreja
8. Uma agenda para o voto consciente

Apêndice — Declaração Teológica de Barmen

Bibliografia

AGRADECIMENTOS

Como em outras obras de minha autoria, preciso agradecer a muitos amigos que gentilmente leram este trabalho ou partes dele, oferecendo valiosas sugestões: André Venâncio, Eduardo Cardoso Macedo, George Camargo dos Santos, Joel Theodoro da Fonseca Jr., Jonas Madureira, Kenneth Lee Davis, Marilene do Amaral Silva Ferreira, Norma Braga Venâncio, Richard Sturz Jr., Rodrigo Majewski, Tiago José dos Santos Filho, Uziel Santana e Yago Martins, assim como a Fabiano Silveira Medeiros, gerente editorial de Edições Vida Nova, pelo seu ótimo trabalho como editor. Estendo minha gratidão ao editor Fernando Pires, assim como a Sergio Siqueira Moura, que sugeriu enfaticamente a publicação desta obra, e também a Daniel Oliveira e Ubevaldo Sampaio pela contribuição para a escolha do título da obra. Uma palavra de gratidão cabe a Maurício Zágari, da Editora Mundo Cristão, por uma ajuda preciosa. Por fim, mas não menos importante, agradeço de forma muito especial a André Tavares, aluno de mestrado do programa de Filosofia da Religião da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), e a Madson Gonçalves da Silva, aluno do doutorado em História pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que leram todo o manuscrito atentamente, fazendo muitas e preciosas sugestões, as quais tornaram o texto muito mais rico. Estendo minha gratidão a Anderson Yan, candidato ao doutorado em Antigo Testamento pelo King's College, na Inglaterra, que leu o capítulo sobre Ester e fez várias e preciosas sugestões. Devo dizer que os pensamentos expressos nesta obra, assim como eventuais imprecisões, são de minha inteira responsabilidade.

Finalmente, ofereço uma dupla palavra de gratidão. Em primeiro lugar, aos dois grandes amores da minha vida: minha esposa, Marilene, e minha filha, Beatriz; o amor delas por mim é maior do que eu jamais poderia imaginar. Em segundo lugar, agradeço aos professores e alunos do Seminário

Martin Bucer, os quais têm desafiado imensamente meu pensamento num ambiente doxológico, confessional e, sobretudo, fraterno.

INTRODUÇÃO

Dos capítulos que compõem esta obra, sete foram previamente publicados nas revistas *Teologia Brasileira* e *Fides Reformata*, sendo aqui apresentados em nova versão, revisada e ampliada. A base do capítulo inédito sobre a Epístola aos Romanos foi uma palestra proferida em outubro de 2014, na 30.ª Conferência Fiel para Pastores e Líderes, promovida pela Editora Fiel e realizada em Águas de Lindoia, no estado de São Paulo. Empenhei-me ao máximo para costurar os artigos de forma coesa, eliminando repetições desnecessárias e oferecendo ao leitor um conjunto que deixasse claro meu propósito, o que se verá na progressão lógica das seções que compõem a obra. O fio condutor é o repúdio à idolatria do Estado e a necessária resistência dos cristãos ao autoritarismo, especialmente ao totalitarismo.

Ao ter a atenção despertada para as tensões e os conflitos entre a igreja e o Estado, meu interesse se voltou primordialmente para o estudo da chamada Revolução Puritana, ocorrida na Inglaterra do século 17. Trata-se da primeira revolução antiabsolutista da Europa; e tanto a guerra civil, da qual o Parlamento emergiu vitorioso, quanto a derrubada de Carlos I se deram em razão de um conjunto de valores associados à teologia reformada, de contornos pactuais e federalistas.[1] Essa também foi a primeira vez que um rei europeu foi executado pelo crime de lesa-pátria: Carlos I foi decapitado em Londres, em 30 de janeiro de 1649. Outra de minhas áreas de interesse foi a influência do Primeiro Grande Avivamento e das noções pactuais e federalistas oriundas da teologia reformada que se fez sentir, de muitas maneiras, na Revolução Americana, a qual culminou na independência das Treze Colônias da Inglaterra e na fundação, em 1776, dos Estados Unidos da América.

Para além das tensões desse período entre cristãos protestantes e o Estado, a igreja, durante quase todo o século 20, viu-se também diante de um desafio

até então nunca enfrentado: os regimes totalitários — tanto o comunista quanto o nazista.[2] E aí está um fenômeno específico desse longo século.

Estabelecendo a distinção entre o totalitarismo e as antigas tiranias e ditaduras, Hannah Arendt escreveu:

> A distinção decisiva entre o domínio totalitário, baseado no terror, e as tiranias e ditaduras impostas pela violência é que o primeiro volta-se não apenas contra os seus inimigos, mas também contra os amigos e correligionários, pois teme todo o poder, até mesmo o poder dos amigos. O ápice do terror é alcançado quando o Estado policial começa a devorar os próprios filhos, quando o carrasco de ontem torna-se a vítima de hoje.[3]

A citação ajuda-nos a situar no ano de 1917 o ponto de partida dos movimentos totalitários, "filhos da Primeira Guerra Mundial".[4] Como Arendt escreveu, "o terror, como instrumento institucional, utilizado para acelerar o *momentum* da revolução, era desconhecido antes da Revolução Russa".[5] E uma das marcas principais do totalitarismo, em contraposição a outros experimentos absolutistas, como as tiranias, é justamente a supressão da liberdade:

> Essa consistente arbitrariedade nega a liberdade humana de modo muito mais eficaz que qualquer tirania jamais foi capaz de negar. Numa tirania, era preciso ser pelo menos um inimigo do regime para ser punido por ele. A liberdade de opinião ainda existia para aqueles que tinham a coragem de arriscar o pescoço. Teoricamente, ainda se pode fazer oposição também nos regimes totalitários; mas essa liberdade é quase anulada quando a prática de um ato voluntário apenas acarreta uma "punição" que todos, de uma forma ou de outra, têm de sofrer. No totalitarismo, a liberdade não apenas se reduz à sua última e aparentemente indestrutível garantia, que é a possibilidade do suicídio, mas perde toda a importância porque as consequências do seu exercício são compartilhadas por pessoas completamente inocentes.[6]

O roteiro está então delineado: inicia-se uma crise econômica, seguida por uma crise política. O Estado liberal mostra-se impotente e inoperante diante da explosão de conflitos sociais; falta-lhe o instrumental político e administrativo para se ajustar às novas situações e problemas. Superado na teoria e na prática, o Estado liberal torna-se incapaz de articular os meios para dominar ou ultrapassar essas crises. Sendo então responsabilizado pela desordem e pela insegurança, abre-se caminho para uma revolução, com o

apoio de trabalhadores, sindicatos e partidos socialistas, mas também — como a história ilustra — dos proprietários de terras, banqueiros e industriais. E, não raro, ao considerar o Estado liberal incapaz de defender os interesses nacionais, tal revolução será vinculada à exaltação do nacionalismo e à glorificação da guerra.

Por essa razão, uma das propostas deste livro é dissipar a suposição há muito arraigada em nossa cultura de que o conservadorismo ou o liberalismo são derivados ou ao menos parentes próximos do nazismo.[7] Contrariamente, como buscarei demonstrar, o nazismo é que derivou do socialismo, ou pelo menos extraiu dele grande parte das ideias e impulsos que o geraram. Além disso, a natureza das ações de socialistas e nazistas assemelham-se, ainda que sejam sistemas políticos adversários. Deslindar esse aparente paradoxo e mostrar que tal semelhança não é mera "coincidência" é uma das razões deste livro.

Seguindo esse fio condutor, esta obra é dividida em quatro partes.

Na primeira parte, "Fundamentos bíblicos", examinaremos dois textos da Escritura: o Livro de Ester e a Epístola de Paulo aos Romanos, os quais oferecem importantes diretrizes para o povo de Deus quando este se vê diante da iminência de destruição ou acossado por um império que substituiu "a glória do Deus incorruptível por imagens semelhantes ao homem corruptível, às aves, aos quadrúpedes e aos répteis" (Rm 1.23). Em grande medida, tudo o mais que se segue na obra tem como fundamento essa seção.

Na segunda parte, trataremos de "Questões conceituais", e os dois capítulos ali contidos se originam na minha exasperação com os jogos linguísticos que ressignificam os termos políticos.[8] Dedicaremos atenção não apenas ao significado de "esquerda" e "direita", e sobretudo ao sentido de "totalitarismo", mas também à postura da igreja diante desse mal político.

Na terceira parte, são oferecidas "Direções teológicas" com base em um caso muito específico: a resistência da igreja evangélica alemã ao nazismo na

década de 1930. Na sequência, será oferecido um resumo da compreensão reformada acerca da relação do cristão com a política e o Estado.

Na quarta e última parte, trataremos das "Aplicações práticas", por exemplo, o papel da igreja diante da violência e de que maneira o cristão pode votar com sabedoria.

A Declaração Teológica de Barmen será citada em vários capítulos deste livro, especialmente no capítulo 5. Essa talvez seja a mais importante declaração de fé evangélica produzida desde a Reforma Protestante do século 16 e do movimento puritano do século 17. A declaração confronta abertamente o pecado da idolatria, que se manifesta na nossa tendência de colocar qualquer ser humano ou qualquer coisa do mundo criado à frente do Criador, e proclama Jesus Cristo como Senhor de todas as esferas da existência. Desse modo, no "Apêndice", o leitor poderá conferir a declaração na íntegra.

Se, na segunda seção, almejo auxiliar os cristãos a discernir o mal presente no totalitarismo, nessas últimas duas seções intento ajudá-los a valorizar um governo constitucional e representativo, e a buscar a paz na sociedade.

Mas por que tratar da idolatria do Estado e do totalitarismo se dois dos piores regimes ditatoriais da história simplesmente ruíram, em 1945, no fim da Segunda Guerra Mundial, e em 1989, com a queda do muro de Berlim?

Enquanto escrevo, fica evidente a instabilidade política à qual a esquerda relegou o Brasil, a Venezuela, a Argentina, a Bolívia, o Equador e, mais claramente, Cuba.[9] Esses países chegaram aonde estão pela aplicação de políticas dirigistas, estatizantes e intervencionistas, todas associadas ao socialismo, regime a que me oponho nesta obra valendo-me da figura do culto ao Estado. Para citar apenas o exemplo mais significativo hoje, vale mencionar a Venezuela, que passa por uma crise de desabastecimento, além de uma inflação de 150% ao ano, com 62 presos políticos. E sob qual

acusação foram presos? Apenas a da participação direta ou indireta nos protestos de fevereiro de 2014 contra o governo. No Brasil, seria como mandar prender quem participou das manifestações de 15 de março de 2015. Não vemos, porém, nenhuma palavra de condenação do governo brasileiro ao esquerdismo venezuelano.[10]

Para quem pensa que algo parecido com o que se deu na Venezuela está longe de ocorrer no Brasil, basta lembrar um episódio específico, relacionado à Igreja Católica. O bispo católico Dom Luiz Gonzaga Bergonzini pediu, no site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que os católicos não votassem em Dilma Rousseff nas eleições de 2010 pelo fato de ela defender o aborto. Ele chegou a imprimir dois milhões de exemplares de um panfleto contra a candidata, intitulado *Apelo a todos os brasileiros e brasileiras*, em que a Comissão em Defesa da Vida, da Regional Sul I da CNBB, exortava os católicos a não votarem em políticos que defendam a descriminalização do aborto. Os exemplares, porém, em razão de uma liminar concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram apreendidos pela Polícia Federal.[11]

Não há como negar que sistemas políticos e ideologias estão vinculados de alguma forma ao poder e ao uso do dinheiro. O que aprendemos na Escritura é que o uso desenfreado de meios para obtenção de dinheiro ou riquezas é condenado por Deus (p. ex., em 1Tm 6.9,10). Quando o dinheiro deixa de ser apenas um meio e se torna um fim em si mesmo, passa a ser uma divindade e ocupa o lugar do único Deus (Mt 6.24).[12]

Desse modo, temos na Escritura uma condenação que, no contexto de hoje, dirige-se também ao capitalismo de Estado[13] praticado pela esquerda, com sua adoração ao dinheiro e ao poder estatal. O amor idólatra ao dinheiro não é uma tentação só para "capitalistas" — e devemos lembrar que capitalismo não é um sistema político, mas uma forma de vida econômica, e há tipos de ganância que são socialistas por excelência. Essa idolatria revela-se não somente nos escândalos em série, com desvios de somas bilionárias dos

cofres públicos, ou no aparelhamento de todas as esferas do Estado brasileiro, mas também na imensa e brutal carga tributária depositada sobre os ombros de uma parcela significativa da sociedade, espoliada continuamente em prol do sustento de uma estrutura corrupta e ineficiente — a "sociedade incivil" que se tornou o governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

O capitalismo de Estado, tão ao gosto da mentalidade esquerdista, suprime a liberdade econômica no Brasil. A título de comparação, vale mencionar que, no ranking dos países com maior liberdade econômica, o Canadá figura em 6.º lugar, o Chile em 7.º, os Estados Unidos em 12.º e a Inglaterra em 13.º. Atualmente, o Brasil ocupa a 118.ª posição (estávamos em 114.º lugar antes das eleições de 2014, quando o PT foi reeleito ao governo federal). Para citar apenas alguns exemplos, Chile, México, Colômbia, Paraguai e Botswana têm mais liberdade econômica que o Brasil.[14]

Esse capitalismo de Estado, tão defendido pela esquerda, está predando o Brasil, como mostram os resultados das investigações do "Mensalão" e do "Petrolão". A inflação no país, segundo índices oficiais, ultrapassa a marca dos 9%.[15] Os juros chegam a 12,75% ao ano. Há uma recessão em curso, a renda diminuiu e, por causa da crise econômica resultante do dirigismo estatal, cerca de 1,5 milhão de trabalhadores já estão desempregados.[16] Além disso, dois terços do ajuste fiscal consistem em aumento de impostos sobre a já tão combalida população, que arca com os custos pesados de um Estado corrupto e ineficiente. A carga tributária brasileira, uma das mais elevadas do mundo, chega a 36% do Produto Interno Bruto (PIB).[17]

Na verdade, somente a adesão cega à religião esquerdista impede que se enxergue a relação entre a liberdade econômica e o desenvolvimento de uma nação. Em outras palavras, quanto menos liberdade econômica, menos riqueza para todos. Ou, expressando de outra forma: num país com menos liberdade econômica, mais riqueza será concentrada egoisticamente nas mãos de poucos poderosos. Tal sistema é maligno. A conclusão óbvia, parece-nos, é que "o emprego [...] de categorias marxistas para o propósito vulgar de

suprimir a liberdade [...] depõe com o tempo contra os encantos da própria teoria".[18]

Em dois capítulos (6 e 8), procuro argumentar que cristãos motivados pela fé evangélica se tornam éticos, educados e defensores da democracia, entendendo, porém, que a solida-riedade é de cunho pessoal, não estatal. Por conseguinte, esses cristãos serão críticos de um Estado que arrecada muito por meio de uma carga tributária pesada e que assume uma postura assistencialista, negando assim ao indivíduo a solidariedade que lhe compete. Além disso, tal arrecadação não apenas redunda em serviços públicos de qualidade insatisfatória para o cidadão, mas também se torna oportunidade para desvios de toda ordem e para a corrupção desenfreada.

Para os que desejarem ler mais sobre o tema, além das indicações bibliográficas, há outros textos que podem ser consultados. Para uma leitura introdutória sobre a relação do cristão com a política, recomendo a obra de Wayne Grudem *Política segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer.*[19] Na *Teologia sistemática* que escrevi com Alan Myatt,[20] há seções no capítulo 21 que tratam da relação da igreja com o Estado. E, para aqueles que desejam informações específicas sobre a relação dos vários ramos da igreja — católica, ortodoxa e protestante — em confronto com os totalitarismos, recomendo minha obra *Igreja cristã na história* (parte 4, capítulos 68, 70 e 77),[21] na qual ofereço breves resumos e bibliografia para pesquisas posteriores, assim como recomendações de filmes e, especialmente, documentários.

Espero que esta obra ajude os cristãos brasileiros a "discernir este tempo" (Lc 12.56) e a entender o papel que o cristão deve assumir perante o Estado, opondo-se vigorosamente a toda forma de autoritarismo e totalitarismo.

> Cristo pagou um alto preço para nos redimir, a fim de que não fôssemos escravos dos maus desejos dos homens, e muito menos de sua impiedade (1Co 7.23). Glória seja dada a Deus.[22]

[1]É vasta a literatura sobre essa revolução. Talvez as obras mais importantes sejam as de Christopher Hill: *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990), *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987), *Origens intelectuais da Revolução Inglesa* (São Paulo: Martins Fontes, 1992), *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003) e *O século das revoluções: 1603-1714* (São Paulo: Unesp, 2012). Quanto ao uso inadequado da palavra "revolução", empregada para caracterizar o que ocorreu na Inglaterra e nos Estados Unidos nos séculos 17 e 18, veja adiante a nota 12 do capítulo 4, na seção "Esquerda e direita" daquele capítulo.

[2]O leitor deve notar que nesta obra o termo "fascismo" não é usado como sinônimo de "nazismo", como é comumente empregado. Há agudas diferenças entre os dois sistemas. O primeiro enquadra-se na noção de autoritarismo, e o segundo, na de totalitarismo (para as definições, veja os caps. 3 e 4). Para mencionar apenas o aspecto do antissemitismo (veja esp. cap. 6), "nem um único judeu *de nenhuma nacionalidade*, em nenhum lugar do mundo sob o controle italiano, foi entregue à Alemanha até 1943, quando a Itália foi invadida pelos nazistas", o que contrastou com a prática nos países sob ocupação alemã, como a França e a Holanda, cujo programa de deportação de judeus contou com a colaboração ativa de setores da sociedade. Cf. Jonah Goldberg, *Fascismo de esquerda* (Rio de Janeiro: Record, 2009), p. 26. Também deve-se frisar que o termo "nazista" foi empregado "como abreviação política", e assim será usado nesta obra, mas "jamais foi usado pelo regime [nacional-socialista] para descrever-se". Cf. "nota sobre terminologia" em Richard Overy, *Os ditadores* (Rio de Janeiro: José Olympio, 2009).

[3]Hannah Arendt, *Da violência* (Brasília: UnB, 1985), p. 30.

[4]Cf. François Fruet, *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX* (São Paulo: Siciliano, 1995), p. 30-1: "É bem verdade que Lenin preparou suas concepções políticas já no início do século e que muitos elementos que formarão, uma vez articulados, a ideologia fascista preexistem à guerra. De qualquer forma, o Partido Bolchevique toma o poder em 1917, graças à guerra, e Mussolini e Hitler constituem seus partidos nos anos que se seguem imediatamente a 1918, como respostas à crise nacional produzida pelo resultado do conflito. A guerra de 1914 mudou completamente a vida da Europa, fronteiras, regimes, disposições de espírito, costumes até. Ela agiu tão profundamente na mais brilhante das civilizações modernas que não deixa intacto nenhum de seus elementos. Ela marca o início de seu declínio como centro da potência do mundo, ao mesmo tempo que inaugura este século feroz de que estamos saindo, repleto da violência suicida de suas nações e de seus regimes".

[5]Hannah Arendt, *Da revolução* (São Paulo: Ática, 1988), p. 79. Como a autora nota, nesse sentido a Revolução Francesa é muito distinta da Revolução Russa, pois "o terror da virtude de Robespierre foi, com efeito, bastante terrível, mas permaneceu dirigido contra um inimigo e um vício ocultos. Não foi conduzido contra o povo, que, mesmo do ponto de vista do dirigente revolucionário, era inocente".

[6]Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989), p. 483.

[7]Como Alexandre Borges enfatizou muito apropriadamente, deve-se ter em mente que "liberal" no sentido norte-americano refere-se à esquerda e aos progressistas, enquanto "liberal" como entendido no Brasil e na Europa refere-se à direita. Será com este último significado que, ao tratarmos do espectro político, a palavra "liberal" será empregada. Nos Estados Unidos, os direitistas são chamados *conservatives* e *classic liberals*. Cf., adiante, cap. 4, seção "Liberalismo e democracia".

[8]Para as diferentes pressuposições que guiam as diferentes opções políticas tratadas nos capítulos 3 e 4, cf. Thomas Sowell, *Conflito de visões: origens ideológicas das lutas políticas* (São Paulo: É Realizações, 2011).

[9]Cf. editorial de 18 de outubro de 2015, em *O Globo*, "Populismo deixa rastro de ruínas no continente", disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniao/populismo-deixa-rastro-de-ruinas-no-continente-17800377, acesso em: nov. 2015. "O resultado, uma grave crise sem perspectiva de solução a curto prazo, cobra seu preço sobretudo da população mais pobre, inclusive aquele segmento que deixara estatisticamente a pobreza absoluta e corre agora o risco de retroceder. Por ironia, em nome de quem opera o populismo". O total de mortos pelo regime comunista cubano está estimado entre 35 mil e 141 mil (1959-1987). Cf. "The issue of genocide and Cuba", disponível em: http://www.cubaverdad.net/genocide.htm, acesso em: nov. 2015.

[10]Os exemplos da falência institucional venezuelana podem ser multiplicados. Cf., por exemplo, o depoimento em vídeo do promotor venezuelano Franklin Nieves, que abandonou o país, acusando o governo de Nicolás Maduro de pressioná-lo para prender o líder opositor Leopoldo López com provas falsas. Disponível em: http://oglobo.globo.com/mundo/leopoldo-lopez-foi-preso-com-provas-falsas-diz-promotor-1-17869523, acesso em: nov. 2015.

[11]Dom Luiz Gonzaga Bergonzini, falecido em 13 de junho de 2012, escreveu sobre essa arbitrariedade em seu blog, em 22 de outubro de 2010: "PT, o partido da mentira e da morte", disponível em: http://www.domluizbergonzini.com.br/2011/02/dom-luiz-bergonzini-perseguido.html, acesso em: nov. 2015.

[12]Cf. Michael Novak (*Será a liberdade? Questionamento da teologia da liber-tação* [Rio de Janeiro: Nórdica, 1988], p. 96-7), que destaca a relação do declínio da fé religiosa e do viver moral com o consumo exagerado de bens e serviços. Quanto mais distantes da fé prática, mais próximas as pessoas estão do descontrole consumista, em que compram desenfreadamente e sem pensar no amanhã, contraindo dívidas que acabam por minar o futuro da própria democracia. Consequentemente, quando o mercado não é mais regido por valores espirituais, há uma tendência a transformar tudo em mercadoria, mesmo a vida humana.

[13]Cf. Helena Hirata, *Capitalismo de Estado, modo de produção tecnoburocrático e burguesia de Estado*, disponível em: http://www.revistas.usp.br/discurso/article/viewFile/37881/40608, acesso em: nov. 2015. Essa expressão refere-se aos países socialistas ou a países capitalistas com forte intervenção do Estado na economia, "em que a geração, a realização e a acumulação da mais-valia se efetuam de forma majoritária ou mesmo total com a *gestão* e o *controle* direto do Estado", o que redunda na acumulação de capital pelos burocratas, os quais passam a usufruir de diversos privilégios e formam uma nova classe dominante, a "burguesia de Estado".

[14]O leitor pode consultar mais informações sobre liberdade econômica, até mesmo observando a associação dela com o estado de direito, com o governo limitado e o livre mercado, em: http://www.heritage.org/index/ranking. Em 2003, o Brasil encontrava-se em 72.º lugar no ranking dos países que gozavam de liberdade econômica (disponível em: http://cedice.org.ve/wp-content/uploads/2012/12/Index-of-Economic-Freedom-2003.pdf, acesso em: nov. 2015).

[15]"A inflação é um dos impostos mais perniciosos que existem: arrecada pouco, causa grande destruição na economia e atinge principalmente os mais pobres, que não conseguem utilizar o sistema financeiro para se proteger" (Fabio Kanczuk).

[16]Cf. "Desemprego no Brasil sobe para o maior nível nos últimos três anos", *Jornal Nacional*, 28 de abril de 2015, disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/desemprego-no-brasil-sobre-para-o-maior-nivel-nos-ultimos-tres-anos.html, acesso em: nov. 2015.

[17]À semelhança do que ocorreu após "a transição democrática ocorrida com a eleição de Tancredo Neves e a posse de José Sarney, em março de 1985", o governo do PT na verdade promoveu "no plano administrativo uma volta aos ideais burocráticos dos anos 30, e no plano político, uma tentativa de volta ao populismo dos anos 50". Cf. esp. Luiz Carlos Bresser Pereira, *Da administração pública burocrática à gerencial*, disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=87, acesso em: nov. 2015.

[18]Tony Judt, *Reflexões sobre um século esquecido* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2010), p. 157.

[19]São Paulo: Vida Nova, 2014.

[20]São Paulo: Vida Nova, 2007.

[21]São Paulo: Vida Nova, 2014.

[22]João Calvino, *A instituição da religião cristã* (São Paulo: Unesp, 2009), vol. 2, IV.20.32, p. 902.

PRIMEIRA PARTE

FUNDAMENTOS BÍBLICOS

O LIVRO DE ESTER: O POVO DE DEUS SOB O RISCO DE EXTERMÍNIO

> Faz parte da sabedoria de nosso Senhor fazer com que sua igreja esteja sempre por um fio. Ainda assim, o fio não se parte, pois está preso àquele que é a Estaca da casa de Davi (Is 22.23).
>
> — Samuel Rutherford[1]

O filme *300* (de 2006) estreou em 2007 nos cinemas brasileiros. Os seguidores do politicamente correto detestaram o filme, e não foi à toa. Nele, os militares não são covardes armados, os políticos pacifistas não são confiáveis e os vilões são provenientes do Oriente — um verdadeiro "crime" na Hollywood de hoje.[2]

Baseado numa famosa *graphic novel* de 1998,[3] o filme retrata a Batalha das Termópilas, ocorrida em 480 a.C. Durante três dias, cerca de 7mil soldados de várias cidades gregas, comandados por 300 espartanos e seu rei, Leônidas I, lutaram contra 100 a 150 mil homens das tropas do Império Persa, que incluíam, além dos persas, escravos egípcios, cilícios, fenícios, assírios, etíopes e afegãos, liderados por Xerxes, que tem sido identificado como o rei Assuero do livro de Ester.[4] No final, o confronto nos desfiladeiros das Termópilas foi fundamental para que os exércitos das cidades-estado gregas, entre as quais Corinto, Égina, Esparta e Atenas, derrotassem as forças persas nas batalhas de Salamina, em 480 a.C., e de Plateias, em 479 a.C. Desse modo, os espartanos ajudaram a preservar a cultura das cidades-estado gregas,[5] possibilitando que ela chegasse a seu auge, no primeiro experimento de liberdade (*eleutheria*) política e de pensamento histórico, valores que, até hoje, dirigem o Ocidente.[6]

Quase ao mesmo tempo, porém, acontecia outro confronto, dessa vez no coração do Império Persa, confronto esse que também determinaria os rumos da civilização ocidental.

Intentos destrutivos

A história da rainha Ester[7] ocorreu no palácio de Susã (a atual Shush, na província do Khuzestão, no sudoeste do Irã), a capital de inverno do Império Persa. Ester viveu em um tempo de grande perigo, pois seu povo, os judeus, estava então sob o exílio que lhe fora imposto pelos babilônios em 587 a.C., após destruírem a cidade de Jerusalém e o templo construído pelo rei Salomão (cf. 2Rs 24.18—25.30; 2Cr 36.11-23).[8] Esse inimigo foi por sua vez suplantado em 539 a.C. pelos persas, liderados por Ciro, o Grande.[9]

O Império Persa estendia-se da Índia à Etiópia (1.1), compreendendo a região em que hoje se situam Irã, Iraque, Líbano, Israel, Jordânia, Egito, Turquia e partes da Grécia, Bálcãs, Rússia, Afeganistão e Paquistão. Diferentemente da política internacional implantada tanto pelo Império Assírio quanto pelo Império Babilônico, que praticava a relocação dos povos conquistados, os persas permitiam a preservação das etnias conquistadas, bem como de suas estruturas políticas. Portanto, quanto às crenças religiosas desse vasto império, "o principal ideal [...] era o sincretismo [...], ou seja, a mistura de diversas crenças religiosas formando um único sistema".[10]

Os acontecimentos narrados no livro de Ester começam por volta de 483 a.C., no tempo da deposição da rainha Vasti, no "terceiro ano de [...] reinado" do rei Assuero, o regente do deus Ahura Mazda, o "grande rei, o rei dos reis". Esses fatos ocorreram entre o primeiro retorno dos exilados judeus sob a liderança de Zorobabel (538 a.C.) e o segundo retorno com Esdras (458 a.C.), "no sétimo ano do reinado de Artaxerxes" (Ed 7.7).

O nome de Deus não é mencionado em toda a narrativa, e uma possível explicação para isso é o nível de assimilação cultural e religiosa da sociedade judaica que permaneceu no centro do Império Persa. Mardoqueu e Ester não voltaram a "Jerusalém de Judá" quando Ciro II, avô de Xerxes, não somente ordenou, mas encorajou os cativos a retornarem (2Cr 36.22,23; Ed 1.2-4). Talvez isso tenha ocorrido porque simplesmente preferiram continuar no exílio a retornar a Judá.[11] Essa simples decisão ressalta o fato de que a

salvação da comunidade da aliança vem inteiramente de Deus, não dependendo da pureza espiritual nem da piedade de seu povo.[12] E, nesse sentido, o livro de Ester lembra muito outro livro bíblico, o de Êxodo: o tema do cativeiro e da salvação é comum aos dois.

Outra explicação — na verdade implicação — para o silêncio quanto ao uso do nome de Deus na narrativa é que a linguagem do culto e da fé não precisa nem deve ser usada nas esferas políticas. Ainda assim, deve-se ter o cuidado de não forçar muito essa possível interpretação; enquanto hoje se faz uma clara separação entre as esferas da igreja e do Estado, na Antiguidade era difícil fazer total separação entre religião e Estado.[13]

Uma breve análise do livro ajuda a nos situamos. No capítulo 1, o palco é armado. O provável contexto seria uma reunião das principais autoridades do império para estudar uma campanha contra a Grécia.[14] É descrito o esplendor persa (1.1-9), o desafio lançado por Vasti — cansada de ser usada como mulher-objeto — ao rei Xerxes (1.10-12) e a vingança do rei (1.13-22), que era cruel e tirânico com os conterrâneos, assim como com os estrangeiros.[15] No capítulo 2, Ester[16] é escolhida a nova rainha. Um concurso de beleza é planejado (2.1-4), e Ester é apresentada (2.5-11) e selecionada como rainha (2.12-18), cerca de quatro anos após o rei haver deposto Vasti, "no sétimo ano do seu reinado" (1.3; 2.16). Mardoqueu,[17] descendente de Saul, primo e "pai de criação" de Ester (2.7), quando "estava sentado à porta do palácio real" (2.19) descobre uma conspiração contra o rei (2.19-23). Os culpados, "dois oficiais do rei", foram julgados e condenados à morte, mas Mardoqueu — provavelmente a serviço do sistema judiciário persa — não recebeu nenhuma recompensa.

No "décimo segundo ano do rei Xerxes" (3.7), Hamã, da tribo de Amaleque,[18] busca vingar-se dos judeus, porque Mardoqueu se recusara a prostrar-se diante dele (3.2; cf. Dn 3.1-30; 6.5-9). Como Peterson escreveu: "Essa recusa era uma obediência silenciosa ao primeiro mandamento".[19] Hamã é promovido (3.1-6), sortes são lançadas para decidir o destino dos

judeus (3.7-11) e um édito de extermínio é publicado (3.12-15). Este foi enviado a todas as províncias do império, e "os múltiplos verbos [empregados] no decreto, 'matassem, destruíssem e aniquilassem', exibem a paixão do decreto insensato e enfatizam o extremo perigo em que se encontrava o povo da Aliança com Deus."[20]

Mardoqueu lamentou-se pelo decreto "escrito em nome do rei Xerxes [...] com a ordem de eliminar, matar e exterminar todos os judeus, jovens e idosos, crianças e mulheres, e de saquear os seus bens" (3.12,13), pois o fato de se recusar a reconhecer a promoção de Hamã colocou todo o povo judeu em risco. Assim, ele "rasgou as vestes, vestiu-se de pano de saco e cobriu-se de cinzas, e saiu pela cidade, chorando com alto e amargo clamor" (4.1). Os judeus "em todas as províncias" vestiram roupas de luto, e também choraram e se afligiram.

Como não era permitido o uso de pano de saco dentro do palácio, Ester precisou enviar um atendente, Hatá, para descobrir o que acontecera. Mardoqueu explicou a ele o que estava ocorrendo, mostrou "a cópia do decreto [...] que falava do extermínio dos judeus" (4.8) e pediu que Ester comparecesse perante o rei para rogar por misericórdia. Mas ela não tinha o direito de se aproximar do trono, e aquele que se aproximasse do rei sem ser chamado poderia ser condenado à morte. Depois de uma vigorosa exortação de Mardoqueu, porém, Ester toma a frente da situação (4.12-17):

> Quando relataram as palavras de Ester a Mardoqueu, este mandou que respondessem a Ester: Não imagines que, por estares no palácio do rei, serás a única a escapar entre os judeus, pois se te calares agora, socorro e livramento surgirão de outra parte para os judeus, mas tu e a tua família sereis eliminados. Quem sabe se não foi para este momento que foste conduzida à realeza? E Ester mandou a seguinte resposta a Mardoqueu: Vai e reúne todos os judeus que estão em Susã, e jejuai por mim. Não comais nem bebais por três dias, nem de noite nem de dia; e eu e as minhas criadas também jejuaremos como vós. Depois irei à presença do rei, ainda que isso seja contra a lei. Se for preciso morrer, morrerei. Então Mardoqueu foi e fez tudo o que Ester havia ordenado.

DIANTE DE UMA GRANDE ANGÚSTIA

Os adversários dos judeus, liderados pelo perverso Hamã, desejavam aniquilar o povo de Deus. Esse homem era um ímpio que buscava o poder apenas para alcançar seus objetivos (3.7,8). Ao lançar "o pur [...] para saber o dia e o mês do extermínio", Hamã tramava a "sorte" dos judeus com o inútil intuito de se promover e conseguir mais poder. Não suportava oposição e lançou-se em uma vingança completamente desproporcional ao agravo recebido (3.2-6). Hamã cria que podia controlar a história, mas os acontecimentos provaram o contrário, pois o livro traz nas entrelinhas a convicção de que Deus reina.

A exortação de Mardoqueu a Ester (4.14) demonstra que ambos estavam cônscios da providência divina:

> Não imagines que, por estares no palácio do rei, serás a única a escapar entre os judeus, pois se te calares agora, socorro e livramento surgirão de outra parte para os judeus, mas tu e a tua família sereis eliminados. Quem sabe se não foi para este momento que foste conduzida à realeza?[21]

Essa fala dramática lembra a confissão oferecida pelo Breve Catecismo de Westminster (Pergunta 11) acerca das "obras da providência de Deus [que] são a sua maneira muito santa, sábia e poderosa de preservar e governar todas as suas criaturas, e todas as ações delas".

A soberania de Deus opera em toda a criação, mas especialmente no meio de seu povo, que coloca sua confiança nele. Assim, diante de um grande problema, esta era a convicção de Mardoqueu: o Altíssimo, que controla todos os acontecimentos (Sl 145.17; Sl 104.24; Hb 1.6-11; Mt 10.29,30; Sl 103.19; Jó 38—41), havia levantado Ester como instrumento para a salvação de seu povo.

Esse diálogo marca um momento de virada na história: a partir dele, Ester transforma-se. Antes era apenas uma bela rainha; agora torna-se uma judia preocupada com o destino de seu povo. Antes, mais uma figurante no harém do rei; agora, uma mulher determinada a influenciar seu esposo em favor do povo de Deus. Antes, uma mulher em silêncio, submissa a seu destino; agora, "uma intercessora apaixonada", disposta a, de alguma forma, identificar-se com o destino de seu povo e a mudar um império. Antes, uma mulher que

dependeu de sua beleza para alcançar uma nobre posição; agora, uma mulher dependendo das orações de seu povo para ser bem-sucedida.[22]

Nestes tempos difíceis em que vivemos, quando o julgamento de Deus se manifesta sobre nossa cultura, somos chamados a crer que Deus tem levantado instrumentos de sua providência para testemunho de sua misericórdia em todas as esferas da vida, também na esfera política. E aqueles que servem na esfera pública precisam seguir o exemplo de Mardoqueu e Ester, agindo com sabedoria e confiando na ação soberana de Deus. Mardoqueu e Ester não se entregaram à apatia, aguardando o possível extermínio que lhes estava sendo ardilmente arquitetado; antes, traçaram uma estratégia eminentemente política e a executaram. Em nosso tempo, também precisamos de servos confiantes na ação divina, firmados em Deus, para agir como agentes de transformação em nossa sociedade, a partir dos palácios e entre aqueles que governam. Precisamos ainda de servos que sejam dependentes da sabedoria da comunidade da aliança, como Ester, que ouviu Mardoqueu, o qual soube se portar com inteligência e humildade, de forma silenciosa e eficiente, nos bastidores.

O CORAÇÃO DE ESTER

A resposta de Ester revela uma espiritualidade fervorosa, uma verdadeira confissão de fé (4.16):

> Vai e reúne todos os judeus que estão em Susã, e jejuai por mim. Não comais nem bebais por três dias, nem de noite nem de dia; e eu e as minhas criadas também jejuaremos como vós. Depois irei à presença do rei, ainda que isso seja contra a lei.

Deve-se ter em mente que o jejum é sempre acompanhado de oração, numa clara alusão à devoção e ao suporte espiritual, por meio da intercessão.[23] Desse modo, nessas palavras é possível perceber o senso de responsabilidade de Ester pelo povo da aliança e constatar como ela correspondeu à situação: uma espiritualidade disciplinada e centrada no Deus vivo. Ela demonstrou

apreensão, mas suplicou o sustento e a comunhão de outras pessoas, testemunhando uma grande dependência para com Deus, mais do que em relação à coragem humana. Mesmo que a oração não seja mencionada, ela sempre acompanhava o jejum, pois o objetivo dele era disciplinar a experiência de oração (Êx 34.28; Dt 9.9; Jz 20.26; Ed 8.21-23). E os três dias de jejum representam vividamente a gravidade da situação.

De igual modo, é necessário que aqueles que servem nos palácios guardem seu coração das tentações do poder ou do silêncio. Também não adianta gastar tempo planejando formas de resistir ao Estado despótico quando não se valoriza o tempo de jejum e oração para receber a direção de Deus. Além de traçar estratégias para influenciar o Estado, aqueles que servem em centros de decisão precisam contar com a comunhão dos santos, que os sustentará em oração. Esses são os meios que Deus nos deu para que aqueles que servem nos palácios tenham um coração como o de Ester.

TESTEMUNHANDO PERANTE O REI

"Se for preciso morrer, morrerei" (4.16). Se essas palavras de Ester, que indicam uma entrega total à vontade divina,[24] nos parecem muito dramáticas, a razão é que não conhecemos o testemunho de servos de Deus do passado, como Atanásio de Alexandria, Martinho Lutero e Dietrich Bonhoeffer, que também passaram por situações como essa, de grande ameaça.[25]

Ester entendia que sua função pública existia para a glória de Deus e para o benefício de seu povo, e não para proveito próprio. Lutero, certa vez, disse: "Ainda que o seu trabalho seja o de um lavador de pratos ou de um menino que cuida do estábulo, a sua vocação é divinamente indicada, tão sagrada quanto a de qualquer pastor ou oficial da igreja".[26] Nessa declaração, o reformador estava tão somente ilustrando a doutrina bíblica que afirma a santidade de todas as vocações legítimas. Ester também entendia que Deus, em sua santa providência, a levantara para defender o povo eleito como uma rainha que estava no centro das decisões políticas.

Deus tem dado diferentes vocações para seu povo. Aqueles chamados para exercer algum tipo de influência nos palácios devem glorificar a Deus com seu chamado. Deus os levantou para ser "sal da terra" e "luz do mundo" (cf. Mt 5.13-16), a fim de influenciar a sociedade a partir dos palácios.

A SALVAÇÃO DOS JUDEUS

Depois desse diálogo dramático, os acontecimentos se sucedem com rapidez. "Três dias depois", Ester apresenta-se diante do rei, correndo risco de vida (5.1-8). Ainda que Hamã faça planos para enforcar Mardoqueu (5.9-14), aquele é humilhado, enquanto este é exaltado (6.1-13). Como Bill Arnold e Bryan Beyer resumem:

> De uma forma que só pode ser explicada por meio da soberana providência de Deus, naquela noite o rei não conseguiu dormir (6.1). Pediu que lessem para ele o livro dos feitos memoráveis. Por essa leitura, foi lembrado de que Mardoqueu havia salvado sua vida em certa ocasião. [...] [Mardoqueu] recebeu a recompensa e, ironicamente, Hamã foi o nobre príncipe a escoltá-lo pela cidade (6.11).[27]

Em seus sonhos de glória pessoal, Hamã revelou o que realmente desejava: aclamação e adulação públicas; no fim, porém, foi executado (6.14—7.10). Com isso, o livramento dos judeus foi planejado (8.1-17) e cumprido (9.1-15). Consequentemente, "muitos […] se fizeram judeus" (8.17), conversão que assinala o apogeu da história. Como Peterson escreve:

> Então veio a celebração. Deus agiu preservando a comunidade, o seu povo. Sua ação salvadora resultou em uma celebração de intensa alegria: o Purim, festa anual realizada no início da primavera, caracterizada por regozijo e gratidão. Nessa festa, os amigos trocam presentes e os pobres recebem doações. Comemora-se a vida em comunidade como um dom precioso, arrebatado de forma surpreendente dos portões da morte e do inferno. Um povo que enfrentou a possibilidade do fim da existência está agora transbordante de vida. Não se analisa a comunidade em termos históricos ou sociológicos, mas, sim, *desfruta-se* de sua existência na linguagem e nos símbolos alegres de uma grande festa.[28]

Portanto, esse dia festivo passou a ser chamado Purim, por causa do sorteio que Hamã fez para determinar o dia em que seria proposto o extermínio dos judeus no Império Persa (cf. 3.7,8).[29]

Quais foram os resultados da atuação de Ester?

Em primeiro lugar, Deus mudou a história como havia sido planejada pelos homens maus e abençoou seu povo (9.25; 10.2). O que se aprende, portanto, é que "um poder maior estava em ação naquelas circunstâncias e, no contexto, torna-se claro que Deus é o personagem principal da obra". Assim, somos consolados com a confiança de que, "mesmo quando a presença de Deus não é aparente, ele está trabalhando em favor do seu povo".[30]

Em segundo lugar, essa libertação alegrou o povo de Deus (9.19). Embora as comunidades judaicas estivessem espalhadas por todo o império, a ameaça de destruição cimentou a solidariedade entre elas, ajudando-as a conservar a identidade e a se alegrar juntas em sua experiência de libertação. Como Joyce Baldwin escreveu: "Desta forma, uma conspiração que pretendia destruí-las resultou em uma festa que ajudou a uni-las e a mantê--las como um único povo", mesmo espalhado por todo o império.[31]

Em terceiro lugar, surgiu uma sociedade marcada por alegria, partilha e justiça (9.19,22). A troca de presentes capacitou até os judeus mais pobres a se unirem às celebrações, servindo de exemplo do cuidado pelos desfavorecidos, nesse caso dentro da própria comunidade judaica. Como observou Joyce Baldwyn, "um compartilhamento generoso expressava alegria, e ao mesmo tempo a aumentava, assegurando que ninguém ficasse dela excluído por causa de pobreza."[32]

Em quarto lugar, Deus transformou um símbolo do mal em símbolo de sua providência, para ser festejado para sempre (9.26). A execução dos milhares de inimigos enfatiza a extensão do antagonismo contra os judeus por todo o Império Persa. Mas os judeus não tocaram nas propriedades dos mortos; três vezes é afirmado que eles "não colocaram a mão nos [...] bens" de seus inimigos (9.10,15,16). Assim, a festa originou-se do alívio e da ação de graças pela libertação dos judeus.[33]

Por fim, Deus exaltou seus servos fiéis (10.3). Nem Ester nem Mardoqueu escolheram o posto que ocupavam, mas "foi Deus quem os colocou lá".[34]

Após a salvação dos judeus, Mardoqueu passou a exercer imensa influência no poderoso Império Persa. Entretanto, antes de alcançar essa posição, ele se mostrou um homem temente que, com sabedoria e modéstia, lutou pelo direito e pela justiça para seu povo. E a rainha Ester, uma jovem sem experiência em questões políticas, mas levada ao centro de decisão, confiou que o povo poderia ser preservado do extermínio por meio de uma ação ousada, usando seu ofício para fins benignos. Em um tempo de tamanha desesperança, dificilmente alguém imaginaria que dois exilados judeus alcançassem tais posições e que a justiça prevalecesse quando aqueles que agiam não tinham poder algum.[35]

Por causa da coragem de Ester e Mardoqueu, o povo da aliança foi preservado. Mas o que garantiu a sobrevivência dessa comunidade no estrangeiro não foi sua pureza espiritual nem sua piedade moral, e sim a graça de Deus. Além de tudo, da salvação desse povo viria o Salvador, Cristo Jesus, que morreu e ressuscitou por causa dos nossos pecados. E por meio do Salvador a igreja cristã veio a existir.

> Aleluia! Porque o Senhor nosso Deus, o Todo-poderoso, já reina. Alegremo-nos, exultemos e demos glória a ele, porque chegou o momento das bodas do Cordeiro, e sua noiva já se preparou, e foi-lhe permitido vestir-se de linho fino, resplandecente e puro; pois o linho fino são as obras justas dos santos (Ap 19.6-8).

SERVINDO NOS PALÁCIOS HOJE

Inspirado no exemplo de Ester e Mardoqueu, aquele que pretende servir na esfera pública deve ter uma vida moldada pelo conhecimento da Escritura e firmada na prática da oração. Sem oração e sem dependência a Deus, não serão bem-sucedidos aqueles que pretendem fazer a diferença nos palácios.

Uma característica do atual sistema político brasileiro é que qualquer pessoa pode se candidatar aos mais altos cargos políticos, independentemente da formação acadêmica. Isso não é saudável, pois há sabedoria na busca do conhecimento. Os políticos cristãos devem saber utilizar as várias disciplinas

acadêmicas para desenvolver uma cosmovisão cristã que permita, de um lado, identificar as premissas das posições filosóficas e religiosas que mais influenciam a sociedade e, de outro, oferecer respostas respeitáveis satisfatórias, com base na fé cristã.

O político cristão deve ter capacidade e coragem para criticar a cultura, questionando suas motivações, mensagens e propostas. Com base em uma crítica da cultura fundamentada na Escritura, os que servem na esfera pública devem trabalhar para criar projetos de lei que estejam de acordo com a cosmovisão cristã — sem, porém, terem de necessariamente ser formulados pelo uso da linguagem da fé, como parece implicar a falta de menção do nome de Deus no livro de Ester — e devem se levantar contra leis e situações que contrariam a fé cristã.

Tal qual Ester, o político cristão deve procurar cercar-se de líderes que reúnam as qualidades de servo, encorajador e visionário, assim como Mardoqueu. E também devem saber de que maneira podem capacitar outros cristãos para uma participação mais ativa na sociedade, levando-os a se engajar em projetos em que sejam agentes de transformação.

Como Mardoqueu e Ester, o político cristão deve trabalhar em prol da mobilização da população visando a reivindicações justificadas, especialmente aquelas que promovam a valorização da vida. As ações devem ser educativas e transformadoras e não apenas assistencialistas, mesmo que os resultados sejam mais visíveis somente a longo prazo.

Por fim, os cristãos que almejam servir na esfera pública devem trabalhar para moldar a opinião pública, com o objetivo de aumentar o alcance e a eficácia da cosmovisão cristã no debate público, para isso utilizando-se de todos os meios de comunicação disponíveis, da atuação política nos centros de decisão e do fomento de fóruns de discussão.[36] E "devem encontrar formas de defender suas ideias dentro de um jogo conceitual sem referência à fé, mas usando termos da filosofia e do comportamento humano histórico".[37]

Que Deus levante em nossos dias mais servos como Ester e Mardoqueu, "pois Deus ainda é o soberano que trabalha para salvar o seu povo".[38]

[1]Andrew A. Bonar, org., *The letters of the rev. Samuel Rutherford* (Edinburgh: Oliphant, Anderson & Ferrier, 1891), p. 80.

[2]Ainda assim, o filme ganhou nove prêmios de diversos segmentos da indústria do entretenimento. Em 2009, a revista *National Review* classificou *300* como o quinto melhor entre os 25 melhores filmes conservadores dos últimos 25 anos.

[3]Os arcos de histórias do autor de *300*, Frank Miller, tanto em *Batman* (em *Ano um*, mas sobretudo em *O cavaleiro das trevas*) como em *Demolidor: a queda de Murdock*, têm profundas bases na espiritualidade cristã e são uma reflexão sobre a incapacidade de instauração do Reino pelo combate ao mal. Os heróis sob seu traço percebem essa impossibilidade e lutam para não se tornarem versões invertidas dos vilões que combatem. A obra *300* não é historiográfica, muito menos uma adaptação da narrativa de Heródoto. Trata-se de um apelo à tradição de que a liberdade só é possível ao corajoso e ao valente; se os homens têm o direito natural à liberdade, ela não é, entretanto, concedida, e sim conquistada e mantida com intrepidez quando ameaçada, no caso, por Xerxes, o Rei-Deus que representa a divinização do Estado. Miller também é profundamente cristão em seu entendimento político: não há nada pior que a associação entre indivíduos investidos de poder superior (econômico ou religioso) e o Estado, coniventes e promotores da violência e da exploração do cidadão comum. Essa simbiose maligna produz a *Hell's kitchen* de *Demolidor: a queda de Murdock* e a distopia autoritária nos Estados Unidos, num futuro possível, em *O cavaleiro das trevas*. A única força capaz de se opor à ideia pagã do "Estado total" idolátrico é o elã da responsabilidade pessoal que reside no indivíduo, o qual está integrado numa comunidade, mas é capaz de transcendê-la.

[4]Para uma competente monografia que cobre todos os detalhes da batalha, cf. Nic Fields, *Termópilas 480 a.C.: a resistência dos 300* (S.l.: Osprey, 2010). Fields escreve: "Xerxes é o bíblico rei Assuero, 'que governou 127 províncias desde a Índia até Cuxe' (Ester 1.1), sem dúvida o maior império da história até aquele momento" (p. 16). Para um romance épico sobre a Batalha das Termópilas, o qual não só se tornou um best-seller, mas ganhou status de clássico, cf. Steven Pressfield, *Portões de fogo* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2001). Estima-se que morreram, durante a batalha, de 1 mil a 4 mil gregos e em torno de 20 mil persas. Para uma ótima introdução às Guerras Persas, cf. Tom Holland, *Fogo persa: o primeiro império mundial e a batalha pelo Ocidente* (Rio de Janeiro: Record, 2008). Cf. tb. Barry Strauss, *A batalha de Salamina: o combate naval que salvou a Grécia e a civilização ocidental* (Rio de Janeiro: Record, 2007).

[5]Após as guerras com os persas, as cidades-estado formaram a Liga de Delos, com o intuito de se defenderem de outro ataque persa. No entanto, tal ataque não ocorreu, e Atenas assumiu uma posição hegemônica entre as cidades-estado. Ainda assim, a supremacia de Atenas não foi unânime, sobretudo em virtude dos pesados impostos e constantes fornecimentos de homens e barcos para a Liga de Delos. Opondo-se à dominação ateniense, Esparta se insurgiu e comandou a luta por meio da Liga do Peloponeso. O enfrentamento culminou na Guerra do Peloponeso, que durou 27 anos (431-404 a.C.). Com o enfraquecimento de Atenas e Esparta, em razão dos confrontos, Tebas surge como uma nova liderança na Hélade. Mas, poucos anos depois, as enfraquecidas cidades-estado gregas foram submetidas ao domínio de uma nova potência, a Macedônia. Cf. esp. Donald Kagan, *A Guerra do Peloponeso: novas perspectivas sobre o mais trágico confronto da Grécia Antiga* (Rio de Janeiro: Record,

2006) e Victor Davis Hanson, *Uma guerra sem igual: como atenienses e espartanos lutaram na Guerra do Peloponeso* (Rio de Janeiro: Record, 2012).

[6]Basta mencionar o impressionante legado grego de teatro, história, literatura, filosofia, escultura e pintura, além, sobretudo, da "expansão da ideia de democracia", sua grande herança cultural para o Ocidente. Em contrapartida, se os persas tivessem vencido a guerra, seria "o fim da civilização ocidental e de toda sua peculiar instituição de liberdade". Cf. Victor Davis Hanson, *Por que o Ocidente venceu: massacre e cultura — da Grécia antiga ao Vietnã* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2004), p. 88-90.

[7]Para a interpretação desse livro bíblico, cf. Joyce G. Baldwin, *Ester: introdução e comentário* (São Paulo: Vida Nova, 1985); Joyce G. Baldwin, "Ester", in: D. A. Carson; R. T. France; J. A. Motyer; G. J. Wenham, eds., *Comentário bíblico Vida Nova* (São Paulo: Vida Nova, 2012), p. 672-87; Bill T. Arnold; Bryan E. Beyer, *Descobrindo o Antigo Testamento: uma perspectiva cristã* (São Paulo: Cultura Cristã, 2001), p. 263-77; Rubem Amorese, "Ester e política", in: *Excelentíssimos senhores* (Viçosa: Ultimato, 2000), p. 149ss.; Eugene H. Peterson, *O pastor que Deus usa* (São Paulo: Mundo Cristão, 2008), p. 183-224.

[8]Quanto aos aspectos militares do cerco e queda de Jerusalém, cf. Phyllis G. Jestice, "The fall of Judah, 588-586 BC", in: Martin J. Dougherty; Michael E. Haskew; Phyllis G. Jestice; Rob S. Rice, *Battles of the Bible: 1400 BC-AD 73 — from Ai to Masada* (New York: Metro, 2008), p. 132-41.

[9]O livro de Isaías profetizou e celebrou a vitória de Ciro II como enviado e ungido por Deus (Is 44.26-28; 45.1-7).

[10]Arnold; Beyer, op. cit., p. 268. É muito provável que esse método reflita mais praticidade e economia, pois dessa forma os persas continuariam a manter o poder de maneira formal com baixo custo, uma vez que a corte e os oficiais (tanto os que serviam no governo quanto na religião) dos povos conquistados exerceriam essas funções.

[11]Poucas décadas depois que Ester se casou com Xerxes, um rei persa divorciado, o escriba Esdras, na cidade de Jerusalém, condenou os casamentos mistos, insistindo que os homens que haviam se casado com mulheres gentias deveriam abandoná-las, pois tal união colocava em perigo a comunidade da aliança e a revelação do próprio Deus (Ed 9.1—10.44).

[12]Numa sociedade pluralista e multirreligiosa, a adoração ao Deus Eterno jamais poderia ser simplesmente uma religião entre muitas, como os persas insistiam em afirmar. Cf. Bill T. Arnold; Bryan E. Beyer, op. cit., p. 272: "O monoteísmo exclusivo não era compatível com o pluralismo persa. Para os persas, que valorizavam a inclusão, os judeus pareciam irracionalmente intolerantes, o que levava a inevitáveis hostilidades".

[13]Quanto às origens da instrumentalização da religião por meio da política no Egito, na Pérsia e na Macedônia, cf. Steven Runciman, *A teocracia bizantina* (Rio de Janeiro: Zahar, 1978), p. 24-7. Entre o fim do primeiro século a.C. e meados do quarto d.C., as tradições romanas moderavam o imperador, lembrando-o de que, mesmo que ele fosse a fonte da lei, esta era mais poderosa. E o imperador era "eleito pelo Exército, pelo Senado e pelo Povo; e, caso se mostrasse incompetente ou impopular, seus eleitores empenhar-se-iam em sua queda, através de uma revolta no exército, uma intriga nos serviços civis ou uma rebelião do povo". Como observa Runciman, "houve muitos [imperadores] que tiveram

por destino uma daquelas três operações". Foi a teologia subordinacionista de Eusébio de Cesareia que tornou o imperador romano "o santo Vice-rei de Deus, [...] uma espécie de emanação terrena da Trindade. Atanásio [de Alexandria] e sua escola, com a doutrina estrita da Trindade, jamais poderiam aceitar tal concepção". A noção do imperador como representante de Deus perante o povo forneceu a estrutura de poder do Império Bizantino oriental, mas, no pensamento ocidental, prevaleceu a concepção da Cidade de Deus, de Agostinho de Hipona.

[14]Cf. Heródoto, *História*, VII.8: "Submetido o Egito, Xerxes preparou-se para marchar contra Atenas. Convocou os principais da Pérsia, para expor-lhes os seus planos e ouvir-lhes as sugestões". No fim, segundo o historiador grego, visões em sonhos foram determinantes para Xerxes se lançar à campanha grega (VII.12, 14, 19). Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/historiaherodoto.pdf, acesso em: nov. 2015.

[15]Cf. esp. Heródoto, *História*, VII.35, 39, 56 etc.

[16]Hadassa, nome hebraico de Ester, pode ser traduzido por "murta", pois, de acordo com o Targum II, "assim como a murta espalha sua fragrância pelo mundo, da mesma forma ela espalhou suas boas obras. Por isso foi chamada de Hadassa na língua hebraica, porque os justos são comparados à murta". O nome persa "Ester" pode significar "estrela", pois as flores de murta são parecidas com estrelas. Cf. Peterson, op. cit., p. 220.

[17]Seu nome é derivado da palavra Marduque, nome do deus da cidade da Babilônia. Era benjamita, descendente de Jair, Simei e Quis, pai de Saul, o primeiro rei de Israel. Mardoqueu e sua família foram deportados para a Babilônia junto com o rei Jeconias (Joaquim) em 587 a.C. (cf. 2Rs 24.14-16; Et 2.6).

[18]Hamã era descendente de Agague, rei dos amalequitas que se opôs a Saul. Essa tribo foi o principal inimigo de Israel durante suas peregrinações no deserto (Êx 17.16; 1Sm 15.3), e, "na história de Ester, a figura de Hamã representa a continuidade do antigo amalequita e antissemita Agague". Cf. Peterson, op. cit., p. 213.

[19]Peterson, op. cit., p. 214.

[20]Comentário de Ester 3.12-14, *Bíblia de estudo de Genebra* (São Paulo/Barueri: Cultura Cristã/SBB, 1999), p. 571.

[21]O significado de "de outra parte" é um dos mais debatidos no livro de Ester. Segundo uma interpretação mais antiga, a palavra hebraica "parte", que também é traduzida por "lugar", é um substituto do nome de Deus, seguindo a pratica do judaísmo, que evitaria pronunciar o nome divino. Apesar de a maioria dos estudiosos modernos aceitar essa interpretação, outros são de opinião que pode ser uma alusão a uma ajuda política externa (e.g., Roma, durante o período dos macabeus). O segmento "mas tu e a tua família sereis eliminados" parece fazer alusão ao julgamento divino de Ester, caso ela negligencie a oportunidade e a responsabilidade, ao passo que o trecho "quem sabe se não foi para este momento que foste conduzida à realeza?" sugere que Ester tinha uma vocação maior, possivelmente apontando para o fato de que a providência teria conduzido Ester ao reino. Cf. Arthur C. Lichtenberger, "The Book of Esther", in: George Arthur Buttrick, The interpreter's Bible (Nashville: Abingdom, 1954), vol. 3, p. 854-5.

[22]Peterson, op. cit., p. 209.

[23]Cf. Arthur C. Lichtenberger, "The Book of Esther", in: George Arthur Buttrick, The interpreter's Bible, vol. 3, p. 855.

[24]Ibidem, p. 855.

[25]Para mais informações sobre esses três importantes pensadores cristãos, cf. Franklin Ferreira, *Servos de Deus: espiritualidade e teologia na história da igreja* (São José dos Campos: Fiel, 2014), p. 53-64, 169-79, 407-20.

[26]Citado em Ken Curtis, "Martin Luther: monumental reformer", disponível em: www.christianity.com/church/church-history/timeline/1501-1600/martin-luther-monumental-reformer-11629922.html, acesso em: out. 2015.

[27]Arnold; Beyer, op. cit., p. 274-5.

[28]Peterson, op. cit., p. 190.

[29]Cf. Arnold; Beyer, op. cit., p. 275-6.

[30]Arnold; Beyer, op. cit., p. 272.

[31]Joyce G. Baldwin, *Ester*, p. 97.

[32]Baldwin, op. cit., p. 96-7.

[33]Cf. comentário de Ester 9.5, *Bíblia de estudo de Genebra*, p. 575: "É enfatizada a extensão da matança (v. 6-11), mas também é destacado o fato de que os judeus não saquearam os gentios (v.10). A recusa dos judeus em saquear faz-nos lembrar que os amalequitas saquearam os judeus [1Sm 14.48], o que levou à morte de Saul (1Sm 15.17-19). Esse contraste (cf. 8.11) sugere a propriedade da conduta dos judeus nesse embate com os amalequitas, a despeito da extensão da matança".

[34]Christopher J. H. Wright, *A missão do povo de Deus* (São Paulo: Vida Nova, 2012), p. 275.

[35]Baldwin, op. cit, p. 104. Cf. Comentário de Ester 10.3, *Bíblia de estudo de Genebra*, p. 576: A importância de Mardoqueu como um modelo para os judeus seguirem foi reconhecida no fato de a festa de Purim ser chamada no livro apócrifo de Macabeus de "dia [...] da festa de Mardoqueu" (2Mc 15.36).

[36]Cf. Robson L. Ramos, "Lições aprendidas na Universidade da Babilônia: o 'crente' e o mundo universitário", *Vox Scripturae* 4.1 (1994): 98.

[37]Luiz Felipe Pondé, "Sobre fé, livros e política", *Teologia Brasileira* 45 (2015), disponível em: http://www.teologiabrasileira.com.br/teologiadet.asp?codigo=471, acesso em: nov. 2015. Cf. tb. cap. 6, nota 32.

[38]Arnold; Beyer, op. cit., p. 277.

A CARTA DE PAULO AOS ROMANOS: O PODER DO EVANGELHO E OS LIMITES DAS AUTORIDADES ESTABELECIDAS

> Aquele de quem procede todo o *poder* e por meio de quem toda autoridade existente é estabelecida é Deus, o Senhor, o Deus desconhecido e abscôndito, o Criador e o Redentor, o Deus que elege e rejeita. Isso significa dizer que os *poderes constituídos* são medidos tendo Deus por referência, assim como são todos as coisas humanas, temporais e concretas. Deus é o seu princípio e seu fim, sua justificação e sua condenação, seu "Sim" e seu "Não".
>
> — Karl Barth[1]

Examinaremos neste capítulo o ensino de Paulo sobre a relação do cristão com as "autoridades do governo" (Rm 13.1), especialmente aquele desenvolvido em sua Carta aos Romanos, e buscaremos assim oferecer outro tipo de leitura para algumas passagens-chave dessa carta tão significativa. Alguns autores são de opinião que esse talvez seja o livro bíblico mais importante, dado seu impacto na história da igreja, como na vida de Agostinho de Hipona, Martinho Lutero, John Wesley e Karl Barth.[2]

De certa forma, estamos inseridos na igreja evangélica brasileira em um contexto influenciado pelo fundamentalismo norte-americano, aliado a um histórico de rejeição à cultura e de desconfiança em relação a um maior envolvimento na esfera pública, e é por essa mesma razão que talvez tenhamos sido educados na igreja com a ideia de que a mensagem da Escritura e particularmente a do Novo Testamento seria não apenas apartidária, mas também apolítica. O que almejo argumentar aqui, ponto a ponto, é que Paulo, sobretudo na carta em questão, é intensamente político.[3]

O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO

Comecemos traçando as linhas gerais do contexto social e político em que a Carta aos Romanos foi escrita. Os especialistas acreditam que a data da

composição se deu entre 55 e 57 d.C. Paulo enviou a carta da cidade de Corinto para uma igreja que ainda não o conhecia, com o objetivo de se apresentar aos cristãos em Roma, a capital do império. Esse é um ponto para o qual é necessário chamar atenção e para o qual voltaremos mais adiante: essa carta, de acordo com a datação sugerida, foi escrita pouco depois de o imperador Nero haver assumido o principado, em outubro de 54. E os primeiros anos de seu governo foram marcados por boa administração, incluindo a concessão de mais autonomia ao senado.[4]

O Império Romano foi um dos maiores impérios da história em extensão, com seu início na fronteira da Escócia, abarcando os territórios atuais de Portugal, Espanha, França, Itália, áreas da Alemanha, dos Bálcãs, da Hungria, da Romênia e grande parte do Oriente, chegando quase ao atual Iraque, estendendo-se por uma grande região no norte da África (atuais Argélia, Marrocos, Tunísia, Líbia e Egito).

Quando Paulo escreve sua carta, Roma está em seu ápice como um império que alcançou sua máxima abrangência. Cerca de uma década antes, o imperador Cláudio, cognominado "o Gago", havia conquistado a Inglaterra e a extensão do império alcançada até então, conforme citamos no parágrafo anterior, acabou por ser, mais ou menos, a que permaneceu até o quinto século d.C. Paulo está então escrevendo uma carta essencialmente missionária e doutrinal, destinada àquela que era capital e centro de poder de um império que se encontrava em seu momento de maior extensão na Antiguidade Clássica.

A IGREJA EM ROMA

Outro ponto importante a destacar é a composição da igreja em Roma. Ela foi fundada provavelmente por judeus que se converteram no Pentecostes, em Jerusalém, por ocasião do derramamento do Espírito Santo (At 2.1-11). Esses novos convertidos, ao regressarem a Roma, iniciaram uma comunidade, a qual seria formada por não mais do que cinco igrejas reunidas em casas

próprias ou casas de cômodos.[5] Isso deve ter ocorrido por volta de 30 d.C., pois em Atos 18.2 aprendemos que, por causa de alguma tensão entre judeus e cristãos, o imperador Cláudio expulsou os judeus de Roma, fato que provavelmente aconteceu no ano 49 d.C.[6] Essa igreja se tornou, então, essencialmente gentílica — pelo menos por algum tempo.

Pouco tempo depois, no entanto, Cláudio revogou esse decreto, os judeus voltaram a Roma (incluindo-se os judeus que abraçaram Jesus como o Cristo) e agora, pelo que aprendemos na leitura dos capítulos finais da carta, começam a surgir tensões entre os cristãos judeus, que entendiam que era necessário observar dias santos, comidas especiais e algumas leis alimentares e culturais, e os cristãos gentios, que não tinham tantos escrúpulos com essas questões (tão caras aos judeus graças a seu histórico religioso).

Tais tensões perpassam Romanos 14.1—15.33. Essa seção não é mero apêndice à carta, mas parece que Paulo, após tratar de uma série de questões doutrinais e teológicas, conclui mostrando que o alvo do evangelho (voltaremos a este ponto mais adiante) é tornar a igreja uma unidade multiétnica, e que judeus e gentios cristãos, ambos alcançados pela graça, precisavam saber viver em aceitação e respeito mútuos.

Devemos também ressaltar nesta nossa introdução à Carta aos Romanos que em 15.24-28 Paulo fala de seu desejo de chegar à Espanha, a antiga Társis (Jn 1.3), e o apóstolo, por assim dizer, redige a carta para obter uma carta de recomendação e ser apoiado pela igreja de Roma, a fim de alcançar a extremidade ocidental do Império.[7]

Aí está, portanto, um resumo do ambiente cultural, social e político da época em que a Carta de Paulo aos Romanos foi escrita: o imperador que governava, a constituição da igreja em Roma e as tensões pelas quais aquela igreja passava.[8]

A MENSAGEM DO MESSIAS

Não há espaço aqui para tratar de todas as passagens bíblicas referentes ao tema, mas algumas serão destacadas. Começaremos com os primeiros cinco versículos de Romanos 1.

Em geral, os autores de comentários bíblicos passam rapidamente por essa passagem e pela seguinte (Rm 1.8-15), seguindo diretamente para Romanos 1.16,17. Desse modo, fazem supor que o tema da carta se acha nos versículos 16 e 17. A posição defendida aqui é um pouco diferente. Nos sete primeiros versículos da carta nos é oferecido todo o conteúdo dela de forma resumida:

> Paulo, servo de Jesus Cristo, chamado para ser apóstolo, separado para o evangelho de Deus, que ele antes havia prometido pelos seus profetas nas santas Escrituras, acerca de seu Filho, que, humanamente, nasceu da descendência de Davi, e com poder foi declarado Filho de Deus segundo o Espírito de santidade, pela ressurreição dentre os mortos, Jesus Cristo, nosso Senhor. Por meio dele recebemos graça e apostolado, por causa do seu nome, a fim de conduzir todos os gentios para a obediência da fé, entre os quais também sois chamados para ser de Jesus Cristo. A todos os que estais em Roma, amados de Deus, chamados para serdes santos: Graça e paz a vós, da parte de Deus nosso Pai e do Senhor Jesus Cristo.

O alvo de Paulo no início da carta é mostrar, em resumo, o que desenvolverá depois. E o que ele pretende desenvolver é a mensagem de que Jesus Cristo é o Filho de Deus, o Messias davídico, que morreu pelos nossos pecados, ressuscitou dos mortos e agora tem total supremacia sobre todos os homens e mulheres. Esses são alguns dos principais elementos dessa passagem de Romanos 1.1-7.

Uma verdade importante a ser destacada é que o evangelho procede da Trindade. O leitor deve notar quantas vezes o vocábulo "Deus" aparece nesses primeiros sete versículos. Deus domina, por assim dizer, a passagem. Ele não é apenas o autor do evangelho, mas também o revela. Voltaremos a esse ponto mais adiante; contudo, nesta altura, é necessário destacar que Deus revela o seu evangelho exclusivamente nas Sagradas Escrituras, que foram dadas aos profetas do Antigo Testamento. Esse é um destaque importante, pois a expressão "Sagradas Escrituras" se refere à mensagem profética do Antigo Testamento e, nesse sentido, toda a Epístola aos Romanos pode ser considerada um grande comentário do Antigo Testamento. O que o apóstolo

quer mostrar é que Jesus Cristo vem da linhagem de Davi, é o Messias prometido, pois ressuscitou dentre os mortos, e tem toda a supremacia. Ele é, portanto, o único rei.

Assim, os temas principais da passagem são: Deus; o evangelho que dele procede; as Sagradas Escrituras como fonte exclusiva para receber o evangelho; e o evangelho que trata de Jesus Cristo. E quem é Jesus Cristo nessas palavras introdutórias? Ele pertence à descendência de Davi, é o Filho de Deus, ressuscitado dentre os mortos — o que aqui pressupõe e inclui sua morte redentora, propiciatória e justificadora (Rm 3.24,25), ainda que não mencionada —, e, por causa da obra do Espírito Santo, recebeu o nome dado a nenhum outro: ele é o "Filho de Deus com poder". A expressão deve ser lida de uma só vez, depois de uma profunda respiração, e, se você preferir, pode até escrevê-la desta maneira: "Filho-de-Deus-com-poder".[9] Esse é o novo nome de Jesus, por obra do Espírito Santo.

Como você observará, o que Paulo oferece aqui é um resumo dessas boas-novas, um resumo do evangelho. O evangelho, portanto, não é propriamente a doutrina da justificação ou os dons da fé e do arrependimento; a justificação é um dos benefícios recebidos por meio do evangelho. E a fé e o arrependimento são os meios pelos quais se recebe o evangelho. Antes, nas palavras de abertura da Carta aos Romanos, o evangelho é Jesus Cristo, o Filho de Deus, descendente de Davi, morto pelos nossos pecados e ressurreto dentre os mortos por obra do Espírito Santo. Ele recebeu um nome que ninguém tem, dado pelo próprio Espírito Santo, e o alvo desse evangelho é que homens e mulheres, judeus e gentios, todos juntos, venham a se tornar uma única comunidade: a dos obedientes pela fé, que recebe a graça e a paz que procedem do próprio evangelho.

Esse é, então, o resumo da carta. Todo o seu tema está contido nesses primeiros versículos. Tudo o que vem na sequência, especialmente os capítulos de 1 a 9, é um desdobramento desses versículos iniciais que

resumem e compactam a mensagem que Paulo tem a levar para a igreja em Roma.

Sigamos para 1.16,17. Os cristãos conhecem e amam esses versículos: "Porque não me envergonho do evangelho, pois é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê; primeiro do judeu e também do grego. Pois a justiça de Deus se revela no evangelho, de fé em fé, como está escrito: O justo viverá pela fé". Paulo trata do evangelho, a boa notícia de que Jesus Cristo, que viveu no primeiro século na província imperial da Judeia, na Terra da Promessa, não é um mero homem, mas, sim, descendente de Davi, de linhagem real, Filho de Deus, o único Messias, que morreu e foi ressuscitado dentre os mortos. E essa mensagem é uma mensagem poderosa.

O uso que Paulo faz da palavra "poder" (*dynamis*) está diretamente relacionado ao contexto dos destinatários a que a carta é dirigida: os cristãos em Roma, igreja que está no coração do maior império que já existiu. E esse império se achava imponente, estando no auge de seu poder. O que Paulo está oferecendo aos romanos é uma mensagem poderosa, a qual tem um poder que nem mesmo o imperador tem — visto que esse poder está diretamente associado à ação redentora de Deus no Êxodo, a saída de Israel do Egito (Êx 9.16; Sl 77.14,15; 140.7). Por isso o evangelho é uma mensagem acima de todas as outras. Para citar Karl Barth, "evangelho não é uma verdade ao lado de outras verdades. É a verdade que questiona todas as demais verdades. O evangelho não é a porta, mas a dobradiça".[10]

Por essa razão, Paulo diz que ele não se envergonha dessa boa notícia a respeito de Jesus como único Messias, ressurreto, declarado pelo Espírito Santo o Filho de Deus com poder, porque essa boa-nova é poderosa para nos tornar e nos declarar homens e mulheres completamente justos, parte dessa nova comunidade e aliança que congrega judeus e gentios igualmente.[11]

A seção de 1.8-15 traça, em linhas gerais, o perfil dessa comunidade que o Messias inaugura, reúne por sua graça soberana e sobre a qual reina. A passagem em 1.14,15, por exemplo, mostra que o Messias dá forma a uma

comunidade multiétnica que reúne tanto gregos quanto bárbaros, tanto sábios quanto ignorantes ou iletrados.

Nossa tendência, ao ler essa passagem, é supor que ela tem implicações apenas para a salvação. No entanto, quando se estuda um pouco mais o Império Romano e sua linguagem oficial, toma-se um susto: havia um "evangelho" no mundo romano. Por exemplo, quando um imperador atravessava o mar Adriático para visitar alguma cidade na Grécia, antes de chegar à cidade, um mensageiro ia à frente do cortejo levar o "evangelho", uma boa--nova. Essa boa notícia anunciava que aquele que detinha o poder, o imperador, estava chegando.

É bom ter em mente que "imperador" era uma palavra que designava uma espécie de ditador militar. Imperador, então, era alguém em cargo militar que comandava todas as legiões espalhadas pelas fronteiras do império; era o chefe do exér-cito imperial.

Aquele que se apresenta para entrar na cidade, portanto, é precedido por uma boa-nova e chega investido de poder como "filho de Deus".[12] Acontecia, então, o que era chamado de "chegada" (*parousia*), quando a população saía para receber o imperador e o conduzir para dentro da cidade.[13] O apóstolo está, de certa forma, apropriando-se de palavras-chave da linguagem política de Roma e aplicando-as a Jesus para mostrar que Jesus, o Messias, aquele que ressurgiu dos mortos, Filho de Deus e filho de Davi, é o único que tem todo o poder e toda a supremacia. Todos os "poderosos" debaixo do céu são mera paródia de quem é o nosso Senhor Jesus Cristo.

Passamos por algumas dessas palavras rapidamente: descendente de Davi, Filho de Deus, evangelho, Senhor etc. Quem era o senhor no mundo romano? César, o augusto imperador. Por que os cristãos começaram a ser perseguidos, na época de Nero, cerca de oito anos após a composição da Carta aos Romanos? Porque os cristãos foram considerados "ateus", por adorarem o "deus invisível" e não uma representação humana, e considerados subversivos, por não adorarem o imperador. Eram perseguidos, torturados e mortos pelos

crimes de lesa-pátria e lesa-majestade, porque eles, além de adorar o "deus invisível", entendiam que Jesus Cristo era o único senhor.

Poder e justiça, por exemplo, também eram palavras de conotação política, mas foram reapropriadas por Paulo ao escrever para o centro de poder e decisão da época com o propósito de mostrar que ele agora era o mensageiro (além de "servo", "chamado" e "separado", palavras que ele usa em Romanos 1.1) dessa boa-nova, que não dá espaço para competição com as visões de mundo não cristãs, as quais, antes, são ofuscadas por ela.

A FONTE DO EVANGELHO

É então estabelecido um contraste em 1.18,19: "Pois a ira de Deus se revela do céu contra toda impiedade e injustiça dos homens, que impedem a verdade pela sua injustiça. Pois o que se pode conhecer sobre Deus é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou". Quando comparamos 1.18 com 1.2,17, o que se abre diante de nós é o seguinte: há aqui uma boa notícia que somente é recebida por meio da Sagrada Escritura. Esse evangelho é aprendido exclusivamente na Sagrada Escritura judaica, e não nos Oráculos Sibilinos. Se alguém quiser ouvir esse evangelho, terá de voltar às Escrituras judaicas e aos profetas do Antigo Testamento para entender, aprender e ser mudado por eles.

Paulo faz um contraponto entre a revelação do evangelho na Sagrada Escritura e a revelação da ira e do desprazer de Deus expressos na criação. Em Romanos 1.18, ele oferece uma perspectiva sombria. Quem acha que o conceito da ira de Deus é algo restrito ao Antigo Testamento (uma reminiscência da heresia marcionista) tem um choque nesse momento: "Pois a ira de Deus se revela do céu contra toda impiedade e injustiça dos homens, que impedem [a ideia aqui é de sufocar ou abafar] a verdade pela sua injustiça". Então, do céu, na criação, é revelado o desprazer de Deus porque homens e mulheres distorceram uma revelação que era clara: a revelação do próprio Deus, o Criador.

O que Paulo pretende comunicar (que é desdobrado nos versículos 19 e 20) é, portanto, que a revelação geral é a base do juízo divino: como Deus já se revelou na criação, todo homem e toda mulher estão previamente condenados. Se alguém busca uma boa-nova de salvação, deve correr para o evangelho revelado na Sagrada Escritura para aprender nele quem é Jesus, Filho de Deus, da descendência de Davi, que morreu por causa de nossos pecados e ressuscitou dentre os mortos por meio do Espírito de santidade.

OS PODEROSOS SOB A IRA DE DEUS

A leitura tradicional dessa passagem geralmente se aplica a pessoas que nunca ouviram falar de Jesus Cristo, como os bárbaros além--fronteiras. Mas será que tal aplicação se ajusta à ideia central expressa no texto?

Os versículos de 20 a 23 afirmam (em um aprofundamento do argumento de Paulo): "Pois os seus atributos invisíveis, seu eterno poder e divindade, são vistos claramente desde a criação do mundo e percebidos mediante as coisas criadas". Há, por assim dizer, segundo o apóstolo, uma "assinatura" divina na criação. Deus deixou uma espécie de autógrafo que nossa perversão não consegue perceber: Deus como aquele que é divino, soberano, eterno etc.

Paulo continua: "... de modo que esses homens são indesculpáveis". De quais homens o apóstolo está falando aqui? "... porque, mesmo tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças; pelo contrário, tornaram-se fúteis nas suas especulações, e o seu coração insensato se obscureceu. Dizendo--se sábios, tornaram-se loucos e substituíram a glória do Deus incorruptível por imagens semelhantes ao homem corruptível, às aves, aos quadrúpedes e aos répteis". Quem é que requeria e buscava esse tipo de culto no Império Romano? Os bárbaros além-fronteiras? Talvez eles prestassem cultos assim, mas será que a passagem se refere a eles? Quem é que Paulo tem mente nessa passagem extremamente dura e difícil? Quem é que adorava, no mundo romano, o homem corruptível, as aves, os quadrúpedes e os répteis?

Se fizermos uma simples pesquisa por imagens de estátuas de imperadores romanos, veremos que não apenas eram retratados, mas também adorados no mundo romano. Em linhas gerais, quando um imperador morria, ele era deificado e chamado de "filho de deus". Mas quem é Jesus, segundo as Sagradas Escrituras? Ele é o verdadeiro Filho de Deus, descendente de Davi, procedendo de uma linhagem messiânica e real. Perceba o choque de noções diametralmente opostas de salvação.

Há ainda hoje, nos grandes museus europeus, estátuas de Augusto, Tibério e Cláudio,[14] por exemplo, imperadores que governaram pouco antes de Nero, que comandava o império quando a Carta aos Romanos foi escrita.[15] Então, no contexto dessa carta, quem é que adorava homens corruptíveis? Aqueles que serviam às estruturas de autoridade do Império Romano.

Ao pesquisarmos também imagens de moedas romanas da época,[16] descobrimos que, por exemplo, em um denário de Augusto (que passou a circular no império após sua morte), está inscrito em uma de suas faces "divino Augusto".[17] Uma vez mortos, Augusto e sua esposa, Lívia, foram deificados e passaram a ser cultuados pela população do império como se fossem divinos. Mas eram "homens corruptíveis". Pode-se ver também que em um áureo de Tibério está inscrito que ele é o "Pontífice Máximo",[18] ou seja, ele não era só imperador, mas o principal sacerdote de todo o Império Romano, oficiando os cultos ao imperador Augusto deificado.

Em outro denário, o de Cláudio, o imperador também é retratado como divindade.[19] Curiosamente, no sestércio de Nero, em uma das faces, pode-se ver o imperador fazendo o que chamaríamos hoje de "justiça social": oferecendo dinheiro, por meio de um oficial, para as pessoas carentes em Roma (uma forma de devolver um pouco dos impostos que eram recolhidos em todo o império).[20] O que se quer demostrar aqui é que a adoração do "homem corruptível" por parte do povo comum era promovida pela estrutura de poder romana.[21]

E quanto a aves, quadrúpedes e répteis? Quem desfilava pelo mundo romano carregando uma águia? As legiões romanas. E havia pelo menos 24 espalhadas por todo o império naquele período. Essas unidades militares desfilavam com "aves", águias, como símbolos da divindade e poder imperiais. Além dos estandartes das legiões com uma águia, havia estandartes com uma mão espalmada. Na época, o sacramento era o juramento de lealdade que um recruta legionário prestava à sua unidade militar e ao imperador, jurando lealdade a ambos até a morte.

Cada legião tinha um nome e um símbolo, como qualquer unidade de elite da atualidade. Quais eram os símbolos das legiões romanas nos primeiros dois séculos depois de Cristo? Elefantes, javalis, touros, escorpiões e assim por diante eram retratados nos estandartes (*vexillum*), em associação com o título das legiões.[22] Portanto, quem Paulo está dizendo que está debaixo da ira de Deus e do desprazer divino? Os poderosos em Roma e seus símbolos de autoridade. Aqueles que sustentam a estrutura de poder romana estão debaixo da ira santa do próprio Deus.

Nos versículos de 24 a 27, Paulo descreve a reação de Deus, que entrega essas pessoas a pecados e paixões infames; nos versículos de 28 a 32, também menciona sua disposição mental reprovável. Quem o apóstolo está descrevendo aqui? Parece que ele mira em cheio a família imperial, a casa de César, e seus bem conhecidos vícios e pecados, que não eram tolerados pelo patriciado, formado pelas nobres e tradicionais famílias (as *gentes*) romanas.

Uma referência para a vida da família imperial no primeiro século d.C. é a obra *As vidas dos doze césares*, de Suetônio. Devemos ler essa obra com alguma suspeita, pois foi escrita no segundo século d.C. e o autor era um republicano que detestava a casa imperial. Ele escreve algumas críticas muito sarcásticas, mordazes e pesadas, especialmente à Dinastia Júlio-Claudiana.[23] Vejamos o que Suetônio escreve sobre Nero, ao descrever alguns vícios deste imperador:

> A petulância, a libertinagem, o luxo, a avareza e a crueldade foram vícios a que se entregou a princípio, gradualmente, às ocultas, como desvios da juventude. [...] Pouco a pouco, porém, com o crescer dos vícios, abandonou as brincadeiras e os mistérios e, sem a preocupação de dissimular, deu

> livre curso aos mais incríveis excessos. [...] Sem falar das relações sexuais com homens livres e das suas libidinagens com mulheres casadas, deflorou uma virgem Vestal, Rúbia. Muito pouco faltou para que não desposasse a sua liberta, Ateia. Com essa intenção, subornara personagens consulares para que jurassem ser ela oriunda de estirpe real. Esforçou-se, mesmo, por transformar em mulher, arrancando-lhe os testículos, o jovem Esporo. Carregou-o em régia pompa, observando todos os ritos esponsalícios e o tratou como verdadeira mulher. Não foi sem espírito que alguém, a propósito, asseverou "que o gênero humano estaria bem contente se o pai de Nero, Domício, tivesse tido semelhante esposa". Paramentou Esporo com os adornos das imperatrizes, conduziu-o em liteira e o acompanhou às assembleias e aos mercados na Grécia e, mais tarde, em Roma, às sigilárias, cobrindo-o a cada passo de beijos. Ninguém duvida que tenha desejado coabitar com sua própria mãe e que, desse intento, tenha sido dissuadido pelos próprios inimigos dessa mulher feroz e difícil de ser contida, sob o temor de que se viesse a prevalecer daquele gê-nero de prestígio, sobretudo depois que ele admitira, entre as suas concubinas, uma cortesã que parecia muito, disse, com Agripina. Narra-se inclusive que toda vez que andava em liteira com sua mãe satisfazia com ela seus apetites incestuosos e provava esse fato com as manchas apresentadas em suas vestes.[24]

Não é exatamente esse o tipo de comportamento descrito em Romanos 1.20-32? O texto diz a partir do versículo 24: "É por isso que Deus os entregou à impureza sexual, ao desejo ardente de seus corações, para desonrarem seus corpos entre si; pois substituíram a verdade de Deus pela mentira e adoraram e serviram à criatura em lugar do Criador, que é bendito eternamente. Amém. Por isso, Deus os entregou a paixões desonrosas. Porque até as suas mulheres substituíram as relações sexuais naturais pelo que é contrário à natureza. Os homens, da mesma maneira, abandonando as relações naturais com a mulher, arderam em desejo sensual uns pelos outros, homem com homem, cometendo indecência e recebendo em si mesmos a devida recompensa do seu erro".

Paulo continua a ampliar a lista de pecados e iniquidades. A partir do versículo 29, o texto diz: "... cheios de toda forma de injustiça, malícia, cobiça, maldade, inveja, homicídio, discórdia, engano, depravação; sendo intrometidos, caluniadores, inimigos de Deus, insolentes, orgulhosos, arrogantes, inventores de males, desobedientes aos pais; insensatos, indignos de confiança, sem afeto natural, sem misericórdia". Um cristão em Roma ouviria essa passagem relacionando-a com seu dia a dia. Na capital do império, seria comum ele ver a marcha de uma coorte da Guarda Pretoriana

(*Praetoriani*) desfilando com a insígnia da unidade (*aquila*), o estandarte (*vexillum*) e escudos (adornados com a imagem de um escorpião) pelas ruas estreitas e, ao mesmo tempo, conhecer as fofocas que viriam da casa imperial de César.[25] O que entenderia do escrito de Paulo é sua intenção de mostrar que, de fato, aqueles que detinham a autoridade em Roma estavam debaixo da ira santa de Deus. Aqueles que, para os homens, eram divinos, poderosos e alvos de culto, adoração e temor não são nada perante o Altíssimo. O apóstolo, nessa altura, está pronto a oferecer à igreja em Roma uma mensagem muito mais poderosa, profunda e bela do que as mensagens apresentadas pelo império.

Vamos agora tentar colocar toda a passagem de Romanos 1.18-32 em contexto. Quando prosseguimos para Romanos 2.1-16, Paulo repete nos versículos 5 e 6 que a ira de Deus é derramada sobre um tipo de homem ali descrito: "Mas, segundo tua teimosia e teu coração que não se arrepende, acumulas ira sobre ti no dia da ira e da revelação do justo julgamento de Deus, que retribuirá a cada um segundo suas obras". Quem é o ser humano descrito nessa passagem? O moralista. É aquele que diz: "Paulo, eu sou republicano e não cometo esse tipo de pecado".

Sêneca, o preceptor de Nero, sendo homem íntegro, reto e estoico, provavelmente é o tipo de homem em vista aqui. No entanto, ao mesmo tempo que o apóstolo condena o que é feito exteriormente, condena a quebra da lei que Deus gravou no coração de todo homem e toda mulher. Em outras palavras, o ato de apontar para julgar é reprovado nessa passagem, pois aquele que julga o que comete pecados exteriormente também os comete interiormente, no coração.

O que aprendemos, ao considerar toda a seção, é que os poderosos estão debaixo da ira divina, também os moralistas e, por fim (como se vê em Romanos 2.17—3.8), os religiosos, porque o Deus eterno não vem trazer religião. A religião pressupõe uma escalada pela qual se pode chegar ao Altíssimo (como no episódio da Torre de Babel, em Gênesis 11.1-9); o

evangelho, no entanto, é uma boa-nova (Rm 1.1-7) que vem de Deus a nós na Escritura, dada aos profetas do passado.

Paulo situa todo gênero humano, sem exceção, debaixo da ira santa de Deus. Não há ninguém que escape. Isso fica claro em Romanos 3.9-21, em que ele diz que somos todos pecadores e que todo homem no mundo sem Deus e sem Cristo está debaixo do desprazer divino.

> E então? Somos superiores a eles? De modo nenhum, pois já demonstramos que tanto judeus como gregos estão todos debaixo do pecado; como está escrito: Não há justo, nem um sequer.Não há quem entenda; não há quem busque a Deus. Todos se desviaram; juntos se tornaram inúteis. Não há quem faça o bem, nem um sequer. A garganta deles é um sepulcro aberto; enganam com a língua; debaixo dos seus lábios há veneno de serpente; a sua boca está cheia de maldição e amargura. Os seus pés se apressam para derramar sangue. Nos seus caminhos há destruição e miséria; e não conheceram o caminho da paz. Não possuem nenhum temor de Deus. Ora, sabemos que tudo o que a lei diz é para os que estão debaixo da lei que ela diz, para que toda boca se cale e todo o mundo fique sujeito ao julgamento de Deus. Porque ninguém será justificado diante dele pelas obras da lei; pois pela lei vem o pleno conhecimento do pecado. A justificação pela fé em Jesus Cristo. Mas agora a justiça de Deus se manifestou, sem a lei, atestada pela Lei e pelos Profetas.

Podemos, então, especificar a passagem: os poderosos estão debaixo da ira de Deus. Aqueles que detêm o poder na cidade dos homens e que acham que são deuses ou que exigem culto à estrutura que dá suporte à sua carreira política estão debaixo da ira santa de Deus. Os moralistas também estão debaixo da ira de Deus e até mesmo os religiosos estão debaixo dela. Poder, moral e religião não conectam ninguém a Deus e não conduzem ninguém a ser aceito por ele. Somente o evangelho do Filho de Deus com poder é que vincula pecadores ao único Deus. Parece-me que é isso que Paulo quer enfatizar aos cristãos que cultuavam a Deus no centro de poder do império.

A respeito disso, N. T. Wright escreve:

> Nos dias de Paulo, o culto ao imperador era a religião que se pro-pagava mais rapidamente no mundo do Mediterrâneo. Na própria Roma, os imperadores não exigiam honras divinas completas, mas eles adotavam o título 'filho de deus' — o deus em questão sendo o recém-falecido e recém-deificado predecessor. E nas províncias, da Grécia e Turquia até o Oriente Médio e Egito, deificação era o padrão.[26]

O que Wright afirma sobre o tempo em que Paulo escreveu sua carta aos romanos mudou mais adiante, em 90 d.C. Trataremos rapidamente do contexto de Apocalipse no final deste capítulo. Como já foi dito, até esse momento o imperador era deificado após a morte e recebia o título de "filho de deus". No entanto, desde as províncias da Grécia e da Turquia até o Oriente Médio e o Egito, deificação em vida era o padrão. Portanto, ainda que o imperador vivo não se apresentasse como "filho de deus", nas províncias distantes de Roma ele era adorado como tal. Como o autor indaga: "O povo tinha adorado governantes antes; por que não deviam Augusto e seus sucessores, com seus extraordinários poderes, receber as mesmas honras divinas?".

UMA TEOLOGIA SUBVERSIVA

Quando começamos a entender esse contexto, notamos a absoluta seriedade de Paulo em Romanos 1.1-7. Quando ele fala do evangelho, de Jesus Cristo como o Senhor, como o descendente prometido da linhagem davídica, de Jesus como o Filho de Deus com poder, morto e ressuscitado, da comunidade multiétnica que reúne gregos, bárbaros e judeus, letrados e iletrados, homens e mulheres, notamos que sua mensagem era altamente subversiva. Paulo está confrontando o poder de Roma, bem como os supostos deuses pagãos que estão por trás desse poder, com uma mensagem nova, chamada "evangelho".

Essa mensagem trata de Jesus ressuscitado, o Messias, o verdadeiro Senhor do mundo, e tem como objetivo instaurar a adoração multiétnica do único Deus verdadeiro. É possível perceber as implicações políticas da mensagem de Paulo aos romanos? A mensagem do apóstolo era chocante. Não era explícita, no entanto, mesmo porque ele não tinha interesse algum em declarar guerra contra Roma. Veremos adiante que sua proposta vai muito além da mera desobediência civil. O que Paulo oferece aqui é outro tipo de mensagem, a qual era muito mais poderosa do que a oferecida pelo império.

Diga-se de passagem: até o presente momento estamos empregando a palavra "poder" também para designar a força política do império, mas, lendo com atenção a Carta aos Romanos, percebemos que Paulo nunca usa a palavra "poder" em referência à estrutura imperial e às autoridades constituídas. Essa palavra é empregada exclusivamente em relação a Jesus Cristo e à mensagem revelada desse único salvador.

Podemos ligar os pontos agora: Romanos 1.1-7, depois 1.16,17 e em seguida Romanos 10.9-13. Esse texto está no coração do debate a respeito da justiça e da onipotência de Deus. César exigia ser reconhecido como senhor e exigia culto. Veja o que Paulo diz neste trecho: "Porque, se com a tua boca confessares Jesus como Senhor...". Foi por isso que, cerca de oito anos depois, Nero passou a perseguir os cristãos, pois reconheciam apenas um Senhor, Jesus Cristo, o único Salvador. "Porque, se com a tua boca confessares Jesus como Senhor, e em teu coração creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo; pois com o coração é que se crê para a justiça, e com a boca se faz confissão para a salvação."

O que Paulo está instigando os cristãos em Roma a fazer? Quer levá-los a testemunhar que há um único Senhor em todo o mundo, e esse único Senhor é Jesus Cristo, da descendência real de Davi, o qual havia nascido em uma província remota no leste do império. Jesus Cristo é o único Senhor não só por ser da descendência de Davi, mas também por ter sido ressuscitado dentre os mortos por obra do Espírito Santo e por ter ganhado o nome que nenhum outro tem: Filho de Deus com poder. Essa é uma mensagem subversiva. O cristão em Roma leria essas palavras com receio, esperando que essa carta não chegasse aos agentes secretos (*frumentarii*) do imperador.[27]

Ao final da Carta, quando Paulo saúda vários irmãos da igreja em Roma, é citado o nome de Amplíato (16.8), provavelmente um escravo.[28] Tanto escravos — que serviam na casa de uma família de patrícios — quanto pessoas comuns (a *plebe*) — como o caso de uma senhora que ganhava o dia lavando ou tingindo roupas num rio qualquer ou de um feirante — podiam fazer parte

de um novo reino, sendo filhos do Deus cujas características e atributos não permitem competição: o Filho de Deus com poder, que é o próprio Jesus Cristo, e a sua ressurreição dentre os mortos prova essa verdade.

A esse respeito, novamente citamos N. T. Wright:

> Quando Paulo escreveu [a Epístola aos] Romanos, ele não estava oferecendo uma religião bondosa ou uma fé separada do mundo do poder romano. Ele estava enfrentando o poder imperial diretamente. Nas linhas introdutórias dessa carta, Paulo anuncia que ele está indo para Roma como o mensageiro das 'boas-novas' de Deus, as novas sobre seu filho, o herdeiro real de Davi (em Salmos, o rei davídico dominaria o mundo inteiro).[29]

Lembremo-nos de que o evangelho foi revelado pelos profetas exclusivamente nas Escrituras. O que os profetas falaram de Jesus? O salmo 2, por exemplo, que é um salmo tipológico, diz que o Filho de Deus dominaria todo o mundo e aquele que se levantasse contra ele seria despedaçado por um bastão. Ao mesmo tempo, Javé gargalharia do céu contra aquele que se levantasse contra o seu ungido, o Messias, o seu Filho especial. N. T. Wright continua:

> A ressurreição marcou Jesus como Filho de Deus. Ele é agora o verdadeiro senhor do mundo, exigindo submissão dos judeus e dos gentios também. Paulo não se envergonha das 'boas-novas' porque esta mensagem — o anúncio de Jesus como o Messias e Senhor ressuscitado, o único Deus verdadeiro — revela salvação e justiça para o mundo inteiro.[30]

Portanto, confessar Jesus Cristo como o único Senhor era uma mensagem subversiva, com poder de virar do avesso todas as estruturas de autoridade no mundo antigo — a começar pela própria capital do império.

O CRISTÃO E AS AUTORIDADES

Um problema que estamos enfrentando hoje no ocidente, incluindo-se o Brasil, por causa de um conceito também revolucionário de secularização, é a noção de que nós, cristãos, podemos manter a fé desde que ela esteja circunscrita à nossa casa e, quando muito, à nossa igreja. O ensino da Carta aos Romanos rejeita essa noção totalmente. O que Paulo está nos ensinando

por meio dela é o seguinte: a nossa fé deve ser expressa com força, com paixão, com graça e misericórdia também na esfera pública, porque os que reivindicam autoridade indevida estão igualmente debaixo do jul-gamento divino. A ira de Deus está sobre eles; os pecados que cometem testemunham que Deus os entregou à própria perfídia, iniquidade e transgressão.

Paulo quer mostrar aos cristãos romanos que eles, diante da ira de Deus sobre os que pervertem sua autoridade, não devem ser intimidados, mas, sim, estar prontos para expressar a mensagem do evangelho de Jesus Cristo como único Senhor também na esfera pública — ainda que, em Roma, a religião pertencesse à esfera privada.[31]

Prosseguindo, vamos analisar agora Romanos 13.1-7, passagem que tem sido, infelizmente, tão mal empregada.[32] Muitas vezes, quando cristãos se acharam debaixo de regimes ditatoriais, essa passagem foi utilizada para ensinar a crença de que eles devem se conformar diante de um Estado iníquo, mesmo de um governo autoritário ou totalitário.

Como justificar essa leitura simplista de Romanos 13.1-7 à luz de tudo o que examinamos até agora? Como os cristãos em Roma, judeus e estrangeiros, pessoas simples e humildes, entenderiam sua relação com as autoridades constituídas? Talvez, à luz de tudo o que já tratamos até aqui, a tendência seria pensar o seguinte: "Estamos livres dos grilhões do imperador, não precisamos mais obedecer a cônsules ou senadores".

No entanto, o que Paulo faz aqui? Ele diz algo que pode soar como: "Calma, há um papel designado para as autoridades". De um lado, o apóstolo, de modo sagaz e com muita coragem, dessacralizou as autoridades constituídas. Em tudo o que vimos até agora, ele esteve subversivamente colocando as estruturas de autoridade do mundo romano de pernas para o ar, de cabeça para baixo, e demonstrando que há outra via, poderosa, da qual ele não se envergonha, que é o evangelho de Cristo Jesus, o Messias, o descendente de Davi, o Filho de Deus com poder, aprovado por haver

ressuscitado dentre os mortos. Em contrapartida, neste ponto do texto, ele afirma:

> Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação. Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal. É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência. Por esse motivo, também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra (Rm 13.1-7, ARA).

Um aspecto importante a destacar, antes de analisarmos toda a passagem, é que Paulo não usa os títulos honoríficos tradicionalmente empregados para as figuras políticas do mundo romano. Ele não diz: "Todo homem esteja sujeito aos imperadores, cônsules, senadores e assim por diante", mas usa uma palavra genérica, "autoridades", empregada no plural. Assim, essa afirmação não se limita às autoridades superiores, como imperadores ou reis, mas abrange todos os tipos de autoridades, incluindo os que têm por encargo as cidades ou são nomeados governadores de províncias. Outro aspecto a enfatizar é que "Deus sempre dispersa o poder por muitas pessoas".[33] Portanto, o que Paulo quer transmitir à igreja em Roma é um ensino atemporal, que se ajusta à qualquer época na qual a igreja esteja militando.

Paulo começa dizendo, em primeiro lugar, que todos os homens, cristãos e não cristãos, devem obedecer às autoridades (e, na passagem, essa é uma referência às autoridades governamentais seculares), porque não há autoridade que não proceda de Deus, e as autoridades existentes foram por ele instituídas.[34] No entanto, o mais importante no que ele afirma é que tal sujeição se dá porque é Deus quem institui todas as autoridades, e na passagem o apóstolo refere-se claramente às autoridades que executam apropriadamente suas funções. Em outras palavras, devemos reconhecer que a

ordem do apóstolo para que nos submetamos aos governantes limita-se ao caso das autoridades legítimas.[35]

O ponto central da passagem é que o único absoluto não são as autoridades instituídas, e sim Deus, que as estabelece. Observe o seguinte: mesmo que Paulo lembre o cristão de seu dever de honrar o Estado, ele relativiza o "poder" deste. Se o Estado é a autoridade constituída, isso ocorre porque sua autoridade é derivada de Deus, que é a autoridade máxima e a única fonte de autoridade: "Ele as denomina de *autoridades superiores*, visto que excedem aos demais homens; mas não de autoridades *supremas*, como se fossem [por si mesmas] soberanas. [...] Não chegaram a esta elevada posição por sua própria faculdade, mas foram postos ali pela mão do Senhor".[36]

Deve-se notar também que a palavra "poder" nunca é empregada na Epístola aos Romanos para caracterizar figuras ou instituições políticas. O uso desse termo para designar autoridades se tornou comum somente a partir do século 17. Fala-se na atualidade em "três poderes" ou, mais especificamente, "poder judiciário", "poder legislativo", "poder executivo", "poder público" etc. É uma linguagem comum, que comunica força, coerção e intimidação; contudo, nessa carta, somente Deus é poderoso, e somente o evangelho e Jesus Cristo são poderosos. Assim, o que nos é ensinado é que o Deus todo-poderoso concede autoridade para algumas pessoas, a fim de evitar "anarquias e desastre político".[37]

O que Paulo reafirma aqui é um princípio que Jesus Cristo já havia estabelecido e que aprendemos nos Evangelhos, no episódio em que os fariseus se aproximam dele para testá-lo e perguntam se ele achava certo pagar impostos ao imperador (Mt 22.15-22). Jesus, então, pergunta-lhes de quem era a face que estava gravada na moeda. Quando eles respondem que é a face do imperador, ele diz: "Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus".

Nessa passagem, os líderes religiosos perguntam especificamente a Jesus Cristo sobre o "imposto do recenseamento", que deveria ser pago ao império

por todos os homens dos 14 aos 65 anos de idade (mulheres pagavam o imposto dos 12 aos 65 anos). O valor cobrado equivalia a um dia de trabalho ao ano, e sua aceitação era um reconhecimento do domínio do imperador romano. A resposta simples de Jesus à armadilha dos fariseus e herodianos ensina não apenas a separação entre as esferas do culto a Deus e do serviço ao Estado, cada qual com seu campo de ação, mas especialmente que a lealdade última é dada exclusivamente a Deus como Senhor (At 4.19; 5.29), enquanto nossa relação com o Estado é provisória e temporária (cf. tb. 1Pe 2.13-17), nunca subserviente ou idólatra.[38] Como bem lembrou Bento XVI, que nos acautelemos a todo custo da "teologização da política", que se tornará meramente a "ideologização da fé".[39]

O que Paulo pretende na passagem de Romanos é o mesmo que foi destacado por Jesus: já que Deus estabelece toda autoridade, essa autoridade tem um poder derivado e, por isso, limitado. De certa forma, a esfera da igreja ajuda a limitar a esfera do Estado. Colocando de outra forma, com toda a seriedade, o que se pode aprender aqui é que a igreja de Cristo, a "comunidade eleita para a vida eterna" (Catecismo de Heidelberg, pergunta 54), não extrai sua existência do Estado, nem depende dele de modo algum. Aliás, na Carta aos Romanos, a igreja precede até mesmo ao Estado: em Romanos 1.8-15, Paulo descreve o povo de Deus — como vimos anteriormente, gregos e bárbaros, livres e escravos, homens e mulheres — reunido agora como igreja por causa do poder do evangelho. Essa é a nova comunidade que o Messias congrega, multiétnica e separada do Estado.

Como já afirmamos, a igreja não extrai sua missão do Estado, assim como o Estado não extrai sua ação da igreja. Deus estabelece duas esferas distintas e separadas. Essa convicção — com todas as implicações — foi internalizada pela cristandade antiga:

> A história da cristandade greco-romana se reduz eminentemente a uma crítica [...] de que era possível atingir uma meta de segurança, paz e liberdade permanentemente por meio da ação política, especialmente por meio da submissão à 'virtude e fortuna' de um líder político. Os cristãos denunciaram essa noção com vigor e consistência uniformes. Para eles, o Estado, longe de ser o

> instrumento supremo de emancipação e perfectibilidade humanas, era uma camisa de força a ser justificada, na melhor das hipóteses, como 'um remédio para o pecado'. Pensar de outra forma seria considerado a mais grosseira superstição.[40]

Antes de entrar na razão de Deus estabelecer essas autoridades, Paulo lembra que o cristão deve estar sujeito às autoridades superiores por dever de consciência (13.3-5). Somos chamados a honrar as autoridades que Deus estabelece sobre uma nação, com o propósito de manter a ordem na sociedade, por dever de consciência e não por coação.

Agora é necessário fazer a seguinte pergunta: "Como saber se uma autoridade é legítima, à luz da passagem?". Como já foi dito, infelizmente essa passagem tem sido usada e abusada para justificar o silêncio e a omissão por parte dos cristãos, mesmo diante de governos autoritários ou totalitários, sugerindo-se com ela que devemos obedecer ao Estado em toda e qualquer circunstância. Mas, em Atos 5.14-36, quando se veem diante de uma ordem iníqua emitida pelas autoridades constituídas, Pedro e os outros apóstolos ousadamente afirmaram: "Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens" (At 5.29). Quando as duas ordens colidem, o cristão tem a liberdade de fazer uma escolha, e esta deve ser feita com rapidez e sem hesitação: ficar do lado de Deus, em vez de obedecer às autoridades, quando estas não estão cumprindo seu chamado.

Portanto, como conciliar essa passagem de Atos 5 com Romanos 13? Nesta, Paulo delimita o alcance da autoridade (versículos 3 e 4, novamente). O objetivo da autoridade, que é constituído pelo próprio Deus, está no próprio texto: "Porque os governantes não são motivo de temor para os que fazem o bem, mas sim para os que fazem o mal. Não queres temer a autoridade? Faze o bem e receberás o louvor dela. Porque ela é serva de Deus para o teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não é sem razão que ela traz a espada, pois é serva de Deus e agente de punição de ira contra quem pratica o mal". Observe que Paulo não trata de algo como "o poder da espada", mas apenas menciona "a espada", uma referência ao direito, concedido por Deus

ao governo, de punir o mal. O versículo 4 usa duas vezes a palavra *diáconos* em referência às autoridades. Esse vocábulo significa "servo", mas também pode ser traduzido por "ministro", "administrador" ou "empregado". Sob um aspecto, a autoridade é estabelecida como uma espécie de servidor para recompensar aquele que faz o bem e para punir o mal. E punir, na passagem, é realmente punir; a espada era um instrumento de morte no mundo antigo (não de tortura, que não é sancionada na passagem). O que Paulo ensina é que somente o Estado tem autoridade para punir os malvados e, muito provavelmente, o direito de constituir exércitos.

Como saber, então, se uma autoridade é legítima, à luz de Romanos 13? Nessa passagem, Paulo estabelece e define a autoridade legítima ideal: ela é serva de Deus para o bem dos súditos; recompensa o bem que é feito pelos súditos; é agente de punição contra o mal — e, por cumprir tais prerrogativas, os súditos cristãos se sujeitam à autoridade e pagam tributos e impostos.[41]

Essa autoridade é legítima, então, quando afirma e recompensa aqueles que fazem o bem, servindo-os e protegendo-os contra os maus. Portanto, como sabemos se um governo ou autoridade é legítima? Será legítima se premia aquele que faz o bem e, em contrapartida, pune os facínoras criminosos.

Aqui temos um desafio perante nossa cultura, uma cultura em que, como já se sugeriu com boa dose de sarcasmo e ironia, o certo é o errado e o errado é o certo. Uma autoridade que deixa de recompensar o bem e de punir o mal ainda é uma autoridade legítima? Essa é a pergunta que devemos fazer à luz de Romanos 13.1-7. Parece-me que, para Paulo, quando uma autoridade se desvia desse alvo, perde a legitimidade e deixa de ser autoridade constituída por Deus. Nesse momento, então, o cristão pode confrontá-la, exortá-la e, com outras autoridades ligadas ao governo, poderá retirar o governante corrupto, como já aconteceu aqui no Brasil (no caso do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo, em 1992).

Observe que, até esse capítulo de sua carta, Paulo criticou os "poderosos" assinalando que todo aquele que se acha poderoso, adorando a si mesmo e à própria força, está debaixo da ira divina, e a prova disso são os pecados que esse "poderoso" comete. Por um lado, os cristãos são salvos exclusivamente pela fé em Jesus Cristo, o verdadeiro Messias, e a sua ressurreição dentre os mortos é a prova de que ele é o verdadeiro Messias. Por outro, Deus outorgou autoridade para algumas pessoas e criou algumas estruturas em que o bem é premiado e o mal recebe punição. E por isso os cristãos pagam tributos e impostos e respeitam as autoridades (Rm 13.7).

Como você observará também, há uma causalidade na passagem. Paulo não pretende afirmar que o pagamento de impostos é tão somente uma imposição que pesa sobre todos nós; antes, reconhecemos que essa autoridade constituída é legítima quando ela recompensa atos bons e uma postura de civilidade, e pune a maldade — e por isso pagamos impostos e a honramos.

Se a leitura da carta aqui sugerida estiver correta, temos um imenso desafio em nosso país, onde o mal tem sido premiado, onde cerca de 50 mil brasileiros morrem por ano por arma de fogo[42] e onde somos extorquidos por uma carga brutal de impostos sem nenhum retorno. De acordo com o ensino bíblico como um todo, o papel do Estado não é igualar as pessoas — o que já se provou uma impossibilidade histórica. Seu papel nas Escrituras é, *prima facie*, proteger e recompensar os bons e punir os maus, e é no exercício dessa função que o Estado é reconhecido como ministro de Deus (Rm 13.6).

Deve-se destacar novamente que as palavras-chave empregadas no texto grego para designar a autoridade podem ser traduzidas por "servos". Como dissemos anteriormente, o apóstolo usa a palavra *diakonos* duas vezes no versículo 4 e, depois, no versículo 6, usa ainda outra palavra grega, *leitourgos*, empregada em referência a um servo do Estado ou a uma pessoa que faz um serviço para o povo, o que também enfatiza a ideia de alguém incumbido de um serviço público, lembrando assim que a autoridade legítima é instituída para servir.

O que chama a atenção, em nosso caso, é que toda a abordagem brasileira para com as autoridades constituídas faz parte de nossa herança patrimonialista. E essa construção se deu por meio do autoritarismo. As fórmulas de tratamento são exaltadas porque as figuras se misturam com a autoridade que representam: tratamos as autoridades por "Vossa Excelência", e há tantos pronomes de tratamento a ser usados para com as autoridades que nem sabemos quais usar ou como usá-los adequadamente. O que Paulo ensina, porém, é que as autoridades constituídas e legítimas, se cumprirem aquilo que Deus, o supremo poder, exige, serão servidores do povo. É por isso que os reformadores do século 16 defenderam o conceito de república e deram os primeiros passos para a implementação, na Inglaterra, na Escócia e nos Estados Unidos, do governo constitucional, do federalismo e assim por diante.

N. T. Wright escreve:

> Paulo clama a seus leitores que obedeçam às autoridades, mas isso é mais subversivo do que muitas vezes se imagina. Os dominantes não são divinos; eles devem responder a Deus. Deus quer ordem, não caos; não há menção aqui de ultrapassar a tirania oficial dos governantes indicados apenas para tê-los trocados pela tirania não oficial dos bárbaros, dos fortes ou dos ricos. A revolução que Paulo tem em mente é mais profunda do que mera desobediência civil. É sobre dar ao Messias davídico a submissão total que, nos seus dias, era exigida por César. Afinal de contas, César matou Jesus, mas Deus o ressuscitou dos mortos. [...] Se Jesus era o verdadeiro rei, César não o era.[43]

Portanto, quando as autoridades deixam de servir os cidadãos, de premiar o bem e de punir o mal, deixam de ser autoridade legítima. Logo, não são mais ordenadas por Deus. Tornam-se a besta que surge do mar, como descrito em Apocalipse 13.1-10. Não são dignas de respeito ou honra e devem ser confrontadas de toda forma legítima pelos cristãos, até mesmo por meio da desobediência civil.[44] Em conclusão, a passagem de Romanos 13.1-7 não pode ser usada, sob hipótese alguma, para justificar passividade ou omissão diante de uma autoridade que trai seu chamado.

AFIRMAÇÕES TEOLÓGICAS

Em primeiro lugar, a mensagem do evangelho tem implicações para todas as esferas da criação, incluindo as questões políticas — à medida que Deus criou o ser humano e o dotou com a capacidade de se organizar e estabelecer alguns mecanismos de organização. Para Paulo, observe-se, é grandiosa a noção da supremacia de Deus e da superioridade do evangelho que procede dele, pois não envolve apenas a salvação pessoal, mas a de todo o cosmo, e toca — para usar a linguagem corrente da política contemporânea — os "poderes" (na verdade, autoridades) constituídos. O que Paulo, como apóstolo, ousadamente exige é que todos se dobrem perante o Messias, Jesus, morto e ressuscitado. O evangelho tem implicações e aplicações para todas as esferas da existência.

Em segundo lugar, o evangelho ensina que igreja e Estado são esferas distintas, igualmente estabelecidas por Deus, mas com tarefas diferenciadas na criação. Como já vimos, o Estado recompensa e pune; a igreja anuncia a redenção. Contudo, o Estado tem assumido papel redentor — e a mistura dessas funções vem causando sérios problemas em ambas as esferas. Portanto, devemos desconfiar do uso de linguagem religiosa misturada às bandeiras políticas, partidárias ou ideológicas, pois a linguagem das duas esferas não pode se confundir.

Luiz Felipe Pondé afirmou em algum momento de uma palestra proferida numa igreja evangélica algo mais ou menos assim: "Nos últimos 200 anos, a política substituiu a religião como meio de salvação". E, depois de falar um pouco sobre quem era Jesus Cristo e quem era Barrabás à luz do relato dos Evangelhos — lembrando que este foi um revolucionário guerrilheiro que queria subverter a ordem na Judeia por meio de uma ação violenta —, Pondé disse que hoje escolheríamos Barrabás em lugar de Jesus. Isso aconteceria justamente por aceitarmos tacitamente que o Estado ou o partido possa ser redentor[45] — e isso é idolatria. Como Stephen Perks tão bem escreveu:

> Hoje, a maioria das pessoas de nossa sociedade, entre as quais os cristãos, busca no Estado a maior parte daquilo que em uma sociedade cristã deve ser buscado em Deus, incluindo-se segurança, saúde,

> prosperidade, paz, etc. [...] Essas coisas, como mostra a Bíblia, são bênçãos de Deus para um povo obediente. Mas, como nação, não mais as buscamos em Deus; em vez disso, nós as buscamos no Estado todo-poderoso, entendendo que é o Estado moderno que nos abençoa com tudo isso em sua generosidade. [...] Entende-se que o Estado existe para providenciar para a sociedade todas as bênçãos que devemos buscar em Deus. Se isso não for idolatria, é difícil definir o que seja. Transformamos o Estado em religião, em ídolo, e aí está um problema sobretudo para aqueles cristãos entre os quais o socialismo, tanto como ideologia quanto como modo de vida, é muito forte. [...] Em vez da liberdade de viver a vida sob o comando de Deus e a seu serviço, praticando as virtudes cristãs, temos o Estado humanista e secular, que a tudo controla, gerenciando a vida em nosso lugar, de acordo com sua própria ideologia religiosa. É inegável, porém, que esse Estado não consegue oferecer a justiça nos moldes da visão de mundo cristã. Em suma, o Estado secular moderno tornou-se igualmente um deus, um ídolo ao qual as pessoas se voltam.[46]

Aqueles que servem a Deus na esfera pública, mesmo contaminada e distorcida pelo pecado, podem ver sua atuação política como um meio de glorificar ao Senhor, mas não precisam mencionar o nome santo nos palácios e centros de decisão política para justificar seu serviço público.

Em terceiro lugar, precisamos lembrar que Deus institui as autoridades, mas delimita sua esfera de influência. Há limites para o Estado que são estabelecidos por Deus na criação. Talvez uma das grandes ironias de nossa história política recente aconteceu em 2013. Naquele ano, ocorreram os maiores protestos desde a Proclamação da República. No entanto, ao mesmo tempo que as pessoas reclamavam do serviço oferecido pelo Estado, reivindicavam mais sua atuação. À luz das Escrituras, porém, a esfera de autoridade do Estado é limitada; ele não pode tudo. E seus limites são a igreja, a família, o indivíduo, a arte, a economia e assim por diante.

Em quarto lugar, devem-se respeitar as autoridades, mas não quando se tornam a "besta que subiu do mar" (Ap 13.1). O que representa essa besta? O Estado que requer poder total e exige culto. O livro de Apocalipse foi escrito entre 90 e 95 d.C., quando Domiciano governava o império. O que esse imperador fez para horror do senado e de muitos cristãos? Diferentemente de seus predecessores, exigiu ser cultuado como um deus vivo e ser chamado de "filho de deus", título dado apenas a imperadores mortos.[47] Assim, o novo desafio imposto à igreja foi tratado de outra forma. Essa autoridade, ao buscar

ser um Estado ditatorial, tornou-se uma "besta". Logo, não é digna de respeito ou honra e deve ser legitimamente confrontada de toda forma.

Para ser assimilado, esse retrato apresentado em Apocalipse convida-nos à imaginação. Leia calmamente a passagem e tente imaginar aquele monstro saindo do mar. É uma imagem horrorosa, disforme e brutal, mas esse Estado iníquo será destruído pelo Cordeiro-Leão, o Messias prometido.

Em quinto lugar, o evangelho está acima das ideologias políticas e não pode, sob hipótese alguma, ser confundido com estas.[48] Como diz a Declaração Teológica de Barmen, subscrita por cristãos reformados e luteranos que resistiram ao nazismo pouco antes da Segunda Guerra Mundial: "Rejeitamos a falsa doutrina de que à Igreja seria permitido substituir a forma da sua mensagem e organização, a seu bel-prazer ou de acordo com as respectivas convicções ideológicas e políticas reinantes" (8.18). Devemos rejeitar pregadores e mestres que misturam o evangelho à ideologia, pois o evangelho não é mais uma mensagem ao lado de outras mensagens, mas, sim, a suprema mensagem que fala a respeito de Jesus crucificado, ressurreto, descendente de Davi e Filho de Deus com poder, por obra do Espírito Santo. O evangelho não pode ser confundido com ideologia.

Por fim, devemos orar pelas autoridades, não apenas "para que tenhamos uma vida tranquila e serena, em toda piedade e honestidade", mas também porque "isso é bom e agradável diante de Deus, nosso Salvador, que deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade" (1Tm 2.1-4).

Toda a mensagem de Paulo na Carta aos Romanos se resume a isto: a lealdade dos cristãos pertence exclusivamente a Deus e a seu Filho, Jesus Cristo, ressurreto dentre os mortos por obra do Espírito Santo. Por essa razão, terminamos citando Lesslie Newbigin: "A igreja primitiva não se enxergava como uma sociedade religiosa privada que competia com outras para oferecer salvação pessoal a seus membros". Essa é a nossa tentação: diante da pressão do Estado e da secularização, procuramos reunir a igreja

como uma fortaleza, segura em casa, buscando a Deus. Não era assim que Paulo e os primeiros cristãos viam a fé cristã e o evangelho. Newbigin continua: "... ela [a igreja primitiva] se considerava um movimento lançado na vida pública do mundo, desafiando o *cultus publicus* do Império, reivindicando a lealdade de todos sem exceção".[49] Nos países em que essa mensagem foi compreendida e internalizada, nunca houve regimes ditatoriais ou totalitários.

[1]*The Epistle to the Romans* (London: Oxford University, 1968), p. 484.

[2]Para a influência da Carta aos Romanos na história da igreja, cf. F. F. Bruce, *Romanos: introdução e comentário* (São Paulo: Vida Nova, 2002), p. 50-2.

[3]Quanto à interpretação que se segue, cf. esp. N. T. Wright, *Paulo e César: uma nova leitura de Romanos*, disponível em: http://ntwrightpage.com/port/Wright_Paulo_Cesar_Romanos.pdf, acesso em: out. 2015; mas cf. tb. João Calvino, *Romanos* (São José dos Campos: Fiel, 2014); John Murray, *Romanos*: *comentário bíblico* (São José dos Campos: Fiel, 2012); John Stott, *Romanos* (São Paulo: ABU, 2000); C. Marvin Pate, *Romanos: comentário expositivo* (São Paulo: Vida Nova, 2015); e Karl Barth, op. cit.

[4]Cf. Tácito, *Anais* (Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1970), XIII.5.

[5]Cf. Pate, op. cit., p. 10. O fato de os cristãos romanos se reunirem em vários locais nos ajuda a entender as divisões entre as "facções de 'fracos' (possivelmente cristãos judeus) e 'fortes' (possivelmente cristãos gentios) (cf. Rm 14.1-15.13)". O autor também afirma que uma "típica igreja em casa podia congregar cerca de cinquenta membros" para o culto. Muito provavelmente, "as cinco congregações se reuniam da seguinte forma: (1) na igreja na casa de Priscila e Áquila (16.5a) e nas igrejas em casas de cômodos (2) de alguns dos escravos de Aristóbulo (16.10b), (3) de alguns dos escravos de Narciso (16.11b), (4) dos irmãos com Asíncrito (16.14b) e (5) dos santos com Filólogo (16.15b)". Aparentemente, "o lugar de culto mantido por Priscila e Áquila ficava na região mais rica de Roma; as outras quatro igrejas, reunidas em cômodos, ficavam nas regiões mais pobres", o que "mostra que, no tempo de Paulo, o cristianismo romano abrangia, em sua maior parte, as classes mais baixas" (op. cit., p. 309).

[6]O episódio é mencionado em Suetônio, *A vida dos doze césares* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2002), 5.XXV, p. 319: "Expulsou de Roma os judeus, sublevados constantemente por incitamento de Cresto". Alguns têm sugerido que Cresto seria Cristo, e os judeus, cristãos convertidos.

[7]Cf. "Társis", em J. D. Douglas, org., *Novo dicionário da Bíblia* (São Paulo: Vida Nova, 2006), p. 1298.

[8]Para um desenvolvimento desse contexto, cf. Norma M. Mendes; Uiara B. Otero, "Religiões e as questões de cultura, identidade e poder no Império Romano", *Phoinix* (Rio de Janeiro: UFRJ, 2005), vol. 11, p. 196-220: "Todos eram capazes de honrar os deuses e de praticar os cultos que quisessem, sob a condição de respeitar o culto público e sua preeminência, da mesma forma que respeitavam a ordem pública e a liberdade dos cidadãos" (p. 199).

[9]Cf. Charles Norris Cochrane, *Cristianismo & cultura clássica* (Rio de Janeiro: TopBooks, 2012), p. 353: "[De acordo com a regra da fé] o Cristo histórico era o 'único Filho' do Pai e então, muito literalmente, o Deus para acabar com os deuses. [...] [Essa proposição vital] era a base do que se encarava comumente como 'ateísmo cristão'. Pois aceitar essa tese era rejeitar como fraudulentas as múltiplas divindades do secularismo e, em particular, a pretensão à divindade apresentada em favor da 'virtude' e 'fortuna' de César. Ao mesmo tempo, significava dissociar-se das esperanças e temores incorporados no Império augustano. Ela, assim, explica aquele senso de alienação que levava o cristão a descrever-se como um peregrino ou um estrangeiro na sociedade imperial, e a sua recusa absoluta em

participar de muitas das atividades mais significativas. Explica também por que ele via ser-lhe negada a fácil tolerância normalmente concedida a 'cultos não autorizados'".

[10]Karl Barth, *The Epistle to the Romans*, p. 35.

[11]A cruz de Cristo era motivo de zombaria no mundo romano. Datados de pouco tempo depois de essa epístola ser escrita, "foram encontrados grafitos em Roma que zombavam da cruz de Cristo. Um desenho num muro rebocado de gesso perto do Circo Máximo [conhecido como *Grafito de Alexamenos*] mostra um homem adorando o Cristo crucificado, que, por sua vez, foi retratado como um burro numa cruz". Cf. Pate, op. cit., p. 29.

[12]O culto imperial já era disseminado pelas províncias do mundo romano na época do Novo Testamento. Os imperadores da dinastia Júlio-Claudiana, embora não exigissem honras divinas completas, foram deificados após sua morte — ainda que nem todos. Otávio era chamado *divi Iuli filius* (filho do divino Júlio César) e foi deificado após sua morte; já seu herdeiro, Tibério, não o foi; tampouco seu sucessor, Calígula. Cláudio o foi, mas não Nero (esse é o cenário de Rm 1.18-32). O primeiro imperador que exigiu ser chamado *dominus et deus* ("senhor e deus") em vida foi Domiciano, da dinastia Flaviana (Ap 13.1-10 deve ser lido com isso em mente). Cf. Cochrane, op. cit., p. 209: "No século seguinte, até mesmo príncipes de mentalidade constitucional, como Trajano, não mostravam hesitação em aceitar essas formas de chamamento. No final, coube a um cristão, Tertuliano, protestar contra seu uso". Quando Domiciano morreu, não só não foi deificado como foi o primeiro imperador a receber uma *damnatio memoriae* (lit., "condenação da memória", que implicava o confisco de propriedades, o nome apagado de moedas e monumentos e as estátuas reutilizadas).

[13]Em memória à visita do imperador Nero às cidades de Corinto e Patras, em 66 d.C., moedas foram cunhadas com os dizeres ADVENTUS AUG(usti) COR(inthi) e ADVENTUS AUGUSTI. Cf. Adolf Deissmann, *Light from the Ancient East* (London: Hodder and Stoughton, 1927), p. 370-1.

[14]O leitor pode pesquisar no Google Imagens fotos das estátuas desses imperadores romanos, como a "Augusto di Prima Porta", descoberta em 1863, que se encontra no Museu do Vaticano; a estátua de Tibério encontrada em Paestum, na Itália, em 1860, no Museu Arqueológico Nacional, em Madri; e a estátua do imperador Cláudio retratado como o deus romano Júpiter, no Museu do Vaticano.

[15]O leitor pode encontrar no Google Imagens a foto de uma escultura de Nero e Agripina descoberta em 1979 que está no Museu Afrodisias, na Turquia. A cena retrata Agripina, a Menor, coroando seu filho com uma coroa de louros, e refere-se à ascensão de Nero como imperador, em 54.

[16]Cf. Camilla Ferreira Paulino da Silva, "A construção da imagem de Otávio, Cleópatra e Marco Antônio entre moedas e poemas (44 a 27 a.C.)", disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5849_Camilla%20Disserta%E7ao%20finalizada.pdf, acesso em: out. 2015.

[17]Cf. fotografia desse denário, de 19 a 18 a.C., disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/File:S0484.4.jpg, acesso em: out. 2015. De um lado, há a inscrição CAESAR AVGVSTVS, com a imagem de uma cabeça laureada de Augusto. Do outro lado, DIVVS IVLIV, com um cometa de oito raios com a cauda para cima.

[18]Cf. fotografia desse áureo, de 36 a 37 d.C., disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tiberius%26Livia_Aureus.jpg, acesso em: nov. 2015. De um lado, há uma cabeça laureada de Tibério, com a inscrição TI CAESAR DIVI AVG F AVGVSTVS; do outro, a inscrição PONTIF MAXIM, com a imagem de Lívia como Pax, sentada numa cadeira, segurando cetro e ramo de oliveira, com os pés num estrado.

[19]Cf. fotografia desse denário, de 50 a 51 d.C., disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Claudiuspax.jpg, acesso em: out. 2015. Num dos lados há uma cabeça laureada de Cláudio, com a inscrição TI CLAVD CAESAR AVG PM TR PX IMP XVIII. Do outro lado, está incrito PACI AVGVSTAE, com uma imagem da Pax-Nemesis alada, apontando para uma serpente com um caduceu.

[20]Cf. fotografia desse sestércio, de 64 a 66 d.C., disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nero_charity.jpg, acesso em: out. 2015. De um lado, vê-se a cabeça laureada de Nero, com a inscrição NERO CLAVDIVS CAESAR AVG GER PM TR P IMP PP. Do outro lado, há uma representação de Nero com a cabeça descoberta e toga, com a incrição CONG II DAT POP SC, sentado à esquerda numa cadeira curul, com o prefeito de pé atrás dele, enquanto no chão um atendente, de pé, distribui moedas para um cidadão. Minerva é representada de pé diante do templo, ao fundo.

[21]Havia cinco classes sociais entre os romanos: senadores, equestres, plebeus, libertos e escravos. Cf. Pate, op. cit., p. 313. Os senadores, mais conservadores, cultuavam o panteão greco-romano. O culto imperial e as religiões de mistério eram seguidos pelos equestres e libertos. Os plebeus, "apaziguados pela política de 'pão e circo'", seguiam as religiões de mistério, mas, assim como os escravos, eram abertos a novas religiões.

[22]Para uma representação de como eram os estandartes das legiões romanas e também para conferir os nomes e os símbolos associados às diversas legiões, cf. Stephen Dando-Collins, *Legions of Rome: the definitive history of every imperial Roman legion* (London: Quercus, 2010), cap. 2, esp. seção XIV: "Unit histories".

[23]Cf. José Luís Lopes Brandão, "A púrpura aviltada: honra e desonra nas *Vidas dos Césares* de Suetônio", disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23019/6/Humanitas63_artigo18.pdf?ln=pt-pt, acesso em: out. 2015.

[24]Suetônio, op. cit., 6.XXVII-XXVIII, p. 364-6. Muito provavelmente, as histórias de devassidão de Tibério, Calígula e da infame esposa de Cláudio, Messalina, deveriam circular pela cidade, mesmo após o falecimento desses personagens. Após a morte de Messalina por envolvimento numa conspiração para derrubar seu esposo, o senado romano promulgou uma *damnatio memoriae*, ordenando que seu nome fosse retirado de todos os lugares públicos e privados e que todas as suas estátuas fossem destruídas. Para mais informações sobre Messalina e Agripina, a Menor, cf. Annelise Freisenbruch, *As primeiras-damas de Roma: as mulheres por trás dos césares* (Rio de Janeiro: Record, 2014), p. 141-81.

[25]Entre as unidades militares aquarteladas em Roma na segunda metade do primeiro século d.C., além da Guarda Pretoriana, composta de provavelmente doze coortes, havia três coortes urbanas (*cohortes urbanae*), que policiavam a cidade, e uma milícia de guarda-costas germanos (*Germani Corporis*

Custodes), que protegia o palácio imperial. Cf. Adrian Goldsworthy, *The complete Roman army* (London: Thames & Hudson, 2004), p. 58, 64-5. Em algum momento na década de 70 foi criada uma guarda pessoal de cavalaria (*equites singulares Augusti*), com 2 mil cavaleiros para escoltar o imperador.

[26]N. T. Wright, *Paulo, líder de uma revolução judaica*, passim, disponível em: http://ntwrightpage.com/port/Wright_BR_Revolucao_Judaica.pdf, acesso em: out. 2015.

[27]Cf. Christopher J. Fuhrmann, *Policing the Roman Empire: soldiers, administration, and public order* (New York: Oxford University Press, 2012), p. 151-7. Ainda que as primeiras evidências sobre essa rede de inteligência militar sejam do fim do principado do imperador Domiciano, já no tempo de Augusto havia um serviço de espionagem. Há fontes que relatam soldados à paisana prendendo cristãos e atestam que, depois do incêndio que destruiu a maior parte de Roma, em 64 d.C., o imperador Nero usou os serviços desses agentes secretos para acusar falsamente os cristãos de autores do incêndio, até mesmo usando tortura para que confessassem. Mesmo assim, grande parte da população da capital suspeitava que havia sido Nero quem mandara incendiar a cidade, e Tácito sugeriu que o imperador havia feito os cristãos pagar por um crime que não tinham cometido. Cf. Tácito, *Anais*, XV.44.

[28]Muito provavelmente o escravo de Domitila, sobrinha do imperador Domiciano, exilada e martirizada por ser cristã em meados de 90, na ilha de Pontia (atualmente Ponza), cujo nome aparece em um túmulo num dos mais antigos cemitérios cristãos de Roma, a catacumba de Domitila. Cf. A. F. Walls, "Amplíato", in: J. D. Douglas, org., op. cit., p. 50. Cf. tb. Pate, op. cit., p. 310-2, para quem Epêneto (16.5), Maria, Andrônico e Júnias (16.6), Urbano e Apeles (16.9,10), Asíncrito, Flegonte, Hermes, Pátrobas, Hermas, Filólogo e Júlia, Nereu e Olimpas (16.14,15) eram escravos ou foram alforriados.

[29]N. T. Wright, *Paulo, líder de uma revolução judaica*, cit., passim.

[30]Ibidem, passim.

[31]Cf. Mendes; Otero, op. cit., p. 200: "O pensamento politeísta [romano] permitiu a conciliação entre a união de uma divindade escolhida pessoalmente e o gesto convencional do ritual do Estado. Esta é outra indicação de que o ritual e não a crença era o centro da religião romana".

[32]A passagem de "Romanos 13.1-7 [...] está relacionada com 12.9-21 e 13.8-14 [...]. Desse modo, enquanto 12.9-21 demanda dos cristãos que amem uns aos outros e também àqueles que os perseguem, [...] 13.8-14 chama atenção para o raiar da era vindoura [...]; os cristãos, porém, continuam a viver neste mundo". Cf. Pate, op. cit., p. 254.

[33]Martin Bucer, citado em Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996), p. 481.

[34]Tal ideia já está presente no Antigo Testamento (Pv 8.15,16; Jr 27.5,6; Dn 2.21,37,38; 4.17,25,32; 5.21; Is 41.2-4; 45.1-7).

[35]Quando as autoridades se tornam tiranas ou opressoras, deixam de ser autoridades ordenadas por Deus. Portanto, quando cristãos desobedecem e resistem a elas, não estão resistindo à ordem de Deus. Essa ressalva abre a possibilidade de desobediência e mesmo resistência às autoridades superiores que tenham perdido sua legitimidade. Tal ação é realizada com a liderança e o apoio de autoridades

inferiores, que não teriam mais a obrigação de permanecer obedientes às superiores. O que reformadores do século 16, como John Knox, propuseram é que, "se o povo descobrir que tem um governante idólatra ou tirânico, isso somente pode significar que cometeu um erro ao escolhê-lo. Deve ter se equivocado na interpretação dos sinais e na observação dos critérios com que Deus nos capacitou a reconhecer um príncipe verdadeiramente pio. Ao contrário, o povo deve ter feito sua própria escolha, elegendo um governante que Deus não ordenou nem deseja reconhecer, e que por isso se constitui inadequado e provavelmente tirânico — um reflexo da natureza decaída dos homens, e não uma dádiva de Deus". Cf. Skinner, op. cit., p. 504.

[36]Calvino, *Romanos*, p. 516.

[37]Pate, op. cit., p. 258.

[38]Comentando a expressão "dar a César", N. T. Wright, em *Surpreendido pelas Escrituras: questões atuais desafiadoras* (Viçosa: Ultimato, 2015), p. 168, escreve: "É em toda a narrativa do evangelho, e não em um de seus fragmentos, que vemos a obra completa e multiforme do reino sendo moldada. E — meu ponto global — esta narrativa, compreendida dessa forma, resiste à desconstrução em jogos de poder, justamente por causa de sua insistência na cruz. Os governantes do mundo se comportam de uma maneira — declara Jesus —, mas vocês devem se comportar de outra, *porque* o Filho do Homem veio para dar a vida em resgate de muitos. Descobrimos essa chamada teologia da expiação *dentro* da declaração da chamada teologia política, e afirmar uma sem a outra — como fizeram implacavelmente estudiosos e pregadores — é resistir à integração, à narrativa de Deus em público, a qual os Evangelhos, vistos como um todo integrado, insistem em apresentar".

[39]Joseph Ratzinger, "A teologização da política viraria ideologização da fé", *30 dias*, disponível em: http://www.30giorni.it/articoli_id_968_l6.htm, acesso em: nov. 2015. Esse discurso do então cardeal foi proferido no congresso "A Participação e o Comportamento dos Católicos na Vida Política", promovido pela Pontifícia Universidade da Santa Cruz, Roma, em 9 de abril de 2003.

[40]Cochrane, op. cit., p. 10. Cf. tb. "O Império Romano", in: Paul Veyne, org., *História da vida privada* (São Paulo: Companhia das Letras, 2009), vol. 1, p. 192-211. O conceito de *pax deorum* ("paz dos deuses") expressa o cerne da religião "estatal, ambígua e integradora" do império, um estado de paz entre Roma e suas divindades, com os deuses e deusas protegendo o bem-estar público de Roma e os romanos oferecendo culto às divindades por meio de práticas religiosas corretas. Cf. Mendes; Otero, op. cit., p. 198-9: os ritos prescritos dividiam-se "em duas categorias: as *sacra* (sacrifícios, votos e ritos de homenagem aos deuses) e a adivinhação (técnica de interpretação da aritmética de signos representados pelos auspícios, livros sibilinos, harúspices, consulta aos oráculos, prodígios astrológicos)". Cf. tb. E. Sanzi, *Cultos orientais e magia no mundo helenístico-romano: modelos e perspectivas metodológicas* (Fortaleza: UECE, 2006), p. 17-27.

[41]Cf. Pate, op. cit., p. 255: "Vemos em Romanos 13.7 duas palavras relacionadas a impostos que são encontradas em documentos extrabíblicos: *phoros* [tributo] e *telos* [imposto] [...]. A primeira corresponde ao latim *tributum*, a segunda a *vectigalia*. *Tributum* se refere a impostos romanos diretos sobre a propriedade e por indivíduo. *Vectigalia* se refere ao imposto indireto aplicado a alfândegas, pedágios e vários tipos de serviços. Por meio do historiador romano Tácito (*Anais* 13), sabemos que a população alcançou o ápice de seu descontentamento em 58 d.C., em razão dos altos impostos, a ponto

de o imperador Nero considerar a remoção dos impostos indiretos, embora ao final decidisse contra essa ideia".

[42]"Brasil bate recorde histórico de homicídios", disponível em: http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/05/27/brasil-tem-recorde-historico-de-homicidios.htm, acesso em: nov. 2015. Veja tb. o cap. 7.

[43]N. T. Wright, *Paulo, líder de uma revolução judaica,* cit., passim.

[44]Como fizeram os apóstolos e cristãos mártires a partir do último quartel do primeiro século d.C., ao recusarem todo culto ao imperador, pagando tal desobediência com a vida. Veja tb. cap. 6.

[45]A gravação dessa palestra, proferida em 27 de setembro de 2014 na Igreja Batista do Morumbi, em São Paulo, no 3.º Encontro Teológico que tratou do tema Cristo & César, pode ser acessada em: https://www.youtube.com/watch?v=0rgk83_525Y. As origens da transformação da política em religião podem ser remontadas à Revolução Francesa, no século 18.

[46]Stephen C. Perks, *Baal worship ancient and modern* (Taunton: Kuyper Foundation, 2010), p. 29-31, disponível em: http://static1.1.sqspcdn.com/static/f/923864/15339521/1322574888320/Baal+Worship.pdf?token=j3HIZjUuYR5djO%2F0Zb6cRJ7g8Wc%3D, acesso em: nov. 2015.

[47]Cf. Suetônio, op. cit., 8.XIII, p. 515: "Com análoga arrogância, ditou, em nome dos procuradores, uma carta circular que começava com este período: 'Nosso senhor e deus ordena que assim se faça'. Daí o uso estabelecido, desde então, de que ninguém, escrevendo ou falando, lhe chamasse de outra maneira". Após a ascensão de Nerva como imperador, o senado emitiu uma *damnatio memoriae* sobre Domiciano: suas moedas e estátuas foram fundidas, seus arcos derrubados e seu nome eliminado de todos os registros públicos.

[48]Para o significado de ideologia, cf. esp. Mario Stoppino, "Ideologia", in: Norberto Bobbio; Nicola Matteucci; Gianfranco Paquino, *Dicionário de política* (Brasília: UnB, 1986), p. 585-97: "No intrincado e múltiplo uso do termo, pode-se delinear, entretanto, duas tendências gerais ou dois tipos gerais de significado que Norberto Bobbio se propôs a chamar de 'significado fraco' e de 'significado forte' da Ideologia. No seu significado fraco, Ideologia designa o *genus,* ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. O significado forte tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores, a noção da falsidade: a Ideologia é uma crença falsa. No significado fraco, Ideologia é um conceito neutro, que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas. No significado forte, Ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política. [...] A ciência política contemporânea tende a pôr de lado o significado forte de Ideologia, relegando-o para o domínio da crítica ou da sociologia do conhecimento e considerando-o explícita ou implicitamente pouco útil para o estudo empírico dos fenômenos políticos" (p. 585-6). Para "as ideologias como tipos modernos do fenômeno perene da idolatria, trazendo em seu bojo suas próprias teorias sobre o pecado e a redenção",

cf. David Koyzis, *Visões e ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas* (São Paulo: Vida Nova, 2014), p. 15-41. Deve-se ter em mente o alerta de Hannah Arendt, em *Origens do totalitarismo*, p. 522: "Todas as ideologias contêm elementos totalitários, mas estes só se manifestam inteiramente através de movimentos totalitários".

[49] *The sign of the Kingdom* (Grand Rapids: Eerdmans, 1980), p. 46, citado em Michael W. Goheen, *A igreja missional na Bíblia: luz para as nações* (São Paulo: Vida Nova, 2014), p. 218.

SEGUNDA PARTE

QUESTÕES CONCEITUAIS

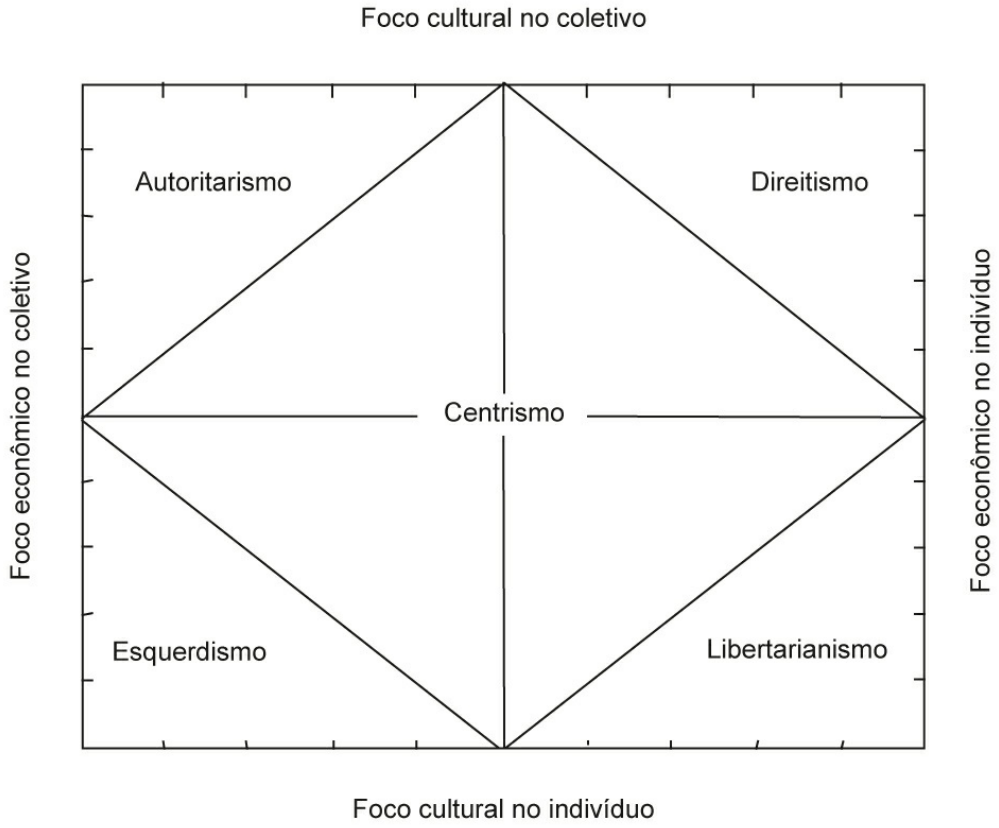
TOTALITARISMO, O CULTO DO ESTADO E A LIBERDADE DO EVANGELHO

> Quando a política pretende ser redentora, promete demais. Quando pretende fazer a obra de Deus, não se torna divina, mas demoníaca.
>
> — Bento XVI[1]

MODELOS POLÍTICOS

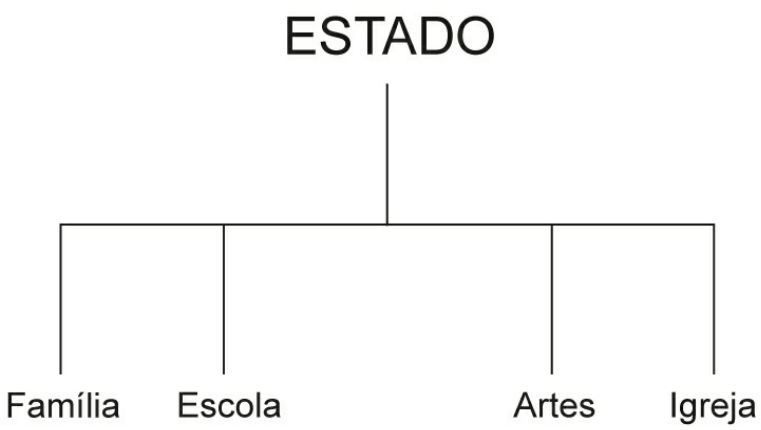
Ao tratar de modelos políticos, faz-se necessário falar sobre espectro político, que é o conjunto de posições políticas representadas em determinado país ou localidade.

A classificação das correntes políticas geralmente se faz situando-as em um ou mais eixos, cada um representando um aspecto da política.[2] Essa representação é ilustrada pelo diagrama a seguir, o qual mostra em que posição está situada uma pessoa, um partido político ou um governo no que diz respeito a seu ideário político.[3]



O PRIMEIRO MODELO: O ESTATISMO

Um primeiro modelo político é apresentado no gráfico a seguir, que ilustra as ênfases estatizantes e intervencionistas associadas à posição esquerdista, como no comunismo e no nazismo.[4] Nesse modelo, há pouca ou nenhuma liberdade individual e econômica. O Estado ou partido adquire uma dimensão transcendente, agindo para estender seu domínio ideológico sobre todas as esferas da sociedade:



O estatismo é o cerne da esquerda; e esse conceito é mais amplo que a mera ausência de eleições livres e "democracia". O estatismo preconiza a intervenção e a atuação intensas do Estado nas várias esferas da sociedade e se impõe sobre esta sem considerar se pessoas não aprovam sua estrutura ou não votaram a favor dela.[5] Tendo em mente o fato de que Marx e Engels identificaram diferentes tipos de socialismo,[6] pode-se concluir que tanto o comunismo quanto o nazismo são socialismos, sendo o primeiro um socialismo de classe e internacional e o segundo um socialismo étnico e nacionalista.[7]

É possível asseverar que o totalitarismo é uma versão extremada do autoritarismo. As diferenças entre ambas as posições podem ser estabelecidas pela comparação das características de ditadores totalitários e autoritários:[8]

	Totalitarismo	**Autoritarismo**
Carisma	Elevado	Baixo
Concepção do cargo	Líder como função	Líder como indivíduo
Alvo do poder	Coletivo	Privado
Corrupção	Baixo	Elevado
Ideologia oficial	Sim	Não
Pluralismo limitado	Não	Sim
Legitimidade	Sim	Não

Em linhas gerais, no autoritarismo, que não é guiado por ideais utópicos, há certa distinção entre Estado e sociedade, com tolerância a alguma pluralidade na organização social;[9] o totalitarismo, por sua vez, invade a vida privada e a asfixia, na tentativa ideologicamente orientada de mudar o mundo e a natureza humana.

O SEGUNDO MODELO: AS LIBERDADES INDIVIDUAIS

Um segundo modelo é ilustrado no gráfico a seguir, que resume os ideários políticos associados à posição direitista, em que se privilegiam a liberdade individual e econômica e a garantia dos direitos individuais, sendo os limites o respeito à vida, à propriedade e à liberdade dos demais:

Os gráficos que ilustram a esquerda e a direita delineiam os dois principais lados em disputa no espectro político, especialmente desde antes da Segunda Guerra Mundial, tornando-se proeminentes, no entanto, no Pós-Guerra. Obviamente há várias gradações partidárias entre a esquerda e a direita. À extrema esquerda podem ser associados o comunismo, o socialismo e o nazismo. A centro-esquerda e a centro-direita são consideradas de centro. O conservadorismo e o liberalismo econômico, que defendem a liberdade de mercado e a restrição à intervenção estatal na economia, são associados à direita.[10] À extrema direita pode-se relacionar o movimento americano Tea Party, que defende menos governo (e menos intervenção federal), menos regulação (incluindo-se o fim do FED), menos impostos e menos gastos, além de enfatizar valores familiares tradicionais, todas causas que giram em torno do conceito de liberdade individual e do respeito à Constituição dos Estados Unidos.

MODELOS POLÍTICOS NO CENÁRIO BRASILEIRO

Um dado importante em nosso contexto é que a direita, ou liberalismo, não é apropriadamente representada por nenhum dos 35 partidos existentes atualmente no Brasil.[11] Todos os principais partidos políticos brasileiros são

esquerdistas e/ou antiliberais. Uma amostra ajuda a visualizar o atual quadro político da nação:[12]

Extrema esquerda
PCB (Partido Comunista Brasileiro): extrema esquerda leninista/trotskista
PCdoB (Partido Comunista do Brasil): extrema esquerda leninista/stalinista/maoísta
PSOL (Partido Socialismo e Liberdade): extrema esquerda leninista/trotskista
PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado): extrema esquerda leninista/trotskista

Esquerda
PT (Partido dos Trabalhadores): esquerda

Centro-esquerda
PDT (Partido Democrático Trabalhista): centro-esquerda
PPS (Partido Popular Socialista): centro-esquerda
PSB (Partido Socialista Brasileiro): centro-esquerda
PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira): centro-esquerda
PTB (Partido Trabalhista Brasileiro): centro-esquerda
PV (Partido Verde): centro-esquerda
SDD (Solidariedade): centro-esquerda

Centro
PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro): centro ("partido pega-tudo")
PP (Partido Progressista): centro
PSD (Partido Social Democrático): centro

Centro-direita
DEM (Democratas): centro-direita
PSC (Partido Social Cristão): centro-direita

Portanto, no Brasil, as antípodas político-partidárias "direita" e "extrema direita" são substantivos abstratos, que só existem nos devaneios um tanto paranoicos das esquerdas. E, num cenário em que a ampla maioria dos partidos é de esquerda, de extrema esquerda ou lhes dá apoio aberto, um dado irônico surge nos debates sobre política: quando pressionados a mostrar

resultados concretos, os esquerdistas precisam destacar certos sucessos da social-democracia europeia, mas não perdem a oportunidade de atacar a centro-esquerda brasileira, rotulando-a de "direitista", "conservadora" ou "reacionária".[13]

A mentalidade esquerdista é binária. Só consegue pensar em termos simplificados de esquerda e direita. Com isso, o esquerdista não sabe localizar no debate político, por exemplo, o libertarianismo[14] e os regimes militares autoritários, que compõem os ângulos opostos do espectro político.

Um dos objetivos de setores da esquerda é obliterar toda a direita do espectro político-partidário e ideológico.[15] Para tanto, é necessário silenciar primeiro os intelectuais "desengajados", depois os identificados com o conservadorismo e a direita. Essa ação cria um vazio de ideias na guerra cultural, exterminando a presença significativa de defensores do "outro lado". O lugar que ocupavam na Academia deve ser tomado por formuladores ideologicamente orientados pela esquerda, com a função de formar os "formadores de opinião", sobretudo jornalistas, escritores, religiosos e educadores. Todos os adversários devem ser rotulados de "direitistas", "reacionários", "fascistas", "elitistas", "opressores" etc. Agir dessa forma cria um antagonismo que impede que a sociedade os ouça.[16]

Feito isso, o espectro político fica restrito à extrema esquerda, à esquerda e à centro-esquerda. E o centro torna-se extrema direita.[17] Desse modo, as posições de esquerda podem ser percebidas como "de centro" ou moderadas. Todo o sistema partidário passa a ser composto de "linhas auxiliares" do projeto de tomada do poder e permanência nele por parte da esquerda.[18] É na "estratégia da tesoura", no aparente combate entre a "direita" e a "extrema esquerda", que se dá o golpe revolucionário na sociedade civil.[19]

NAZISMO E COMUNISMO

Muitos ficam chocados com a ideia de qualificar o nazismo como parte da esquerda, argumento que, como escreveu João Pereira Coutinho, "longe de

polêmico, é cada vez mais consensual".[20] Na mentalidade esquerdista, toda e qualquer ditadura que se tenha oposto à esquerda é imediatamente rotulada de "fascista", "extrema direita" ou até mesmo "direita", sem maiores precisões. À luz das definições de direita e esquerda oferecidas até aqui, porém, torna-se um exercício inútil querer enquadrar o nazismo como radicalização da direita ou da democracia liberal.

Os líderes do Partido Nacional-Socialista Alemão (National-sozialistische Deutsche Arbeiters Partei) viam-se como legítimos socialistas, desprezando a aristocracia, o livre mercado, o capitalismo[21] e a democracia liberal, abolindo a liberdade de imprensa, praticando a censura e apregoando uma teoria política com suposta fundamentação científica. E a sociedade alemã foi organizada pelos nazistas sob o efeito coercitivo da "camaradagem" (*Volksgemeinschaft*) como forma de grupamento social, em que "pensar, sentir e agir em categorias de condução de vida individual e de responsabilidade pessoal estava dissociado do ditame de uma moral que somente permitia o que estava a serviço" da sociedade. O alvo do ditador era a "construção do Estado social do povo", um "Estado social" exemplar, no qual "as barreiras (sociais) seriam progressivamente derrubadas".[22]

AS SEMELHANÇAS ENTRE NAZISMO E COMUNISMO

Longe da imagem popular que supõe que nazismo e comunismo são sistemas diametralmente opostos, o exame de fontes primárias (como os Arquivos Públicos da Antiga União Soviética) e de fontes secundárias abalizadas deixa patente, no estudo comparado das duas sociedades, as imensas similaridades, tanto teóricas quanto empíricas, entre os dois sistemas totalitários.[23] Várias das características da sociedade nazista apontadas nos parágrafos anteriores estiveram presentes na sociedade soviética, que a precedeu historicamente.[24]

É possível acrescentar aqui outras semelhanças entre os dois totalitarismos: o ódio à burguesia; a rejeição de toda a estrutura do Estado liberal e da representação partidária; a coletivização que almeja suprimir a individualidade; a "propaganda totalitária", conforme denominada por

Hannah Arendt, e a estética de massa; o culto do líder pelo uso da imagística religiosa;[25] o direito de extirpar por meio da violência política o "princípio maligno" que impede a chegada da sociedade perfeita, segundo Alain Besançon;[26] o uso dos campos de concentração, que eram lugares de "terror absoluto";[27] a criação do "novo homem" por meio da reeducação ideológica; o militarismo; o nacionalismo;[28] o neopaganismo[29] e o antissemitismo.[30]

Há diferenças fundamentais, porém, entre os dois totalitarismos. Uma delas, é que o comunismo é um socialismo de classe e internacional, ao passo que o nazismo é um socialismo étnico e nacionalista. Como Richard Overy realça:

> Apesar de todas as diferenças nas circunstâncias históricas, a estrutura e perspectiva políticas, os padrões de cumplicidade e resistência, terror e consenso, a organização e a ambição sociais [nas sociedades dominadas pelo comunismo e nazismo] têm claras semelhanças. [...] Resta uma diferença essencial entre os dois sistemas que nenhuma comparação pode esquecer. [...] O comunismo soviético devia ser um instrumento de progresso humano, por mais imperfeitamente fabricado que fosse, e o nacional-socialismo era, por sua própria natureza, instrumento do progresso de um determinado povo.[31]

Outra diferença importante é que o objetivo de Hitler era construir uma ditadura por meio do consentimento popular, na qual poderia "obter reconhecimento legal para uma incansável guerra contra a democracia, os comunistas e os judeus". Para tanto, ele usou a tática populista de ascender ao poder por meio de uma "revolução legal", amparada pelo voto e pelos marcos constitucionais. Já Lênin e Stalin, "escolados no terrorismo russo", viam a revolução como uma justificada ação violenta contra a tirania, entendendo que "alguma coisa semelhante a uma guerra civil seria necessária para assegurar a revolução".[32]

Na "construção do socialismo", entre 1932 e 1933, de 6 a 7 milhões de camponeses da Ucrânia, do norte do Cáucaso e do Cazaquistão morreram de fome por causa de um programa de industrialização forçada que implicou a "coletivização da agricultura". O genocídio ucraniano é conhecido como *Holodomor* ("matança pela fome"). No Grande Expurgo de 1934 a 1938, cerca

de 1 milhão de supostos "opositores políticos" foram assassinados pelo NKVD (Narodniy Komissariat Vnutrennikh Diel, "Comissariado do Povo para Assuntos Internos"), aniquilando-se assim a "velha guarda bolchevista". Em 1953, ano da morte de Stalin, havia quase 2,5 milhões de prisioneiros em campos de concentração (*gulags*). E, por causa da morte do ditador, os planos para a transferência forçada dos judeus das áreas industriais da União Soviética para campos de concentração na Sibéria e no Cazaquistão foram abortados. Deve-se enfatizar que o genocídio em massa perpetrado pelo Estado totalitário é um dos produtos da própria ideologia revolucionária.[33] Contudo, em flagrante contraste com o nazismo, "nenhum responsável por esses crimes contra pessoas inocentes foi julgado depois que a União Soviética se desfez; na verdade, os responsáveis nem sequer sofreram o desmascaramento ou opróbrio moral e continuaram a levar uma vida normal".[34]

Para ilustrar o tipo de socialismo ("socialismo alemão") empregado no discurso nazista, podemos citar algumas frases de Adolf Hitler, dirigente do Partido Nacional-Socialista (NSADP), que se tornou chanceler da Alemanha em 1933. Em um discurso proferido em 1.º de maio de 1927, ele disse:

> Nós somos socialistas, nós somos inimigos do atual sistema econômico capitalista para a exploração dos economicamente fracos, com seus salários injustos, com sua indecorosa avaliação do ser humano de acordo com a riqueza e a propriedade em vez de sua responsabilidade e desempenho, e nós estamos todos determinados a destruir esse sistema sob todas as condições.[35]

Em uma entrevista concedida em julho de 1932, Hitler afirmou o seguinte a respeito do socialismo:

> "Por que", perguntei a Hitler, "o senhor se diz um nacional--socialista, já que o programa do seu partido é a própria antítese do que geralmente se acredita ser o socialismo?".
>
> "O socialismo", replicou ele agressivo, deixando de lado a xícara de chá, "é a ciência de lidar com o bem-estar geral. O comunismo não é o socialismo. O marxismo não é o socialismo. Os marxistas roubaram o termo e confundiram seu significado. Vou tirar o socialismo dos socialistas. O socialismo é uma antiga instituição ariana e alemã. Nossos ancestrais alemães tinham algumas terras em comum. Cultivavam a ideia do bem-estar geral. O marxismo não tem direito de se disfarçar de

> socialismo. O socialismo, diferentemente do marxismo, não repudia a propriedade privada. Diferentemente do marxismo, ele não envolve a negação da personalidade e é patriótico. [...] Não somos internacionalistas. Nosso socialismo é nacional. Exigimos o atendimento das justas reivindicações das classes produtivas pelo Estado com base na solidariedade racial. Para nós, o Estado e a raça são um só".[36]

Por essa razão, no começo da década de 1930, o Partido Social Democrata (SPD), um dos sustentáculos da República de Weimar, adotou a noção de que "vermelho é igual a pardo", ao se referir aos comunistas e nazistas.[37] Kurt Schumacher, do SPD, disse na mesma época que os comunistas eram "nazistas pintados de vermelho" e que os dois movimentos possibilitaram um ao outro.[38] Em outras palavras, os social-democratas alemães compreenderam que os dois totalitarismos eram um real perigo à democracia liberal.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, a derrotada Alemanha e a unificada União Soviética se tornaram internacionalmente marginalizadas. Assim, entre 1922 e 1933 os comunistas stalinistas ajudaram as forças armadas alemãs a se rearmar em segredo — o que era proibido pelo Tratado de Versalhes —, e o treinamento da força aérea (*Luftwaffe*) e das forças blindadas (*Panzerwaffe*) alemãs ocorreu em território soviético. A cooperação só foi encerrada após a chegada dos nacional-socialistas ao poder, em 1933, quando as proibições de remilitarização foram revogadas e, em 1935, as forças armadas alemãs (Wehrmacht) foram oficialmente criadas.[39]

Em agosto de 1939, alemães e soviéticos assinaram um tratado de não agressão, o Pacto Molotov-Ribbentrop, que incluía a partilha da Polônia. Em 1.º de setembro de 1939, começou a Segunda Guerra Mundial, com a invasão alemã da Polônia, o que acarretou uma declaração de guerra anglo-francesa. Duas semanas depois, os soviéticos invadiram a Polônia para "assegurar a parte de Stalin no butim", pois a partilha daquele país era parte do pacto de não agressão teuto-soviético. Consequentemente, "a aliança de Stalin com Hitler levou muitos comunistas europeus, obedientes a Moscou, a se distanciarem da posição [...] [da Inglaterra e da França] contra os nazistas". Essa postura durou até a invasão alemã da União Soviética, em 22 de junho

de 1941. Até esse momento, comunistas e nazistas tinham um pacto, e as duas ditaduras eram vistas por governos ocidentais como inimigas da democracia.[40]

O surpreendente é que, meses antes da Operação Barbarossa — o ataque alemão à União Soviética —, os dois países estavam em negociação para estreitar sua aliança. Em outubro e novembro de 1940, foram realizadas conversações para um possível ingresso da União Soviética no acordo militar firmado entre Alemanha, Itália e Japão, a fim de que ela se tornasse um quarto membro das forças do Eixo na Segunda Guerra Mundial. Tratou-se, até mesmo, das esferas de influência da União Soviética no caso de uma vitória do Eixo, mas a Alemanha não deu prosseguimento às tratativas.[41]

Em junho de 1941, a Alemanha atacou a União Soviética não apenas para conseguir o "espaço vital" (Lebensraum) ambicionado por Hitler, mas também porque os nacional-socialistas queriam "expurgar" a Europa do que designavam "bolchevismo judaico". Em sua ideologia, os nazistas equiparavam os judeus aos comunistas, o que, segundo eles, implicava estarem os judeus por trás da Revolução Russa de 1917 e da própria origem do comunismo. Essa ideia foi sobreposta à crença nazista de que o judaísmo seria o responsável pelo surgimento do capitalismo, ainda que a ideia não tenha substituído essa crença.[42]

Talvez as primeiras obras que destacaram a similaridade entre os dois sistemas foram *O caminho da servidão* (1944), de Friedrich Hayek,[43] e *Origens do totalitarismo* (1951), de Hannah Arendt.[44] Entre 1986 e 1989, a comparação entre o nazismo e o comunismo provocou uma longa controvérsia na Alemanha, na chamada "briga dos historiadores" (*Historikerstreit*).[45] Entre os que defenderam a posição exposta neste capítulo estavam: o filósofo Ernst Nolte, com o apoio do jornalista Joachim Fest, do filósofo Helmut Fleischer e dos historiadores Klaus Hildebrand, Andreas Hillgruber, Rainer Zitelmann, Hagen Schulze, Thomas Nipperdey e Imanuel Geiss.

De acordo com Ernst Nolte, a Alemanha nazista seria uma "imagem espelhada" (*mirror image*) da União Soviética socialista.[46] Entre 1995 e 1997, o historiador francês François Furet, ex-militante do Partido Comunista Francês (PCF), numa troca de cartas com Nolte, apoiou-o, chamando o nazismo e o comunismo de "gêmeos totalitários" (*totalitarian twins*) e afirmando a existência de um "nexo causal" (*kausale Nexus*) entre os dois totalitarismos: "O fascismo nasce como uma reação do particular contra o universal; do povo contra a classe; do nacional contra o internacional. Nas suas origens, ele é inseparável do comunismo, cujos objetivos combate — ao mesmo tempo que imita os seus métodos".[47]

A avaliação final do debate foi assim resumida por Norman Davies:

> Nos anos 1990, muitos dos argumentos iniciais tornaram-se redundantes. Quando vozes russas se juntaram às persistentes condenações do sistema soviético, a maioria dos seus antigos defensores perdeu o ímpeto. A publicação, em 1997, de *O livro negro do comunismo*, compilado por uma equipe de desiludidos comunistas franceses e europeus do Leste, mostrou-se irrefutável. A partir daí, os crimes soviéticos figuraram na agenda ao lado dos crimes nazistas.[48]

Em outras palavras, as revelações das barbaridades soviéticas após a queda do comunismo na Europa Oriental, entre 1989 e 1991, e o fim de um muro de censura praticamente total desacreditaram os críticos de Nolte e de seus colegas.[49] E o veredito de Richard Piper é preciso:

> O comunismo perdurou mais que o nazismo porque estava do lado vencedor da guerra, mas fracassou e está fadado a fracassar por duas razões: a primeira é que para a igualdade vigorar, seu principal objetivo, é necessário criar um aparelho coercivo que demanda privilégios e, consequentemente, nega a igualdade; a segunda é que fidelidades territoriais e étnicas, quando em conflito com a fidelidade a uma classe, em todo lugar e em qualquer época, vencem de forma esmagadora, dissolvendo o comunismo em nacionalismo, daí o socialismo se combinar, tão facilmente, com "fascismo".[50]

Após a queda do comunismo, foram criadas instituições de pesquisa que se concentraram na análise comparada dele com o nazismo: o Hannah-Arendt-Institut für Totalitarismusforschung (Instituto Hannah Arendt para a Pesquisa sobre o Totalitarismo), fundado em 1993, na Alemanha, o Instytut

Pamięci Narodowej (Instituto da Memória Nacional), fundado em 1998, na Polônia, e o Ústav pro Studium Totalitních Režimů (Instituto para o Estudo dos Regimes Totalitários), fundado em 2007, na República Tcheca.

Em junho de 2008, na conferência "Consciência Europeia e Comunismo", realizada em Praga, na República Tcheca, vários intelectuais europeus prepararam a Declaração de Praga sobre Consciência Europeia e Comunismo.[51] A partir desse marco, a União Europeia e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) têm tratado o nazismo e o comunismo como duas formas comparáveis de totalitarismo, denunciando seus muitos crimes contra a humanidade. Desde esse momento, vem sendo feitos crescentes esforços para relacionar, em museus, monumentos públicos, dias comemorativos e eventos na Europa, os dois totalitarismos. A data de 23 de agosto foi estabelecida como o Dia Europeu em Memória das Vítimas do Stalinismo e do Nazismo. E o uso político de símbolos nazistas e comunistas é atualmente proibido em países da Europa Central que sofreram nas mãos dos dois sistemas: Polônia, Lituânia, Geórgia, Hungria e Moldávia.

Um documentário seminal foi lançado em 2008, *The Soviet story* [A história soviética],[52] abordando o comunismo na União Soviética e as relações germano-soviéticas, o genocídio ucraniano, o Grande Expurgo, o massacre dos oficiais poloneses em Katyn, a colaboração do NKVD soviético com a SS (*Schutzstaffel*, "Tropa de Proteção") nazista, as deportações em massa na União Soviética e as experiências médicas nos gulags.[53]

Por fim, durante a Guerra Fria foram produzidas algumas obras que são leitura obrigatória para formar uma mentalidade crítica em face do totalitarismo: *O zero e o infinito* (1941), de Arthur Koestler; *A revolução dos bichos* (1945) e *1984* (1949), de George Orwell; *Mente cativa* (1953), de Czeslaw Milosz; *Arquipélago Gulag* (1973), de Aleksandr Soljenitsyn; e *Cartas a Olga* (1988), de Vaclav Havel.

OS TEÓLOGOS CRISTÃOS EM RELAÇÃO AO NAZISMO E AO COMUNISMO

Mas não foram apenas filósofos e historiadores europeus que notaram os vínculos entre os dois totalitarismos. Teólogos europeus e americanos relacionados à tradição reformada também identificaram similaridades entre nazismo e comunismo. Karl Barth foi um dos mais importantes líderes da "disputa pela igreja" (*Kirchenkampf*), quando o partido nazista tentou controlar a igreja evangélica na Alemanha.[54] Ele foi expulso daquele país, em 1935, e voltou para a Suíça, onde escreveu em 1939:

> As características do nacional-socialismo [...] são idênticas às do comunismo. Uma das maiores mentiras da história universal consiste em pretender que o nacional-socialismo salvou a Alemanha e a Europa do comunismo. O nacional-socialismo é, pelo contrário, a forma alemã do Bolchevismo, e poderá tornar-se a forma europeia ocidental. Nacional-socialismo e comunismo não são senão irmãos inimigos, e sua hostilidade explica-se por esta razão.[55]

Barth ingressou no Partido Social Democrata da Suíça (SP) em 1911. Ao lecionar na Alemanha posteriormente, ingressou no Partido Social Democrata (SPD) daquele país, em 1932. Na época, basicamente repetiu o entendimento que políticos do SPD tinham sobre o comunismo e o nazismo. Em meados de 1944, contudo, atenuou sua posição, não tomando partido sobre a União Soviética, agora aliada das potências ocidentais. E manteve essa posição durante o restante de sua carreira.[56] Mas a inocência e o acanhamento com que Barth tratou o totalitarismo comunista durante a Guerra Fria gerou uma amarga controvérsia com Reinhold Niebuhr e especialmente Emil Brunner, o qual lhe respondeu nos seguintes termos:

> Embora a doutrina comunista pareça conter certos postulados de justiça social, o nacional-socialismo e o bolchevismo são apenas variantes diferentes da mesma espécie: o totalitarismo. Minha pergunta é, pois, a seguinte: a Igreja não deverá dizer um "não" convicto, absoluto e inequívoco ao totalitarismo? [...] [Pois] o Estado totalitário é, *eo ipso*, injusto, desumano e ateu. [...]
>
> O Estado totalitário consequentemente deve ser "comunista", pois é inerente à sua natureza uma sujeição da totalidade dos homens e da vida. A questão que se coloca à Igreja não é saber se deve recusar o "comunismo", mas se deve dizer um "não" fundamental ao Estado totalitário. [...] [Logo] o Estado totalitário significa a negação dos direitos do homem, ou seja, a perda dos direitos originais que lhe haviam sido conferidos por Deus quando da criação. O Estado totalitário é, pois, ateu e antidivino *per definitionem*, pois reivindica para si a totalidade do homem. É de sua essência, fundamentalmente ateia e antidivina, que decorrem todas as atrocidades do totalitarismo. [...]

> Dizer que o Estado totalitário comunista cumpre certos postulados sociais que o cristão pode aprovar é repetir o mesmo discurso que se fez, antigamente, sobre o nacional-socialismo, quando se desejava que os cristãos aprovassem o regime devido às suas "magníficas conquistas sociais". Mas não sabemos, como cristãos, que o Diabo dá sempre um jeito de misturar à mentira elementos de verdade?[57]

Esse último parágrafo de Brunner é quase o eco do que Dietrich Bonhoeffer escreveu a seus colegas da resistência, Eberhard Bethge, Hans von Dohnanyi e o major-general Hans Oster, no final do ano de 1942:

> O grande baile de máscaras do mal confundiu todos os conceitos éticos. Para a pessoa que vem de nosso universo conceitual ético tradicional, é realmente desconcertante que o mal possa tomar a forma da luz, da ação beneficente, da necessidade histórica, da justiça social. Para a pessoa cristã que vive a partir da Bíblia, isto justamente é a confirmação da maldade abissal do maligno.[58]

Em outras palavras, a diminuição das desigualdades sociais ao custo do rebaixamento dos valores democráticos liberais é "a confirmação da maldade abissal do maligno". Quando se tomou conhecimento do terror que era viver nos países do Leste Europeu no Pós-Guerra, a incapacidade de Barth de discernir a malignidade do comunismo foi finalmente percebida como trágica.[59]

Como observou Bento XVI, portanto, "ninguém pode negar que esse suposto sistema de libertação [o comunismo], a par do nacional-socialismo, foi o maior sistema de escravidão da história contemporânea. A extensão que alcançou a cínica destruição do homem e do mundo pode ser, com frequência, vergonhosamente silenciada, mas nunca contestada".[60]

UMA RELIGIÃO POLÍTICA

Boris Yeltsin, o primeiro presidente a ser eleito democraticamente na Rússia em junho de 1992, afirmou: "O mundo pode respirar aliviado. O ídolo do comunismo, que espalhou por toda parte a rivalidade social, a animosidade e brutalidade sem paralelos, que instilou medo na humanidade, desabou. Desabou para nunca mais se reerguer".[61] Infelizmente, essa idolatria do poder

e do controle foi redescoberta na América Latina — que se tornou a vanguarda do atraso por não aprender as "duras réplicas da história", segundo a máxima de Norberto Bobbio.

Além da mentalidade binária mencionada anteriormente, outro aspecto do esquerdismo é somente tolerar críticas ao partido-Estado em dois casos: se elas vierem de seus quadros ou se alvejarem igualmente "o outro lado", ou seja, a direita — de representação inexistente no Brasil. Essa seria uma prova de suposta "neutralidade" política, uma noção epistemológica profundamente ingênua e moralmente errada.[62] Essa "isenção" no debate é apenas um jeito de ficar do lado do dono do muro. Na verdade, isso ocorre porque o esquerdismo não aceita a pluralidade partidária, a alternância de poder ou o dissenso. Toda voz discordante do esquerdismo deve ser regulada, barrada, proibida quando possível ou ridicularizada e marginalizada.

Outra variante do argumento é que, se houver crítica à esquerda, deve-se também forçosamente criticar o mercado, o capitalismo ou o "imperialismo" — em outras palavras, criticar os Estados Unidos ou Israel. De qualquer forma, essa é mais uma variante da ideia de uma suposta neutralidade ou isenção política. Nenhuma cidade dos homens é livre de pecado e miséria. Mas qual é o efeito real da denúncia, proveniente do Brasil, de erros ou pecados de países da Europa ocidental, de Israel ou dos Estados Unidos? Ironicamente, tal discurso voltado a esses países é incoerente, vindo de esquerdistas que, para defender regimes totalitários na América Latina, Ásia, África e Oriente Médio, gritam estridentemente sobre a "autodeterminação dos povos".[63]

Enquanto isso, os pecados estruturais do Brasil estão diante de todos. A violência fugiu do controle, com os números de mortos por arma de fogo aumentando ano a ano;[64] com o aparelho estatal brutalmente incompetente e corrupto; com um tributarismo feroz, em que o Estado arrecada quase 36% da renda média do brasileiro; com serviços públicos medíocres e ineficientes; e sem governo justamente onde ele mais se faz necessário.[65] Grita-se contra os

pecados de outros países, mas sussurra-se — quando muito! — sobre os pecados presentes na estrutura brasileira, iniquidades que impedem o crescimento do país em segurança e distribuição de renda. Isso acontece porque, ainda que esquerdistas se vangloriem de seu comprometimento teórico com os pobres, os resultados reais do socialismo são, na verdade, o incremento da pobreza.[66]

O discurso religioso da esquerda é um gnosticismo, como afirmava Alain Besançon, que pode ser resumido da seguinte forma: o mal é visto exclusivamente no outro, eliminando do ser humano toda e qualquer capacidade de se reconhecer pecador e responsável pelo mal.[67] Dentro dessa mentalidade, o mal só é discernível se vier de simpatizantes da direita, do conservadorismo ou de anglo-saxões. Almeja-se uma salvação coletiva terrena por meio de esperanças revolucionárias e violentas, o que torna o "entendimento político impossível", pois não se "aceitará nenhum desvio da verdade absoluta de sua revelação secular", o que ocasionará "guerras civis, a extirpação dos 'reacionários' e a destruição de instituições sociais benéficas".[68] Para tanto, as igrejas tradicionais são pesadamente criticadas, pois o que se quer é debilitar a igreja em seu papel de contrabalançar o Estado. A família tradicional também é atacada, pois ela é um bastião de lealdade separado do Estado e, logo, uma inimiga do totalitarismo político.

O esquerdista não vê a política como "a arte do possível", mas "como um instrumento revolucionário para transformar a sociedade e até mesmo a natureza humana",[69] crendo na ideia de que o Estado é o instrumento redentor de Deus, e o coletivismo é uma nova ordem sancionada por Jesus.[70] Com isso, toda a tradição cristã de pecado é eliminada, e com ela é também suprimido o ensino bíblico da redenção graciosa por meio da morte vicária e da ressurreição de Cristo Jesus.

Para os religiosos de esquerda, todo socialismo que existiu não é o "verdadeiro socialismo"; antes, crê-se que a defesa intransigente dessa ideologia trará o "outro mundo possível". Tudo isso decorre da rejeição da fé

na providência de Deus e da aceitação como axioma da lógica dialética e da história como a manifestação da luta de classes. Desse modo, religiosamente, classificam de modo automático tudo o que os choca como "herança do passado" e tudo que apreciam como "sementes do futuro", por meio de uma "máquina organizadora em sua mente", como afirmou Arthur Koestler. Não poderia ser diferente; caso contrário, admitiriam que o socialismo como fé religiosa fracassou espetacularmente. O esquerdismo, portanto, deve ser tratado como "religião invertida", construída "sobre mentiras", como disse Václav Havel.

Se o verdadeiro e justo sistema político e econômico ainda está muito longe de existir, na qualidade de cristãos devemos ter a certeza de que ele estará sustentado nos verdadeiros direitos e deveres *naturais* do ser humano e jamais na violência, seja ela de que tipo for.

"A PALAVRA DE DEUS NÃO ESTÁ ALGEMADA"

Mesmo em suas representações ideais, nenhuma corrente política, de esquerda ou de direita, liberal ou antiliberal, pode ser associada à posição bíblica. Contudo, é necessário lembrar que as Escrituras tratam de política do começo ao fim.

Na história de Israel, registrada no Antigo Testamento, há histórias de reis e rainhas, alguns "andando nos preceitos de Davi" (1Rs 3.3), muitos outros corruptos e infiéis. Há intrigas palacianas, golpes de Estado sangrentos, transições políticas conturbadas, acordos sociais e alianças espúrias.

Há tanto a perspectiva dos profetas, que exigem em nome de Deus conformidade à aliança, quanto o ponto de vista dos reis e dos palácios. Os profetas, como Isaías, Jeremias e Ezequiel, condenaram o pecado das nações estrangeiras, pois demonstravam a convicção inabalável "da incomparável superioridade e soberania de seu Deus".[71] No exílio babilônico, os sobreviventes da destruição de Judá que temiam ao Senhor Deus não se

dobraram diante da "imagem de ouro", símbolo de uma realeza que almejava lealdade e controle total (Dn 3.1-30).

No Novo Testamento, o Império Romano foi uma força sempre presente para os cristãos, sendo ridicularizada e situada em seu devido lugar (cf. Rm 1.1-32; 13.1-7).[72] Nas Escrituras, não há um único texto que apoie a ideia de que o cristão deve depositar a esperança no poder do Estado ou ser subserviente a um governo autoritário ou totalitário. A mensagem poderosa do evangelho (Rm 1.16), que tem o poder de produzir mudança social profunda, não depende do poder ou controle do Estado.

Karl Barth, que anteriormente havia apoiado os reformados húngaros em algum tipo de aceitação do regime comunista, em 16 de setembro de 1951 escreveu uma carta pessoal ao bispo reformado húngaro Albert Bereczky. Infelizmente, essa carta não recebeu a atenção que merecia na época e nunca foi publicada na Hungria. Ele dizia:

> Protesto, aqui, no Ocidente, contra a crítica que vos fazem de servilidade diante do regime comunista. Faço isto não apenas porque sei que não é esta vossa intenção, mas também porque acredito que a pergunta que vos deve ser feita é muito séria. Ei-la: Não estareis prestes a incorrer em sério erro teológico? Não quero dizer com isso que aproveis manifestamente o comunismo. Sabeis que, quanto a este ponto, ou seja, no plano político, não desejo vigiar-vos; mas, de qualquer modo, podemos discuti-lo, como cristãos. Creio constatar, em troca, que estais fazendo de vossa aprovação do comunismo um elemento da mensagem cristã, um artigo de fé que (como sempre aconteceu com a introdução de tais "doutrinas estrangeiras") começa a afastar todas as outras, e quereis agora interpretar a partir dela todo o Credo e toda a Bíblia. Em outras palavras: estais a ponto de cair na forma de ideologia que foi outrora (com outras características) a dos "cristãos alemães". O resultado deste procedimento foi um erro evidente: a afirmação de que havia uma manifestação particular de Deus nos acontecimentos da História, que foi considerada no mesmo plano da Palavra de Deus em Jesus Cristo, e interligada a esta. Estou persuadido de que não é isso que desejais, nem o que vossos amigos desejam. Mas com a melhor disposição de espírito, não posso esconder-vos que estais, efetivamente, prestes a fazê-lo. E é apenas vossa ignorância relativa de nossas experiências na Europa Ocidental e, especialmente, na Alemanha, que vos impede de aperceber-se disso...[73]

Em julho de 1963, Barth escreve esta outra carta ao amigo tcheco de confissão luterana Josef Hromádka, um dos líderes do diálogo marxista-cristão no Leste Europeu:

> Eu tenho uma reação alérgica extrema não só a todas as identificações, mas também a todos os esboços de paralelos e analogias entre o pensamento teológico e sociopolítico em que a superioridade dos analogans (o evangelho) ao analogatum (as ideias políticas e opinião dos teólogos em causa) não é clara, sóbria e irreversivelmente mantida e não permanece visível. Onde a importância relativa dos dois é reversível, aí eu falo [...] de uma filosofia da história que prejudica a teologia e a proclamação cristã.[74]

O socialismo, visão de mundo rival do cristianismo, exerceu e continua a exercer forte sedução em milhares de cristãos, conseguindo até mesmo perturbar a pureza da fé cristã. E só cresceu "graças a uma maciça apostasia dos cristãos".[75] No entanto, como é possível aprender com Barth, a mensagem do evangelho está acima de todas as ideologias ou possibilidades do espectro político, as quais, por sinal, algumas vezes não passam de pobres perversões e caricaturas da mensagem cristã.

[1]Joseph Ratzinger, *Fé, verdade, tolerância* (São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2015), p. 110.

[2]Alain Besançon, em *A infelicidade do século* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000), propõe uma classificação ligeiramente diferente: "Não se encontra quase nunca nesses manuais a classificação correta, aquela sobre a qual existe o consenso entre os historiadores atualmente, mas que já tinha sido proposta desde 1951 por Hannah Arendt, a saber: o conjunto dos dois regimes *totalitários*, comunismo e nazismo, os regimes liberais, os regimes autoritários (Itália, Espanha, Hungria, América Latina) que provêm das categorias clássicas da ditadura e da tirania, organizadas por Aristóteles" (p. 141). Para uma classificação que usa os eixos "igualdade" e "liberdade" para tratar das díades, e que tenta ser prospectiva e prescritiva, cf. Norberto Bobbio, em *Direita e esquerda* (São Paulo: Unesp, 1995), p. 119: extrema esquerda (igualitário autoritário, do tipo comunista), centro-esquerda (igualitário libertário, do tipo social-democrático), centro-direita (libertário inigualitário, do tipo liberal conservador) e extrema direita (autoritário inigualitário, do tipo nazista). É possível destacar pelo menos três problemas nessa classificação: 1) ela propõe uma divisão unidimensional do espectro político, 2) ainda que admita que "os extremos se tocam" (p. 53), ela não leva em conta dados teóricos e empíricos de comparação entre nazismo e comunismo na conceituação dos extremismos antidemocráticos (cf. a superficialidade com que é tratado o Pacto Molotov-Ribbentrop, p. 60-1) e, mais importante, 3) ela não explicita o papel dirigista que o Estado precisa exercer para conduzir a sociedade ao igualitarismo.

[3]Diagramas adaptados de Greg Johnson, *O mundo de acordo com Deus* (São Paulo: Vida, 2006), p. 93-4, e *Nolan Chart*, disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Nolan_Chart, acesso em: nov. 2013. Essa variante da tabela de Nolan aqui publicada usa dois eixos, a saber, foco econômico e foco cultural — cada um podendo recair sobre a comunidade ou sobre o indivíduo —, para representar as ênfases de formas de governo e dimensões políticas.

[4]O comunismo, que seria o "estágio mais elevado de socialismo" — o estágio final do desenvolvimento, em que as instituições do Estado seriam substituídas por uma sociedade harmoniosa, sem classe e autoadministrável —, tem as seguintes características definidoras, que podem "ser agrupadas em três pares, relacionando-se, primeiramente, ao sistema político; em segundo lugar, ao sistema econômico; e em terceiro, à ideologia": 1) "o monopólio do poder do partido comunista", 2) o "centralismo democrático", por meio do qual o partido tem plena autonomia para tomar qualquer decisão, 3) "a posse não capitalista dos meios de produção", 4) "o domínio de uma economia de comando, em oposição a uma economia de mercado", 5) "o propósito declarado de construir o comunismo como objetivo final e legitimador" e 6) "a existência de um Movimento Comunista Internacional e o senso de pertencer a ele". Cf. Archie Brown, *Ascensão e queda do comunismo* (Rio de Janeiro: Record, 2011), p. 129-44. De acordo com Michael Novak, em *Será a liberdade? Questionamento da teologia da libertação* (Rio de Janeiro: Nórdica, 1988, p. 30), os movimentos revolucionários de esquerda têm quatro compromissos: "(1) que a história é caracterizada exatamente como um teatro de luta entre classes sociais; (2) que esta luta vincula arrebatamento obcecante, violência e conflito armado, cujo término só começará com uma certa ordem social, futura e utópica; (3) a abolição da propriedade privada, como sendo o fundamento da luta de classes; e (4) uma teoria da verdade, identificando a verdade com a causa de uma classe social específica na história. Os perigos de tais compromissos foram

manifestamente revelados tanto no movimento nazista como no movimento marxista-leninista, no [...] século [20]".

[5]O aparelhamento do Estado a partir do Executivo e passando pelo controle do Judiciário, o que se dá por meio da indicação dos ministros da Justiça, junto com a coerção ou com o suborno de deputados e senadores do Legislativo caracterizam, no conjunto, outra versão desse modelo estatista, o que se degenerará em autoritarismo ou totalitarismo.

[6]Karl Marx; Friedrich Engels, *Manifesto comunista* (São Paulo: Boitempo, 2007), p. 59-68. Esses tipos são divididos em: 1) "socialismo reacionário", representado no "socialismo feudal", no "socialismo pequeno-burguês", em sua versão extremada, ou seja, o "socialismo alemão ou 'verdadeiro' socialismo" e no "socialismo conservador ou burguês"; 2) "socialismo e comunismo crítico-utópicos". É espantoso como Marx e Engels, ao resumir em 1848 "o socialismo alemão ou o 'verdadeiro' socialismo", descrevem com precisão o tipo de socialismo associado aos nazistas: "[O socialismo alemão] proclamou que a nação alemã era a nação modelo, e o pequeno burguês alemão o homem modelo. A todas as infâmias desse homem modelo atribuiu um sentido oculto, um sentido superior e socialista, que as tornava exatamente o contrário do que eram. Foi consequente até o fim, levantando-se contra a tendência 'brutalmente destrutiva' do comunismo, declarando que pairava imparcialmente acima de todas as lutas de classes" (p. 64).

[7]Cf. François Fruet, *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX*, p. 39, 46: "A outra sedução capital do marxismo-lenininsmo está, evidentemente, em seu universalismo, que o aparenta à família das ideias democráticas, com o sentimento de igualdade entre os homens como motor psicológico principal. O fascista não recorre, para destruir o individualismo burguês, senão a frações de humanidade, a nação ou a raça. Estas, por definição, excluem os homens que delas não fazem parte, e até se definem contra eles, como o quer a lógica desse tipo de pensamento. A unidade da comunidade só se refaz ao preço de sua suposta superioridade sobre os outros grupos e de um constante antagonismo frente a eles. Àqueles que não têm a sorte de fazer parte da raça superior ou da nação eleita, o fascismo só propõe a opção entre a resistência, sem esperança, e a submissão, sem honra. O militante bolchevique, ao contrário, tem como objetivo a emancipação do gênero humano. [...] A originalidade das doutrinas fascistas consiste numa reapropriação do espírito revolucionário, a serviço de um projeto antiuniversalista".

[8]A tabela e as ideias aqui expostas encontram-se em P. C. Sondrol, "Totalitarian and authoritarian dictators: a comparison of Fidel Castro and Alfredo Stroessner", *Journal of Latin American Studies*, vol. 23, n. 3 (October 1991), p. 599. Para o significado de autoritarismo, cf. Mario Stoppino, "Autoritarismo", in: Norberto Bobbio; Nicola Matteucci; Gianfranco Paquino, *Dicionário de política* (Brasília: UnB, 1986), p. 94-104.

[9]Cf. Richard Pipes, "Homem sem propriedade é como escritor censurado", in: *Democracia e desenvolvimento* (São Paulo: Fórum das Américas, 1979), p. 30: "Num tipo comum de sistema autoritário [...] a elite no poder insiste em monopolizar a autoridade política. Mas, como não há pretensões sobre a propriedade privada, seu poder encontra certos limites naturais e muito exatos. Sob tal sistema, a autoridade política do Estado pode de fato ser absoluta, mas o campo de ação daquilo que constitui a esfera da própria autoridade política é limitado. O Estado não permite ao cidadão que

participe do processo legislativo, mas não pode interferir no modo de vida que ele escolheu. O Estado pode prendê-lo por atividades sediciosas, mas não pode despedi-lo de seu emprego (a menos que aconteça ser um funcionário público) ou privá-lo, por outro modo, de seu meio de vida".

[10]Devemos lembrar que, quando corporações utilizam o governo para se beneficiar em detrimento de todos os demais, isso caracteriza exatamente a antítese do livre mercado. A isso chamamos corporativismo.

[11]O único partido que representa a direita no Brasil na atualidade é o Partido Novo, que acaba de nascer.

[12]As posições ideológicas foram depreendidas dos programas dos respectivos partidos. O PT é composto de mais de uma dezena de tendências partidárias; porções delas saíram e fundaram outros partidos, como PSTU e PSOL. O DEM é o antigo PFL (Partido da Frente Liberal), que seguia o modelo desenvolvimentista e intervencionista do regime militar. Pouco depois de sua fundação, o DEM dividiu-se, e políticos de destaque do partido fundaram o PSD. Outro partido, o PP, tem entre seus fundadores ideólogos do modelo militar de capitalismo controlado pelo Estado. E o PMDB é "uma federação de caciques regionais [...] sem uma 'cara nacional'", como diz Rodrigo Romero.

[13]No Pós-Guerra, a social-democracia preconizou, em linhas gerais, intervenções do Estado para promover justiça social dentro de um sistema capitalista, apoiando a existência de políticas públicas em prol do bem comum, como a promoção do Estado de bem-estar social (*welfare state*), a regulamentação do mercado e o compromisso com a democracia representativa. Para uma das melhores defesas dessa posição, cf. Tony Judt, *O mal ronda a terra: um tratado sobre as insatisfações do presente* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2011).

[14]O libertarianismo ou seu derivado, o anarcocapitalismo, compõem um dos extremos da tabela de Nolan. Seus defensores são favoráveis ao livre mercado e a uma intervenção mínima do governo na economia, mas também (de modo semelhante ao anarquismo) ao Estado laico, à união homossexual, à legalização do aborto e à descriminalização das drogas. Talvez os mais articulados defensores do libertarianismo sejam Murray Rothbard e Hans--Hermann Hoppe.

[15]Um dos grandes responsáveis pelo controle da sociedade civil por meio da "hegemonia cultural" aqui descrita foi Antonio Gramsci. Cf. Brown, op. cit., p. 119-20. Cf. tb. "Sto. Antonio Gramsci e a salvação do Brasil", in: Olavo de Carvalho, *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci* (Campinas: Vide Editorial, 2014).

[16]Cf. Charles Frankel, "Perigo da ideia socialista está na intoxicação moral", in: *Democracia e desenvolvimento*, p. 46: "Um dos perigos da ideia socialista, de fato, reside precisamente no seu poder de intoxicação moral. Ela apela a inegáveis valores humanos: compaixão pelos que sofrem, uma justa e equitativa partilha dos ônus comuns, um esforço cooperativo que eleve todos a novos níveis de esclarecimento e virtude. Envoltos em seus valores mais altos [...] fica fácil para os socialistas pensar naqueles que discordam como decaídos no plano moral. Uma das regras fundamentais da democracia é que se deve ter oponente — ou ao menos tratá-lo assim — como fundamentalmente sensato e sincero. Mas os socialistas da espécie ideológica sempre tiveram dificuldades em seguir esta regra, e acabam

removendo-se para a periferia da política democrática. E, quando os socialistas genuinamente democráticos aparecem, estes fanáticos os repudiam como desertores da causa".

[17]É o que vemos todos os dias na relação entre o PT (centro), PSTU, PSOL e PCdoB (à esquerda) e PMDB, PSDB (direita). O DEM encontra-se esvaziado conceitualmente e estigmatizado o suficiente para não exercer outro papel senão o de "oligarquia", "remanescência" da Aliança Renovadora Nacional (Arena).

[18]Esse fenômeno atinge, até mesmo, o recém-fundado Rede Sustentabilidade (Rede), partido social-democrata liderado por Marina Silva, a qual várias vezes já se manifestou nostálgica do PT, afirmando que a proposta original do partido era boa, mas foi distorcida. Recentemente, vários políticos ligados ao PSOL e ao PT ingressaram na Rede.

[19]Essa imagem foi descrita e popularizada no Brasil por Olavo de Carvalho em vários textos. Cf. esp. "A mão de Stalin está sobre nós", *O Globo*, 3 ago. 2002, disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/semana/08032002globo.htm, acesso em: out. 2015.

[20]Cf. "Ensaio analisa parentesco entre fascismo e comunismo", disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3110200916.htm, acesso em: out. 2015.

[21]Do ponto de vista econômico, no nazismo o Estado interferia e controlava diretamente a economia por meio da associação com um punhado de grandes conglomerados. Em todo o tempo, os industriais conservadores alemães estiveram debaixo do controle político do nacional-socialismo. Se isso não for socialismo, não há forma lógica de defini-lo.

[22]Cf. Sönke Neitzel; Harald Welzer, *Soldados: sobre lutar, matar e morrer* (São Paulo: Companhia das Letras, 2014), p. 41-5, 49-81. Para um resumo da filosofia e da ética nazistas e sobre o "parentesco [entre marxismo e nazismo] como ideologias socialistas revolucionárias", cf. Gene Edward Veith Jr., *O fascismo moderno: a cosmovisão judaico-cristã ameaçada* (São Paulo: Cultura Cristã, 2010), p. 23-38, 68-98. Como disse um personagem, o SS-Sturmbannführer Liss, comandante de um campo de concentração, no clássico de Vassili Grossman, *Vida e destino* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2014), "o socialismo em um só país é a mais alta expressão de socialismo" (p. 425). Essa obra, finalizada em 1959, foi publicada apenas postumamente, em 1980 (na Rússia, somente em 1988), e depois contrabandeada para o Ocidente por amigos, pois o texto original fora confiscado pela KGB em fevereiro de 1961, em parte por causa do diálogo entre os personagens Liss e o "velho bolchevique" Mikhail Mostovskói, o qual sublinhava "as semelhanças entre nazismo e stalinismo" (p. 11). Grossman, um judeu ucraniano, foi correspondente de guerra do jornal soviético Krasnaya Zvezda durante a Segunda Guerra Mundial. Passou quase toda a guerra no leste, na linha de frente, cobrindo os principais acontecimentos daquele front, incluindo as batalhas de Moscou, Stalingrado, Kursk e Berlim, além da libertação do campo de extermínio de Treblinka. Cf. Antony Beevor; Luba Vinogradova, orgs., Um escritor na guerra — Vassili Grossman com o Exército Vermelho 1941-1945 (Rio de Janeiro: Objetiva, 2008).

[23]Basta um só exemplo da importância dessas fontes: após a publicação de *Berlim, 1945* (Rio de Janeiro: Record, 2004), seu autor, Antony Beevor, foi fortemente criticado por políticos e historiadores russos por retratar as atrocidades cometidas pelo Exército Vermelho contra os civis alemães em 1945. A título de exemplo, o livro cita que cerca de dois milhões de mulheres alemãs foram estupradas por

soldados soviéticos, antes e depois do fim da guerra. As afirmações de Beevor, contudo, estavam baseadas em fontes primárias dos arquivos da antiga União Soviética: os relatos dos comissários políticos que serviam ao Exército Vermelho. Quando os exércitos soviéticos invadiram a Manchúria, em agosto de 1945, ocorreram mais estupros indiscriminados de mulheres, japonesas ou não. Cf. Andrew Roberts, *A tempestade da guerra* (São Paulo: Record, 2012), p. 631.

[24]A Revolução Russa culminou, em outubro de 1917, com a derrubada da monarquia czarista e a tomada do poder na Rússia pelos comunistas, sob a liderança de Vladimir Lênin. Após uma sangrenta guerra civil, vencida pelos comunistas, as repúblicas socialistas da Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucásia fundaram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em dezembro de 1922. Cf. esp. Richard Pipes, *História concisa da revolução russa* (Rio de Janeiro: Record, 1997). Cf. tb. Robert Gellately, *Lênin, Stálin e Hitler: a era da catástrofe social* (Rio de Janeiro: Record, 2010), p. 21-2, 24,102: "Lênin, [...] como fundador do comunismo soviético, foi o principal defensor do estabelecimento do Estado de partido único, dos campos de concentração e do terror. Ele insistiu, nos primeiros dias da Revolução de Outubro, na limitação dos direitos civis e legais. Poucas semanas depois, Lênin fez pressão para a criação de uma nova polícia secreta [...]. Ele definiu o tom intolerante do novo regime e indiscutivelmente perseguiu um círculo de inimigos cada vez maior. [...] Longe de perverter ou minar o legado de Lênin, [...] Stálin foi seu herdeiro lógico. [...] Embora no fim [Stálin] introduzisse muitas mudanças, estas foram variações de políticas e práticas já estabelecidas ou bem ensaiadas sob Lênin". Foi o exército da Polônia, sob o comando do marechal Jozef Pilsudski, o qual venceu o exército soviético na batalha de Varsóvia em agosto de 1920, que bloqueou as pretensões de Lênin de espalhar o comunismo pela Alemanha e o restante da Europa ocidental. Cf. esp. Adam Zamoyski, *Varsóvia 1920: a derrota de Lênin* (Rio de Janeiro: Record, 2013).

[25]Richard Overy, *Os ditadores* (Rio de Janeiro: José Olympio, 2009), p. 142. Hitler era representado como "redentor da nação alemã, Stalin como guardião do legado revolucionário de Lênin". O primeiro era chamado Führer e o segundo, Vozhd, duas palavras com o mesmo significado: "líder".

[26]O uso desenfreado da violência pelos dois totalitarismos só pode ser entendido pela força de uma ideologia que busca enquadrar e dirigir o conjunto da sociedade, entendendo que o menor desvio de conduta é uma traição à raça ou à classe.

[27]Em 2013, visitei o campo de concentração de Sachsenhausen, a 35 quilômetros de Berlim, na Alemanha. Esse campo foi usado pelos nazistas de 1936 a 1945. Nesse período, mais de 200 mil judeus, oponentes políticos do nazismo e prisioneiros de guerra estiveram encarcerados no campo. E cerca de 30 mil morreram de doenças, desnutrição, execução ou experimentações médicas. De 1945 a 1950, o campo foi usado pelos soviéticos, e 60 mil militares alemães, funcionários nazistas, colaboradores russos e dissidentes anticomunistas estiveram ali aprisionados. Desses, certa de 12 mil morrem de fome ou doenças. Quanto aos números de prisioneiros e mortos, cf. http://www.chgs.umn.edu/museum/memorials/sachsenhausen/, acesso em: out. 2015.

[28]A ideia de que a União Soviética estava combatendo pelo comunismo foi rapidamente substituída pelo uso da religião ortodoxa e das "glórias militares da era czarista", assim como pela exortação nacionalista à luta pela "Sagrada Rússia". Até hoje a Segunda Guerra Mundial é conhecida na Rússia como a "Grande Guerra Patriótica". Cf. Richard Pipes, *O comunismo* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2002),

p. 92-6. Numa guinada irônica entre os nazistas alemães, o ramo mais ideologizado das forças armadas (*Wehrmacht*), as Waffen-SS, tornou-se uma força internacional a partir de 1941. Com o começo da Segundo Guerra, o comunismo soviético, de contornos internacionalistas, adotou um discurso nacionalista; já os nazistas, que eram nacionalistas, à medida que a maré da guerra se virava contra eles, adotaram uma postura internacionalista, de cruzada contra o marxismo. E assim por diante. Ao fim da guerra, 366.500 estrangeiros serviram nas Waffen-SS. Entre esses, albaneses, belgas, bósnios, croatas, dinamarqueses, espanhóis, eslovenos, finlandeses, franceses, holandeses, húngaros, indianos, ingleses, italianos, noruegueses, romenos, russos, sérvios e ucranianos. Serviram nessa força 410 mil alemães nacionais (*Reichsdeutsche*), incluindo-se austríacos, e 300 mil alemães étnicos (*Volksdeutsche*). Cf. John Keegan, *Waffen-SS: soldados da morte* (Rio de Janeiro: Renes, 1973), p. 96. Na primavera de 1943, o Mufti de Jerusalém, Mohammad Amin al-Husseini, ajudou no recrutamento de muçulmanos para as Waffen-SS. Em consequência disso, três divisões de montanha foram formadas, compostas majoritariamente por muçulmanos bósnios e albaneses, e estiveram envolvidas em crimes de guerra na antiga Iugoslávia. Além desses, cerca de um milhão de estrangeiros serviram no exército (*Heer*) alemão. Entre eles, havia alemães étnicos, árabes, belgas, tchecos, holandeses, finlandeses, franceses, gregos, húngaros, noruegueses, poloneses, portugueses, espanhóis, suecos e ingleses. Estima-se também que de 800 mil a 1 milhão de russos serviram no exército alemão para lutar contra os soviéticos. Cf. http://en.wikipedia.org/wiki/Wehrmacht_foreign_volunteers_and_conscripts.

[29]Se lideranças nazistas, especialmente após 1938 (veja cap. 6) tentaram restaurar o culto aos antigos deuses germânicos, entre outras coisas colocando Wotan no lugar de Deus e Siegfried no lugar de Cristo, os comunistas da União Soviética não ficaram para trás. Escrevendo sobre o período de 1917 a 1929, Robert Service, em *Camaradas: uma história do comunismo mundial* (Rio de Janeiro: Difel, 2015), p. 193-4, afirma: "As mãos da religião organizada jaziam prensadas sob os coturnos dos comissários do povo. Ideias costumeiras [existência de demônios nos bosques, espíritos habitantes de lagos, bruxaria, astrologia], que, em outras circunstâncias, poderiam ter desaparecido do âmago das massas, ganharam novo fôlego. [...] Por haverem esvaziado o espaço reservado à religião, as autoridades comunistas testemunharam sua ocupação por crendices que remontavam ao período anterior à proliferação do cristianismo pela Rússia".

[30]A Rússia Imperial tinha um terrível histórico de *progroms*. Entre 1880 e 1920, de 70 a 250 mil judeus foram assassinados e milhões emigraram. Sobre o antissemitismo soviético, que algumas vezes era disfarçado de "antissionismo", é emblemática "A noite dos poetas assassinados", quando em agosto de 1952 treze poetas judeus foram assassinados na prisão de Lubianka, em Moscou, assim como a chamada "Conspiração dos médicos", ocorrida entre 1952 e 1953, a qual marcaria o início da liquidação total da vida cultural judaica na União Soviética. Cf. Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989), p. 351-3. Sobre o genocídio de cerca de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, patrocinado pelo Estado nazista, cf. Martin Gilbert, *O Holocausto* (São Paulo: Hucitec, 2010).

[31]Overy, op. cit., p. 22. Essa obra, pressupondo diferenças geográficas, sociais, nas práticas políticas e nos desenvolvimentos institucionais, propõe-se analisar em profundidade os dois regimes, comparando as similaridades entre os dois sistemas em áreas como comportamento político, exploração econômica, controle completo da produção cultural, segurança e assim por diante.

[32]Gellately, op. cit., p. 270-1.

[33]Para citações que incentivam o genocídio nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels, cf. *Marx-Engels genocide quotations: the hidden history of Marx and Engels*, disponível em: http://www.orgonelab.org/MarxEngelsQuotes.htm#QUOTES, acesso em: out. 2015.

[34]Richard Pipes, *O comunismo*, cit., p. 85.

[35]John Toland, *Adolf Hitler: the definitive biography* (Garden City: Anchor, 1976), p. 224-5. Ainda assim, é bom ter em mente que o discurso de Hitler era eclético, mesclando antissemitismo, mitologia alemã, cristianismo liberal, nacionalismo exacerbado, romantismo e socialismo. Como Ernst Nolte destacou, porém, em sua obra *Three faces of fascism: action Francaise, Italian fascism, national socialism* (London: International Thomson, 1966), o nazismo não pode ser considerado um movimento político conservador com o alvo de preservar o *status quo*. Na verdade, o nacional socialismo era uma revolução política dinâmica, que condenava não apenas o bolchevismo, mas também o capitalismo. O programa político do partido nazista, que incluía a exigência de reforma agrária, pode ser lido na íntegra em Jonah Goldberg, *Fascismo de esquerda* (Rio de Janeiro: Record, 2009), p. 457-60. Esse programa foi proclamado em 24 de fevereiro de 1920 e permaneceu inalterado até a dissolução do partido, com o fim da Segunda Guerra Mundial.

[36]Entrevista concedida a George Sylvester Viereck em Fábio Altman, org., *A arte da entrevista: uma antologia de 1823 aos nossos dias* (São Paulo: Scritta, 1995), p. 114-5. A entrevista completa pode ser lida em: http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/AdolfHitler.htm. Em julho de 1932, os nazistas (NSDAP) ganharam 230 assentos governamentais. Tornaram-se, assim, junto com os comunistas (KPD), o segundo maior partido da Alemanha, ocupando mais da metade do Reichstag, o parlamento alemão.

[37]Adelheid von Saldern, *The challenge of modernity: German social and cultural studies, 1890-1960* (Ann Arbor: University of Michigan, 2002), p. 78. O SPD posicionou-se dessa forma por causa da íntima cooperação entre comunistas e nazistas em tentativas de referendos e greves ocorridas entre 1931 e 1932, as quais almejavam minar o SPD na Prússia.

[38]Walter Hammer, *Hohes Haus in Henkers Hand* (Frankfurt/Main: Europaeische Verlangsanstalt, 1956), p. 84, citado em D. M. Giangreco; Robert E. Griffin, *Airbridge to Berlin: the Berlin crisis of 1948, its origins and aftermath*, disponível em: http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/BERLIN_A/WWNB.HTM, acesso em: out. 2015. Para as informações desse parágrafo, cf. o verbete "Comparison of Nazism and Stalinism", disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Comparison_of_Nazism_and_Stalinism, acesso em: out. 2015.

[39]Arvo Vercamer; Jason Pipes, *German military in the Soviet Union 1918-1933*, disponível em: http://www.feldgrau.com/ger-sov.html, acesso em: out. 2015. Após a derrota na Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes impôs ao exército alemão o limite de 100 mil homens, proibindo-os de ter aviões, blindados, submarinos e artilharia pesada, antitanque ou antiaérea.

[40]Max Hastings, *Inferno: o mundo em guerra 1939-1945* (Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012), p. 21-2, 28. Em 1939, sindicalistas opuseram-se à "guerra imperialista" da Inglaterra e França contra a Alemanha, e pichações apareceram nas ruas de Londres e Paris: "Parem a guerra: o trabalhador paga" e

"Não à guerra capitalista". Cf. também Andrew Roberts, op. cit., p. 121: a França rendeu-se aos exércitos alemães em junho de 1940, mas "o Partido Comunista [Francês] [...] só começou a fazer resistência aos alemães depois que Hitler invadiu a Rússia, em junho de 1941. [...] Depois da queda de Paris [em 1940], eles concentraram esforços no plano para abocanhar o poder [na França] e chegaram mesmo a assassinar *résistants* anticomunistas cuja popularidade local pudesse, ao ver deles, ameaçar seus objetivos. [...] [Próximo do fim da guerra, em 1945,] o Partido Comunista Francês aguardou o sinal de Stalin para se sublevar, o qual, por várias razões relacionadas com a penetração soviética no leste da Europa, jamais chegou". Para o abjeto papel de historiadores ingleses como E. H. Carr, Christopher Hill e Eric Hobsbawn como agentes e simpatizantes soviéticos, cf. Norman Davies, *O levante de 44: a batalha por Varsóvia* (Rio de Janeiro: Record, 2006), p. 199-208.

[41]Cf. Geoffrey Roberts, *Molotov: Stalin's cold warrior* (Washington, DC: Potomac Books, 2011), p. 28-49.

[42]Para a relação entre antissemitismo e anticomunismo no ideário nazista, cf. Gellately, op. cit., p. 124-7: "Ser um 'socialista', para Hitler, era se opor ao materialismo e combater os judeus. Os russos tinham atacado somente o capitalismo industrial, afirmou. Eles não tinham tocado no capitalismo judaico, pelo qual presumivelmente se referia ao capitalismo financeiro" (p. 126). Essas declarações foram feitas entre 1920 e 1921.

[43]Disponível em: http://www.mises.org.br/Ebook.aspx?id=31, acesso em: out. 2015.

[44]"As afinidades estruturais entre o totalitarismo comunista e o nazista foram apontadas por Hannah Arendt [...]. Essa talvez seja uma das maiores contribuições da filósofa alemã para o pensamento político, sobretudo porque Arendt não recuou de suas afinidades com a tradição de esquerda. O conceito de totalitarismo permite, precisamente, englobar esses dois regimes, comunismo e nazismo, expondo-lhes a espinha dorsal ideológica, que é de tipo liberticida. Foi essa pensadora de esquerda que procurou restituir, na tormenta da Segunda Guerra e nas crises que vieram depois dela, o valor da liberdade individual, da privacidade e do respeito ao outro como condição para a existência de uma sociedade democrática". Cf. Denis Rosenfield, "A esquerda na contramão da história", in: *Por que virei à direita* (São Paulo: Três Estrelas, 2014), p. 103-4.

[45]A controvérsia é sintetizada em Norman Davies, *Europa na guerra* (Rio de Janeiro: Record, 2009), p. 508-12.

[46]Como escreveu Davies, op. cit., p. 358: "O historiador alemão Ernst Nolte viu-se em dificuldades ao declarar que os nazistas tiraram vantagem da prática soviética. Não obstante, é incontestável que os campos soviéticos [de concentração] vieram antes, que os alemães vieram depois e que o sistema soviético era muito maior do que o seu equivalente alemão".

[47]Cf. Fruet, op. cit., p. 35. Cf. Veith Jr., op. cit., p. 32: "Mesmo o comunismo na antiga União Soviética, na prática, não foi tanto um movimento internacional de trabalhadores quanto foi um nacional-socialismo. Comparar Stalin com Hitler como líder absoluto de um Estado totalitário é uma imagem muito pertinente. Na Rússia pós-moderna de hoje, as reformas econômicas de livre mercado têm oposição de novos partidos autoritários nacionalistas cujos membros são ex-marxistas e cuja ideologia é o nacional-socialismo".

[48]Davies, op. cit., p. 510-1. Entre os que se opuseram a essa tese estavam esquerdistas como o filósofo Jürgen Habermas e os historiadores Hans Mommsen, Jürgen Kocka, Detlev Peukert, Martin Broszat, Hans-Ulrich Wehler, Heinrich August Winkler, Wolfgang Mommsen e Eberhard Jäckel, curiosamente quase todos membros do Partido Social Democrata (SPD).

[49]Para aqueles que quiserem aprofundar os estudos sobre os dois totalitarismos, uma bibliografia básica inclui: Besançon, op. cit.; Pipes, *O comunismo*, cit.; Michael Geyer; Sheila Fitzpatrick, *Beyond totalitarianism: Stalinism and Nazism compared* (New York: Cambridge University, 2009); François Furet; Ernst Nolte, *Fascismo e comunismo* (Lisboa: Gradiva, 1998); Ernst Nolte, *Marxism, fascism, Cold War* (Atlantic Highlands: Humanities Press, 1982); *Three faces of Fascism* (New York: Henry Holt & Company, 1966*)*; Joachim Fest, *Hitler* (Rio de Janeiro: Pocket Ouro, 2011); A. James Gregor, *The faces of Janus* (New Haven: Yale University Press, 2000). Os textos originais da *Historikerstreit* foram traduzidos e publicados em inglês por James Knowlton na obra *Forever in the shadow of Hitler?* (Atlantic Highlands: Humanities Press, 1993).

[50]Pipes, *O comunismo*, cit., p. 179.

[51]Entre os signatários da Declaração de Praga estão Václav Havel e Joachim Gauck, além de outros políticos, antigos dissidentes e historiadores europeus. Uma tradução da declaração pode ser lida em: http://declaracaodepraga.blogspot.com.br/, acesso em: out. 2015. O original se encontra em: http://www.praguedeclaration.eu/. Para a lista dos institutos e o contexto da declaração, cf. "Comparison of Nazism and Stalinism".

[52]O filme contém entrevistas com historiadores ocidentais e russos, como Norman Davies, Pierre Rigoulot e Boris Sokolov, o escritor russo Viktor Suvorov, o dissidente soviético Vladimir Bukovsky, membros do Parlamento Europeu e vítimas do terror soviético. Um dos entrevistados, George G. Watson, foi aluno e amigo de C. S. Lewis e autor de, entre outras obras, *The lost literature of Socialism* (Cambridge: Lutterworth Press, 2010). Os crimes retratados no filme estão documentados em Stéphane Courtois, org., *O livro negro do comunismo* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999), que se concentra especialmente nos crimes comunistas na União Soviética, China e Camboja, mas também trata dos cometidos no Leste Europeu, na África, na América Latina e no Afeganistão. Cf. tb. Stéphane Courtois, org., *Cortar o mal pela raiz! História e memória do comunismo na Europa* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006), que trata detalhadamente dos crimes do socialismo em países europeus, como Estônia, Bulgária, Romênia, República Democrática da Alemanha, Grécia e Itália.

[53]*The Soviet story* nunca foi lançado comercialmente no Brasil e, ao que parece, nunca passou na TV brasileira. Há várias versões legendadas em português na internet. Cf., por exemplo: https://www.youtube.com/watch?v=yt6ErIvjSV0 e https://www.youtube.com/watch?v=UqSmVJEIL0Q&feature=youtu.be&hd=1.

[54]A respeito desse assunto, veja cap. 5.

[55]"L'Eglise et la question politique d'aujourd'hui", *Extremis,* n. 3 (1939), p. 76, citado em Daniel Cornu, *Karl Barth, teólogo da liberdade* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971), p. 143.

[56]Fato lamentado em Besançon, op. cit., p. 128.

[57]"Wie soll man das verstehen? Offener Brief an Karl Barth", *Kirchenblatt für die reformierte Schweiz*, Zurique, 1948, p. 76, citado em Cornu, op. cit., p. 149-51. Para a compreensão de Brunner sobre a relação da igreja com o Estado e seu entendimento de totalitarismo, cf. Alister E. McGrath, *Emil Brunner: a reappraisal* (Malden: Wiley-Blackwell, 2014), p. 181-204.

[58]Dietrich Bonhoeffer, *Resistência e submissão: cartas e anotações escritas na prisão* (São Leopoldo: Sinodal, 2003), p. 28.

[59]Sobre a "rude ignorância" de Karl Barth acerca do contexto húngaro e a necessidade que a igreja reformada húngara tinha de afirmações como as proferidas pela Igreja Confessante alemã diante da ameaça do nazismo, cf. Helmut David Baer, *The struggle of Hungarian Lutherans under communism* (College Station: Texas A&M University Press, 2006), p. 157. As afirmações de Barth na carta aberta "Friends in the Reformed church of Hungary" (23 de maio de 1948), segundo as quais a tarefa primeira da igreja era a proclamação da Palavra, e não a defesa das estruturas eclesiásticas, forneceram, em alguma medida, as razões que levaram a igreja reformada húngara à infame distinção de se tornar a primeira igreja a colaborar com os comunistas naquele país, mesmo durante a repressão à Revolução Húngara, em 1956. Para a história da revolução e da brutal repressão soviética na Hungria, cf. Brown, op. cit., p. 332-343. Quanto às ações de infiltração da Stasi na República Democrática da Alemanha, que se estenderam às igrejas luteranas, um dos poucos lugares de refúgio para dissidentes, cf. Frederick Taylor, *Muro de Berlim* (Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 440), em que é mencionado o esforço daquela agência de espionagem em cooptar membros e ministros da igreja luterana para servir como informantes, num tempo em que qualquer palavra contra o regime da República Democrática da Alemanha poderia implicar prisão, espancamento e até a morte.

[60]Joseph Ratzinger, op. cit., p. 211.

[61]*New York Times*, 18 de junho de 1992, p. A18, citado em: Richard Pipes, *O comunismo*, cit., p. 130.

[62]Para as diferentes teorias de conhecimento por trás dos sistemas políticos e seu impacto no campo da lei, assim como da economia e da religião, cf. Thomas Sowell, *Conflito de visões: origens ideológicas das lutas políticas* (São Paulo: É realizações, 2011), p. 49-81, 165-198.

[63]Esse conceito, aliás, é uma "maneira darwiniana-hegeliana, orgânica, de olhar a necessidade de as pessoas se organizarem em unidades espirituais e biológicas coletivas — ou seja, [...] política de identidade", cujas origens remontam a Woodrow Wilson, controvertido presidente democrata dos Estados Unidos. Cf. Goldberg, op. cit., p. 285. Aqui se revela mais um ponto de contato entre a esquerda de hoje e os fascismos do passado.

[64]Cf. cap. 7.

[65]Cf. Denis Lerrer Rosenfield, "Há Estado?", disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniao/ha-estado-12671909, acesso em: out. 2015.

[66]Cf. José Casado, "Aumenta a desigualdade", disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2014/05/27/aumenta-desigualdade-por-jose-casado-537248.asp, acesso em: out. 2015: "Na vida real, há um paradoxo: os brasileiros pobres estão cada vez mais empobrecidos pelo mesmo Estado que anuncia protegê-los".

[67]É preciso ter em mente as diferentes antropologias que fundamentam o conservadorismo e o socialismo. Aquele parte de uma antropologia marcadamente pessimista e, por isso, avessa à concentração de poder nas mãos de um indivíduo ou grupo; este tende a um otimismo antropológico, que inevitavelmente conduz à concentração de poder e à busca por teorias políticas utópicas. É justamente por saberem que a natureza humana tende ao mal que conservadores defendem a redução do poder estatal, ao passo que socialistas insistem numa concentração acumulativa de poder no Estado. Cf. Sowell, op. cit., p. 23-48. Cf. tb. "Imperfeição humana", in: João Pereira Coutinho, *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários* (São Paulo: Três Estrelas, 2014), p. 33-40. Há, portanto, convergências entre a antropologia cristã, com sua ênfase na Queda e no pecado original, e a antropologia associada à direita. Além disso, alguns intelectuais estão optando pelo conservadorismo por causa da leitura de autores cristãos como Agostinho de Hipona e Blaise Pascal, que enfatizaram a diferença ontológica entre Deus e a criação, a miséria humana essencial e negaram sua autonomia. Cf. esp. "A formação de um pessimista", in: Luiz Felipe Pondé, *Por que virei à direita* (São Paulo: Três Estrelas, 2012), p. 63-7.

[68]Russell Kirk, *A política da prudência* (São Paulo: É Realizações, 2014), p. 91.

[69]Ibidem, p. 95.

[70]Para as origens dessa religião de adoração ao Estado nos Estados Unidos, cf. Goldberg, op. cit., p. 227-72. Entre os teólogos influentes desse movimento são citados Walter Rauschenbusch, Paul Tillich e Harvey Cox. "Os [cristãos] conservadores adoram espicaçar os [cristãos] liberais apontando seu 'cristianismo de lanchonete', no qual escolhem as coisas de que gostam no cardápio e evitam o indigesto. Mas existe mais do que mera hipocrisia aí. O que parece ser uma inconsistência é, de fato, o contínuo desdobrar do tapete do Evangelho Social para revelar uma religião sem Deus. Mais do que cristãos inconsistentes, os [cristãos] liberais de lanchonete são, de fato, progressistas consistentes" (p. 377-8). Um dos principais adversários desse movimento foi Reinhold Niebuhr, um dos líderes do realismo cristão, o equivalente americano da neo-ortodoxia europeia.

[71]Cf. Christopher J. H. Wright, *Povo, terra e Deus* (São Paulo: ABU, 1991), p. 135.

[72]Veja cap. 1.

[73]"Junge Kirche", *Protestantisches Monatsheft*, Oldenburgo, 15 de março de 1952, p. 141-2, citado em Cornu, op. cit., p. 156-7. Parte da carta também se encontra em Joseph Pungur, "Protestantism in Hungary: the Communist Era", in: Sabrina Petra Ramet, org., *Protestantism and politics in Eastern Europe and Russia: the Communist and Post-Communist Eras* (Durham: Duke University Press, 1992), p. 122. Essa carta veio a público sem autorização de Barth, sendo publicada em 1952. Foi republicada apenas em 1984, na série *Karl Barth Gesamtausgabe*, em Diether Koch, org., *Offene Briefe 1945-1968*, Band 15 (Zurich: Theologischer Verlag, 1984).

[74]Jürgen Fangmeier; Hinrich Stoevesandt, orgs., *Karl Barth letters 1961-1968* (Grand Rapids: Eerdmans, 1981), p. 105. Numa carta que precedeu a essa, Barth é ainda mais contundente (cf. p. 82-4), o que gerou uma réplica magoada de Hromádka (cf. p. 343-5). O trecho aqui citado é parte da tréplica. Alguns anos depois, Hromádka denominou a invasão da Tchecoslováquia pelas tropas comunistas do Pacto de Varsóvia, em agosto de 1968, com o objetivo de sufocar a "Primavera de Praga",

"a maior tragédia da minha vida". Quanto à história da "Primavera de Praga" e à obliteração do "socialismo com rosto humano", cf. Brown, op. cit., p. 433-466.

[75]Besançon, op. cit., p. 107.

ESPECTRO POLÍTICO, MENTES CATIVAS E IDOLATRIA

> Aquele nosso inimigo era leão quando se enfurecia abertamente; agora é dragão quando ocultamente arma ciladas. [...] Como a nossos pais era necessária a paciência no combate contra o leão, assim precisamos da vigilância contra o dragão. No entanto, a perseguição, seja do leão, seja do dragão, nunca cessa para a Igreja; e é mais temível quando engana do que quando se enfurece. Naquele tempo queria forçar os cristãos a negarem a Cristo; agora ensina os cristãos a negarem a Cristo; então coagia, agora ensina. Então introduzia violências; agora, insídias. Aparecia então furioso, agora mostra-se insinuante e dificilmente aparenta erro.
>
> — Agostinho de Hipona[1]

Diante do debate político ora em curso, faz-se necessário revisitar a definição, já delineada no capítulo 3, do que vem a ser "direita" e "esquerda".

ESQUERDA E DIREITA

A esquerda pode ser definida como aquele modelo do espectro político em que há pouca ou nenhuma liberdade pessoal e econômica, em que o Estado ou partido ganha uma dimensão transcendente, agindo para estender seu domínio sobre todas as esferas da sociedade. Já a direita privilegia a liberdade pessoal e econômica e a garantia dos direitos individuais, sendo os limites o respeito à vida, à propriedade e à liberdade dos demais. Os dois termos ganharam esses significados após o começo da Guerra Fria.

Outra forma de enunciar a diferença seria a seguinte: a esquerda caracteriza-se pela crença na igualdade de poder. As diferenças econômicas seriam a manifestação de uma distribuição injusta de poder social e político na sociedade. De modo geral, a esquerda postula que a liberdade deve ser sacrificada em nome da igualdade. A liberdade está diretamente relacionada à liberdade econômica ou de iniciativa dos indivíduos e à propriedade privada. A direita, sobretudo o liberalismo clássico, enfatiza que a igualdade se encontra no estado de liberdade que os indivíduos têm de agir, empreender e

seguir seus objetivos. Para este, a diferença material ou de poder é o resultado do sucesso de cada indivíduo e não sua causa.

No Brasil, convencionou-se tratar como "direita" o regime militar, que tomou o poder no país entre 1964 e 1985, e como "esquerda" os grupos que se opuseram às Forças Armadas e almejavam um regime socialista. No entanto, tanto os militares quanto a esquerda compartilhavam como ideário o autoritarismo e o desenvolvimentismo intervencionista.[2] Contudo, se a direita assume como absoluta a valorização do indivíduo, como esse sistema pode se degenerar em autoritarismo ou totalitarismo? Há exemplos históricos de regimes autoritários ou totalitários que afirmaram a liberdade individual? Na verdade, não. Antes, foram regimes esquerdistas que almejaram controlar (*Gleichschaltung*) firmemente todas as esferas da sociedade (família, artes, esportes, igreja, economia e imprensa) com base na noção da transcendência do Estado/partido.[3]

A esquerda, que compreendeu ser o único modo possível de realizar a igualdade entre os indivíduos a revolução por meio de uma ditadura do proletariado ou de um partido, com o uso da força e do controle estatal, considera que toda e qualquer iniciativa moderada em relação a esse projeto se acha "à direita", sendo "reacionária" ou "revisionista". Qualquer sistema diferente da ditadura do proletariado e do regime estatal é visto como uma reminiscência ou sobrevivência da sociedade burguesa, numa persistência de seus valores e estruturas.

O autoritarismo da ditadura militar no Brasil, entretanto, caracterizou-se sobretudo por seu "parentesco" genealógico com a esquerda marxista, provido pelo positivismo. Ambos não aceitam poderes concorrentes ou intermediários, somente a hierarquia estatal.[4] Dessa forma, a crença de que o mercado e os indivíduos não são organizados ou lógicos o suficiente para produzir riquezas e não podem, portanto, estabelecer ordem para o progresso levou os militares positivistas a fortalecer um agente de poder quase ilimitado para conduzir a produção: o próprio Estado. Qualquer regime que eleja um

elemento centralizador e cerceador de liberdades não pode ser considerado "liberal".[5]

Norberto Bobbio define a direita como o espectro político que enfatiza o ideal da liberdade individual.[6] Desse modo, a sugestão ou afirmação de que o nazismo, o fascismo e as ditaduras militares da América Latina das décadas de 1960 a 1980 representam a "direita" é baseada numa contradição entre definição conceitual e realidade histórica.[7] O fato é que os ditadores mais cruéis da história do século 20 foram esquerdistas: Lenin e Stalin (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), Adolf Hitler (Alemanha) e Walter Ulbricht (Alemanha Oriental), Nicolae Ceausescu (Romênia), Pol-Pot (Cambodja), Mao Tsé-tung (China), Ho Chi Minh (Vietnã). Cuba, Coreia do Norte e Venezuela são hoje estados-modelo do esquerdismo. Chega-se a uma cifra de 100 milhões de mortos pelos comunistas no século 20.[8]

O que se convencionou chamar de "extrema direita" (regimes militares, fascismo, nazismo) na verdade são expressões do autoritarismo ou da extrema esquerda. Por essa razão, a esquerda nunca é comparada à direita. Com isso, a armadilha do discurso da esquerda é comparar uma ideia "perfeita" com a realidade, como se isso fosse prova da superioridade esquerdista. Contudo, a honestidade intelectual exige que se compare o socialismo real com o capitalismo real. Nesse caso, fica escancarada a inferioridade da esquerda, pois, como escreve Denis Rosenfield, a comparação "deveria ser entre a Alemanha [Ocidental] capitalista e a [Alemanha Oriental] socialista, ou ainda, entre a Coreia [do Sul] capitalista e a [Coreia do Norte] socialista", mas a comparação é filtrada por uma "mentalidade religiosa", "político-teológica", em que se compara a direita real "com a ideia do socialismo, forjada por aqueles que lhe atribuem todas as perfeições". Rosenfield continua:

> Isto é equivalente a comparar uma sociedade perfeita a uma imperfeita, ou ainda, a comparar o homem a Deus. É claro que o homem, com suas imperfeições, sairá sempre perdendo quando comparado a Deus. O mesmo destino teria a comparação entre uma sociedade perfeita (ideal) e uma

> imperfeita (real). [...] Ou seja, atribui-se ao socialismo todas as perfeições e, de posse destes atributos, passa-se a verificar se eles 'existem' no capitalismo.[9]

Wolfhart Pannenberg lembra que devemos ter em mente que o "anticristo se manifesta [...] particularmente em doutrinas intramundanas [utópicas] de redenção e salvação, às quais as pessoas das sociedades modernas estão expostas". Na escatologia das utopias intramundanas, "explicitaram-se, pois, as consequências do aproveitamento funcionalista dos indivíduos [...], particularmente no caso do marxismo pelo fato de a felicidade dos agora vivos ser sacrificada sem escrúpulos em nome do pretenso alvo da humanidade", em que "apenas os indivíduos da geração então vivente poderiam participar" deste "milênio secularizado". E o contraste entre essa utopia e a esperança ensinada pela fé cristã é claramente estabelecido:

> Em toda escatologia intramundana [como o marxismo] a consumação (supostamente) geral tem de ser buscada e afirmada à custa dos indivíduos [em que "os indivíduos de gerações passadas" não "participarão da concretização futura de sua destinação"]. Essa é a estrutura anticristã da escatologia intramundana. Em contrapartida, a escatologia cristã preserva o vínculo indissolúvel de destinação individual e geral da humanidade. Através da glorificação dos indivíduos de mãos dadas com a glorificação do Pai e do Filho por eles, se concretizará o reino de Deus e será não apenas consumada, mas também aceita em geral, a justificação de Deus perante os sofrimentos do mundo.[10]

Diferentemente do que se apregoa, então, partidos de esquerda e extrema esquerda não são de orientação democrática. Suas propostas são inspiradas na ideia do Estado coercitivo, julgador e punidor. Não reconhecem a dinâmica de equilíbrio dos segmentos da sociedade e das instituições republicanas. Por pensarem desse modo, facilmente são corrompidos pela ideia de que são os "donos da verdade" e únicos porta-vozes da justiça.[11]

A dinâmica revolucionária é maligna por definição: em nome de um ideal de justiça e de redenção concretizado num futuro incerto mas inexorável, a moral revolucionária é aquela que haverá de se estabelecer na nova sociedade reorganizada por um novo princípio totalizador.[12] O revolucionário não está submetido às regras morais ou máximas éticas vigentes; está "além do bem e do mal" estabelecidos pelos padrões "burgueses" e, por essa razão, pode agir e

cometer qualquer vilania em nome do estabelecimento de seu ideal futuro.[13] O conceito de justiça pertence a uma classe de iluminados, de visionários revolucionários capazes de exercer juízo sobre todas as estruturas pré-revolucionárias.

Por sinal, a degeneração institucional, a perseguição a jornalistas e o uso de violência e prisões arbitrárias para tentar sufocar os protestos por democracia na Venezuela tornam o silêncio de setores da imprensa e do governo esquerdista brasileiro indigno e cúmplice.[14] O incrível é que só na América Latina essa devoção ao esquerdismo sobrevive. As nações latino-americanas tornaram-se, assim, a vanguarda do atraso.

LIBERALISMO E DEMOCRACIA

Ainda que a divisão entre direita e esquerda tenha se tornado lugar-comum no debate político do Pós-Guerra e tenha se intensificado na Guerra Fria, só sobrevive hoje na cultura americana com mais ou menos consistência ideológica nos programas dos partidos Republicano e Democrata. E deve-se lembrar que o sistema bipartidário dos Estados Unidos foi uma criação dos pais fundadores, para que o sistema bloqueasse qualquer radicalismo político. Hoje o sistema "entrou em curto-circuito" nos Estados Unidos, especialmente porque Deus, que era importante no pensamento político dos pais fundadores, foi afastado para a esfera privada por dirigentes dos partidos Republicano e Democrata.[15]

Parece-nos que na cultura europeia e brasileira talvez faça mais sentido usar termos como "liberal" e "antiliberal".[16] Em seu sentido original, o liberalismo está relacionado com a defesa do livre mercado, do estado de direito, da propriedade privada e da liberdade individual.[17] Analisando o cenário brasileiro com base nesse paradigma político, pode-se perceber que há, incrustada no país, uma mentalidade antiliberal, tanto nas "elites" (famílias, oligarquias, conglomerados) quanto no governo (qualquer que seja), que se caracteriza por protecionismo, economia dirigida e centralizada, ódio

feroz às privatizações e ao mercado, alta taxa de impostos, pacto a favor do Estado e contra as liberdades fundamentais do povo/indivíduos — conceitos associados tradicionalmente à esquerda. É importante notar que todos os governos a partir da Proclamação da República no Brasil foram antiliberais e populistas — marca da política de toda a América Latina. Esse fato se aplica especialmente a Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Getúlio Vargas,[18] o regime militar,[19] Fernando Collor, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Como escreve Marco Antonio Villa, há no Brasil

> uma tradição antidemocrática solidamente enraizada e que nasceu com o positivismo, no final do Império. O desprezo pela democracia foi um espectro que rondou o nosso país durante cem anos de república. Tanto os setores conservadores como os chamados progressistas transformaram a democracia em um obstáculo à solução dos grandes problemas nacionais, especialmente nos momentos de crise política.[20]

O autoritarismo faz parte de uma tradição antidemocrática que já caracterizava o Brasil Império. E a proclamação da República tornou a mentalidade governista solo fértil para o positivismo, uma filosofia de claro viés autoritário. Portanto, o desprezo pela democracia foi um fantasma que rondou nosso país não somente durante a época do Império, mas também durante os mais de cem anos de República. Tanto os setores conservadores como os chamados progressistas transformaram a democracia em um obstáculo à solução dos graves problemas nacionais, especialmente nos momentos de crise política, como se a ampla discussão dos problemas fosse um entrave à ação.[21]

Bruno Garschagen, por exemplo, enfatiza que o Brasil foi fundado sobre a ideia de concessões e parcerias entre indivíduos e o Estado. Desde o início do país, em sua colonização, estabeleceu-se a cultura do compadrio, das regalias aos "amigos do rei" (literalmente). Nossa "modernização" econômica também sempre foi dependente do Estado, seja com Vargas, seja com Juscelino Kubitschek, mas sobretudo com os militares. O período chamado

erroneamente de "neoliberal" com Fernando Henrique Cardoso realizou as privatizações de certos setores, como o de telecomunicações, em que as estatais deixaram de prover os serviços.[22] Entretanto, o Estado continuou regulamentando o mercado por meio das concessões e das Agências Reguladoras — que foram aparelhadas durante os governos de Lula e Dilma.[23]

O conservadorismo brasileiro está situado muito mais na esfera comportamental, relacionado a valores de índole religiosa, decorrentes de sua formação cristã, que é bem diferente de um conservadorismo de ordem político-doutrinária. O brasileiro médio continua a crer mais no Estado que na iniciativa privada. Logo, o que vigora no Brasil é um conservadorismo de costumes, mas não um conservadorismo político. Como Villa destaca: "Os conservadores brasileiros [...] [são] conservadores não no sentido político, mas como defensores da manutenção de privilégios antirrepublicanos".[24] Portanto, o Brasil é um país extremamente conservador e sempre buscou se organizar socialmente ao redor do Estado, conservando essa dependência de uma autoridade que equacionasse de cima para baixo todos os seus conflitos.

Essa mentalidade antiliberal se revela na estrutura estatal. O Estado brasileiro intervém e interfere em todas as esferas da sociedade (família, artes, esportes, igreja, economia e imprensa). Não obstante, tudo o que o Estado faz é tradicionalmente marcado por ineficiência, incompetência e corrupção.[25] E, num caso de dissonância cognitiva, "ongueiros" profissionais, políticos e "ativistas" ligados a partidos de esquerda e extrema esquerda como PT, PSOL e PSTU defendem que o país precisa de mais Estado.

Por sua vez, o liberalismo preconiza: a necessidade de menos Estado, com seu consequente enxugamento e maior eficácia; a redução da interferência do Estado na economia ao mínimo necessário; a defesa da propriedade privada; a privatização das empresas estatais e de serviços públicos que possam ser oferecidos pela iniciativa privada; o livre mercado; e a redução das despesas do governo, com a consequente redução da carga tributária. Além disso, o

liberalismo afirma o respeito ao império da lei, às liberdades individuais, à iniciativa privada e às diversas esferas que compõem a sociedade, além de defender o fomento às estruturas mediadoras (*intermediate bodies*). Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia, Japão e Coreia do Sul, entre outros, são guiados por ideais liberais em maior ou menor grau — e o resultado está à vista de todos.[26]

"GERAÇÃO COCA-COLA"[27]

Diante dessas considerações, é importante identificar as razões da tendência esquerdista entre os jovens. Estes parecem pertencer à classe alta ou média alta, estudam em universidades estaduais ou federais e recebem bolsas governamentais para (não raro) estudar no exterior. Para esses jovens, os proletários, por viverem para o trabalho, não têm consciência de seu estado de escravidão. E são os membros dessa nova classe de "homens novos" que poderão não somente iluminar, mas guiar as massas na luta contra a opressão.

O mundo passa a ser interpretado por meio de uma "nova moral", que opõe esses que almejam a "construção de um mundo melhor" à mentalidade rígida da sociedade. Portanto, ele é dividido em opressores e oprimidos, onde todos os bons são oprimidos e todos os que discordam são opressores, devendo por isso ser cooptados, silenciados ou eliminados. A complexidade social é reduzida a uma luta entre o bem e o mal, uma luta entre o povo e as elites. Não raro, os trabalhadores são tratados como "massa alienada" pelo fato de não apoiá-los, rotulados como gente que "não quer mudar" e não enxerga "a luta por mudança". Curiosamente, durante a Guerra Fria, na Polônia e na Alemanha Oriental esses idealistas eram chamados pelo proletariado, com cinismo, de "burgueses vermelhos". A mesma repulsa já se evidencia aqui no Brasil, especialmente por parte das camadas mais baixas da sociedade.[28]

Urge estudar as conexões de black blocs (mascarados vestidos de preto e armados com bombas, coquetéis molotov, pedras e paus) com partidos da

esquerda e extrema esquerda, como o PSOL.[29] Quem financia e orienta os black blocs? Quem lhes presta assessoria jurídica?

O *modus operandi* dessa milícia é velho, antiquado, nada diferente dos "camisas negras" fascistas (Itália, 1923-1943), dos "camisas marrons" nazistas (Alemanha, 1920-1945), das "Brigadas Vermelhas" (Itália, 1970-1988) e da "Fração do Exército Vermelho" (República Federal da Alemanha, 1970-1998), esquerdistas presentes na história da Europa do século 20.[30] Também há similaridades com o procedimento de vários grupos de guerrilha no Brasil durante a ditadura, tais como a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).[31] Os black blocs fazem ressurgir a violência em manifestações nas ruas justamente em um momento de ascensão de um discurso de intolerância e ódio em relação às principais instituições que dão sentido a uma democracia, vista por eles como um sistema burguês tirânico.[32]

Importante notar que não apareceu nas páginas desses grupos ou partidos uma única "nota de condolências" ou uma referência à morte do cinegrafista Santiago Andrade, da TV Bandeirantes.[33] Os que escreveram nas páginas do grupo sugeriam que a tragédia foi um erro "das empresas de comunicação" ou culpa do Estado, ou então rebatiam críticas com a lembrança de "tudo que a Polícia Militar já fez", alegando ser o incidente apenas mais um exemplo de "contraviolência". Nisso também lembram os antigos guerrilheiros, que justificavam suas ações violentas com o termo "represália".[34] Dessa forma, os partidos que apoiam os black blocs não têm lastro moral para criticar os "justiceiros" do bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro.[35] Ora, em um país sob uma Carta constitucional, a lei não vale para todos, igualmente?[36]

Parece que a violência dos black blocs só serviu então ao governo federal do PT, pois, além de jamais ostentarem cartazes ou gritarem palavras de ordem contra a falência da saúde e da educação, esvaziaram as manifestações legítimas com sua violência. Do "milhão", as passeatas recuaram para os milhares e, finalmente, para as centenas, como nas últimas ocorridas em 2013.

Espantam cada vez mais os rumos efetivos da esquerda brasileira. Em vez de aproveitar a oportunidade de sua passagem pelo poder para pôr em prática os ideais de educação, conscientização e espírito de coletividade e trabalho (marcas registradas das promessas socialistas), a corrente prefere disseminar entre os jovens um espírito de revolta, ignorância e demagogia. Como nota Demétrio Magnoli, "há algo de profundamente errado com um país incapaz de enxergar a face do mal, quando ela se esconde atrás da máscara de uma ideologia".[37]

Alguns desses jovens associados à esquerda identificam-se como cristãos, mas têm mais relações com grupos pareclesiásticos do que com igrejas locais. Esses cristãos que militam em partidos e grupos de esquerda e extrema esquerda se autodenominam no Brasil de "cristãos progressistas". Curiosa — e reveladoramente —, os católicos poloneses que apoiavam os nazistas antes da Segunda Guerra Mundial e os comunistas no Pós-Guerra também se chamavam "cristãos progressistas".

Acreditamos que a ausência do "totalmente outro" (*totaliter aliter*) leva pessoas a adotar uma ideologia que ambiciona transcendência, a qual supostamente as auxilia a superar as contradições de uma sociedade existencialmente opressiva, satisfazendo a "preocupação suprema" de suas vidas, o sonho de "outro mundo possível", a "realização da utopia".[38] Portanto, algumas perguntas se impõem aos pregadores e às comunidades cristãs: "Como responder a esse anseio por algo além e acima da criação partilhado por todas as pessoas? Como satisfazer esse desejo, tirando as pessoas dessa idolatria à 'transcendência desviada', isto é, ao ente estatal e à ideologia (de direita ou de esquerda), e reconduzindo-as para o culto ao Deus todo-poderoso, o 'totalmente outro', que se revela apenas nas Escrituras Sagradas? Será que na atualidade o evangelho, as boas-novas de Deus em Cristo — morto por nossos pecados e ressuscitado para nossa redenção —, tem sido oferecido com paixão e dependência do Espírito Santo? O Deus-

Trindade é oferecido como o único que pode satisfazer à 'preocupação suprema' que todas as pessoas experimentam?".

"NÃO TERÁS OUTROS DEUSES DIANTE DE MIM"

Para os direitistas ou liberais, aqueles que discordam de suas proposições são adversários políticos, não inimigos a ser destruídos. Para eles, a democracia é o convívio pacífico de ideias divergentes. Mas a mentalidade esquerdista antiliberal é binária: "nós" e "eles", os "bons" e os "maus", os revolucionários e os reacionários, a esquerda e a direita. Esquerdistas não conseguem pensar em gradações.[39] Assim, se alguém os critica, essa pessoa deve ser forçosamente de "direita". E isso encerra o debate, pois o esquerdista, para equalizar o confronto, começará a falar dos problemas da suposta direita no Brasil — como se houvesse de fato uma direita organizada e partidos políticos liberais no país. E, de forma típica, em vez de apresentar argumento contra argumento, o esquerdista usará o discurso da vitimização ou do constrangimento moral/espiritual para se evadir das profundas contradições de seu sistema. Ou apelará para a difamação pura e simples.[40]

Entretanto, "o marxismo", como escreveu Richard Sturz, "em vez de abolir a religião [...] tornou-se uma religião secular. Seus ensinos são apresentados como substitutos para as doutrinas cristãs".[41] Essa elevação transcendental da ideologia, além de sua incapacidade de autocrítica, revela na esquerda uma lealdade idolátrica ao sistema.

Os cristãos, que buscam confessar sua fé em submissão às Escrituras, creem que há um só Senhor e Rei, o único Deus todo-poderoso. Eles são súditos do "bendito e único Soberano, o Rei dos reis e Senhor dos senhores" (1Tm 6.15). E esperam a "pátria [que] está nos céus", de onde aguardam "o Salvador, o Senhor Jesus Cristo" (Fp 3.20), o único que traz o juízo e a salvação para toda a sociedade.

Os cristãos não dividem sua lealdade com um Estado/partido/governo que requer fidelidade religiosa, pois eles sabem que tal lealdade é idolatria, uma

quebra do primeiro mandamento.[42] Eles têm, portanto, a liberdade — que mesmo os melhores entre os incrédulos não têm — de criticar qualquer sistema político, qualquer ideologia, pois o fazem com base na crença de que somente o Senhor Deus tem o direito de comandar todas as esferas da sociedade. Nenhum governo ou partido recebeu esse direito. E os cristãos também creem que governos e partidos que anseiam ser totais deixam de ser a "autoridade ordenada por Deus" (Rm 13.1-7)[43] para se tornar "uma besta" que recebeu "seu trono e grande autoridade" do dragão (Ap 13.1-18). E diante dela, a resposta cristã é: "Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens" (At 5.29).

Os cristãos, portanto, devem resistir ao autoritarismo e ao totalitarismo por todos os meios legítimos. E, para tanto, precisamos perguntar: "Se o cristão crê que Deus é o único rei e senhor absoluto, ele pode entregar sua lealdade ao partido ou ao Estado autoritário ou totalitário?". A resposta é: "Não!". É incompatível alguém declarar que adora a Deus como o Senhor que fala apenas por meio de sua Palavra e tornar-se servil a um Estado iníquo. Isso implica que um cristão que se submete a tal Estado coloca-se numa posição contrária à Escritura, tornando-se meramente "o lacaio sagrado do governo".[44]

Geralmente — mas não de modo exclusivo — são os teólogos liberais que apoiam o esquerdismo. E são eles que descartam as Escrituras Sagradas como a única Palavra de Deus que se deve ouvir, diminuindo também a glória e a majestade do Senhor, como ocorre no teísmo aberto e nas teologias da libertação. Para esses, "a alternativa é crer em um deus que tem o nome, mas não as qualidades do Deus revelado nas Escrituras, e não passa de uma simples capitulação ao marxismo".[45] Mesmo o ser humano é estranho à esquerda — não há interesse no destino da pessoa real e concreta, mas apenas na emancipação da classe proletária, oprimida e alienada.[46]

Há um esforço consciente de cooptar o que for necessário para conferir respeitabilidade a essa tentativa de fundir o esquerdismo com uma revisão da

fé cristã. O legado de Dietrich Bonhoeffer é um exemplo dessa associação a serviço do marxismo. Cita--se como apoio a uma interpretação esquerdista de Bonhoeffer seu exemplo de resistência ao nazismo e algumas frases de sua correspondência, *Resistência e submissão*. Mas não há preocupação de inserir o mártir alemão no contexto.[47] Como é possível que um teólogo alistado no serviço de inteligência militar (*Abwehr*), amigo de militares nacionalistas que ansiavam por uma paz em separado com a Inglaterra e os Estados Unidos para, aliados a esses, atacarem a União Soviética, seja usado como modelo para uma aproximação entre cristãos e esquerdistas ou como precursor da teologia da libertação?[48]

Em um apêndice de sua tese de doutorado escrita em 1927, Bonhoeffer tratou da questão da igreja e do proletariado.[49] Ele afirmou a necessidade de a igreja evangélica alemã pregar o evangelho ao proletariado, que vivia em miséria e isolamento. E isso se daria quando a igreja parasse de se dirigir apenas à burguesia, que usufruía de segurança, relações familiares ordenadas e relativa cultura. Se a igreja não anunciasse o evangelho ao proletariado, esse seria seduzido pelos socialistas. Para o teólogo alemão, o que estava em jogo era a exclusividade do evangelho, Deus em juízo e graça. Como ele conclui, o evangelho não pode ser confundido com o socialismo, pois não será por meio dessa ideologia que o Reino de Deus virá à terra. O Reino será consumado somente por meio do evangelho.

O objetivo dos teólogos esquerdistas é, portanto, adequar uma revisão da fé cristã a uma ideologia que lhe é completamente oposta. Vem daí o ódio teológico (*odium theologicum*) deles pela fé reformada. Na verdade, porém, as doutrinas da autoridade da Escritura, da predestinação e da aliança são a verdadeira motivação de revoluções políticas de longo alcance, como as revoluções inglesa e americana nos séculos 17 e 18.

Diante dos fatos, há os que apelam para o argumento emocional de que uma postura antiesquerdista é "insensível", "descaridosa" e "alienada". Não custa lembrar: cristãos fazem "o bem a todos", e "principalmente aos da

família da fé" (Gl 6.7-10), constrangidos por amor e lealdade a Jesus Cristo. Não terceirizam seu amor, entregando-o ao arbítrio do Estado. Em Atos 2.41-47, os primeiros cristãos repartem o que possuem não constrangidos pelo império ou pelas autoridades — mas o fazem livremente por amor ao Senhor Deus e ao próximo.

"NÃO ABANDONEIS, PORTANTO, A VOSSA CONFIANÇA"

Helmuth James Graf von Moltke foi preso em janeiro de 1944 por fazer parte da resistência alemã contra o Partido Nacional Socialista. Levado ao tribunal, ele travou o seguinte diálogo com o juiz-algoz pouco antes de sua morte, em 23 de janeiro de 1945:

> No decorrer de seus discursos, [o juiz Roland] Freisler me disse: "O Nacional-Socialismo assemelha-se ao cristianismo em apenas um aspecto: nós exigimos a totalidade do homem". Não sei se os outros que estavam sentados ali puderam compreender o que foi dito, pois esse foi o tipo de diálogo travado entre Freisler e eu — um diálogo subentendido, visto que não tive a chance de dizer muita coisa — um diálogo por meio do qual passamos a conhecer um ao outro totalmente. Freisler era o único do grupo que me entendia completamente, e o único que percebia por que deveria me matar... No meu caso, tudo era determinado da forma mais severa. "De quem você recebe ordens, do outro mundo ou de Adolf Hitler? Onde você deposita sua lealdade e sua fé?"

Não estaria essa pergunta também ligada à luta entre a lealdade à esquerda (assim como a qualquer outra posição do espectro político) e a exclusiva adoração ao Deus-Trindade, o único e verdadeiro soberano e rei?

> A frase decisiva no processo foi: "*Herr* Conde, o cristianismo e nós, nacional-socialistas, temos apenas uma coisa em comum; uma única coisa: nós reivindicamos a totalidade do homem". Eu gostaria de saber se ele realmente compreendia o que havia dito ali. [...]
>
> Mantive minha posição [...] não como um protestante, não como um proprietário de terras, não como um nobre, não como um prussiano, nem mesmo como um alemão... Nada disso, mantive minha posição como um cristão e nada mais...[50]

Que Deus nos ajude a alcançar tal firmeza, ao custo da própria vida, se necessário. Pois Deus não tolera culto a outros seres ou entes. Somente Deus,

o Senhor todo-poderoso, cujo Reino já se faz presente em seus sinais por meio do ressurreto Jesus Cristo, que é digno de todo culto, devoção e glória.

[1]*Comentário aos Salmos* (São Paulo: Paulus, 1997), 39.1, p. 635-6.

[2]Estimava-se que em 1974 as empresas e os bancos estatais controlassem 46% da economia brasileira. "Em 1974, o Estado controlava 68,5% das ações de mineração, 72% na siderúrgica, 96,4% na produção de petróleo e 38,8% na química e petroquímica. O Estado monopolizava o transporte ferroviário, o serviço de telecomunicações, a geração e distribuição de energia elétrica e nuclear e outros serviços públicos" (Paulo J. Krischke, org., *Brasil: do "milagre" à "abertura"* [São Paulo: Cortez, 1982], p. 129). Cf. Marco Antonio Villa, *Ditadura à brasileira: 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita* (São Paulo: Leya, 2014), p. 226.

[3]Para uma conceituação de totalitarismo, exemplificado na Alemanha nazista e na União Soviética comunista, cf. o capítulo anterior e, especialmente, Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989), p. 339-531.

[4]Para um desenvolvimento desse parágrafo, cf. esp. "Sto. Antonio Gramsci e a salvação do Brasil", in: Olavo de Carvalho, *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci* (Campinas: Vide Editorial, 2014). Cf. também, do mesmo autor, "A falsa memória da direita", publicado no *Diário do Comércio*, em 3 de agosto de 2012, disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/semana/120803dc.html, acesso em: out. 2015. Esse positivismo que se assenta à época da Proclamação da República traz em seu corpo a habilidade de transmitir discurso político por meio de símbolos e sinais. Para a ligação entre a imaginação de um lado e de outro os símbolos (bandeiras e hinos nacionais) e expressões artísticas (monumentos em praças públicas, caricaturas e charges de jornais) como chaves de interpretação dos sistemas políticos, cf. José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008), p. 9-15.

[5]Em 1978, em um aniversário da "revolução", o presidente "[Ernesto] Geisel dissertou sobre o que chamou de liberalismo ultrapassado e disse que a democracia plena não passava de uma utopia". Cf. Marco Antonio Villa, op. cit., p. 256.

[6]Cf. por exemplo, Norberto Bobbio, *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (São Paulo: Editora da Unesp, 1995).

[7]Como já visto no capítulo anterior, rotular o Partido Nacional-Socialista de "extrema direita" é somente a repetição de um clichê que, admito, é muito popular, mas não se coaduna com a realidade. No conjunto, os dois totalitarismos foram responsáveis por alguns dos maiores genocídios da história, como o Holocausto judeu (*Shoah*), efetuado pelos nazistas, e o genocídio ucraniano (*Holodomor*), perpetrado por Stalin. Em última instância, tanto o comunismo como o nazismo são socialismos, sendo o primeiro um socialismo de classe e internacional, e o segundo um socialismo étnico e nacionalista. E só houve guerra entre os dois totalitarismos porque a extrema esquerda tem caráter autofágico, multiplicando as dissensões internas quando as externas arrefecem — como ocorreu com Stalin, que, com medo de traição, mandou matar no Grande Expurgo, entre 1934 e 1940, cerca de um milhão de líderes do partido e do alto comando das Forças Armadas; com Nikita Khrushchov, que enviou o exército soviético para esmagar a Revolução Húngara em 1956; e Leonid Brejnev, que ordenou a invasão da Tchecoslováquia por tropas do Pacto de Varsóvia para dar fim à "Primavera de Praga" em 1968. Curiosamente, na atualidade o neonazismo ressurge nas cidades da antiga Alemanha Oriental

comunista. E na Rússia surgiu o eurasianismo, nova ideologia política totalitária defendida por Aleksandr Dugin, que mistura elementos comunistas, nazistas, nacionalistas e religiosos, e é associada ao Partido Nacional Bolchevique (PNB).

[8]Cf. Stéphane Courtois, org., *O livro negro do comunismo* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999), que lista: União Soviética: 20 milhões de mortos; China: 65 milhões; Vietnã: 1 milhão; Coreia do Norte e Camboja: 2 milhões, cada um; Leste Europeu: 1 milhão; América Latina: 150 mil; África: 1,7 milhão; Afeganistão (pré-Talibã): 1,5 milhão. Aos nazistas são atribuídos cerca de 20 milhões de mortos. Dados oficiais listam entre 420 e 500 os que foram mortos pelo governo militar autoritário no Brasil. Assumindo os números mais elevados, provenientes de fontes não governamentais, o regime militar argentino, de longe o mais brutal, matou 30 mil pessoas. O regime de Augusto Pinochet, no Chile, 3 mil. No Uruguai, após o golpe de 1973, 200 foram mortos. Toda morte é lamentável e injusta, e deve ser condenada. Mas o fato é que a brutalidade e o número de mortos pelos regimes totalitários esquerdistas é evidentemente muito maior que os provenientes do autoritarismo militar latino-americano. Cf., porém, Robert Gellately, *Lênin, Stálin e Hitler: a era da catástrofe social* (Rio de Janeiro: Record, 2010), p. 691: "Eric J. Hobsbawn, um proeminente historiador, disse abertamente que se os comunistas tivessem produzido o 'amanhã radiante', então as mortes violentas de 15 ou 20 milhões de pessoas na União Soviética teriam sido 'justificadas'". A entrevista foi concedida a Michael Ignatieff no *Times Literary Supplement,* Oct. 28, 1994, p. 16.

[9]Denis Lerrer Rosenfield, "O embuste ideológico", *O Globo*, disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniao/o-embuste-ideologico-11167368, acesso em: out. 2015.

[10]Wolfhart Pannenberg, *Teologia sistemática* (Santo André/São Paulo: Paulus/Academia Cristã, 2009), vol. 3, p. 767, 828.

[11]Ainda assim, deve-se tomar cuidado para não cair no dualismo esquerdista (veja o tópico "Não terás outros deuses diante de mim", a seguir) e supor que não há inteligência e/ou honestidade na centro-esquerda. Parafraseando Rodrigo Constantino, reconheço na social-democracia uma esquerda legítima, da qual se pode discordar com respeito e abertura ao diálogo. Curiosamente, porém, quando na presidência da república brasileira, essa social-democracia foi rotulada de "conservadora", "direitista" e "neoliberal" por partidos de esquerda e extrema esquerda.

[12]No conceito de revolução, deve-se atentar para o que se altera além das estruturas aparentes, explorando também as mudanças supra e infraestruturais. Sobre a inadequação do uso do substantivo "revolução" para caracterizar a Revolução Americana (e que se aplica também às revoluções Puritana e Gloriosa), cf. François Fruet, *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX*, p. 23: "É essa suspeita que dá à Revolução Francesa esse caráter incontrolável e interminável, que tanto a diferencia da Revolução Americana, que temos o direito de hesitar em empregar a mesma palavra para designarmos os dois acontecimentos. Ambos, porém, são animados pelas mesmas ideias e por paixões comparáveis; ambos fundam, quase juntos, a civilização democrática moderna. Mas um se encerra pela elaboração e pelo voto de uma Constituição que ainda persiste e se tornou a arca sagrada da cidadania americana. O outro multiplica as constituições e os regimes e oferece ao mundo o primeiro espetáculo de um despotismo igualitário. Ela faz existir duradouramente a ideia de revolução, não como a passagem de um regime para outro, um parêntese entre dois mundos, e sim como uma cultura política

inseparável da democracia, e tanto quanto ela inesgotável, sem ponto de parada legal ou constitucional: alimentada pela paixão da igualdade, por definição insatisfeita".

[13]Cf. esp. Olavo de Carvalho, *O jardim das aflições: de Epicuro à ressurreição de César — ensaio sobre o materialismo e a religião civil* (Campinas: Vide Editorial, 2015).

[14]Em 6 de março de 2014, quatro ex-presidentes da América Latina condenaram a repressão na Venezuela: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/06/internacional/1394125471_182731.html. Os autores da declaração conjunta foram Fernando Henrique Cardoso, Oscar Arias Sánches, Ricardo Lagos e Alejandro Toledo. Até meados de 2015, eram contabilizados: 44 manifestantes mortos, 3.778 detenções arbitrárias e 62 presos políticos (entre eles, Leopoldo López), atos perpetrados pelo tiranete Nicolás Maduro.

[15]Ainda que a fé de quase todos os pais fundadores fosse deísta, a crença na divindade desempenhava papel vital na interpretação da Declaração de Independência e, especialmente, da Constituição dos Estados Unidos. Cf. David Holmes, *The faiths of the founding fathers* (New York: Oxford University Press, 2006). Outra razão para a crise do bipartidarismo seria a ingerência política do FED sobre os partidos políticos dos Estados Unidos.

[16]Sobre essa conceituação, cf. a entrevista no programa Painel, exibido em 28 dezembro 2013, pela Globo News, com Luiz Felipe Pondé, Reinaldo Azevedo e Bolívar Lamounier, sob a mediação de William Waack, disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=lwEUK8_E60k, acesso em: out. 2015. Sobre convergências e divergências entre liberais e conservadores, cf. Rodrigo Constantino, "O conservadorismo pela lente de um liberal", disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/filosofia-politica/o-conservadorismo-pela-lente-de-um-liberal/, acesso em: out. 2015.

[17]Foi Friedrich Hayek, em *O caminho da servidão* (São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010), que notou que esquerdistas americanos se apossaram do temo "liberal" com significado diverso do original: "Uso a todo momento a palavra 'liberal' em seu sentido originário, do século XIX, que é ainda comumente empregado na Inglaterra. Na linguagem corrente nos Estados Unidos, seu significado é com frequência quase o oposto, pois, para camuflar-se, movimentos esquerdistas deste país, auxiliados pela confusão mental de muitos que realmente acreditam na liberdade, fizeram com que 'liberal' passasse a indicar a defesa de quase todo tipo de controle governamental" (p. 16-17). Assim, nos Estados Unidos, "liberal" tornou-se sinônimo de adesão às posições de centro-esquerda, por meio da defesa de um Estado social e intervencionista, assim como da legalização do aborto, da união homossexual e do controle de armas.

[18]Cf. Francisco Brochado da Rocha, "A Constituição Brasileira de 10 de novembro de 1937", in: Walter da Costa Porto, coord., *As Constituições do Brasil: a Constituição de 1937* (Brasília: Minter, s.d.), vol. 4, p. 2-4: "O Estado Novo não é a divinização do Estado, o Estado absoluto, o Estado onipotente. Ele nasce do povo e é servidor do povo, consistindo a sua missão, que é certa, em assegurar a esse povo o seu bem-estar, a sua honra, a sua independência e a sua prosperidade. O Estado Novo é um Estado Forte, um Estado autoritário, mas jamais um Estado totalitário, antes democrático e espiritualista" (citado em Villa, op. cit., p. 31).

[19]Cf. Villa, op. cit., p. 141: "Neste ponto, coincidentemente, tanto militares como os grupos de luta armada tiveram absoluta convergência ideológica, ambos desprezando os mecanismos clássicos da democracia moderna".

[20]Cf. Marco Antonio Villa, "Ditadura à brasileira", Folha de S. Paulo, Opinião, 5 mar. e 2009, disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0503200908.htm, acesso em: out. 2015. Cf. também Nelson Paes Leme, "Os donos do poder", O Globo, 28 abr. 2014, disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniao/os-donos-do-poder-12305436, acesso em: out. 2015.

[21]Villa, op. cit., p. 11.

[22]Quanto ao uso e abuso do vocábulo "neoliberal", que só existe no ideário da esquerda, cf. Paulo Roberto de Almeida, "Falácias acadêmicas, 1: o mito do neoliberalismo", *Revista Espaço Acadêmico* 87 (agosto 2008), disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/087/87pra.htm, acesso em: out. 2015.

[23]Cf. Bruno Garschagen, *Pare de acreditar no governo: por que os brasileiros não confiam nos políticos e amam o Estado* (Rio de Janeiro: Record, 2015). Essa importante obra trata justamente das origens da mentalidade centralista e estatista brasileira, com suas consequências nefastas: corrupção exacerbada, corporativismo, nepotismo e cargos de confiança sem licitação ou concurso.

[24]Villa, op. cit., p. 271. Quanto à distinção de valores conservadores nos costumes e preferências conservadoras na política, cf. João Pereira Coutinho, *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários* (São Paulo: Três Estrelas, 2014), p. 23-31: "A disposição conservadora e o conservadorismo político nem sempre coexistem no mesmo indivíduo. [...] Embora uma disposição conservadora nem sempre implique uma preferência pelo conservadorismo político, a verdade é que uma política conservadora tenderá a partilhar traços característicos da disposição conservadora". Coutinho acertadamente distingue entre o conservador político e o reacionário. Este seria um "revolucionário do avesso", interessado apenas numa "felicidade utópica" passada, o que não o torna muito diferente do próprio revolucionário, interessado numa "felicidade utópica" futura. Ambos atribuem "às suas particularidades utópicas as mesmas feições exteriores: um mundo harmonioso, estático, e onde todos os homens, porque dotados de uma natureza fixa e inalterável, desejam necessariamente as mesmas coisas". O conservadorismo político, essencialmente *reativo*, rejeita todo pensamento utópico *ideacional*, seja revolucionário ou reacionário, pelo "potencial de violência e desumanidade que a política utópica transporta" (p. 24-6).

[25]Cf. Villa, op. cit., p. 272: "O PT transformou o patrimônio nacional, construído durante décadas, em moeda de troca para obter recursos partidários e pessoais, como ficaria demonstrado em vários escândalos durante a década".

[26]Segundo o *Democracy index 2012*, produzido pela revista *The Economist*, o Brasil está em 44.º lugar no ranking da democracia, com as seguintes avaliações: geral: 7.12; processo eleitoral e pluralidade: 9.58; governança: 7.50; participação política: 5.00; cultura política: 4.38; liberdades civis: 9.12. Os países ranqueados até o 25.º lugar são considerados "democracias completas"; do 26.º até o 79.º, "democracias falhas"; do 80.º até o 116.º, "regimes híbridos"; do 117.º até o 167.º, "regimes autoritários". A Venezuela está em 95.º lugar no ranking, como um regime híbrido, com avaliação geral

de 5.15, e Cuba está em 127.º lugar, um regime autoritário com avaliação geral em 3.52. Deve-se destacar que, desde 2006, tanto as avaliações do Brasil como as da Venezuela caíram. Cf. *Democracy index 2012: democracy at a standstill — a report from The Economist intelligence unit*, disponível em: http://pages.eiu.com/rs/eiu2/images/Democracy-Index-2012.pdf, acesso em: out. 2015.

[27]Para um ótimo estudo sobre política de massas, uma forma de fazer política que ascendeu com a modernidade, cf. Flavio Morgenstern, *Por trás da máscara: do passe livre aos black blocs, as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (Rio de Janeiro: Record, 2015). De acordo com o autor, é necessário destacar que, enquanto as manifestações de 2013 foram um movimento de massa, as de 2015 não são. Essa é uma das mais importantes teses de seu livro, que explica a confusão da interpretação histórica contemporânea no país. As manifestações de 2013 seriam apenas da massa aberta, genérica, abstrata, sem objetivos claros, munidas de cartazes, slogans, brados gerais, frases de efeito, marcadas pelos confrontos com as autoridades, orquestradas por uma extrema esquerda que deseja destruir o capitalismo. Portanto, foram completamente diferentes dos protestos de 2015, com sua pauta específica — o impeachment (ou impugnação) constitucional de Dilma Rousseff —, os quais serão desfeitos tão logo alcancem o resultado almejado. As duas formas de fazer política são completamente diferentes e com resultados históricos rigorosamente antagônicos. Cf. também, do mesmo autor, "Qual a diferença entre 2013 e 2015?", disponível em: http://www.institutoliberal.org.br/blog/qual-a-diferenca-entre-2013-e-2015/, acesso em: out. 2015.

[28]Um exemplo sintomático: "Sininho", a jovem ativista do grupo dos black blocs, foi insultada na rua como "patricinha hipócrita" por passageiros de ônibus. Cf. http://oglobo.globo.com/rio/sininho-chamada-de-patricinha-hipocrita-ao-deixar-delegacia-11573691, acesso em: out. 2015.

[29]O PSOL é um partido de extrema esquerda que tem entre seus fundadores um terrorista italiano (Achille Lollo) e que lutou para dar asilo a outro terrorista italiano (Cesare Battisti).

[30]Para aludir à famosa frase de Karl Marx em O 18 brumário de Luís Bonaparte — "a história se repete, primeiro como tragédia, depois como farsa" —, recomendo o filme O Grupo Baader Meinhof (2008), que conta a história do grupo de extrema esquerda Fração do Exército Vermelho (RAF).

[31]O ex-militante de esquerda Augusto de Franco comentou que havia a tática de provocar a polícia para obter respostas violentas e assim desacreditar as instituições responsáveis pela ordem. Cf. http://globotv.globo.com/globo-news/entre-aspas/v/entre-aspas-discute-a-atuacao-dos-black-blocs-na-morte-do-cinegrafista-santiago-andrade/3147060, acesso em: out. 2015.

[32]Cf. Merval Pereira, "O futuro da democracia", em *O Globo*, disponível em: http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2014/03/o-futuro-da-democracia-526563.html, acesso em: out. 2015. "Segundo a Freedom House, centro de estudos nos Estados Unidos dedicado à análise da liberdade no mundo, 2013 foi o oitavo ano seguido em que a liberdade global declinou".

[33]Como jornalistas da TV Globo atribuíram a morte do cinegrafista inicialmente à Polícia Militar, Alon Feuerwerker considerou 7 de fevereiro de 2014 "o dia em que a TV russa salvou o jornalismo brasileiro", por causa das imagens da agência de notícias russa Ruptly, as quais foram fundamentais para descobrir que o artefato que vitimou Santiago Andrade foi lançado por black blocs.

[34]O VAR-Palmares chegou a planejar a execução (ou, em linguagem revolucionária, "justiçamento") de militares. Cf. matéria disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,var-palmares-planejou-execucao-de-militares,705934,0.htm?p=1, acesso em: out. 2015. Ex-militantes de esquerda, como Fernando Gabeira, confessam que os programas de seus grupos realmente incluíam a "ditadura do proletariado" no Brasil. Cf. vídeo de entrevista disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=8VtXhnxWHC0, acesso em: out. 2015. Cf. também Elio Gaspari, *A ditadura escancarada: as ilusões armadas* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002), p. 193: "A luta armada fracassou porque o objetivo final das organizações que a promoveram era transformar o Brasil numa ditadura, talvez socialista, certamente revolucionária. Seu projeto não passava pelo restabelecimento das liberdades democráticas. [...] Documentos de dez organizações armadas [...] mostram que quatro propunham a substituição da ditadura militar por um 'governo popular revolucionário' (PC do B, Colina, PCBR e ALN). Outras quatro (Ala Vermelha, PCR, VAR e Polop) usavam sinônimos ou demarcavam etapas para chegar àquilo que, em última instância, seria uma ditadura da vanguarda revolucionária. Variavam nas proposições intermediárias, mas, no final, de seu projeto resultaria um 'Cubão'".

[35]Cf. matéria disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1407239-adolescente-e-agredido-a-pauladas-e-acorrentado-nu-a-poste-na-zona-sul-do-rio.shtml, acesso em: out. 2015.

[36]Tal procedimento ilustra um uso ideologicamente contaminado dos direitos humanos. Cf. Ruy Fabiano, "Direitos humanos seletivos", O Globo, disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2014/02/15/direitos-humanos-seletivos-524517.asp, acesso em: out. 2015.

[37]Demétrio Magnoli, "Causa mortis", O Globo, disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2014/02/13/causa-mortis-524204.asp, acesso em: out. 2015.

[38]Outro elemento que vale a pena ser destacado é a culpa difusa que esses jovens de família abastada provavelmente sentem pela desigualdade, uma culpa que recebe nome e solução nas ideologias de esquerda. Cf. Norma Braga Venâncio, A mente de Cristo: conversão e cosmovisão cristã (São Paulo: Vida Nova, 2012), p. 179-81.

[39]Cf. John M. Ellis, em Literature lost (New Haven & Londres: Yale University Press, 1997), que analisou o fenômeno presente no campo das ciências literárias nas universidades americanas, tomadas pelo pensamento de esquerda, chamado por ele de "lógica do tudo-ou-nada" (all or nothing logic).

[40]Cf., por exemplo, Villa, op. cit., p. 271: "Qualquer crítica [ao governo do PT] virou um crime de lesa-majestade. O desejo de eliminar as vozes discordantes acabaria como política de Estado [do PT]".

[41]Richard J. Sturz, "O marxismo e a fé cristã", in: Colin Brown, *Filosofia e fé cristã* (São Paulo: Vida Nova, 2007), p. 274.

[42]Karl Barth, "O primeiro mandamento como axioma teológico", in: Walter Altmann, org., Karl Barth: dádiva & louvor: artigos selecionados (São Leopoldo: IEPG/Sinodal, 1996), p. 127-39.

[43]Para a teologia anti-imperial de Paulo, cf. N. T. Wright, *Paulo: novas perspectivas* (São Paulo: Loyola 2009), p. 83-106.

[44]Cf. Eberhard Busch, "Igreja e política na tradição reformada", in: Donald McKim, org., *Grandes temas da tradição reformada* (São Paulo: Pendão Real, 1998), p. 160-75. A questão de fundo aqui é a legitimidade do Estado. A comunidade cristã honra o Estado quando ele é legítimo, até mesmo servindo-o, mas resiste a ele quando se torna ilegítimo. Para tanto, é necessário distinguir entre ordem e arbítrio, democracia e tirania, liberdade e anarquia etc. Cf. Karl Barth, "Comunidade cristã e comunidade civil", p. 289-315.

[45]Sturz, op. cit., p. 277.

[46]Sturz, op. cit., p. 268-71.

[47]Isso ocorre tipicamente nos cursos de graduação em teologia, ao tratar de teologia contemporânea; ensinam-se alguns temas da teologia de Barth e Bonhoeffer, por exemplo, mas há pouco ou nenhum esforço de inseri-los no contexto intelectual, político ou social da Europa ocidental das décadas de 1910 a 1940. Cf. esp. Dean G. Stroud, org., *Preaching in Hitler's shadow: sermons of resistance in the Third Reich* (Grand Rapids: Eerdmans, 2013), p. 3-48.

[48]A teologia da libertação é "uma mistura de cristianismo com marxismo", e seus adeptos retiram "do homem toda e qualquer capacidade de se ver como responsável pelo mal, a menos que ele seja rico, oprima sua mulher e seja homofóbico". No entanto, "ao retirar a contradição moral de 'dentro' do homem e colocá-la na política, 'fora dele'", os defensores dessa teologia roubam "do homem a possibilidade de angústia moral verdadeira, dizendo para ele que a culpa é dos ricos, e com isso elas apagam toda a tradição cristã de reflexão espiritual e moral centrada na consciência moral". Cf. Luiz Felipe Pondé, *Guia politicamente incorreto da filosofia: ensaio de ironia* (São Paulo: Leya, 2012), p. 153-4.

[49]Dietrich Bonhoeffer, *Sociologia de la iglesia: sanctorum communio* (Salamanca: Ediciones Sígueme, 1969), p. 248-51. Para um exemplo de resistência ao totalitarismo cubano baseado em Bonhoeffer, cf. a história do pastor batista Mario Felix Lleonart Barroso, autor do blog cubanoconfesante.com, em "Cuba case study: Bonhoeffer-inspired pastor arrested after blogs, tweets, and D.C. trip": disponível em: http://www.christianitytoday.com/gleanings/2014/january/cuba-case-study-pastor-mario-lleonart-arrested-csw.html, acesso em: out. 2015.

[50]Cf. Michael Haykin, *Palavras de amor* (São José dos Campos: Fiel, 2011), p. 139-40. Esse trecho é de uma carta escrita na prisão por Tegel para sua esposa, Freya, em 11 de janeiro de 1945. Moltke era luterano e membro do Círculo de Kreisau, de resistência não violenta ao nazismo, mas foi executado na prisão de Plötzensee, em Berlim, na esteira do fracasso da Operação Valquíria.

TERCEIRA PARTE

DIREÇÕES TEOLÓGICAS

A IGREJA CONFESSANTE E A "DISPUTA PELA IGREJA" NA ALEMANHA (1933-1937)

> A política deve ser um compromisso em prol da justiça e, assim, criar as condições de fundo para a paz. [...] Nós, alemães, [...] experimentamos a separação entre o poder e o direito, o poder colocar-se contra o direito, [...] de tal modo que o Estado se tornara o instrumento para a destruição do direito: tornara-se um bando de salteadores muito bem organizado, que podia ameaçar o mundo inteiro e impeli-lo até à beira do precipício. Servir o direito e combater o domínio da injustiça é e permanece a tarefa fundamental do político. [...] Com base nesta convicção, os combatentes da resistência [alemã] agiram contra o regime nazista [...] prestando assim um serviço ao direito e à humanidade inteira.
>
> — Bento XVI[1]

Este capítulo situa a "disputa pela igreja" (*Kirchenkampf*) em seu contexto histórico, no qual o nazismo assumiu uma linguagem religiosa dependente do protestantismo liberal do século 19, conhecida como "cristianismo positivo". Em oposição a Richard Steigmann-Gall, argumentarei que a reação de alguns destacados teólogos protestantes ligados ao movimento neo-ortodoxo foi uma confrontação tanto doutrinal quanto política que culminou na expulsão, prisão e morte de alguns dos envolvidos.[2] Essa proposição será fundamentada por meio do exame do tratado *A existência teológica hoje*, do Sínodo de Barmen, e, especialmente, do testemunho (*martyria*) de Dietrich Bonhoeffer. Para isso, concentraremos a atenção nos críticos anos da "disputa pela igreja", de 1933 a 1937.

Na avaliação final, entre outras questões, trataremos da pergunta: "Por que, ao fim da década de 1940, alguns dos destacados teólogos e pastores que estiveram na linha de frente da 'disputa pela igreja' ou deixaram de ser relevantes no cenário intelectual europeu, ou foram retirados de seu contexto e reinterpretados, sendo suplantados nas décadas seguintes pelo programa de demitização de Rudolf Bultmann e pela reinterpretação dos símbolos cristãos de Paul Tillich?".

OS DOIS REINOS, LIBERALISMO TEOLÓGICO E TOTALITARISMO NAZISTA

Um tema teológico importante na tradição luterana é a doutrina dos dois reinos, aplicada à distinção entre a igreja e o Estado. Caberia à igreja, representada pelo altar, toda a ação evangélica, ou seja, a pregação da Palavra. E ao Estado, representado pelo trono, caberiam as questões políticas e sociais, cuja função principal é ser a "espada", o juízo sobre o pecado. Essa posição é resumida na afirmação de que o Estado, na pessoa do rei ou do governante, dirige a igreja em alguns aspectos, enquanto, em outros, só a igreja pode agir ou decidir. A relação do cristão com os poderes seculares limita-se à quietude de um "estar em, mas não pertencer ao" Estado, o que produziu entre os luteranos alemães um legado de subserviência às autoridades seculares. Tal postura acabou se revelando trágica num ambiente marcado pelo nacionalismo, culto da raça e dos heróis, antissemitismo e obsessão militarista que dominou a Alemanha de 1870 até o fim da Segunda Guerra Mundial.[3]

O grande desafio da concepção luterana dos dois reinos se deu com a ascensão do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*). Após uma guinada política inesperada, Adolf Hitler ascendeu ao poder, quando o presidente Paul von Hindenburg tornou-o chanceler em janeiro de 1933. Com a morte do presidente, em agosto de 1934, Hitler assumiu, com a aprovação do Parlamento (*Reichstag*), as funções de presidente e chanceler, passando a ser chamado de "guia" (*Führer*). Num plebiscito realizado nesse mesmo mês, a fusão de cargos foi aprovada por 89,9% do eleitorado. Mas, ainda que essa ascensão tenha ocorrido pelas vias democráticas, logo a Constituição foi modificada para que o partido nazista se tornasse a única autoridade na Alemanha.[4]

Assim, após a humilhação da derrota na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e num contexto que ainda experimentava os reflexos do fracasso dos experimentos social-democratas da República de Weimar, uma mudança

espantosa ocorreu na Alemanha: (1) a economia foi restaurada em menos de cinco anos; (2) a vergonha da derrota alemã na Primeira Guerra Mundial foi abrandada por meio da reivindicação da região do Rheinland--Pfalz e o repúdio ao Tratado de Versalhes; (3) foi realizado o rearmamento das forças armadas alemãs, tornando-as em pouco tempo as mais modernas da Europa; (4) foram proporcionadas férias a milhões de alemães por meio do programa "Força pela alegria" (*Kraft durch Freude*); (5) escolas profissionalizantes foram fundadas para os que não tinham qualificações, diminuindo dramaticamente o desemprego e controlando a criminalidade; (6) o governo promoveu a construção de autoestradas, com a promessa de um carro popular acessível ao alemão comum.[5] Até mesmo a frequência à igreja aumentou: em 1932, 215.908 pessoas deixaram a igreja, e somente 49.700 se uniram a ela. Em 1933, 323.618 se uniram à igreja, enquanto somente 56.849 a abandonaram.[6] Por tudo isso, os alemães agora podiam se orgulhar de ser novamente uma grande nação.

De acordo com Richard Steigmann-Gall, o nazismo não era escancaradamente pagão, ainda que uma ala minoritária o fosse. O que os nazistas propunham era uma reinterpretação da fé cristã chamada de "cristianismo positivo" (*Positives Christentum*). Segundo esse autor, esse esforço revisionista da fé cristã tem suas origens no protestantismo liberal (*Kulturprotestantismus*) do século 19. Nesse sentido, o trabalho de Julius Wellhausen com suas teorias documentais críticas, assim como a coincidente rejeição do Antigo Testamento pelos liberais e nazistas, tem como fundo o antissemitismo, que já estava presente na cultura alemã (e europeia) desde antes do livro de Martinho Lutero *Os judeus e suas mentiras*.[7] A ênfase na distinção entre o Jesus histórico e o Cristo divino da fé, bem como a reinterpretação do cristianismo por Adolf von Harnack, com sua insistência em buscar um cristianismo prático e a defesa de que o Deus do Novo Testamento era um Deus de amor, e não o Deus vingativo e injusto do

Antigo Testamento, também foram apropriadas pelo nazismo em seu discurso religioso.

Em resumo, protestantes liberais e ideólogos nazistas compartilhavam da mesma cosmovisão referente ao cristianismo, caracterizada pela rejeição do Antigo Testamento, da historicidade dos Evangelhos, da ressurreição do corpo, do pecado original e da depravação total, pela denúncia do "rabino Paulo" como um falsificador da mensagem de Cristo e, fundamentalmente, pela rejeição do escândalo da cruz, sendo Jesus redefinido como um herói "ariano" que lutou contra o judaísmo capitalista.[8] O que torna burlesca essa tentativa de revisar a fé cristã é que quase todas essas ideias foram rejeitadas como heréticas pela igreja cristã nos séculos 2 e 3, quando excomungou gnósticos e marcionistas por, entre outras coisas, tentarem retirar o Antigo Testamento das Escrituras.[9] Em lugar das confissões de fé cristãs, consideradas ultrapassadas, raça e povo (*Volk*), sangue e solo passaram a ser o padrão. E um elemento comum entre o "cristianismo positivo" e os paganistas do partido nazista era a radical rejeição dos credos, da igreja institucional e do clero cristão. Por isso, os escritos do místico medieval Meister Eckhart eram apreciados por alguns nazistas como modelo de "um relacionamento desprovido de intermediários entre o homem e Deus", o que "significava que o clérigo, fosse ele católico ou protestante, deixaria de existir".[10]

Os seguidores do cristianismo positivo se percebiam os verdadeiros cristãos socialistas, rejeitando o marxismo bolchevique internacionalista, mas, por meio de uma perspectiva nacionalista, afirmando "a necessidade pública antes da ganância privada". Em resumo, os ideólogos nazistas se apropriaram da reinterpretação do protestantismo liberal do cristianismo, incorporando-a em seu discurso, numa "tentativa de criar um novo sincretismo, uma nova religião nacional que uniria católicos e protestantes na Alemanha", baseada "em um sistema de valores e não em uma doutrina".[11]

Contudo, o que Steigmann-Gall perde de vista é que Hitler e os demais adeptos do "cristianismo positivo" no partido desprezavam a fé cristã

histórica, pois a percebiam como incompatível com o sistema de ideias nazista — na verdade, era a ideologia racial e não o cristianismo ou a religião o fundamento da ideologia nacional-socialista. Também não é levado em conta que Hitler era um oportunista para quem a tradição cristã ainda era muito forte na Alemanha, percebendo que seria mais sensato controlar (*Gleichschaltung*) a igreja evangélica. Se esta confiasse nele, seria um ótimo apoio para sua ascensão ao poder. Mas, se a alienasse do processo, a igreja poderia se tornar um inimigo difícil de vencer.[12] Embora Hitler tenha cortejado a igreja evangélica, sua intenção nunca foi lhe conceder autonomia dentro do Estado nazista. Ela seria apenas um instrumento, para ser descartada quando não mais necessária — o que efetivamente veio a ocorrer depois de 1937.

A "DISPUTA PELA IGREJA"[13]

Nessa época, havia 65 milhões de habitantes na Alemanha e, destes, 150 mil eram membros de igrejas livres (Freikirchen), como os batistas e os metodistas, e 48 milhões pertenciam a 28 igrejas, divididas em territórios (*Landeskirchen*) independentes, que formavam a Federação Evangélica Alemã de Igrejas (Deutscher Evangelischer Kirchenbund), a qual incluía duas tradições: os luteranos, teologicamente conservadores, e os reformados, mais liberais. O maior grupo era a Igreja Evangélica Unida na Prússia (Evangelische Kirche der altpreußischen Union), que congregava luteranos e reformados com 18 milhões de membros e da qual procedeu a maior parte dos membros da Igreja Confessante.[14]

Já em 1931 os nazistas organizaram o Movimento de Fé, que era conhecido como os "cristãos alemães" (*Deutsche Christen*), fanaticamente nazista, promotor do cristianismo positivo e um influente grupo minoritário dentro da igreja evangélica alemã. O alvo desse movimento era unificar as diversas províncias evangélicas numa nova e única igreja evangélica (*Deutsche Evangelische Kirche*), conhecida também como Igreja do Reich (*Reichskirche*),

sob total domínio estatal. Depois de muita controvérsia, em abril de 1933 essa nova igreja foi criada pela fusão das 28 igrejas territoriais, e o moderado Friedrich von Bodelschwingh, dirigente do Instituto Bethel, um hospital em Bielefeld, foi eleito bispo (*Reichsbischof*) em maio, somente para ser constrangido a renunciar logo depois. Nessa época, retratos de Hitler eram expostos em frente aos altares das igrejas, e crianças eram batizadas diante de bandeiras nazistas.[15]

Em oposição aos "cristãos alemães" e por iniciativa de Walter Künneth e Hans Lilje, surgiu, em 9 de maio de 1933, o movimento "Jovens Reformadores" (*Jungreformatorische Bewegung*). Karl Barth, que nesse período lecionava Teologia Sistemática na Universidade de Bonn, reagiu aos "cristãos alemães" escrevendo, em maio, *O primeiro mandamento como axioma teológico* e, em junho, *A existência teológica hoje*.[16] Em 5 de setembro, no chamado "sínodo pardo" (por causa dos uniformes dos paramilitares dos SA [*Sturmabteilung*, "Tropas de assalto"] usados pela maioria dos delegados), em Wittenberg, os "cristãos alemães" conseguiram eleger a maioria dos delegados da Igreja Evangélica Unida na Prússia. Dessa forma, obtiveram a maioria dos delegados nos sínodos da Igreja do Reich e, em 27 de setembro, elegeram em um sínodo nacional, novamente em Wittenberg, o líder dos "cristãos alemães", Ludwig Müller, que contou com a ajuda do próprio Hitler, quando este convocou os eleitores pelo rádio. O alvo dessa interferência direta nos assuntos da igreja não era ter apenas absoluto poder político sobre todos os aspectos da sociedade, mas também a completa supremacia ideológica sobre a igreja, já que Müller teria poder de decisão eclesiástica correspondente ao que Hitler tinha na esfera política.

Em agosto, o concílio dos "Jovens Reformadores" pediu a Bonhoeffer e Hermann Sasse, o mais importante teólogo luterano da época, que se dirigissem para o Instituto Bethel e produzissem uma confissão de fé que desafiasse os "cristãos alemães". A Confissão de Bethel afirmou claramente a autoridade e a unidade das Escrituras, a cruz não como mero símbolo ou

exemplo, mas, sim, como a realidade histórica da redenção que Cristo adquiriu para pecadores, e defendeu vigorosamente a fidelidade de Deus aos judeus: "Esse 'remanescente santo' carrega o selo indelével de povo escolhido" e jamais pode ser "exterminado por medidas faraônicas".[17] A confissão continua:

> Opomo-nos à tentativa de tornar a igreja protestante alemã uma igreja do Reich para os cristãos da raça ariana [...] a fé em Cristo não pode ser distorcida, em direção a uma religião nacional ou a um cristianismo de acordo com a raça. Os cristãos que são de ascendência gentílica devem estar preparados para se expor à perseguição antes de estarem inclinados a trair, mesmo em um único caso, voluntariamente ou sob compulsão, a comunhão da Igreja com os cristãos judeus que se constitui na Palavra e no sacramento.[18]

Essa confissão foi enviada por Bodelschwingh a alguns teólogos que diluíram seus elementos mais importantes, como a crítica ao Estado e ao antissemitismo. Por isso, Sasse e Bonhoeffer retiraram seu apoio ao projeto.

Em setembro de 1933, em reação à adoção do Parágrafo Ariano (a nova lei que obrigava todos os servidores públicos e suas esposas a "não possuir sangue judeu") pela igreja, os "Jovens Reformadores" se tornaram a "Liga de Emergência dos Pastores" (Pfarrernotbund), fundada pelos pastores Herbert Goltz, Jacob Gunther e Eugene Weschke, aos quais se juntaram Martin Niemöller, pastor da paróquia de Berlim-Dahlem, e Dietrich Bonhoeffer.[19] Seus objetivos eram: (1) renovar a fidelidade às Escrituras e à doutrina, (2) resistir aos que atacavam as Escrituras e a doutrina, (3) ajudar financeira e materialmente aos que eram perseguidos e (4) repudiar o Parágrafo Ariano.

Em 13 de novembro, uma assembleia de vinte mil "cristãos alemães" iniciada ao som do hino *Castelo forte* foi realizada no Palácio dos Esportes de Berlim, afirmando: (1) a necessidade de que fossem expulsos todos os pastores que se opusessem ao nacional-socialismo, (2) a expulsão dos membros de origem judaica, (3) a aplicação do Parágrafo Ariano, (4) a eliminação do Antigo Testamento como parte das Escrituras, (5) a remoção de aspectos que não fossem germânicos na liturgia e (6) a revisão do Novo Testamento por meio da adoção de uma interpretação mais "heroica" e "positiva" de Jesus, não

mais como o crucificado, mas como rei que lutou contra a influência judaica. Os fundamentos da fé transcendente judaico-cristã foram decididamente abandonados:

> Esperamos que a igreja de nossa nação como a Igreja do Povo Alemão fique livre de todas as coisas que não são alemãs em seus cultos e confissão, especialmente do Antigo Testamento com seu sistema judaico de moralidade equivocada.[20]

Em razão da ordem de dezembro de 1933 para se dissolverem as organizações eclesiásticas de jovens, que seriam absorvidas pela "Juventude Hitlerista" (*Hitler Jugend*), e da obrigatoriedade do Parágrafo Ariano, um grupo da "Liga de Emergência dos Pastores" reuniu-se com Hitler em 25 de janeiro de 1934. Antes que pudessem expor seu memorando, Hermann Göring, o mais importante ministro nazista, leu a transcrição de uma conversa telefônica entre Niemöller e Künneth, interceptada pela Gestapo, em que aquele insinuava que a "Liga de Emergência", caso suas reivindicações não fossem atendidas, poderia se tornar uma Igreja Livre. A revelação isolou Niemöller e dividiu o grupo de pastores, do qual faziam parte os bispos Theophil Wurm, da Igreja de Württemberg, e Hans Meiser, da Igreja da Baviera. Essas duas igrejas, junto com a Igreja de Hannover, dirigida pelo bispo August Maharens, passaram a ser conhecidas como as "igrejas intactas" (*intakte Kirche*), por não haverem se dividido durante a "disputa pela igreja". Dois dias depois, esses bispos moderados, que queriam preservar a liberdade da igreja, mas não estavam dispostos a entrar em conflito com o Estado, subscreveram uma declaração de fidelidade a Hitler. Com isso, a "Liga de Emergência dos Pastores" foi praticamente extinta, sendo deixada por 1.800 pastores das igrejas da Baviera, Württemberg e Hannover.

Em 4 de janeiro de 1934, convocados por Karl Barth, 320 conselheiros sinodais e pastores representantes de 167 igrejas reformadas reuniram-se em Barmen, subúrbio de Wuppertal, em Nordrhein-Westfalen. Nessa ocasião, Barth apresentou uma declaração sobre a correta compreensão das confissões na atualidade. Em abril, Barth proferiu, na Faculté de Théologie Protestante

em Paris, França, três palestras sobre *Revelação, igreja e teologia*. E em 16 de maio foi realizada, no Basler Hof Hotel, em Frankfurt, uma reunião da Comissão Teológica composta por Karl Barth, Hans Asmussen e Thomas Breit, para preparar uma declaração a ser apresentada no concílio ecumênico.[21] Por fim, de 29 a 31 de maio, ocorreu o Sínodo de Barmen, na igreja reformada de Barmen-Gemarke, como concílio das comunidades luteranas, reformadas e unidas, sob a moderação de Karl Koch, da Igreja de Westfalen. Depois de lida em voz alta, a Declaração Teológica de Barmen (Barmer Theologische Erklärung) foi aprovada unanimemente pelos 138 delegados. Hans Thimme, assistente do moderador do Sínodo, relembrou depois:

> Uma agitação se espalhou pelo grupo de tal forma que os homens começaram a chorar abertamente. De forma totalmente espontânea, sem que ninguém dissesse algo, alguém anunciou: "Agora vamos cantar '*Nun danket Gott*'!" [Agora, damos graças a Deus]. Esse foi o ponto alto de Barmen e, em certo sentido, o ponto alto da minha vida, porque com isso, na verdade — e esta era a única coisa decisiva sobre Barmen —, determinamos a identidade da igreja.[22]

Assim, foi deflagrada a chamada "disputa pela igreja" (*Kirchenkampf*) e da "Liga de Emergência dos Pastores" surgiu a "Igreja Confessante" (*Die bekennende Kirche*), composta por quase sete mil pastores. Ainda nesse ano, em 30 de outubro, por ocasião das comemorações do Dia da Reforma, Barth proferiu a palestra *Reforma é decisão*, numa conferência em Berlim.

A noite de 30 de junho para 1.º de julho de 1934 foi a "noite das longas facas", quando cerca de uma centena de opositores do regime foram assassinados, inclusive os líderes da SA, e milhares de pessoas foram presas. Com isso, toda a oposição política ao regime foi eliminada. Nessa época, uma canção começou a circular em Marburgo, alarmando os nazistas:

Antes éramos comunistas,
capacetes de aço e SPD.
Hoje somos cristãos confessantes,

combatentes contra o NSDAP.[23]

Em setembro de 1934, os bispos Wurm e Meiser foram colocados em prisão domiciliar, o que gerou imenso pro-testo público.[24]

No segundo sínodo confessante realizado em Berlim-Dahlem (19 e 20 de outubro de 1934) foi elaborada uma série de leis emergenciais (*das Kirchliche Notrecht*) ligadas ao preparo e à ordenação dos futuros ministros da Igreja Confessante. Em novembro, foi estabelecido o Conselho Provisório da Igreja (*Vorläufige Kirchenleitung*), em meio a tensões inconciliáveis entre os que queriam cooperar com o regime mediante certa liberdade eclesiástica e os que, percebendo-se como a verdadeira igreja na Alemanha, opunham-se radicalmente ao nazismo. Como afirmou Fritz Müller, ministro na mesma paróquia de Niemöller: "Não estamos deixando a nossa igreja por uma igreja livre; mais exatamente, nós *somos* a igreja".[25]

A maioria dos moderados provinha das "igrejas intactas", e os radicais provinham da Igreja Evangélica Unida na Prússia e passaram a ser chamados de dahlemitas (Dahlemiten), por se aterem às decisões do Segundo Sínodo Confessante. Ainda que a partir do Sínodo de Dahlem os cultos da Igreja Confessante fossem separados, capacitando e ordenando os próprios pastores, ela nunca rompeu completamente com a estrutura eclesiástica principal. Mas o que Hitler menos queria aconteceu: uma cisão dentro da igreja. E isso tornou a Igreja Confessante um inimigo político do Estado.

Por se recusar a prestar o juramente de lealdade a Hitler em novembro de 1934, e por sua resistência às tentativas do partido de unificar e subordinar a igreja ao regime, os livros de Karl Barth foram proibidos na Alemanha, e ele foi expulso desse país em junho de 1935, partindo para a Suíça, para lecionar na Universidade da Basileia. Ainda nesse ano, Hitler demoveu o inepto Ludwig Müller do bispado e indicou Hans Kerrl, que havia sido ministro da Justiça da Prússia, para o cargo de ministro para Assuntos da Igreja, continuando a luta para controlar os protestantes.[26] De 4 a 6 de junho, duas

semanas depois das Leis de Nuremberg (*Nürnberger Gesetze*) serem aprovadas, foi realizado o Terceiro Sínodo Con-fessante, em Augsburg, mas, em meio a intenso debate, não foi aprovada a declaração preparada pelo superintendente eclesiástico de Spandau, Martin Albertz, que condenava as leis antissemitas aprovadas em Nuremberg. Nesse mesmo ano, cerca de 700 pastores da Igreja Confessante foram presos pelo fato de que era lida nos cultos uma declaração que denunciava os "cristãos alemães" e os "deuses falsos" da raça e do povo.

O Conselho Provisório da Igreja foi dissolvido no Quarto Sínodo Confessante, reunido em Bad-Oeynhausen (17 a 22 de fevereiro de 1936). Um novo conselho foi estabelecido e enviou um memorando preparado por Asmussen a Hitler, em maio de 1936, que também foi lido nos púlpitos. Esse memorando protestava contra as heresias dos "cristãos alemães", denunciava o antissemitismo como contrário ao "amor ao próximo" e exigia que o partido parasse de interferir nos assuntos internos da igreja evangélica. O documento marcou o momento de inflexão da relação de Hitler com as igrejas protestantes. Quarenta e oito pastores foram presos, além de Friedrich Weißler, judeu convertido e conselheiro legal da Igreja Confessante, que foi assassinado no campo de concentração de Sachsenhausen em 1937. Numa ação que gerou constrangimento internacional para o regime, Niemöller foi preso também, primeiro na prisão de Berlim-Moabit, depois nos campos de concentração de Sachsenhausen e, em 1941, de Dachau, permanecendo neste até o fim da Segunda Guerra Mundial.[27] Helmut Gollwitzer substituiu-o na paróquia de Berlim-Dahlem, mas pouco tempo depois os "cristãos alemães" conseguiram expulsar o núcleo de defensores da Igreja Confessante dessa paróquia.

Em agosto de 1937 foi promulgado o "Decreto de Himmler". Com isso, os fundos da Igreja Confessante foram confiscados e seus pastores proibidos de recolher ofertas nos cultos. Além disso, os exames teológicos para ordenação foram proibidos e os seminários de pregadores (Predigerseminar), classificados como ilegais.[28] Essas atividades passaram a ser consideradas

criminosas e passíveis de prisão. Por fim, a partir de 1938, foi exigido que os pastores protestantes fossem obrigados a prestar um juramento de lealdade (*Treneid der Pfarrer*) a Adolf Hitler.

O "CRISTIANISMO POSITIVO" NÃO É UMA INTERPRETAÇÃO CRISTÃ GENUÍNA

Voltando à obra de Steigmann-Gall, é necessário mencionar que o autor incorre numa falácia ao reconhecer que o nazismo se apropriou de uma interpretação espúria do cristianismo, mas ainda assim concluir que "o cristianismo [...] pode ser a origem de parte da perversidade que ele abomina". Em seu entendimento, a luta dos confessantes era somente uma contenda dentro do cristianismo. Segundo ele, e isso é verdade, muitos dos membros da Igreja Confessante, ao mesmo tempo que queriam preservar a independência da igreja diante do Estado, percebiam-se patriotas nacionalistas e apoiadores das políticas nazistas.[29] Como escreve Victoria Barnett, "a perturbadora evidência da história sugere que as igrejas se abstiveram de criticar o regime não porque quisessem permanecer 'politicamente neutras', e sim porque frequentemente concordavam com ele".[30] Mas o veredicto acerca do revisionismo nazista do cristianismo precisa ser encontrado um pouco antes. Steigmann-Gall escreve:

> O cristianismo positivo era essencialmente uma mistura sincrética dos princípios econômicos do luteranismo confessional com a doutrina e a eclesiologia do protestantismo liberal. Este último é particularmente importante para que possamos entender o antissemitismo racial que os nazistas iriam aperfeiçoar. Ele representava uma resposta cristã aos desafios teológicos apresentados pela modernidade secular e o perigo discernido do judeu alemão aculturado e assimilado. A tentativa de enfrentar esse desafio surgiu através de uma acomodação teológica com a ciência, acomodação essa que preservava a relevância dos Evangelhos. [...] O antissemitismo racialista não encontrou apenas uma receptividade mais calorosa entre os protestantes liberais do que entre os luteranos confessionais; sob muitos aspectos, o antissemitismo racialista nasceu da crise teológica representada pelo protestantismo liberal.[31]

Por "princípios econômicos do luteranismo confessional" o autor tem em mente a doutrina luterana dos dois reinos, a qual encontra sua elaboração no

século 19, na teologia das ordens da criação (*Schöpfungsglaube*) da igreja, da economia e do Estado, implicando a noção de duas esferas de vida. Esse ensino gerou uma crise entre os confessantes que se opuseram às tentativas do Estado de submeter a igreja. Para os moderados — a maior parte deles ligados às "igrejas intactas", sendo críticos do nazismo, mas considerando o Estado nazista legítimo, ainda que insatisfatório —, a opção era trabalhar dentro dos limites impostos pelo regime. Os que negavam essa legitimidade foram conduzidos a resistir ao nazismo ativamente. Essa diferença desencadeou uma amarga divisão na Igreja Confessante, entre os moderados e os dahlemitas, que se percebiam como a única igreja legítima da Alemanha.

Ao mencionar a "doutrina e a eclesiologia do protestantismo liberal", Steigmann-Gall enfoca as reinterpretações da fé cristã pela teologia liberal. O autor supõe que essa teologia, a qual descarta a inspiração das Escrituras, Deus e o pecado, a pessoa de Cristo e a redenção por meio de sua morte e ressurreição, é "uma resposta cristã" aos desafios do século 19, sem levar em conta "que o liberalismo *não é* cristianismo".[32] A teologia liberal é mais propriamente uma heresia. Por isso, é mais correto afirmar que foi o protestantismo liberal, do qual os "cristãos alemães" dependiam, uma das origens da perversidade abominável que foi o nazismo.

Assim, pode ser descartada a suposição de Steigmann-Gall de que as concepções nazistas do "cristianismo positivo" eram de fato cristãs, pois elas devem ser consideradas mais exatamente uma espécie de gnose "elaborada por meio de noções cristãs".[33] Também está bem estabelecido que a luta da Igreja Confessante era doutrinal, para preservar a liberdade da pregação e da confissão de fé. Mas será que nessa batalha não estava implícita uma crítica política ao nazismo?

A "EXISTÊNCIA TEOLÓGICA HOJE"

Como vimos anteriormente, a nomeação de Bodelschwingh foi considerada ilegal, e ele foi pressionado a renunciar ao cargo. Nesse cenário, Karl Barth

escreveu seu tratado *A existência teológica hoje*, no qual afirmou o seguinte a respeito dos "cristãos alemães" e de seu "cristianismo positivo":

> O que tenho a dizer quanto a isso é simples: digo incondicionalmente e *sem* reservas um não ao espírito e à letra dessa doutrina. Considero que essa doutrina não tem direito de cidadania na igreja evangélica. Considero que se essa doutrina vier a atingir a soberania exclusiva, como é a vontade dos "cristãos alemães", esse será o fim da igreja evangélica. Considero que a igreja evangélica deveria preferir tornar-se um ínfimo punhado de gente e ir às catacumbas do que fazer, nem que fosse de longe, um pacto de paz com essa doutrina. Considero aqueles que se aliaram a essa doutrina ou sedutores ou seduzidos, e posso reconhecer a igreja nesse "movimento da fé" somente na mesma medida em que também a reconheço no papado romano. Quanto a meus diversos amigos teólogos, que, graças a alguma hipnose qualquer ou por meio de algum sofisma, se encontraram em condições de aceitar essa doutrina, só lhes posso pedir tomarem conhecimento de que eu me considero total e definitivamente separado deles, a não ser que por feliz inconsequência ainda lhes tenha permanecido, em algum recôndito da alma, alguma substância cristã, eclesial e teológica, paralelamente a essa heresia.[34]

A ideia de uma "nova reforma" da igreja mediante a mudança de sua mensagem e a instituição de um bispo plenipotenciário nasceram do desejo de mimetizar o Estado nacional-socialista, e o alvo dessa "nova reforma" era estender o princípio "um povo, um império, um líder" (*Ein Volk, ein Reich, ein Führer*) também à igreja. Com isso em mente, Barth passou a refutar detalhadamente as teses principais dos "cristãos positivos":

1. A igreja não deve "fazer tudo" para que o povo alemão reencontre "o caminho para a igreja", mas, sim, para que *na* igreja ele encontre o mandamento e o compromisso da livre e pura palavra de Deus.
2. O povo alemão obtém sua vocação em Cristo e para Cristo por meio da Palavra de Deus a ser proclamada de acordo com a Santa Escritura. Essa proclamação é incumbência da igreja. Não é incumbência da igreja levar o povo alemão ao conhecimento e cumprimento de uma "profissão" (*Beruf*) distinta da *vocação* (*Berufung*) de Cristo e para Cristo.
3. A igreja nem sequer deve prestar serviço a pessoas e, portanto, também não ao povo alemão. A igreja evangélica alemã é igreja para o povo evangélico alemão. Contudo, ela presta serviço apenas à Palavra de Deus. É vontade e

obra de Deus que por meio de sua Palavra seja prestado serviço a pessoas e, portanto, também ao povo alemão.

4. A igreja crê na instituição divina do Estado como representante e portador da ordem pública e jurídica no povo. No entanto, ela não crê num Estado determinado e, portanto, também não no Estado alemão, nem crê em determinada forma de Estado e, portanto, também não na nacional-socialista. Ela proclama o evangelho em todos os reinos deste mundo. Proclama-o também *no* Terceiro Reich, mas não *sob* ele nem em *seu* espírito.

5. Para ser desenvolvida, a confissão da igreja há de ser desenvolvida segundo a norma da Santa Escritura e de modo algum segundo a norma das afirmações e negações de uma cosmovisão (*Weltanschauung*) em vigor em determinada época, seja política, seja de outra natureza qualquer, e assim, tampouco de natureza nacional-socialista. Ela não tem por incumbência "fornecer armas", nem para "nós", nem para ninguém.

6. A comunhão entre os que pertencem à igreja não se estabelece pelo sangue e, portanto, tampouco pela raça, mas pelo Espírito Santo e pelo batismo. Se a igreja evangélica alemã vier a excluir os judeus ou a tratá-los como cristãos de segunda classe, terá deixado de ser igreja cristã.

7. Se de algum modo o ministério de um bispo imperial for possível na igreja evangélica, então deverá ser preenchido como todo cargo eclesiástico, sob hipótese alguma de acordo com critérios e métodos políticos (eleição primária, filiação partidária etc.), mas mediante os representantes do ministério ordinário nas comunidades, exclusivamente sob o critério da adequação eclesial.

8. A formação e a condução dos pastores não deve ser transformada "no sentido de maior proximidade da vida e maior vinculação com a comunidade", mas no sentido de maior disciplina e objetividade na exposição da única tarefa que lhes foi confiada e ordenada, ou seja, a da proclamação da Palavra de acordo com as Escrituras.[35]

Barth nega qualquer legitimidade ao Estado transcendente que exija o equivalente a culto ou a devoção; no caso, o tipo de Estado totalitário próprio da Alemanha nazista, o qual tentou não somente englobar o homem e suas múltiplas atividades, mas também Deus e sua revelação. No fim, contudo, é aos pregadores da igreja que ele se dirige, e é a autenticidade da mensagem deles que o preocupa:

> Por isso a igreja e a teologia não podem entrar em hibernação quando há um Estado total, conformando-se com uma moratória e alguma adaptação forçada. Elas são a fronteira natural também do Estado total. Pois também no Estado total o povo vive da palavra de Deus, cujo conteúdo é: "remissão dos pecados, ressurreição do corpo e vida eterna". A igreja e a teologia devem servir a essa palavra, em favor do povo. Por isso são a fronteira do Estado. Elas o são para a salvação do povo, para aquela salvação que nem o Estado nem a igreja podem criar, mas que a igreja é vocacionada a proclamar. Ela deve poder ficar fiel e querer ficar fiel a esse seu objeto particular. O teólogo deve permanecer vigilante, em sua atribuição específica: um pássaro solitário no telhado, portanto sobre a terra, mas sob o céu aberto, ampla e incondicionalmente aberto. Ah, que o teólogo evangélico alemão queira permanecer vigilante ou, se porventura tenha estado dormindo, que queira ficar vigilante hoje, hoje de novo![36]

Cerca de 37 mil exemplares de "A existência teológica hoje" foram vendidos em um ano. Em julho de 1934 foi proibida a venda desse manifesto, que era uma firme reação teológica direcionada aos dirigentes da igreja evangélica na Alemanha, a fim de lhes chamar a atenção para a mensagem que estavam pregando.

A DECLARAÇÃO TEOLÓGICA DE BARMEN

Como vimos, em 31 de maio de 1934 foi aprovada a Declaração Teológica de Barmen, "o mais importante documento que surgiu na igreja desde a Reforma".[37] Não se trata propriamente de uma confissão de fé, mas de uma "declaração teológica a respeito da situação atual da Igreja Evangélica alemã", aprovada num ambiente descrito por vários dos participantes como de "miraculoso senso de unidade".[38] Seguem suas principais teses:

> I. Um apelo às congregações evangélicas e aos cristãos na Alemanha

[...]

Fiéis à sua confissão de fé, membros das Igrejas Luterana, Reformada e Unida procuraram redigir uma mensagem comum para ir ao encontro das necessidades e tentação da Igreja em nossos dias. Com gratidão a Deus, estão convictos de que lhes foi concedida uma palavra comum para dizerem. Não foi sua intenção fundar uma nova Igreja ou formar uma união de Igrejas. Nada esteve tão longe dos seus pensamentos do que a abolição do 'status' confessional das nossas Igrejas. Pelo contrário, sua intenção era resistir com fé e unanimidade à destruição da Confissão de Fé, e, por conseguinte, da Igreja Evangélica na Alemanha. Em oposição às tentativas de estabelecer a unidade da Igreja Evangélica Alemã mediante uma falsa doutrina, fazendo uso da força e de práticas insinceras, o Sínodo Confessional insiste que a unidade das Igrejas Evangélicas na Alemanha só poderá provir da Palavra de Deus na fé concedida pelo Espírito Santo. Somente assim a Igreja se renova.

O Sínodo Confessional, portanto, conclama as congregações para se unirem em oração e coesas cerrarem fileiras em torno dos pastores e mestres que permanecem fiéis às Confissões.

Não vos deixeis enganar pelos boatos de que pretendemos opor-nos à unidade da nação alemã! Não deis ouvidos aos sedutores que pervertem nossas intenções, dando a impressão de que desejaríamos quebrar a unidade da Igreja Evangélica Alemã ou abandonar as Confissões dos Pais da Igreja.

Examinai os espíritos, a ver se eles são de Deus! Provai também as palavras do Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã para testar se estão conformes com a Sagrada Escritura e com a Confissão dos Pais. Se achardes que nossas palavras se opõem à Escritura, então não nos deis atenção! Mas se julgardes que nossa posição está conforme com a Escritura, então não permitais que o medo ou a tentação vos impeça de trilhar conosco a vereda da fé e da obediência à Palavra de Deus, a fim de que o povo de Deus tenha um só pensamento na terra e que nós experimentemos pela fé aquilo que ele mesmo disse: "Nunca vos deixarei, nem vos abandonarei". Por esse motivo, "não temais, ó pequenino rebanho, porque vosso Pai se agradou em dar-vos o seu reino".

II. Declaração teológica a respeito da situação atual da Igreja Evangélica Alemã

[...]

1. "Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim" (Jo 14.6). "Em verdade, em verdade vos digo: quem não entra pela porta no aprisco das ovelhas, mas sobe por outra parte, esse é ladrão e salteador. Eu sou a porta; se alguém entrar por mim será salvo" (Jo 10.1,9).

Jesus Cristo, tal como nos atestam as Santas Escrituras, é a única Palavra de Deus que devemos escutar, à qual nos devemos confiar e obedecer, na vida e na morte.

Rejeitamos a falsa doutrina segundo a qual a Igreja teria, além e ao lado da Palavra única de Deus, outras fontes de testemunho, isto é, outros acontecimentos e outros poderes, outras personalidades e outras verdades que corroborariam a revelação divina.

2. "Mas vós sois dele, em Cristo Jesus, o qual para nós foi feito por Deus sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção" (1Co 1.30).

Assim como Jesus Cristo é a certeza divina do perdão de todos os nossos pecados, assim e também com a mesma seriedade é a reivindicação poderosa de Deus sobre toda a nossa existência.

Por seu intermédio experimentamos uma jubilosa libertação dos ímpios grilhões deste mundo, para servirmos livremente e com gratidão às suas criaturas.

Rejeitamos a falsa doutrina de que, em nossa existência, haveria áreas em que não pertencemos a Jesus Cristo, mas a outros senhores, áreas em que não necessitaríamos da justificação e santificação por meio dele.

3. "Seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo, no qual o corpo inteiro bem ajustado, e ligado pelo auxílio de todas as juntas, segundo a justa operação de cada parte, efetua o seu crescimento para edificação de si mesmo em amor" (Ef 4.15,16).

A Igreja Cristã é a comunidade dos irmãos, na qual Jesus Cristo age atualmente como o Senhor na Palavra e nos Sacramentos através do Espírito Santo. Como Igreja formada por pecadores justificados, ela deve, num mundo pecador, testemunhar com sua fé, sua obediência, sua mensagem e sua organização que só dele ela é propriedade, que ela vive e deseja viver tão somente da sua consolação e das suas instruções na expectativa da sua vinda.

Rejeitamos a falsa doutrina de que à Igreja seria permitido substituir a forma da sua mensagem e organização, a seu bel-prazer ou de acordo com as respectivas convicções ideológicas e políticas reinantes.

4. "Sabeis que os governadores dos gentios os dominam, e os seus grandes exercem autoridades sobre eles. Não será assim entre vós; antes, qualquer que entre vós quiser se tornar grande, será esse o que vos sirva" (Mateus 20.25,26).

A diversidade de funções na Igreja não estabelece o predomínio de uma sobre a outra, mas, antes, o exercício do ministério confiado e ordenado a toda a comunidade.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja, desviada deste ministério, poderia dar a si mesma ou permitir que se lhe dessem líderes especiais revestidos de poderes de mando.

5. "Temei a Deus. Honrai o rei" (1Pe 2.17).

A Escritura nos diz que o Estado tem o dever, conforme ordem divina, de zelar pela justiça e pela paz no mundo ainda que não redimido, no qual também vive a Igreja, segundo o padrão de julgamento e capacidade humana com emprego da intimidação e exercício da força. A Igreja reconhece o benefício dessa ordem divina com gratidão e reverência a Deus. Lembra a existência do Reino de Deus, dos mandamentos e da justiça divina, chamando dessa forma a atenção para a responsabilidade de governantes e governados. Ela confia no poder da Palavra e lhe presta obediência, mediante a qual Deus sustenta todas as coisas.

Rejeitamos a falsa doutrina de que o Estado poderia ultrapassar a sua missão especifica, tornando-se uma diretriz única e totalitária da existência humana, podendo também cumprir, desse modo, a missão confiada à Igreja.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja poderia e deveria, ultrapassando a sua missão específica, apropriar-se das características, dos deveres e das dignidades estatais, tornando-se assim, ela mesma, um órgão do Estado.

6. "Eis que estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos" (Mt 28.20). "A palavra de Deus não está presa" (2Tm 2.9).

A missão da Igreja, na qual repousa sua liberdade, consiste em transmitir a todo o povo — em nome de Cristo e, portanto, a serviço da sua Palavra e da sua obra pela pregação e pelo sacramento — a mensagem da livre graça de Deus.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja, possuída de arrogância humana, poderia colocar a Palavra e a obra do Senhor a serviço de quaisquer desejos, propósitos e planos escolhidos arbitrariamente.

O Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã declara ver no reconhecimento destas verdades e na rejeição desses erros a base teológica indispensável da Igreja Evangélica Alemã na sua qualidade de federação de Igrejas Confessionais. Ele convida a todos os que estiverem aptos a aceitar esta declaração a terem sempre em mente estes princípios teológicos em suas decisões na política eclesiástica. Ele concita a não pouparem esforços para o retorno à unidade da fé, do amor e da esperança.[39]

A *primeira tese* dessa Declaração afirma a autoridade única de Jesus Cristo sobre a igreja, rejeitando tanto a autoridade eclesiástica instalada por Hitler, para manipular a igreja, quanto o nazismo, considerado idolatria. A *segunda tese* tratava da segurança que vem de Cristo, assim como de sua soberania sobre toda a vida, afirmando a unidade do evangelho e da lei em Cristo. Barth desenvolveu essa tese em seu ensaio de 1935, *Evangelho e lei*, em que inverte a tradicional sequência luterana de lei e evangelho. A *terceira tese* afirma o senhorio de Cristo sobre a igreja, declarando que o mundo não tem o direito de definir a agenda da igreja. A *quarta tese* ensina que as diversas funções da igreja são para mútuo serviço e ministério, não para o exercício de poder iníquo. A *quinta tese* modifica a teologia luterana dos dois reinos ao reconhecer a instituição divina do Estado e, no entanto, rejeitar as pretensões do Estado que se torna totalitário e assume a vocação da igreja. Por fim, a *sexta tese* afirma o chamado da igreja para proclamar a livre graça de Deus para todos, por meio da Palavra e dos sacramentos.[40]

A Declaração Teológica de Barmen posicionou-se não somente contra a aberração dos "cristãos alemães", mas contra toda a tradição do sincretismo modernista que tornou isso possível, reafirmando as verdades bíblicas que procedem da revelação do Deus pessoal e transcendente. Como Barth notou posteriormente, o grande problema dos "cristãos alemães" era resultado de

dois séculos de uma longa tradição que considerava a revelação de Deus insuficiente. Por esse motivo, defendeu-se a necessidade de tratar a revelação ao lado de outra fonte de autoridade — daí, revelação e razão, revelação e história, revelação e humanidade e, por fim, revelação e Alemanha. Por isso, a Declaração é "o primeiro documento extraído de uma confrontação séria da Igreja Evangélica com o problema da teologia natural", em que esta é rejeitada categoricamente.[41]

Num ambiente em que a arte, a imprensa, o rádio, o cinema, o ensino, a economia, as forças armadas e a justiça cederam à pressão dos nazistas, Barth, comentando a quarta tese, lembrou que "o Estado não pode se apropriar do homem em sua totalidade, não pode querer definir a forma e a mensagem da igreja. Se reconhecemos isso, devemos também confessá-lo".[42] Por isso, ainda que não abordasse diretamente questões sociais ou políticas, de acordo com a Declaração Teológica, uma igreja sancionada por um governo totalitário se torna numa igreja apóstata e herética.[43]

Aqueles reunidos em Barmen reconheceram o papel do Estado como mantenedor da ordem, mas este não deveria desempenhar a missão da igreja. Por isso, a Declaração Teológica deve ser considerada um chamado à resistência contra as tentativas do governo nazista de dominar a Igreja Evangélica expulsando os judeus da igreja e do ministério e honrando Adolf Hitler como o novo guia de toda a sociedade. No fim de junho de 1934, haviam sido vendidos 25 mil exemplares de uma edição da declaração preparada por Karl Immer. Em conjunto, o tratado *A existência teológica hoje* e o Sínodo de Barmen são um impressionante testemunho da oposição evangélica ao nazismo na Alemanha. Na obra de Steigmann-Gall, o Sínodo de Barmen é mencionado de passagem, somente como o momento de fundação formal da Igreja Confessante, enquanto o tratado de Barth não é citado uma única vez. Também não é mencionado que "pastores que batizavam crianças judias ou pregavam sobre as virtudes do Antigo

Testamento eram difamados pelos 'cristãos alemães' como 'pastores judeus' e tinham que aguentar denúncias e insultos constantes de seus oponentes".[44]

O PREÇO DO DISCIPULADO

No livro de Steigmann-Gall, Dietrich Bonhoeffer não é mencionado nem uma única vez, e essa é uma omissão desconcertante, já que ele é quem encarna uma clara mudança da *oposição pontual à política* nazista para uma *resistência política total* ao nazismo, "atitude que o torna único, mesmo entre os mártires da Igreja Confessante".[45] Bonhoeffer estava entre os primeiros a discernir o verdadeiro espírito do nacional-socialismo.

Dois dias depois de Hitler se tornar chanceler, em 1.º de fevereiro de 1933, a fala de Bonhoeffer na rádio foi cortada; ele atacava o conceito do "princípio de autoridade" (*Führerprinzip*) hierárquico associado a Hitler, afirmando que "governante e governo que se divinizam afrontam a Deus". Em 7 de abril, falou a um grupo de pastores sobre "A igreja e a questão judaica". Ele convocou as igrejas para, em primeiro lugar, tomar uma atitude contra o governo por aprovar leis racistas que não tinham legitimidade. Em segundo lugar, exigiu que a igreja se comprometesse incondicionalmente com os perseguidos pelo Estado — fossem participantes da comunidade cristã ou não. Por último, afirmou que a igreja devia "travar as rodas do Estado" caso a perseguição aos judeus continuasse, exigindo uma ação política imediata por parte da igreja. "Bonhoeffer finalmente concluiu que a resistência não era apenas uma opção legítima para a igreja, mas um *status confessionis*: uma situação em que os preceitos da fé cristã exigem que os cristãos resistam, se eles quiserem manter sua integridade confessional".[46] Muitos dos pastores presentes nesse encontro saíram do recinto convencidos de que tinham ouvido a incitação para uma rebelião. Numa carta para sua avó, Julie, em 20 de agosto de 1933, ele escreveu: "A questão é na verdade: germanismo ou cristianismo? Quanto antes esse conflito se tornar público, melhor. Nada poderia ser mais perigoso do que dissimular isso".[47] Em setembro desse ano,

viajou para a Inglaterra, onde pastoreou duas congregações de fala alemã em Londres, desapontado porque a Igreja Confessante não tomou uma atitude mais firme contra o antissemitismo.

Retornando à Alemanha, em abril de 1935 Bonhoeffer passa a dirigir um seminário de pregadores da Igreja Confessante em Stettin-Finkenwalde, na Pomerânia, o qual foi fechado em setembro de 1937 pela Gestapo. A clandestinidade tornava esse seminário, pelo menos da perspectiva estatal, subversivo. Por isso, desde o princípio, foi uma entidade política, opondo-se ao nazismo. Com base no estudo das Escrituras, ele entendeu que, diante da opressão secular, a igreja necessita estar presente no mundo, sendo obediente em circunstâncias difíceis — como ele disse, o cristão precisa viver a "graça dispendiosa" e não a "graça barata".[48] Ele também ressaltou a necessidade da confissão, da meditação, da intercessão na vida em comunidade. Para esta, ele enfatizou a liturgia e os símbolos cristãos como substitutos e corretivos dos símbolos e rituais nazistas. Conforme escreve Craig Slane:

> O nazismo havia imposto uma ordem altamente ritualística sobre o povo germânico como um todo, usando bandeiras, flâmulas, uniformes, desfiles, filmes, músicas e rígida disciplina militar, sem mencionar o consequente assassinato ritual. O *Weltanschauung* de Hitler não foi construído unicamente sobre uma visão política. Era religioso no sentido mais pernicioso que se pode imaginar. O retrato mítico de um Estado paradisíaco caracterizado pela linhagem ariana pura, a ideia de uma 'queda' ligada de maneira muito próxima à raça judia, a ideia de reconstrução genética e a gloriosa culminação escatológica do Terceiro Reich constituíam um perverso *Heilsgeschichte*, no qual Hitler ascende como salvador deificado do povo alemão. [...] Contrário à doença desse ritual [...], Bonhoeffer respondeu com a cura apropriada... [...] De fato, comparada às regras beneditinas e franciscanas, a ordem ritual de Finkenwalde era qualquer coisa, menos algo severo. No contexto do protestantismo alemão, porém, ela foi singular. Em sua ilegalidade, tornou-se um tipo de resistência litúrgico-ritual ou, talvez, até mesmo uma traição litúrgica. [...] A igreja verdadeira não poderia sustentar-se moralmente alimentando-se da esparsa dieta de encontros semanais. Sua preservação viria por meio da imersão diária em rituais e símbolos que inculcassem profundamente o ponto de vista cristão.[49]

Das experiências nesse seminário, foram escritos em 1937 e 1938 os livros *Discipulado* e *Vida em comunhão*. Quando o seminário foi fechado, todos os alunos de Bonhoeffer foram obrigados a se alistar nas forças armadas alemãs. Como eram membros da Igreja Confessante, só poderiam servir em unidades

na linha de frente; por isso, muitos dos que serviram no exército foram enviados para o *front* leste, morrendo na guerra.[50] De acordo com Bethge, "mais de 80 dos 150 estudantes de Finkenwald foram mortos em ação".[51]

Em fevereiro de 1938, as forças armadas alemãs anexaram a Áustria, em outubro marcharam sobre a Tchecoslováquia e, em novembro, ocorreu a infame "Noite dos Cristais" (*Kristallnacht*), quando sinagogas, lojas e casas foram destruídas numa onda de violência contra os judeus.[52] Depois de alguns meses nos Estados Unidos, Bonhoeffer voltou à Alemanha em 1939, quando se tornou agente duplo da Abwehr (Serviço Secreto das Forças Armadas), dirigida pelo almirante Wilhelm Canaris, unindo-se assim à resistência alemã. Nesse mesmo ano, em 1.º de setembro, a Polônia foi invadida pelas forças armadas alemãs, iniciando-se assim a Segunda Guerra Mundial na Europa.

Em 1940, Bonhoeffer foi designado para o escritório da Abwehr em Munique, época em que começou a escrever *Ética*, quando hospedado no mosteiro beneditino de Ettal. Em 1941, viajou duas vezes para a Suíça, a fim de mediar contatos entre a resistência e as igrejas ocidentais. Ao retornar à Alemanha, foi proibido de escrever. Em 1942, viajou para a Noruega, Suécia e Suíça, para, em nome da resistência, manter contato com os aliados ocidentais.

Inesperadamente, em 5 de abril de 1943 a Gestapo o deteve. Em todo esse tempo, Bonhoeffer nunca vacilou em sua oposição cristã ao regime nazista, o que lhe acarretou a prisão em Berlim-Tegel, perigo para sua família e, por fim, a morte — por seu envolvimento na Operação Valquíria (Unternehmen Walküre), em 20 de julho de 1944.[53] Seu comprometimento com a resistência é evidenciado na declaração à sua cunhada, Emmi: "Se eu vejo um louco dirigindo um carro na direção de um grupo de pedestres inocentes, não posso, como cristão, simplesmente esperar pela catástrofe para, depois, consolar os feridos e enterrar os mortos. Devo tentar lutar para tirar o volante das mãos do motorista".[54]

Após o fracasso da Operação Valquíria, quase 5 mil pessoas foram presas pela Gestapo e, dessas, umas mil foram mortas ou cometeram suicídio. Vítima de um dos últimos atos de vingança de Hitler, Bonhoeffer e vários colegas da resistência — Oster e Canaris, entre outros — foram enforcados em 9 de abril de 1945, no campo de concentração de Flossenbürg, a um mês da rendição alemã. Era o cumprimento do que ele sempre crera e ensinara: "O sofrimento é, pois, a característica dos seguidores de Cristo. O discípulo não está acima do seu mestre. O discipulado é '*passio passiva*', é sofrimento obrigatório. [...] O discipulado é união com Cristo sofredor. Por isso nada há de estranho no sofrimento do cristão, antes é graça, é alegria".[55] Suas últimas palavras registradas antes de ser enforcado foram: "É o fim, mas para mim é o início da vida". Seu irmão Klaus e dois cunhados, Hans von Dohnanyi e Rüdiger Schleicher, também foram executados por estarem ligados à resistência alemã.

Diferentemente do que afirma Steigmann-Gall, portanto, encontramos em Barth, mas especialmente em Bonhoeffer, dentro da igreja evangélica alemã, uma resistência que foi teológica e política. Contudo, avançamos além do proposto. Como vimos, 1937 é o ano que marca a mudança fundamental na relação da cúpula nazista com a igreja evangélica. Esse foi o ápice do confronto entre a Igreja Confessante e os "cristãos alemães". A partir desse ano, estes caíram em desgraça no partido. E, diante do impasse de não conseguir criar uma igreja protestante única no Reich, os líderes nazistas perderam o interesse pelo protestantismo. Com isso, a relação do partido com a Igreja Confessante tornou-se mais tensa, com mais alistamentos obrigatórios, prisões e várias das liberdades e prerrogativas perdidas, entre elas o sustento pastoral.[56] E, especialmente com o começo da Segunda Guerra Mundial, os nazistas saíram em massa da igreja evangélica, no movimento conhecido como "o abandono da igreja" (*Kirchenaustritt*), quando a cúpula do partido percebeu que o protestantismo seria uma cosmovisão concorrente, e

não uma estrutura a ele subordinada. Nessa mesma época, os paganistas nazistas conquistaram a hegemonia ideológica no partido.

UMA AVALIAÇÃO TEOLÓGICA

O alvo deste capítulo não é apenas relembrar a história da Igreja Confessante, mas principalmente aprender com ela. Como avaliar a "disputa pela igreja", especialmente no período de 1933 a 1937, e o que aprender com ela?

Em primeiro lugar, é necessário afirmar que a mudança da mensagem evangélica operada pelos "cristãos alemães" foi uma heresia que escancarou as portas da Alemanha para o paganismo. Nesse sentido, a apropriação do protestantismo liberal por líderes do partido nazista que se afirmavam "cristãos positivos" era uma profunda distorção da mensagem cristã. O movimento dos "cristãos alemães", dependente da teologia liberal protestante, era um movimento herético e foi corretamente rejeitado pela Igreja Confessante, que se percebia a única igreja verdadeira na Alemanha nos anos críticos de 1933 a 1945.

Em segundo lugar, devemos lembrar que a teologia de Agostinho exerceu imensa influência sobre a cristandade por quase oitocentos anos, a de Tomás de Aquino por cerca de quinhentos e a de João Calvino por trezentos. Porém, nos dois últimos séculos, surgiram várias correntes teológicas que em maior ou menor grau vêm tentando competir com os sistemas ortodoxos, mas sem obter ampla aceitação, além de ter pouca duração. Por que a teologia e o interesse por Barth e Bonhoeffer, que testemunharam do evangelho com tanta coragem na "disputa pela igreja", entraram em declínio ou foram reinterpretados depois da Segunda Guerra Mundial? Nossa hipótese é que tal transitoriedade reside justamente na falta de uma firme base epistemológica, a revelação de Deus nas Escrituras infalíveis, dadas objetivamente para todos os homens e mulheres. Essa incoerência já está presente na primeira tese da Declaração Teológica de Barmen, na qual há uma distinção artificial entre Cristo e as Escrituras: "Jesus Cristo, tal como nos atestam as Santas

Escrituras, é a única Palavra de Deus" (8.11). Nesse sentido, a Declaração Teológica de Barmen era uma expressão da teologia de Karl Barth, o qual ensinou que Cristo é a palavra revelada e a Escritura é a palavra escrita, que na pregação torna-se palavra anunciada e viva, sendo acessível mediante um ato da fé. Muitos luteranos confessionais não aderiram à Igreja Confessante em parte em razão da influência da teologia de Barth no movimento.

Pensando nas implicações políticas, esse problema epistemológico talvez explique a ingenuidade com que Barth lidou com o totalitarismo comunista no Pós-Guerra — e não podemos perder de vista que comunismo e nazismo são gêmeos heterozigotos, as duas ideologias mais devastadoras da história.[57] Contudo, nesse contexto é preciso mencionar mais uma questão. Ao participar de uma acalorada reunião com a presença de teólogos "cristãos alemães", em Berlim, em janeiro de 1934, Barth dirigiu-se a eles aos gritos, como a hereges: "Vocês têm uma fé diferente, um espírito diferente, um Deus diferente".[58] Por isso, mesmo discordando da interpretação que Barth ofereceu de alguns temas (*loci*) teológicos, precisamos afirmar: aqueles que abraçam o liberalismo teológico supondo ter por base o teólogo suíço não entenderam seu legado nem as etapas de seu pensamento. O mesmo se pode dizer de Bonhoeffer, que na época do Sínodo de Dahlem, em outubro de 1934, ousadamente afirmou: "Quem rompe com a Igreja Confessante separa-se da salvação".[59] De acordo com Eberhard Bethge, intérpretes posteriores do mártir falharam em preservar o elo existente entre seus escritos mais antigos e suas cartas da prisão, além de fazerem mau uso de suas ideias "no interesse do marxismo", citadas em metodologias teológicas tão díspares como a teologia da libertação, na América Latina, e a teologia da morte de Deus, no mundo anglo-saxão.[60]

Em terceiro lugar, um dado constrangedor que chama a atenção na "disputa pela igreja" é a falta de uma condenação mais vigorosa do antissemitismo — sendo uma das poucas exceções a postura e o discurso de Bonhoeffer sobre "A igreja e a questão judaica". A postura da igreja

evangélica alemã na defesa dos judeus foi confusa, ambivalente e intimidada pela pressão nazista. Niemöller, pregando em 1945, olhando em retrospecto, afirmou: "Em 1933, e nos anos seguintes, havia aqui na Alemanha catorze mil pastores evangélicos e um grande número de paróquias. [...] Se no início da perseguição aos judeus houvéssemos percebido que era o Senhor Jesus Cristo quem estava sendo perseguido, atacado e chacinado no 'mais humilde desses nossos irmãos'; se tivéssemos sido fiéis e confessado seu nome, por tudo que sei, Deus teria ficado do nosso lado e toda a sequência de eventos teria tomado um rumo diferente".[61] O que teria acontecido se os bispos luteranos moderados tivessem usado sua influência não apenas para preservar a liberdade de suas igrejas, mas sobretudo para conduzir os evangélicos na oposição ao partido nazista ou — como sugeriu Niemöller — no apoio aos judeus?[62]

O antissemitismo deve ser combatido implacavelmente. Ele pode atuar abertamente, como na Alemanha nazista e nos estágios finais do stalinismo comunista, na União Soviética, ou pode operar de forma insidiosa, oculto em discursos revisionistas que negam ou relativizam o Holocausto, ou pela confluência e interações dos discursos islâmicos e ocidentais esquerdistas "antissionistas". Esses são sempre incondicionalmente pró-Palestina, retratam Israel como o "pequeno satã" e "marionete dos Estados Unidos", almejando a destruição do Estado de Israel. Portanto, é necessário recordar sempre a tragédia do povo judeu na Segunda Guerra Mundial, para que isso nunca mais aconteça.

Em quarto lugar, os fatos ligados à "disputa pela igreja" são o exemplo mais evidente de uma identificação precipitada dos acontecimentos históricos com a vontade de Deus, por meio do endosso dos "cristãos alemães" às ações de Hitler, considerando-as uma revelação de Deus na história. Como o Conselho Fraternal (*Bruderrat*) da Igreja Confessante expressou no crítico ano de 1937: "Hoje a Igreja é convocada para permitir que a Palavra de Deus e um ponto de vista humano se unam e para combiná-los na sua prece. É

preciso que a Igreja rejeite essa exigência".[63] Isso deve nos alertar para o fato de que, quando uma igreja perde de vista a necessária separação do Estado e quando identifica certa ideologia com o reino de Deus, ela trairá miseravelmente seu chamado. O julgamento de Deus sobre essa igreja será severo e justo.

Em quinto lugar, numa situação limite, como a vivida pela Igreja Confessante, não importa uma aparente unidade da igreja, mas o cerne da fé evangélica. Dois modelos eclesiásticos foram testados nesse período. E foi a partir da tradição reformada que nasceu não apenas um movimento de contestação, mas uma igreja verdadeira. "A força profética de alguns, e de Barth em particular, fez compreender às comunidades confessionais que, além das estruturas e das instituições, encontravam-se verdades evangélicas que era proibido calar ou apenas cochichar. Os reformados estavam mais bem preparados para ouvirem esta mensagem que os luteranos, presos aos seus bispos e a uma concepção de Igreja afastada das preocupações sociais" e subserviente ao Estado.[64] A fé reformada só reconhece a Deus como o único soberano e senhor de todas as esferas da criação. Qualquer ser humano ou partido que tente exigir culto no lugar do Criador deve ser confrontado. A rebelião contra os tiranos é um ato de obediência a Deus.

Em sexto lugar, a história do confronto da igreja com o nazismo ensina mais uma vez que Deus purifica sua igreja por meio da perseguição. Por meio do retorno às Escrituras, às confissões da Reforma e à pregação bíblica, os evangélicos alemães aprenderam a resistir à falsa religião e a um governo demoníaco. Contudo, é triste constatar que a "disputa pela igreja" não produziu uma verdadeira igreja confessional na Alemanha. Ainda que o movimento confessional tenha tido relativa influência no Pós-Guerra, hoje as igrejas luteranas e reformadas alemãs oferecem apenas uma caricatura do que confessaram durante a Reforma e no Sínodo de Barmen.[65]

No fim, porém, como Karl Barth afirmou: "Proporcionalmente à sua função, a igreja possui motivos suficientes para se envergonhar de não ter

feito mais. Entretanto, em comparação com os outros grupos e instituições, ela não possui qualquer motivo de vergonha; realizou mais do que todos os outros juntos".[66] Por isso, os que hoje visitam o Centro Memorial da Resistência Alemã, no Bendlerblock, em Berlim, encontrarão uma sala, no prédio que homenageia aqueles que resistiram ao nazismo na Segunda Guerra Mundial, onde são honrados Barth, Bonhoeffer, Niemöller e Schneider.[67]

Convém concluir este capítulo citando a Declaração de Culpa de Stuttgart (*Stuttgarter Schuldbekenntnis*), que a reconstituída Igreja Evangélica da Alemanha (*Evangelische Kirche in Deutschland*) preparou em 19 de outubro de 1945: "Por nossa causa, incalculável sofrimento foi infligido a muitos povos e nações. [...] Lutamos por muitos anos em nome de Jesus Cristo contra o espírito que encontrou terrível expressão no violento regime nacional-socialista, mas nos acusamos por não havermos confessado mais corajosamente, não havermos orado com mais fé, não havermos crido com maior alegria e não havermos amado mais apaixonadamente. [...] Assim, suplicamos a Deus, em um tempo em que o mundo inteiro necessita de um novo começo: *Veni creator spiritus*!".[68]

[1]Discurso de Bento XVI no Parlamento Federal, Palácio Reichstag de Berlim, em 22 de setembro de 2011, disponível em: https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2011/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20110922_reichstag-berlin.html, acesso em: out. 2015.

[2]Richard Steigmann-Gall, em *O Santo Reich: concepções nazistas do cristianismo 1919-1945* (Rio de Janeiro: Imago, 2004), argumenta que o nazismo e o cristianismo foram menos acentuadamente opostos do que se assume. Ele tenta demonstrar a prevalência de laços pessoais, ligações institucionais e terreno comum entre o nazismo e o cristianismo na Alemanha. Mas, como veremos, esse autor não define cristianismo (especialmente quanto às crenças essenciais), ignora ou nega a existência de tensões entre o nazismo e o cristianismo e não considera com seriedade a postura crítica de muitos pastores e teólogos protestantes alemães diante do nacional-socialismo.

[3]Cf. Ulrich Duchrow, *Os dois reinos: uso e abuso de um conceito teológico luterano* (São Leopoldo: Sinodal, 1987). A Igreja Luterana da Noruega, diante da ocupação nazista em abril de 1940, a qual se estendeu até maio de 1945, enfatizou a tradição da resistência presente no pensamento de Lutero.

[4]A melhor obra sobre a ascensão do nazismo é o primeiro volume da trilogia de Richard J. Evans, *A chegada do Terceiro Reich* (São Paulo: Planeta, 2014), que cobre do período anterior à Primeira Guerra Mundial até 1933. O segundo volume, *O Terceiro Reich no poder* (São Paulo: Planeta, 2014), p. 260-74, cobre os acontecimentos ligados à "disputa pela igreja" tratados neste capítulo.

[5]Erwin Lutzer, *A cruz de Hitler* (São Paulo: Vida, 2003), p. 19-20.

[6]Victoria Barnett, *For the soul of the people: protestant protest against Hitler* (New York: Oxford University Press, 1992), p. 32.

[7]Cf. Marc Lienhard, *Martin Lutero: tempo, vida e mensagem* (São Leopoldo: Sinodal, 1998), p. 226-38. Nesse virulento livro de 1543, Lutero defendeu um tipo de antissemitismo religioso ao se frustrar profundamente com o fato de os judeus não terem abraçado a fé evangélica. O livro foi rejeitado na Suíça e sua publicação foi proibida em Estrasburgo; contudo, no século 20, com a ascensão do nazismo na Alemanha, foi usado para validar o antissemitismo étnico.

[8]Por causa dos estudos histórico-críticos e do antissemitismo, a autoridade e validade do Antigo Testamento estiveram sob crítica na Alemanha desde meados do século 19. A situação ficou muito pior quando a direção das universidades alemãs aderiu ao nazismo e com isso o governo passou a controlar as faculdades de teologia. Foi o teólogo luterano Gerhard von Rad que, entre 1934 e 1945, lutou quase sozinho para defender a validade permanente do Antigo Testamento para a fé cristã no ambiente universitário, resistindo à interferência do governo no campo dos estudos teológicos. Cf. Bernard M. Levinson, "Reading the Bible in Nazi Germany: Gerhard Von Rad's attempt to reclaim the Old Testament for the church", *Interpretation: A Journal of Bible and Theology* 62 (2008):238-54, disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1850821, acesso em: nov. 2015. Nas faculdades de teologia, estudar hebraico não era mais obrigatório. Os estudos do Antigo Testamento foram considerados desnecessários para a compreensão da fé cristã, e o currículo foi alinhado com as prioridades nazistas, oferecendo, por exemplo, cursos sobre a interpretação de Jesus Cristo à luz da "questão judaica".

[9]Uwe Siemon-Netto, "Of pagans and heretics: U.S. scholars take opposing views over the religion of the Nazis", *The Atlantic Times*, September 2006, disponível em: http://www.atlantic-times.com/archive_detail.php?recordID=642, acesso em: out. 2015. Para mais informações sobre a teologia nazista e sua radical rejeição do monoteísmo hebraico, cf. Gene Edward Veith Jr., *O fascismo moderno: a cosmovisão judaico-cristã ameaçada* (São Paulo: Cultura Cristã, 2010), p. 39-50. "Ao assumir que o texto bíblico e os eventos que ele descreve devem ser explicados em termos naturalistas e científicos, o estudo histórico-crítico destruiu o *status* da Bíblia como revelação sobrenatural" (p. 47). Acadêmicos alemães da época defendiam que o Antigo Testamento era "fundamentado na cultura babilônica e na mitologia", portanto, "não deveria ter lugar na formação dos pastores protestantes", devendo ser "banido das faculdades de teologia". E o Novo Testamento, interpretado por meio do método histórico-crítico, deveria ser lido sem consulta ao Antigo Testamento.

[10]Steigmann-Gall, op. cit., p. 129.

[11]Cf. Steigmann-Gall, op. cit. O autor documenta essas ênfases teológicas liberais nos escritos, discursos e conversas pessoais dos principais líderes nazistas, como Adolf Hitler, Joseph Goebbels, Hermann Göring, Erich Koch, Dietrich Eckart, Dietrich Klagges, Walter Buch, Hans Schemm, entre outros, além, é claro, de Houston Stewart Chamberlain. O livro também trata dos líderes nazistas promotores do paganismo, como Martin Bormann, Heinrich Himmler, Reinhard Heydrich e Alfred Rosenberg. Ainda que eu discorde da conceituação imprecisa e generalista do cristianismo de Steigmann-Gall, é necessário enfatizar que sua descrição do "cristianismo positivo" e de sua dependência do protestantismo liberal é baseada em fartas fontes primárias, compulsadas nos seguintes arquivos: Bundesarchiv Potsdam, Bundesarchiv Berlin-Zehlendorf, Bayerisches Hauptstaatsarchiv, Evangelisches Zentralarchiv in Berlin, Geheimes Staatsarchiv Preussischer Kulturbesitz e Staatsarchiv München.

[12]Ainda que o relacionamento entre o nazismo e a igreja católica esteja além do escopo deste capítulo, cf. Evans, op. cit., p. 275-303. Os nazistas fizeram uma concordata (*Reichskonkordat*) com o Vaticano, estabelecendo os direitos sobre a liberdade religiosa católica, o que limitou a interferência nazista na Igreja Católica. Ela foi assinada em 20 de julho de 1933, mas, com o passar do tempo, o partido violou a concordata e os católicos passaram a ser perseguidos. Publicada em 14 de março de 1937, a encíclica *Mit brennender Sorge* ("Com ardente preocupação"), do papa Pio XI, afirmou que "todo aquele que tome a raça, o povo ou o Estado [...] e os divinize em um culto idolátrico, perverte e falsifica a ordem criada e imposta por Deus". Foi lida em todos os templos católicos da Alemanha, em 21 de março de 1937, causando furor entre os nazistas.

[13]Para a história do período, cf. Barnett, op. cit., p. 30-103; Lutzer, op. cit., p. 127-96; Daniel Cornu, *Karl Barth, teólogo da liberdade* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971), p. 11-61; "O reino, o poder e a glória: as igrejas evangélicas alemãs e o regime nazista", in: Alderi Souza de Matos, *A caminhada cristã na história: a Bíblia, a igreja e a sociedade ontem e hoje* (Viçosa: Ultimato, 2005), p. 233-41; e o verbete "Confessing church", disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Confessing_Church, acesso em: out. 2015.

[14]Cf. Barnett, op. cit., p. 25, 313, para quem isso ocorreu porque a Igreja Evangélica Unida na Prússia havia experimentado uma série de avivamentos no fim do século 19 e na década de 1920, nos

anos da República de Weimar, com ênfase na centralidade das Escrituras e na redescoberta das confissões de fé da Reforma do século 16. Por sua vez, regiões com maior número de cristãos nominais foram mais vulneráveis ao movimento dos "cristãos alemães".

[15]J. S. Conway, *The Nazi persecution of the churches* (New York: Basic Books, 1968), p. 9-10.

[16]Para uma descrição detalhada da carreira de Barth nesse período, cf. Eberhard Busch, *Karl Barth: his life from letters and autobiographical texts* (Eugene: Wipf & Stock, 2005), p. 199-262.

[17]Cf. Richard Foster, *Rios de água viva: práticas essenciais das seis grandes tradições da espiritualidade cristã* (São Paulo: Vida, 2008), p. 124; Eric Metaxas, *Bonhoeffer: pastor, mártir, profeta, espião* (São Paulo: Mundo Cristão, 2011), p. 199-203; Ferdinand Schlingensiepen, *Dietrich Bonhoeffer 1906-1945: martyr, thinker, man of resistance* (London: T&T Clark, 2010), p. 134-40; Stephen Nichols, "The Bethel Confession", *5 minutes in church history*, disponível em: http://5minutesinchurchhistory.com/bethel-confession/, acesso em: out. 2015.

[18]"The Bethel Confession", p. 416-21, citado em David Jay Webber, "Dietrich Bonhoeffer and Hermann Sasse as confessors and churchmen: the Bethel Confession and its intended but unfulfilled purpose", disponível em: http://www.angelfire.com/ny4/djw/WebberBonhoefferSasseLogia.pdf, acesso em: out. 2015.

[19]Entre os líderes da "Liga de Emergência" estavam Hugo Hahn, superintendente eclesiástico em Dresden; Gerhard Jacobi, pastor da Kaiser-Wilhelm-Gedächtniskirche em Berlim; Eberhard Klügel, pastor em Hannover; Karl Lücking, pastor em Dortmund; Ludolf Müller, superintendente eclesiástico em Heiligenstadt; George Schulz, pastor em Barmen; D. Ludwig Heitmann, pastor em Hamburgo. Em janeiro de 1934, a Liga contava com 7.036 membros, mas esse número diminuiu para quase a metade logo depois. Cf. Eberhard Bethge; Victoria J. Barnett, Dietrich Bonhoeffer: a biography (Minneapolis: Augsburg Fortress, 2000), p. 309-11.

[20]Ernst Christian Helmreich, *The German churches under Hitler: background, struggle and epilogue* (Detroit: Wayne State University Press, 1979), p. 150, citado em Veith Jr., op. cit., p. 53.

[21]Com seu senso de humor típico, Barth descreveu a preparação da Declaração: "A Igreja Luterana dormia e a Igreja Reformada se mantinha acordada". Enquanto os dois luteranos aproveitavam umas três horas de sesta, "eu revisei o texto das seis teses, fortalecido por café forte e um ou dois charutos brasileiros". Cf. Busch, op. cit., p. 245. Asmussen era pastor luterano em Altona, perto de Hamburgo; Breit era intendente eclesiástico na Baviera. Hermann Sasse foi indicado pelo bispo Meiser para fazer parte da Comissão, mas não pôde participar dessa reunião por estar doente. Ele leu o texto, fez algumas sugestões, mas não subscreveu a declaração, em razão da forte dependência dela em relação à teologia de Barth. Cf. Hermann Sasse, *Aqui nos firmamos: natureza e caráter da fé luterana* (Canoas/Porto Alegre: Ulbra/Concórdia, 2008), p. 147-64, e Matthew D. Hockenos, *A church divided: German protestants confront the Nazi past* (Bloomington: Indiana University Press, 2004), p. 24-5.

[22]Barnett, op. cit., p. 54.

[23]Klein, org., *Die Lageberichte* (Lageberichte, dezembro de 1935), p. 365, citado em Richard J. Evans, *O Terceiro Reich no poder*, p. 268. "Capacetes de aço" (*Stahlhelm*) era uma referência aos grupos

paramilitares nacionalistas em ação durante a República de Weimar; "SPD" dizia respeito ao Partido Social Democrata, e "NSDAP", ao Partido Nacional Socialista dos Traba-lhadores Alemães.

[24]Wurm, que inicialmente assumiu uma posição moderada diante do nacional-socialismo, a partir de 1940 se opôs publicamente à eutanásia praticada em clínicas psiquiátricas e por isso, em 1944, foi proibido de pregar. Ele apoiou o movimento de resistência a Hitler, sendo muito próximo do coronel-general Ludwig Beck e do economista Carl Goerdeler. Ao fim da guerra, foi eleito moderador da Igreja Evangélica da Alemanha.

[25]Barnett, op. cit., p. 65.

[26]Müller, que anteriormente havia sido capelão militar em Königsberg, permaneceria um fiel nazista até o fim da vida. Foi capturado pelos aliados e suicidou-se pouco após o fim da Segunda Guerra Mundial.

[27]Essas medidas foram tomadas sobretudo contra os membros da Igreja Confessante na Igreja Evangélica Unida, na Prússia, em que eram mais fortes. Foram presos 206 pastores em Berlim-Brandenburg, em 1937, ao passo que dois foram presos em Hannover, um em Württemberg e um na Baviera. Cf. Barnett, op. cit., p. 69. Para as "humilhações e brutalidades cotidianas" sofridas por Niemöller, "surrado pelos mais ínfimos pretextos" pelos guardas do campo de Sachsenhausen, cf. Evans, op. cit., p. 273-4.

[28]Os principais seminários eram os de Berlim (dirigido por Heinrich Vogel), Bielefeld-Sieker (dirigido por Otto Schmitz), Bloestau e Jordan (Newmark) (ambos dirigidos por Hans Joachim Iwand), Naumburg am Queis (dirigido por Gerhard Gloege), Stettin-Finkenwalde, depois transferido para Groß Schlönwitz e finalmente para Sigurdshof (dirigido por Bonhoeffer).

[29]Para uma ilustração desse ponto, cf. em Günther van Norden, *Der Deutsche Protestantismus im Jahr der nationalsozialistische Machtergreifung* (Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus Mohn, 1979), p. 54, o que Otto Dibelius, superintendente geral de Kurmark, o qual mais tarde seria membro da Igreja Confessante, anunciou em 1933 na Nikolaikirche: "Aprendemos com Martinho Lutero que a igreja não pode interferir nas atitudes do poder estatal quando ele faz o que é chamado a fazer. Nem mesmo quando [o Estado] torna-se duro e impiedoso [...] Quando o Estado cumpre o seu dever contra aqueles que destroem a honra com palavras ultrajantes e cruéis que menosprezam a fé e semeiam a morte pela pátria, então [o Estado] está governando em nome de Deus". Cf. tb. a atitude de Niemöller, o qual, tendo comandado o submarino UC-67 com sucesso no último semestre da Primeira Guerra Mundial, ao começar a Segunda Guerra Mundial, mesmo preso, ofereceu-se para voltar a servir na arma submarina (*U-Bootwaffe*). Seu pedido foi recusado pelo almirante Erich Reader. Durante a Segunda Guerra, a marinha (*Kriegsmarine*) foi considerada a menos politizada dos três ramos das forças armadas alemãs, como Hitler disse: "Eu tenho um exército reacionário, uma força aérea nacional-socialista e uma marinha cristã". Cf. Gordon Williamson, *Wolf Pack: the story of the U-Boat in World War II* (Botley: Osprey, 2005), p. 170.

[30]Barnett, op. cit., p. 72.

[31]Steigmann-Gall, op. cit., p. 321.

[32]J. Gresham Machen, *Cristianismo e liberalismo* (São Paulo: Shedd, 2012), p. 135. Essa obra foi publicada em 1923 e contém uma crítica a um dos principais ideólogos nazistas, Houston S. Chamberlain (p. 33), além da percepção de que, uma vez que a ortodoxia fosse trocada pelo liberalismo teológico, a civilização ocidental se renderia ao totalitarismo e ao paganismo (p. 16-20, 60-1).

[33]Karl Barth, *Lutherfeier 1933*, p. 17-9, citado em Cornu, op. cit., p. 36.

[34]Karl Barth, "A existência teológica hoje", in: Walter Altmann, org., *Karl Barth: dádiva & louvor; artigos selecionados* (São Leopoldo: IEPG & Sinodal, 1996), p. 155.

[35]Barth, "A existência teológica hoje", in: op. cit., p. 155-6.

[36]Barth, "A existência teológica hoje", in: op. cit., p. 166.

[37]Arthur C. Cochrane, *The church's confession under Hitler* (Philadelphia: Westminster Press, 1962), p. 14, citado em Lutzer, op. cit., p. 168.

[38]Barnett, op. cit., p. 54.

[39]"A Declaração Teológica de Barmen", in: *A Constituição da Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos da América* (São Paulo: Missão Presbiteriana do Brasil Central, 1969), parte 1: Livro de Confissões, 8.01-8.28.

[40]Cf. Hockenos, op. cit., p. 23-8; Veith Jr., op. cit., p. 54-5; e esp. Eberhard Busch, *The Barmen Theses then and now* (Grand Rapids: Eerdmans, 2010).

[41]Karl Barth, *Church Dogmatics* II/1 (Edinburgh: T&T, 1957), p. 172-5. Esse também foi o contexto do confronto entre Barth e Emil Brunner sobre a teologia natural. *Nein!*, sua resposta ao livro de Brunner, *Natur und Gnade*, foi publicada entre setembro e outubro de 1934. Cf. Eberhard Busch, *Karl Barth: his life from letters and autobiographical texts*, p. 248-53.

[42]*Textes symboliques* (Genebra, 1960), p. 76, citado em Cornu, op. cit., p. 47.

[43]Cf. Helmut Renders, "Compromisso pastoral, clareza teológica e cidadania: a Declaração Teológica de Barmen como resultado de uma interação entre igreja e academia teológica", *Revista Caminhando*, vol. 14, n. 2, p. 109-28, jul./dez. 2009, p. 116. Ao considerar a Declaração Teológica, Renders chama atenção para o fato de que são rejeitadas compreensões errôneas sobre a igreja (cinco vezes), o Estado (uma vez) e a existência humana (uma vez). Ele escreve: "Chama a atenção o terceiro elemento de cada uma das seis teses da DTB. Ele sempre inicia com as palavras 'Rejeitamos a falsa doutrina...' Mathew D. Hockenos [...] referiu-se a esta parte como *damnatio* e o uso das respectivas palavras em alemão e latim nas confissões da reforma sustentam essa possibilidade. [...] A DTB usa 'verwerfen', o que, ao lado do mais forte 'verdammen', corresponde na versão alemã da *Confessio Augustana* ao 'damnare' da versão em latim. Isso corresponde a *anathema* em grego".

[44]Richard J. Evans, *O Terceiro Reich no poder*, p. 269. Como Evans nota, o relato de Steigmann-Gall é incompassivo, omitindo todos os detalhes dos maus-tratos a Niemöller e outros pastores (p. 837).

[45]Barnett, op. cit., p. 181.

[46]Cf. Geffrey B. Kelly; F. Burton Nelson, *The cost of moral leadership: the spirituality of Dietrich Bonhoeffer* (Grand Rapids: Eerdmans, 2003), p. 44-5; Eberhard Bethge; Victoria J. Barnett, Dietrich Bonhoeffer: a biography, p. 273-6; Barnett, op. cit., p. 199-200; Schlingensiepen, op. cit., p. 124-7; Metaxas, op. cit., p. 152-79.

[47]Bethge; Barnett, op. cit., p. 302.

[48]Dietrich Bonhoeffer, *Discipulado* (São Leopoldo: Sinodal, 2001), p. 9-19.

[49]Craig Slane, *Bonhoeffer, o mártir* (São Paulo: Vida, 2007), p. 376-7.

[50]Cf. Schlingensiepen, op. cit., p. 177-209; Metaxas, op. cit., p. 264-96. Para uma abrangente e bem escrita história de quão terrível foi a guerra no front leste, cf. Charles Winchester, Ostfront: Hitler's war on Russia 1941-45 (Botley: Osprey, 2000).

[51]Bethge; Barnett, op. cit., p. 691. Em contrapartida, ser convocado para servir nas forças armadas alemãs tornou-se um abrigo para membros e pastores da Igreja Confessante, por elas serem uma proteção contra as investidas da Gestapo. Ainda assim, esses eram imediatamente desqualificados para servir como capelães militares e, em muitos casos, também para o oficialato. Em geral, os cristãos confessantes eram enviados diretamente para as unidades de infantaria, o que talvez explique a alta taxa de mortalidade entre eles: metade dos pastores confessantes convocados morreram no campo de batalha. Cf. Barnett, op. cit., p. 158-66.

[52]Nesse ano, em grande parte por causa da fraqueza das democracias ocidentais, a resistência alemã perdeu a melhor chance de interromper o caminho para a guerra depondo Hitler, na véspera da conferência de Munique, em setembro de 1938. Cf. Terry Parssinen, *A conspiração Oster* (Rio de Janeiro: Record, 2005).

[53]Deve-se notar que o impulso para o atentado contra Hitler em 20 de julho de 1944 partiu de militares católicos. Como o coronel Claus von Stauffenberg afirmou para o capitão Axel von dem Bussche: "Evidentemente que nós, católicos, temos uma postura diferente, porque, na Igreja Católica, há uma espécie de acordo implícito que pode justificar um atentado político em condições específicas. Nisso, a doutrina evangélica é mais estrita, mas Lutero também permitiu o uso último da violência em uma situação extrema", citado em Tobias Kniebe, *Operação Valquíria* (São Paulo: Planeta, 2009), p. 159. Para uma defesa do tiranicídio e sobre as condições para tal na tradição católica, cf. Tomás de Aquino, *Segundo livro das sentenças*, 44.2.2: "Quem mata um tirano para libertar o seu país é honrado e recompensado". Cf. também *De regimine principum* I.1, c. 9 e *Suma teológica*, III, q. 42 a.2 c. Para o tiranicídio na tradição reformada, cf. Johannes Althusius, *Política* (Rio de Janeiro: TopBooks, 2003), p. 360: "[Um príncipe tirânico] só pode ser assassinado com justiça numa dada situação, ou seja, quando sua tirania tiver sido publicamente reconhecida e for incurável, ou quando, com fúria e com desprezo a todas as leis, ele pretende a total destruição do reino, suprime a sociedade civil entre os homens até onde pode e se torna violentamente colérico, e quando não existem outras soluções". A história da Operação Valquíria é contada em detalhes em Ian Kershaw, *Sorte do Diabo* (Alfragide: Livros d'Hoje, 2009), e Richard J. Evans, *O Terceiro Reich em guerra* (São Paulo: Planeta, 2014), p. 722-40. Deve-se frisar que não se conhecem tentativas semelhantes de resistência na União Soviética.

[54]Emmi mencionou esse argumento em uma entrevista no documentário *Dietrich Bonhoeffer: memories and perspectives*, lançado em DVD pela Trinity Films. Bonhoeffer também usou esse argumento na prisão de Berlim-Tegel com um militar italiano, Gaetano Latmiral, que depois da guerra fez referência a essa imagem em carta enviada para Gerhard Leibholz. Cf. Bethge; Barnett, op. cit., p. 851.

[55]Bonhoeffer, op. cit., p. 46.

[56]Para mais relatos dos sofrimentos da Igreja Confessante no período de 1939 a 1945, cf. Barnett, op. cit., p. 74-103, 155-93.

[57]Para os debates envolvendo as posturas políticas de Barth no pós-Guerra, veja no cap. 3 o fim da seção "Nazismo e comunismo" e a seção "A palavra de Deus não está algemada". Para uma interpretação mais simpática a Barth, cujos textos políticos o situariam na tradição política liberal europeia, cf. Frank Jehle, *Ever against the stream: The politics of Karl Barth, 1906-1968* (Eugene: Wipf & Stock, 2012), p. 87-99. Segundo este autor, Barth era da opinião de que o nacional-socialismo, com sua defesa do mito de uma raça superior e do anti-semitismo, não teria sequer uma única boa *intenção*, diferente do marxismo, que teria, pelo menos em seus primórdios, ideais elevados.

[58]Cf. Eberhard Busch, *Karl Barth: his life from letters and autobiographical texts*, p. 242. Entre os teólogos "cristãos alemães" presentes na reunião, estavam Friedrich Gogarten e Gerhard Kittel, os quais pediram que Barth demonstrasse um pouco de "amor cristão"! Kittel, que era teologicamente conservador, manteve-se distante dos "cristãos alemães", mas era simpático aos nazistas. Chegou a argumentar "que os judeus batizados poderiam ser aceitos como irmãos cristãos, mas ainda perseguidos como não alemães". Cf. Veith Jr., op. cit., p. 57.

[59]Barnett, op. cit., p. 96-7.

[60]John W. de Gruchy, *Daring, trusting spirit: Bonhoeffer's friend Eberhard Bethge* (Minneapolis: Fortress, 2005), p. 132. Cf. Christian Gremmels; Eberhard Bethge; Renate Bethge, "Posfácio dos editores", in: Dietrich Bonhoeffer, *Resistência e submissão*, p. 590-9, e Eberhard Bethge; Victoria J. Barnett, Dietrich Bonhoeffer: a biography, p. 853-91.

[61]David A. Rausch, *A legacy of hatred* (Chicago: Moody, 1984), p. 169, citado em Lutzer, op. cit., p. 190.

[62]Nessa época, segundo dados da própria Igreja Evangélica alemã, havia cerca de um milhão e meio de judeus convertidos ao cristianismo na Alemanha, e 88% destes eram protestantes. A maioria deles morreu nos campos de concentração no Leste Europeu. Vários membros da Igreja Confessante se arriscaram para denunciar o antissemitismo e ajudar os judeus a escapar da Alemanha, entre eles Franz Kaufmann (morto em fevereiro de 1944 no campo de Sachsenhausen), Heinrich Grüber (preso em 1940 por dirigir um escritório para ajudar judeus perseguidos a fugir do país), Helene Jacobs (presa em 1943), Marga Meusel, Elisabeth Schmitz e Gertrud Staewen. Por causa do Parágrafo Ariano, alguns ministros foram obrigados a fugir da Alemanha, entre eles Franz Hildebrandt (conseguiu emigrar para a Inglaterra em 1937) e Hans Ehrenberg (preso em 1938 no campo de Sachsenhausen, conseguiu emigrar para a Inglaterra em 1939). Cf. Barnett, op. cit., p. 122-54. Cf. tb. Veith Jr., op. cit., p. 148: "A questão de como considerar os judeus convertidos ao cristianismo foi o teste principal na controvérsia entre os

'cristãos alemães' e a Igreja Confessante. Para esta última, o batismo e a fé em Cristo definiam um cristão. Para os nazistas, o judaísmo era uma questão de raça. Os cristãos judeus deviam ser perseguidos como qualquer outro judeu".

[63]Joachim Beckmann, org., *Kirchliches Jahrbuch für die evangelische Kirche in Deutschland 1933-1945* (Gütersloh: Bertelsmann, 1948), p. 163-4.

[64]Cornu, op. cit., p. 201. Para um estudo sobre as relações entre igreja e Estado na tradição reformada, cf. Eberhard Busch, "Igreja e política na tradição reformada", in: Donald McKim, org., *Grandes temas da tradição reformada* (São Paulo: Pendão Real, 1998), p. 160-75.

[65]Cf. Garnet Peet, "The protestant churches in Nazi Germany", in: F. G. Oosterhoff, org., *Spindle Works*, disponível em: http://spindleworks.com/library/peet/german.htm#3r, acesso em: out. 2015.

[66]Cochrane, op. cit., p. 41, citado em Lutzer, op. cit., p. 198.

[67]Paul Schneider, pastor da Igreja Evangélica Reformada da Renânia (*Evangelische Kirche im Rheinland*), foi preso em 1934 por pregar exclusivamente a mensagem evangélica num enterro de um membro da *Hitler Jugend*, em 1935, por ler do púlpito críticas ao partido nazista e, em 1937, por haver, com o apoio dos presbíteros das comunidades que pastoreava em Dickenschied e Womrath, excluído membros ligados ao partido nazista. Ele foi preso mais uma vez em fins de 1937, sendo enviado para o campo de Buchenwald, onde foi assassinado em 1939. Seu funeral foi ocasião de um protesto contra o nacional-socialismo. Cf. Don Stephens, *War and grace: short biographies from the world wars* (Durham, Inglaterra: Evangelical Press, 2005), p. 45-63, e Jürgen Moltmann, *O caminho de Jesus Cristo*: *cristologia em dimensões messiânicas* (São Paulo: Academia Cristã, 2009), p. 304-6. Schneider não é mencionando uma única vez no livro de Steigmann-Gall.

[68]O texto integral se encontra em Barnett, op. cit., p. 209. Cf. tb. Richard Bessel, *Alemanha, 1945: da guerra à paz* (São Paulo: Companhia das Letras, 2010), p. 303-5. Os membros do Concílio que prepararam essa Declaração foram os bispos Theopil Wurm, Hans Meiser e Otto Dibelius, os superintendentes eclesiásticos Hans Lilje, Hugo Hahn e Heinrich Held, os pastores Hans Asmussen, Martin Niemöller e Wilhelm Niesel, e o presbítero Gustav Heinemann, que seria presidente da República Federal da Alemanha entre 1969 e 1974.

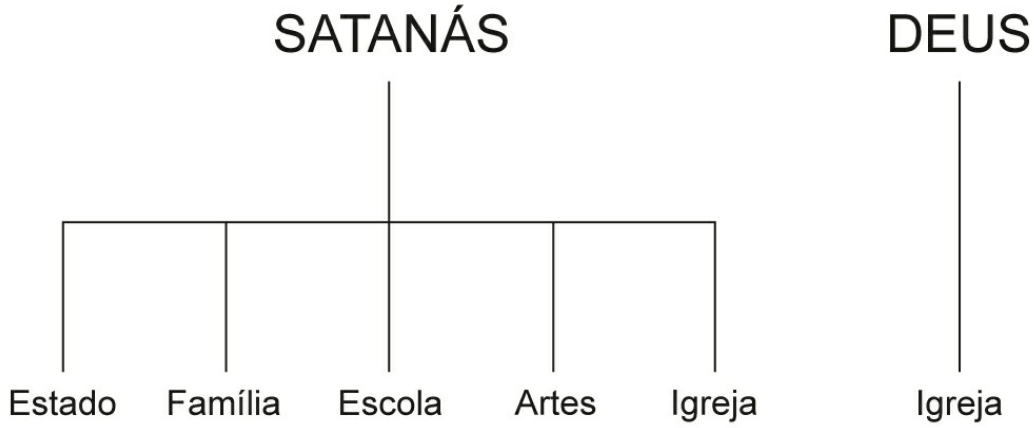
A RELAÇÃO ENTRE A IGREJA E O ESTADO NA PERSPECTIVA REFORMADA

> O reino espiritual de Cristo e o poder civil são realidades bem distintas.
>
> — João Calvino[1]

Deus estabelece na criação várias instituições para a ordem social, cada qual com sua esfera de atividade e missão e com uma responsabilidade diante dele. Mas, antes de examinarmos essa que é uma posição reformada sobre a relação da igreja com o Estado, será útil compará-la com outros modelos teológicos concorrentes: a noção dos "dois reinos" e o dispensacionalismo.

OS "DOIS REINOS", O DISPENSACIONALISMO E SUA RELAÇÃO COM A ESFERA PÚBLICA

O gráfico a seguir ilustra as percepções de cristãos influenciados pelo fundamentalismo americano, que se tornou um dos principais modelos de relação com a sociedade entre os evangélicos no século 20. Com base nesse modelo, defendia-se não somente uma separação do Estado, mas também uma separação de outras esferas da criação, percebendo-as como essencialmente pecaminosas e impedidas de qualquer possibilidade de redenção:



Historicamente, essa divisão dos domínios do mundo poderia remontar à "teologia dos dois reinos", da tradição luterana.[2] Martinho Lutero acreditava que, para uma correta interpretação da Escritura, deve-se distinguir entre lei, que ensina sobre o Deus santo e seu ódio, juízo e ira contra o pecado, e evangelho, que revela o Deus misericordioso, em sua graça, amor e salvação ao pecador.

De forma geral, a noção dos "dois reinos" é uma aplicação dessa distinção entre lei e evangelho, ao atribuir à primeira a manifestação do governo de Deus no mundo secular, por meio da coerção e da obediência compulsória, com o objetivo de refrear os ímpios e, à segunda, a obediência voluntária ao reino de Deus por parte dos salvos pelo evangelho.

Conforme esse ensino, "Deus governa o mundo de dois modos distintos: seu reino espiritual está na igreja, cuja regra é o amor, e ela administra o perdão por meio do evangelho. O reino terreal de Deus é mantido na ordem social secular, cuja regra é a justiça, administrada pela lei. Deus é a autoridade derradeira por trás dos governantes terrenos, de modo que lhes desobedecer é desobedecer a Deus".[3] Como Lutero recomendou:

> Peço [...], meus caros senhores e amigos, que tudo façam e suportem dentro do possível, para que haja paz entre os senhores. [...] Particularmente, porém, que V. S.ª atente para que não se ensine aos senhores a governar segundo a lei de Moisés, e, muito menos, segundo o Evangelho. [...] A lei de Moisés está morta e totalmente invalidada, e, inclusive, foi dada apenas aos judeus; nós gentios devemos obedecer às normas de direito local, onde residimos, como diz S. Pedro em sua primeira

> epístola [...]: "A toda ordem humana" [2.13]. O Evangelho, por sua vez, é lei espiritual, segundo a qual não se pode governar, mas cada qual precisa posicionar-se perante o mesmo, cumpra-o ou não. Nem se pode e nem se deve tampouco forçar ninguém a isso, como não se pode obrigar ninguém à fé, pois neste ponto não é a espada, mas o Espírito de Deus que precisa ensinar e governar. Por isso é necessário manter o regime espiritual do Evangelho bem separado do regime secular exterior, evitando a todo custo confundi-los. O regime evangélico o pregador deve administrar somente com a boca, deixando a cada qual sua vontade neste aspecto; quem o aceitar, que o faça; quem não quiser, deixe-lo.[4]

Esse "acordo" na teologia luterana definiria e protegeria a igreja da ingerência do Estado e dos governantes ou autoridades seculares, ao mesmo tempo que impediria que a própria igreja exercesse o poder temporal. Isso não quer dizer, entretanto, que a lei que rege a esfera mundana seja, ela mesma, mundana — mas infere que a imperfeição da lei se refletirá na imperfeição das relações entre os homens e entre o homem e a criação. A perfeição da graça, por sua vez, diz respeito à relação entre o homem e Deus. O resultado esperado é que haja ou surja daí dois padrões de retidão: a retidão mundana (*coram mundo*) e a retidão "piedosa" (ou *coram Deo*).[5] Ainda assim, "a doutrina dos dois reinos insiste que *Deus* é o Rei dos dois domínios", pois, de acordo com ela, "um governante terreno que porventura venha a desobedecer a transcendente Lei moral de Deus está usurpando a autoridade divina".[6]

Mas de onde surge a distorção que atribui a Satanás o domínio do mundo e das esferas seculares? Mesmo que a teologia luterana dos dois reinos não encontre concordância com a tradição reformada (que será desenvolvida na seção seguinte), não deixa ela mesma de ser um desdobramento e interpretação da teologia política de Agostinho de Hipona,[7] e jamais destacaria âmbitos da realidade, alijando-os da mão do Senhor.

Um movimento pouco examinado, mas com sucesso aparentemente enorme na moldagem da mentalidade evangélica foi o dispensacionalismo pré-tribulacionista. O dispensacionalismo foi formulado por um membro da Igreja da Irlanda, John Nelson Darby, que tentou resolver o problema da relação entre lei e graça separando completamente uma da outra. Em linhas gerais, segundo essa posição, a maneira de Deus se relacionar com os seres

humanos difere de acordo com as várias dispensações na história, que seriam formas pelas quais Deus interagiria com o homem. O movimento fundado por Darby, os Irmãos de Plymouth (Plymouth Brethren), era fortemente marcado pelo estudo puro das Escrituras (sem aceitar a tradição eclesiástica, aceitavam somente a direção do Espírito Santo) e pela piedade (os filantropos George Müller e Thomas Barnardo talvez sejam os membros de maior destaque do movimento).[8]

Talvez a doutrina que mais se destaque no dispensacionalismo seja a ideia do arrebatamento pré-tribulacional da igreja.[9] Essa doutrina está ligada à distinção total que os dispensacionalistas fazem entre Israel e a igreja. Os expoentes dessa posição efetuaram uma separação radical entre lei e graça, entre Israel e a igreja, entre o "evangelho do reino" e o "evangelho da graça", afirmando que o primeiro foi pregado aos judeus e rejeitado por eles e o segundo, então, foi pregado, oferecido e aceito pelos gentios. Mas a recepção dos gentios no povo de Deus é uma dispensação temporária, porque todas as promessas e profecias do Antigo Testamento sobre Israel têm de ser cumpridas literalmente no milênio.

Talvez a ideia dispensacionalista de maior impacto no ideário evangélico foi relacionar a lei ao mundo como decaimento, compreendendo o mundo como espaço esvaziado do interesse de Deus até o fim dos tempos, restringindo assim a graça aos limites da igreja e das dimensões "espirituais". Ainda assim, os dispensacionalistas afirmam que somente essa posição encontra respaldo na Bíblia.[10] Também asseveram que somente o dispensacionalismo mantém uma interpretação rigidamente literal da Sagrada Escritura. Por isso, apresentam uma tendência forte de acusar de "espiritualizarem" as Escrituras aqueles teólogos que defendem outros sistemas escatológicos. Desse modo, algumas denominações, influenciadas pelo dispensacionalismo, não ordenam amilenaristas e pós-milenaristas ao ministério.

Como um movimento periférico, separado da Igreja Anglicana em 1832, pôde exercer tamanha influência na fé evangélica? Podem-se aventar algumas hipóteses: primeira, as características apocalípticas e as preocupações escatológicas são marcantes no movimento; segunda, ele exerceu enorme influência nos evangélicos americanos a partir do início do século 20, com a fundação do Instituto Bíblico Moody e do Seminário Teológico de Dallas; terceira, a partir da primeira metade do século 20, os Estados Unidos suplantaram o Reino Unido como grande agente missionário mundial e, com isso, em pouco tempo o dispensacionalismo espalhou-se, associando-se também ao ensino pentecostal.[11]

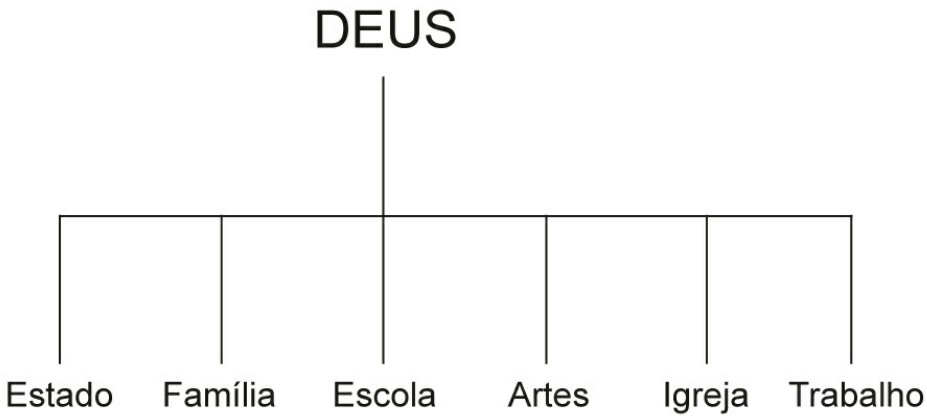
Não é de estranhar, portanto, que, com o tempo, o movimento evangélico tenha classificado o mundo como "caso perdido" até a volta de Jesus; tampouco espanta o ensino de que o crente deve concentrar sua vida na igreja e nos "assuntos espirituais" e de que tudo o que diz respeito ao "universo secular" deve ser considerado estranho e maléfico à igreja.[12] Não há por que lutar politicamente pelo mundo, pois este, afinal de contas, terminará no caos. A tônica é a evangelização do mundo. O cristão não tem nada para mudar no mundo, na esfera política e social, pois o final da história é visto de maneira extremamente pessimista.[13]

DESDOBRANDO A COMPREENSÃO REFORMADA

A visão reformada da sociedade não é centrada no indivíduo nem na instituição, mas na soberania de Deus sobre as esferas da Criação, nas quais diferentes instituições se acham debaixo do reinado de Deus. Essa posição é uma afirmação não hierárquica da sociedade civil, à medida que "(1) a soberania derradeira pertence somente a Deus; (2) toda soberania terrena é subsidiária da soberania de Deus e (3) não há nenhum foco último (ou penúltimo) de soberania neste mundo do qual todas as demais soberanias sejam derivadas".[14]

Abraham Kuyper afirma que a soberania de Deus é "primordial [e] irradia na humanidade numa tríplice supremacia, a saber: (1) a Soberania no *Estado*; (2) a Soberania na *Sociedade*; e (3) a Soberania na *Igreja*".[15] O Estado é expressão da natureza *social* do ser humano, de sua disposição gregária, que antecipa os domínios econômico, estético, jurídico e ético. Entretanto, ele não é uma entidade autônoma que realiza a reunião dos seres humanos e organiza a sociedade. É justamente pelo fato de a humanidade ser uma instituição criacional que sua função é reunir os homens numa família sob a autoridade de Deus. Todavia, a realidade do pecado produz uma *força desintegradora* que deteriora a correta ordenação e solidariedade entre os seres humanos, impulsionando-os à anarquia. Assim, segundo Kuyper, o Estado foi estabelecido por Deus em razão da entrada do pecado na ordem criada. E a autoridade do magistrado deriva de Deus, pois "por mim reinam os reis" (Pv 8.15). O Estado, então, é um *servo de Deus* a fim de que a ordem e o bem sejam protegidos do caos, da violência e do mal. O poder de matar, que está nas mãos do magistrado ou do governante, deriva de sua função de manter e proteger a obra de Deus, a humanidade, contra a destruição. Mas os homens *não devem curvar-se e obedecer ao Estado por medo* — antes, a obediência é estabelecida pela *consciência*.[16] A consciência, flor da manifestação da fé e da ética, é o lugar da *liberdade*. Quando a autoridade do magistrado se degenera em despotismo, ou seja, numa forma de desordem pecaminosa, é dever da pessoa liberta por Deus lutar pela liberdade.

Essa posição destaca, assim, que "todos os homens vivem numa rede de relacionamentos divinamente ordenada". Assim, "as pessoas não encontram sentido ou propósito quer em sua própria individualidade, quer como parte de um todo coletivo". Na verdade, "elas atendem a seus chamados dentro de uma pluralidade de associações comunais, como família, escola e Estado"; logo, "Deus ordenou cada uma dessas esferas de atividade como parte da ordem original. Juntas, elas constituem a comunidade da vida".[17] O gráfico a seguir esboça essa posição:



Segundo o gráfico, a família, o indivíduo e a igreja são esferas independentes do Estado, pois existem sem este, extraindo sua autoridade somente de Deus. O papel do Estado é de mediador, intervindo quando as diferentes esferas entram em conflito entre si ou para defender os fracos contra o abuso dos demais. Desse modo, a convicção que embasa essa posição foi assim expressa por Kuyper: "Na extensão total da vida humana não há nenhum centímetro quadrado acerca do qual Cristo, que é o único soberano, não declare: Isto é meu!".[18]

TESES DOUTRINAIS SOBRE A RELAÇÃO DO CRISTÃO COM A POLÍTICA

A seguir, é oferecido um desenvolvimento dessa posição por meio de algumas premissas que podem guiar o entendimento evangélico da relação entre o cristão e a política.[19]

Em primeiro lugar, afirma-se a distinção entre igreja e Estado lembrando que toda autoridade procede de Deus. As tarefas da igreja e do Estado são de dois tipos e são distintas, não podendo ser confundidas. Deus instituiu o governo civil para nosso benefício, a fim de refrear o mal e promover o bem (Rm 13.1-7; 1Pe 2.13-17), e deve haver distinção entre aquilo que é governado pela igreja e aquilo que está sob a autoridade do governo civil (Mt 22.21). A existência do Estado deve ser reconhecida como um dom e uma

ordem de Deus. Portanto, os que assumem cargos públicos devem reconhecer que sua autoridade é delegada.

Dessa forma, nas sociedades democráticas atuais, idealmente o governo estabelecido por Deus é mediado pelo povo, que elege seus governantes. Estes são eleitos para servir ao povo, ao mesmo tempo que cumprem suas tarefas com senso de dever, pois sabem que darão contas de seus atos perante uma autoridade maior. Como Johannes Althusius escreveu:

> Os direitos de soberania e suas fontes [...] residem no reino, ou na comunidade e no povo. [...]. Portanto, […] esses direitos de soberania, assim chamados, são apropriados ao reino em tal grau que pertencem só a ele, e que são o espírito vital, a alma, o coração e a vida com os quais, quando os direitos são sólidos, a comunidade existe, e que sem eles a comunidade desintegra--se, morre e é considerada indigna do nome. […] Esses direitos foram estabelecidos pelo povo, ou pelos membros do reino ou comunidade. Eles tiveram origem por meio dos membros, e não podem existir exceto neles, nem ser mantidos exceto por eles.[20]

Em segundo lugar, rejeita-se o conceito de soberania absoluta do Estado e o conceito de soberania absoluta do povo. Para a fé cristã, o poder reside em Deus e em Cristo, que é o Senhor de todo poder e autoridade (Ef 1.21,22), "soberano dos reis da terra", "REI DOS REIS E SENHOR DOS SENHORES" (Ap 1.5; 19.16), comandando todas as esferas sociais. Somente Deus detém o poder absoluto: "Porque o SENHOR é o nosso juiz; o SENHOR é o nosso legislador; o SENHOR é o nosso rei; ele nos salvará" (Is 33.22). Assim, como Christopher Wright escreve, "a fé e a obediência devidas a um Deus absoluto" militam "contra o poder ou o prestígio absolutos de qualquer autoridade humana".[21]

Deus é, portanto, a fonte final da lei e de toda autoridade. Logo, prestar fidelidade ou lealdade absoluta ao Estado é idolatria (Dn 3.1-30), pois é Deus quem estabelece o certo por meio de sua lei e, assim, deve-se compartilhar dessa lei mediante a mudança das estruturas sociais. É por isso que, na mesma medida que as leis estabelecidas numa nação devem ser derivadas da lei de Deus, essas leis devem ser aplicadas a todas as pessoas, incluindo os governantes. Mesmo numa nação não cristã, pode-se apelar à lei de Deus

escrita na criação e gravada na consciência dos seres humanos, coincidente com a lei revelada. Numa nação, não há ninguém que esteja acima da lei (Dt 17.18-20). Esse é o princípio da *lex rex* (a lei é o rei), que se opõe ao princípio despótico da *rex lex* (o rei é a lei).[22] Como Calvino escreveu:

> O Senhor, portanto, é o Rei dos reis, e a ele devemos ouvir acima de todos tão logo abra sua boca. De forma secundária, devemos estar sujeitos aos homens que têm preeminência sobre nós, mas somente sob a autoridade de Deus. Se as autoridades ordenarem algo contra o mandamento de Deus, devemos desconsiderá-lo completamente, seja quem for o mandante.[23]

Em terceiro lugar, Deus delega autoridade tanto ao governante quanto às pessoas. Ao ocupar um cargo de autoridade, nenhum ser humano tem poder sobre outro, a não ser quando essa capacidade for delegada por Deus. Mas essa autoridade é relativa e revogável. Por isso, os cristãos devem se opor a todo sistema político totalitário. Mais do que um direito, isso é um dever (Êx 1.17,21; Dn 3.18; 6.10; Et 4.16; Mt 2.8,12; At 4.18,20; 5.29). A fé cristã honra as autoridades, embora negue ao Estado o direito de intervir em matérias de culto, doutrina e ética. O respeito à autoridade é necessário, mas jamais ao custo da liberdade de consciência, pois somente Deus é o único Senhor. Nesse sentido, "no momento em que os magistrados vão além dos limites de sua autoridade, [...] tornam-se semelhantes aos ladrões, usurpadores e violadores".[24] Já que a autoridade não é intrínseca ao governante, mas delegada por Deus, os cristãos devem resistir, pelos meios corretos e legítimos, a quem exerce a autoridade política contra a vontade de Deus. Assim, para a tradição reformada, o governo é legítimo *quando e à medida que é servo de Deus*. Por esse motivo, não devemos identificar um governo de forma direta e automática com a vontade de Deus.[25] Desse modo, a resistência ao Estado que faça mau uso da autoridade que lhe foi delegada deve ser entendida como desobediência civil. Em outras palavras, "se o governo civil proíbe aquilo que Deus exige, ou exige aquilo que Deus proíbe, os cristãos não devem submeter-se", e assim "alguma forma de desobediência

civil se torna inevitável (At 4.18-31; 5.17-29)".[26] Foi por isso que Francis Schaeffer escreveu:

> Os primeiros cristãos morreram porque não obedeceram ao Estado em uma questão civil. As pessoas frequentemente dizem que a igreja primitiva não mostrou qualquer desobediência civil. Elas não conhecem história da igreja. Por que os cristãos foram jogados aos leões durante o Império Romano? Do ponto de vista cristão, foi por um motivo religioso, mas do ponto de vista do Estado romano, eles estavam praticando desobediência civil, eles eram rebeldes civis. [...] Os cristãos disseram que não adorariam a César, a ninguém ou nada, a não ser o Deus vivo. Portanto, para o Império Romano, eles eram rebeldes, e isso era desobediência civil. [...] O *ponto fundamental* é que, a certa altura, existe não somente o direito, mas o dever de desobedecer ao Estado.[27]

Desde que exercida dentro de limites aceitáveis, a desobediência civil é um mecanismo legítimo a que tem direito todo cidadão e, de forma específica, todo cristão, quando em confronto com um Estado que interfere na esfera litúrgica, doutrinária ou ética, ou com um Estado totalitário que requer para si o que equivale à adoração (Ap 13.1-18). Assim, a "rebelião contra os tiranos é obediência a Deus".[28]

Em quarto lugar, nenhuma ideologia é absoluta nem pode ser confundida com o evangelho. Com acerto, a Declaração Teológica de Barmen afirma: "Rejeitamos a falsa doutrina de que à igreja seria permitido substituir a forma da sua mensagem e organização, a seu bel-prazer ou de acordo com as respectivas convicções ideológicas e políticas reinantes".[29] Sempre que cristãos identificam determinada ideologia com o reino de Deus ou com a mensagem bíblica, essa mensagem não apenas foi distorcida, mas também acabou sendo obliterada.

Contudo, a igreja deve manter vigilância sobre o Estado. Não se pretende com isso substituir o sermão baseado na Escritura pelo discurso político. Adorar a Deus, proclamar sua Palavra e ministrar os sacramentos são as tarefas principais da igreja, além das quais não existe outra. Ao proclamar com fidelidade a Palavra de Deus, a igreja influencia aqueles que servem na esfera do Estado, fazendo com que suas leis se conformem com a vontade de Deus.

Esse princípio das Escrituras pode ser chamado *crítica profética*. R. C. Sproul resume o preceito:

> Pode ter sido politicamente incorreto o fato de Natã confrontar Davi sobre o seu adultério com Bate-Seba e o assassinato de Urias (2Sm 12.1-15a). Pode ter sido politicamente incorreto o fato de Elias enfrentar Acabe por seu confisco pecaminoso da vinha de Nabote (1Rs 21). Pode ter sido politicamente incorreto o fato de João Batista desafiar o casamento ilícito de Herodes, o tetrarca (Mt 14). Nesses e em outros exemplos das Sagradas Escrituras, vemos que os representantes da igreja não tentavam tornar-se o Estado, mas ofereciam uma crítica profética ao Estado — apesar das possíveis consequências. A igreja não é o Estado, mas é a consciência do Estado, e essa é uma consciência que não pode se dar ao luxo de tornar-se cauterizada e silenciosa.[30]

De tal fidelidade ao chamado primordial da comunidade cristã decorrem consequências políticas e sociais na sociedade.[31]

Em quinto lugar, o realismo cristão ressalta que a corrupção na política tem origem sobretudo no coração dos seres humanos. Se a doutrina da Criação afirma a dignidade humana, o ensino bíblico sobre a Queda afirma sua corrupção. Os pecados individuais tornam-se pecados estruturais, como idolatria, egoísmo, violência, despotismo, corrupção, e acabam por afetar as estruturas do poder constituído. Por isso, a igreja cristã "prega uma conversão interior dos governantes e dos governados a Deus", crendo que, por meio do arrependimento e quebrantamento pessoal, as estruturas serão limpas de iniquidades.[32] Um ponto importante a destacar aqui é que a "corrupção da chamada classe política" deve ser interpretada como "um reflexo da sociedade, pois a sociedade é corrupta e isso inclui a igreja".[33] Em consternação, constata-se que os cristãos não são tão diferentes da sociedade em geral como deveriam ser. De forma geral, deveríamos ser exemplo de conduta e obediência, mas na prática isso não tem acontecido. Acabamos por reproduzir os pecados da sociedade, em vez de influenciá-la, santificando-a.

No entanto, a revelação geral e a graça comum ensinam "princípios que, se aplicados, produzirão a ética na política". Essas são as doutrinas que proporcionam a base dos valores éticos em pessoas que não são cristãs. Portanto, "o caminho para a ética na política" não passa obrigatoriamente

pela conversão de todos ao cristianismo, nem consiste "em colocar em cargos políticos quem se professa cristão", mas em "contribuir para que a lei de Deus seja reconhecida" por todos.[34] Por isso, podemos cooperar com incrédulos como cobeligerantes na esfera política, lutando contra males aos quais também nos opomos.

O fundamento da cobeligerância é a área de consenso ético cuja base é a Escritura: por exemplo, homicídio, adultério, furto e "falso testemunho" são moralmente errados (Êx 20.13-16). Na esfera política, um cristão pode servir pontual e transitoriamente com pessoas, grupos, movimentos, organizações e instituições que convirjam na perspectiva de valores éticos cristãos.[35] A igreja mantém sua independência e identidade ao ter a Escritura como padrão e o Espírito Santo como fonte de discernimento, assim como ao dispor da confissão de fé e de catecismos como "fiel exposição do sistema de doutrina, ensinado nas Escrituras".[36]

Em sexto lugar, por causa do pecado na sociedade, a república se torna não apenas o melhor sistema, mas o mais viável. A forma de governo que mais se aproxima do modelo bíblico é a república, na qual a nação é governada pela lei constitucional e administrada por representantes eleitos pelo povo. Uma vez que somente Deus concentra em si todo o poder (Is 33.22), deve haver a divisão e a separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário, de modo que nenhum governo ou ramo do governo monopolize o poder. Assim, a república apresenta-se como o melhor sistema, pois é a salvaguarda das liberdades individuais, "designada para fragmentar o poder político, de modo que ele não possa ameaçar as vidas, liberdades e propriedades".[37]

Portanto, por causa da inclinação humana para a injustiça, advinda do pecado, a república torna-se necessária; ao mesmo tempo, dada a inclinação humana para a justiça, capacitada pela graça comum, a república torna-se possível. Como disse Winston Churchill, talvez o mais importante político do século 20: "Muitas tentativas foram feitas para diferentes formas de governo, e muitas ainda serão tentadas neste mundo de pecado e dor. Ninguém

pretende que a democracia seja perfeita ou sem defeito. Tem-se dito que a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos".[38]

POR UMA DEFESA DOS VALORES QUE DEFINEM A REPÚBLICA

Em conclusão a tudo o que vimos neste capítulo, historicamente os cristãos defendem os valores que definem uma república, os quais são esboçados a seguir, podendo ser deduzidos ou inferidos da Escritura:

- ênfase nas funções primordiais do Estado, em que os governantes têm a obrigação de zelar pela segurança do povo — afinal, para isso pagamos impostos (Rm 13.1-7);
- centralidade do contrato social, aquele acordo entre os membros de uma sociedade pelo qual reconhecem a autoridade sobre todos de um conjunto de regras e "uma estrutura protetora de responsabilidades mútuas",[39] que é a Constituição, a qual limita o poder, organiza o Estado e define direitos e garantias fundamentais;[40]
- limitação da extensão e do poder do Estado, pois, com base nas Escrituras, entende-se que o governo não tem autoridade para estabelecer impostos exorbitantes, redistribuir propriedades ou renda ou confiscar depósitos bancários;
- separação e cruzamento fiscalizador (freios e contrapesos) entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, para que nenhum poder acumule poderes absolutos e para que sempre haja entre os poderes separação, independência e harmonia;
- o papel do Estado não é igualar a todos, mas, sim, dar oportunidade de ascensão social a todos, investindo em educação e promovendo serviços médicos de qualidade;
- apoio a associações e organizações que promovam a justiça em todos os aspectos da vida, especialmente aos marginalizados e oprimidos (Jr 22.3; Tg 1.27; 2.1-10; 5.1-8);[41]

- promoção de uma ética protestante do trabalho, que "é um conjunto de virtudes econômicas [fundamentadas na Escritura]: honestidade, pontualidade, diligência, obediência ao quarto mandamento — 'seis dias trabalharás' —, obediência ao oitavo mandamento — 'não furtarás' — e obediência ao décimo mandamento — 'não cobiçarás' —, reconhecendo que a ênfase no "trabalho produtivo origina-se da Bíblia e da Reforma";[42]
- direito à propriedade privada como direito fundamental (Êx 20.15,17; 1Rs 21.1-29);[43]
- alternância do poder civil, a qual impede que um partido ou autoridade se perpetue no poder, assim como a defesa do pluralismo político e partidário, pois "em termos políticos, os profetas [do Antigo Testamento] cumpriam um papel comparável ao dos partidos de oposição, hoje, obrigando a autoridade política [no governo] a ouvir as críticas, mantendo diante de seus olhos a responsabilidade inevitável que tinha para com Deus e o povo";[44]
- garantia das liberdades individuais por meio do estabelecimento de normas gerais de conduta que resultem em liberdade de culto, expressão, associação e de imprensa;
- voto distrital para o poder legislativo, em que o país ou o Estado é dividido em distritos eleitorais com aproximadamente a mesma população: cada distrito elege um deputado e, assim, completam-se as vagas no congresso e nas câmaras estaduais.[45]

A afirmação e a defesa intransigente desses princípios são o melhor caminho para estabelecer firmemente os valores democráticos. E, quando estabelecidas, as "democracias consolidadas dificilmente são trocadas por uma forma de regime autoritário, e, por mais imperfeitamente que funcionem, têm se mostrado mais capazes de proporcionar justiça, bem como liberdade" do que qualquer noção de Estado construída sobre os fundamentos do autoritarismo ou totalitarismo.[46]

Esses são o conjunto de princípios que a tradição reformada vem afirmando ao tratar da relação dos fiéis e da comunidade cristã com o Estado. Por meio de uma fé instruída pelas Escrituras, portanto, "temos de prestar mais atenção às instituições e convenções de nossa sociedade do que nós, no isolamento de nossos interesses 'religiosos', estamos acostumados". Devemos então "protegê-las ativamente da erosão e desse falso radicalismo que desconfia de qualquer tipo de moralidade convencional e procura erradicá-la".[47]

Que à luz desse ensino os cristãos orem e intercedam pelos governantes, "para que tenhamos uma vida tranquila e serena, em toda piedade e honestidade" (1Tm 2.1-3).[48] Orar pelas autoridades governamentais é reconhecer que Deus é o senhor soberano sobre todos os aspectos da esfera pública. Como Christopher Wright realça:

> A vida pública humana é feita de escolhas humanas, pelas quais os seres humanos são responsáveis. [...] Assim, nesse sentido, tudo o que acontece [...] [na esfera pública] é uma questão da ação, da escolha e da responsabilidade moral humana. No entanto, ao mesmo tempo, a Bíblia coloca tudo isso sob o governo soberano de Deus. [...] A Bíblia [...] afirma os dois lados do paradoxo: os seres humanos são moralmente responsáveis por suas escolhas, ações e consequências públicas delas; todavia, Deus mantém o controle soberano sobre os resultados finais e sobre o destino.[49]

Assim, em tudo isso, lembramos que "a nossa pátria está no céu, de onde também aguardamos um Salvador, o Senhor Jesus Cristo, que transformará o corpo da nossa humilhação, para ser semelhante ao corpo da sua glória, pelo seu poder eficaz de sujeitar a si todas as coisas" (Fp 3.20,21). Portanto, como ensinou Agostinho, esperamos com fé a "a cidade soberana [que] é incomparavelmente mais luminosa. Nela, a vitória é a verdade, a honra é a santidade, a paz é a felicidade e a vida é a eternidade".[50]

O Estado não é a solução última (ou penúltima) para a sociedade, pois o melhor que o Estado pode fazer é refrear a injustiça causada pelo pecado. A salvação somente é encontrada em Deus e em Jesus Cristo. Desse modo, o papel da igreja é proclamar essa salvação como a única solução final para a

sociedade: “Porque o SENHOR é o nosso juiz, o SENHOR é o nosso legislador, o SENHOR é o nosso Rei; ele nos salvará” (Is 33.22).

[1]*A instituição da religião cristã* (São Paulo: Unesp, 2009), vol. 2, IV.20.1, p. 876.

[2]Cf. Eberhard Busch, "Igreja e política na tradição reformada", in: Donald McKim, org., *Grandes temas da tradição reformada* (São Paulo: Pendão Real, 1998), p. 163-8.

[3]Gene Edward Veith Jr., *O fascismo moderno: a cosmovisão judaico-cristão ameaçada* (São Paulo: Cultura Cristã, 2010), p. 57.

[4]"Lutero à câmara de Danzig", in: *Obras selecionadas de Martinho Lutero* (São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1996), v. 6, p. 129-30. Essa obra foi escrita em Wittenberg, no começo de maio de 1525.

[5]Para as tensões decorrentes dessa posição entre os luteranos na Alemanha às vésperas da Segunda Guerra Mundial, cf. o capítulo 5 deste livro. Depois que teólogos luteranos alemães usaram a ideia das ordenanças da criação para apoiar o regime nazista na década de 1930, um observador comentou que "desde aquela época, todo apelo às ordenanças cheira mal". Cf. A. van Egmond; C. van der Kooi, "The appeal to Creation ordinances: a changing tide", in: B. J. van der Walt, org., *God's order for Creation* (Potchefstroom: Institute for Reformational Studies, 1994), p. 21, citado em David Koyzis, *Visões e ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas* (São Paulo: Vida Nova, 2014), p. 240.

[6]Veith Jr., op. cit., p. 57. Cf. *Confissão de Augsburgo*, artigo XVI: "Os cristãos têm o dever de estar sujeitos à autoridade e de obedecer-lhe aos mandamentos e leis em tudo o que não envolva pecado. Porque, se não é possível obedecer à ordem da autoridade sem pecar, mais importa obedecer a Deus do que aos homens".

[7]Cf. esp. Agostinho de Hipona, *A cidade de Deus* (Petrópolis: Vozes, 2013), 2 vols.

[8]W. A. Hoffecker, "Darby, John Nelson", in: Walter Elwell, org., *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã* (São Paulo: Vida Nova, 2009), vol. 1, p. 397-9.

[9]Como afirma Iain Murray, *The Puritan hope* (Edinburg: The Banner of Truth, 1998), p. 200, é necessário levar em consideração que a ideia de um "arrebatamento secreto e iminente" não deixa de ser "uma crença curiosa, praticamente desconhecida na história antiga da teologia". Em nota de rodapé na página 286, Murray ainda afirma o seguinte sobre a crença do arrebatamento secreto: "É claro que nenhum grupo cristão fez dela um tema de fé antes do século 19". Para o entendimento do dispensacionalismo como "inovação conservadora" no evangelicalismo americano, cf. George Marsden, *Understanding fundamentalism and evangelicalism* (Grand Rapids: Eerdmans, 2000), p. 39-41.

[10]Para uma crítica dessa dicotomia, que é antibíblica, e para uma defesa do "engajamento missional na esfera pública", cf. Christopher J. H. Wright, *A missão do povo de Deus* (São Paulo: Vida Nova, 2012), p. 265-92.

[11]Encontra-se nos escritos de John Wesley o ensino acerca da obra de Cristo como transformadora da vida e da cultura, seguindo em alguma medida as formulações de Agostinho de Hipona e de João Calvino, "no sentido de que [...] [Deus] reorienta, revigora e regenera aquela vida do homem expressa em todas as obras humanas" (p. 244). Por essa razão, a práxis do pentecostalismo, de rejeição da cultura,

afasta-se acentuadamente do wesleyanismo. Cf. H. Richard Niebuhr, *Cristo e cultura* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967), p. 253-5.

[12]Cf. esp. Heber Carlos de Campos, "A posição escatológica como fator determinante do envolvimento político e social", *Fides Reformata* 3.1 (janeiro-junho 1998), p. 20-1. Quanto à ambiguidade do envolvimento político fundamentalista no contexto dos Estados Unidos, cf. Marsden, op. cit., p. 85-121.

[13]Murray, op. cit., p. 187 ss., diz que o dispensacionalismo "eclipsou a esperança" escatológica.

[14]Koyzis, op. cit., p. 278.

[15]Abraham Kuyper, *Calvinismo* (São Paulo: Cultura Cristã, 2015), p. 86.

[16]Cf. esp. "A consciência puritana", in: J. I. Packer, *Entre os gigantes de Deus: uma visão puritana da vida cristã* (São José dos Campos: Fiel, 1996), p. 115-32.

[17]Gordon Spykman, "The principled pluralistic position", in: Gary Scott Smith, org., *God and politics: four views on the reformation of civil government* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1989), p. 79, citado em Greg Johnson, *O mundo de acordo com Deus* (São Paulo: Vida, 2006), p. 93.

[18]Abraham Kuyper, "Sphere sovereignty", in: James D. Bratt, *Abraham Kuyper: a centennial reader* (Grand Rapids: Eerdmans, 1998), p. 488.

[19]Pontos básicos extraídos de: Augustus Nicodemus Lopes, *Ética na política e a universidade: Carta de princípios 2006* (São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006); Wayne Grudem, *Política segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer* (São Paulo: Vida Nova, 2014); Busch, op. cit., p. 160-75; "Um manifesto cristão", in: Francis Schaeffer, *A igreja no século 21* (São Paulo: Cultura Cristã, 2010), p. 157-239; André Biéler, *A força oculta do protestantismo* (São Paulo: Cultura Cristã, 1999); Kuyper, op. cit., p. 85-115; Johnson, op. cit., p. 92-101; Johannes Althusius, *Política* (Rio de Janeiro: TopBooks, 2003); David W. Hall, *The Genevan Reformation and the American founding* (Lanham: Lexington, 2005); Christopher J. H. Wright, *Povo, terra e Deus* (São Paulo: ABU, 1991), p. 112-44. Cf. tb. *Confissão Belga*, artigo 36; *Confissão de Fé de Westminster*, XXIII.1-4, XXXI.4.

[20]Althusius, op. cit., p. 92-3. Sobre a monarquia em Israel e durante o período do reino dividido, cf. Christopher Wright, *Povo, terra e Deus,* p. 128: "A monarquia como instituição política foi provisional e, quando considerada dentro de todo o espectro da história de Israel no período do Antigo Testamento, foi passageira. [...] Embora fosse humana na sua origem e infectada desde a sua concepção como ideia pelas tendências da apostasia e da corrupção, Deus, não obstante, a tomou e a entreteceu no âmago de seus propósitos redentores".

[21]Christopher Wright, *Povo, terra e Deus,* cit., op. cit., p. 122.

[22]Cf. Samuel Rutherford, *Lex, rex, or the law and the prince* (Harrisonburg: Sprinkle, 1982), obra que foi profundamente influente nas reformas constitucionais britânicas no fim do século 17 e começo do 18, sendo considerada um dos documentos fundantes dos debates políticos que conduziram à independência americana no século 18. Cf. tb. Hall, op. cit., p. 253-60.

[23]Calvino, op. cit., p. 902.

[24]Harro Höpfl, org., *Sobre a autoridade secular: Lutero e Calvino* (São Paulo: Martins Fontes, 1995), p. XXXIX. O autor resume o pensamento de João Calvino. Nesse contexto, é importante destacar que Calvino não elaborou uma doutrina da resistência ao Estado. Esses desenvolvimentos se deram em círculos reformados na França, Holanda e em outros lugares.

[25]Busch, op. cit., p. 164.

[26]"Os cristãos e o governo civil", *Bíblia de estudo de Genebra* (São Paulo/Barueri: Cultura Cristã/SBB, 1999), p. 1339. No passado, as revoluções em geral desembocaram em guerras e mortes, muitas vezes resultando em tirania. Um modelo de revolução sem derramamento de sangue foram os movimentos ocorridos há vinte anos, na época da derrubada do comunismo e do retorno à democracia na Polônia, Hungria, Alemanha e Tchecoslováquia. É necessário destacar como foram fundamentais nesse processo as reuniões de oração pela paz dirigidas pelo pastor luterano Christian Führer, na Nikolaikirche, em Leipzig, as quais geraram o movimento que culminou na revolução pacífica no leste alemão. Cf. esp. Timothy Garton Ash, *Nós, o povo: a Revolução de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990); Frederick Taylor, *Muro de Berlim* (Rio de Janeiro: Record, 2009); Archie Brown, *Ascensão e queda do comunismo* (Rio de Janeiro: Record, 2011), p. 607-36. Esses acontecimentos chegaram ao ápice na inesquecível noite de 9 de novembro de 1989, com a queda do muro de Berlim e o consequente fim da Guerra Fria.

[27]"Um manifesto cristão", in: Schaeffer, op. cit., p. 209.

[28]O lema "*Rebellion to tyrants is obedience to God*" foi usado por Benjamin Franklin em agosto de 1776, em seu sinete pessoal. Tal lema adornava a cena dramática descrita no Êxodo, em que o povo de Israel confrontou um tirano a fim conquistar a liberdade. Thomas Jefferson gostou do lema e empregou-o em seu sinete pessoal. Cf. "Great seal", disponível em: http://greatseal.com/committees/firstcomm/reverse.html, acesso em: out. 2015.

[29]"A Declaração Teológica de Barmen", in: *A constituição da Igreja Presbi-teriana Unida dos Estados Unidos da América* (São Paulo: Missão Presbiteriana do Brasil Central, 1969), parte 1: Livro de Confissões, 8.18.

[30]R. C. Sproul, *A voz da igreja*, disponível em: http://www.ministeriofiel.com.br/artigos/detalhes/639/A_Voz_da_Igreja, acesso em: nov. 2015.

[31]Dois conceitos são muito pertinentes aqui por permitirem a presença da fé cristã na esfera secular: o primeiro é o conceito da "razão pública", segundo o qual existe uma estreita ligação entre pluralidade e democracia por meio da busca do que é "politicamente razoável" numa sociedade pluralista. Para Rawls, isso significa que a razão pública deve aceitar os princípios de justiça inerentes ao regime democrático constitucional. Para ele também, um regime constitucional democrático garante a liberdade religiosa, assegurando os direitos e liberdades fundamentais, ao mesmo tempo que exige que os cidadãos aceitem as obrigações da lei. Isso só é possível em uma democracia sob uma constituição dirigida pela razão pública. Cf. John Rawls, The laws of people with "The Idea of Public Reason Revised" (Cambridge: Harvard University Press, 1999), p. 132-9. O segundo conceito é a noção de "tradução cooperativa de conteúdos religiosos", segundo o qual os argumentos religiosos podem ser trazidos para a esfera pública desde que traduzidos em linguagem política adequada, de modo que possam ser convenientes e

aceitáveis a todos. No entanto, Habermas ressalta a importância de que a tradução ocorra antes de a discussão chegar às instituições legais, ou seja, àquelas que detêm o poder de decisão. Cf. Jürgen Habermas, *Between naturalism and religion: philosophical essays* (Cambridge: Polity Press, 2008), p. 130-1, e Between facts and norms (Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1996), p. 304-8.

[32]Lopes, op. cit., passim.

[33]Ibidem, passim.

[34]Ibidem, passim.

[35]Cf. Cláudio A. C. Leite; Guilherme V. R. de Carvalho; Maurício J. S. Cunha, orgs., *Cosmovisão cristã e transformação: espiritualidade, razão e ordem social* (Viçosa: Ultimato, 2006), p. 274. Cf. esp. Francis Schaeffer, *Um manifesto cristão*, no que diz respeito à origem do conceito de cobeligerância.

[36]*Manual litúrgico da Igreja Presbiteriana do Brasil* (São Paulo: Cultura Cristã, 2005), p. 127, 170, 185.

[37]W. Gary Crampton; Richard E. Bacon, *Em direção a uma cosmovisão cristã* (Brasília: Monergismo, 2009), p. 76.

[38]Winston S. Churchill, discurso proferido na Câmara dos Comuns, em 11 de novembro de 1947, citado em Robert Rhodes James, org., *Winston S. Churchill: his complete speeches, 1897-1963* (New York/London: Chelsea House/R.R. Bowker, 1974), vol. 7, p. 7566.

[39]Christopher Wright, *Povo, terra e Deus,* p. 123.

[40]Cf. Daniel Elazar, "Grande projeto de Althusius para uma comunidade federal", in: Althusius, op. cit., p. 49-50: "O pensamento bíblico é federal (do latim *foedus*, convenção), do início ao fim — do pacto de Deus com Noé [...] à reafirmação judaica da Convenção do Sinai sob a liderança de Esdras e Neemias, quando foi adotada a Torá como constituição para sua segunda comunidade. [...] A comunidade bíblica clássica foi uma federação totalmente articulada de tribos, instituída e reafirmada por convenção, para funcionar com uma constituição e leis comuns. Toda e qualquer alteração constitucional na forma de governo israelita foi introduzida por meio de convenção. Mesmo depois da instituição da monarquia, o elemento federal foi mantido até que a maioria das estruturas tribais fosse destruída por forças externas. A visão bíblica da comunidade restaurada na era messiânica visa à reconstituição da federação tribal".

[41]É a Escritura Sagrada e não uma cultura secularizada que define quem são os marginalizados e oprimidos; para cristãos, esses são a viúva, o órfão, o estrangeiro, o pobre e o que sofre violência (Jr 22.3; Zc 7.10). À luz disso, na Antiguidade Clássica, "em Roma, a Igreja sustenta[va] 1500 pobres e viúvas, por alturas de 250. As igrejas de Roma e de Cartago mandavam para África e Capadócia muito dinheiro, destinado a remir [os] cativos, após as invasões bárbaras de 254 e 256. Duas gerações antes, o Estado romano, em face de problemas idênticos, após uma invasão, lava[va] as suas mãos, abandonando os pobres provinciais [...] Na realidade, ser cristão, em 250, dava mais garantias a um homem do que ser *cives romanus*". Cf. Peter Brown, *O fim do mundo clássico: de Marco Aurélio a Maomé* (Lisboa: Verbo,

1972), p. 72. Para um desenvolvimento desse tópico, cf. Timothy Keller, *Justiça generosa: a graça de Deus e a justiça social* (São Paulo: Vida Nova, 2013).

[42]Crampton; Bacon, op. cit., p. 72.

[43]Cf. Wayne Grudem, *Negócios para a glória de Deus* (São Paulo: Cultura Cristã, 2006), p. 21: "Em algumas culturas, direitos de propriedade são egoisticamente reservados a uma minoria de pessoas poderosas, e as regulamentações [burocráticas] governamentais são tão complexas e morosas que tornam impossível às pessoas pobres possuir qualquer propriedade ou um negócio pequeno. Nos países comunistas, a propriedade privada de casas e negócios é proibida por lei, e o governo possui todas as fábricas e todos os imóveis. Tal sistema é maligno porque permite às pessoas possuir apenas alguns bens e, dessa maneira, as impede de ter a oportunidade de glorificar a Deus pela posse de um bem, de uma casa ou de um negócio". Para uma fé enraizada nas Escrituras, tanto a riqueza extrema quanto a pobreza extrema se mostram indesejáveis. Aqueles que acumulam riquezas não têm privilégios maiores, apenas maiores responsabilidades. Cf. Craig L Blomberg, *Nem pobreza, nem riqueza: as posses segundo a teologia bíblica* (Curitiba: Esperança, 2009).

[44]Christopher Wright, *Povo, terra e Deus*, p. 131. Ele também escreve: "Os cristãos deveriam persistentemente apresentar às autoridades argumentos morais com força persuasiva e relevância prática. Isso deveria acontecer de maneira característica em benefício dos fracos, dos desamparados e daqueles que foram tratados com injustiça ou insensível negligência. [...] E é mais fácil funcionar no nível de questões específicas e exequíveis, de objetivos limitados".

[45]Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Itália e França estão entre os países que adotam o voto distrital. Na Alemanha, o sistema é misto, sendo o voto distrital subordinado ao sistema proporcional. No Brasil, vigora o voto proporcional nos pleitos para deputados federais, deputados estaduais e vereadores; nesse sistema, a proporção de cadeiras parlamentares ocupada pelo partido é diretamente determinada pela proporção de votos obtida. O voto majoritário é adotado nos pleitos para presidentes, governadores, senadores e prefeitos.

[46]Archie Brown, op. cit., p. 712.

[47]Cristopher Wright, *Povo, terra e Deus*, p. 126.

[48] Cristopher Wright, *A missão do povo de Deus*, p. 276: os que fazem parte do povo de Deus devem "orar pelo governo do lugar onde estão". Cf. p. 276-8 quanto a um desenvolvimento dessa premissa baseada no Antigo e no Novo Testamento.

[49] Cristopher Wright, *A missão do povo de Deus*, cit., p. 269.

[50]Agostinho de Hipona, *A cidade de Deus* 2.29, vol. 1, p. 108.

QUARTA PARTE

APLICAÇÕES PRÁTICAS

“ERGA A VOZ”: A VIOLÊNCIA, A IDEOLOGIZAÇÃO DO DEBATE E UMA OPORTUNIDADE PARA A IGREJA

> A terra, porém, estava corrompida diante de Deus e cheia de violência (Gn 6.11).
>
> Eu clamo: Violência! mas não sou ouvido; grito: Socorro! mas não há justiça (Jó 19.7).
>
> O Senhor prova o justo e o ímpio e odeia quem ama a violência (Sl 11.5*)*.
>
> Vi a violência na mão dos opressores, sem que ninguém consolasse os oprimidos (Ec 4.1, ARA).
>
> Até quando clamarei, e não escutarás, SENHOR? Ou gritarei a ti: Violência! E não salvarás? Por que razão me fazes ver a maldade e a opressão? A destruição e a violência estão diante de mim; também há contendas, e o litígio é comum (Hc 1.2,3).

A melhor forma de abordar o tema da violência é começar por relembrar reverentemente as vítimas — as quais, pelo menos nesta vida, não receberão a justiça e a vindicação que merecem.

DANDO NOME À TRAGÉDIA

Em 29 de novembro de 2005, ocorreu o impensável no país. Cinco pessoas, entre elas uma criança de um ano e dois meses de idade, morreram queimadas dentro de um ônibus na Penha, subúrbio norte do Rio de Janeiro.[1] Esse bárbaro assassinato elevou o nível de violência em que se encontrava o Brasil a um novo e assustador patamar, qual seja, o da banalização da vida humana e da crueldade sem limites.

No ano seguinte, em 28 de dezembro de 2006, sete pessoas morreram carbonizadas em um ônibus da Viação Itapemirim que foi incendiado no viaduto que liga a Rodovia Washington Luiz à Avenida Brasil, no município do Rio de Janeiro.[2]

Em 7 de fevereiro de 2007, o menino João Hélio, com seis anos de idade, foi assassinado após um assalto. Os assaltantes (entre eles um menor de idade)

arrastaram o menino, preso ao cinto de segurança pelo lado de fora do veículo.

Em 9 de abril de 2013, um adolescente de 17 anos matou o universitário Victor Hugo Deppman durante um assalto na região do Belém, em São Paulo.

Em 25 de abril de 2013, a dentista Cinthya Magaly Moutinho de Souza foi queimada viva durante um assalto dentro de seu consultório, em São Bernardo do Campo, na grande São Paulo. Um dos criminosos era um menor de idade.

Em 3 de junho, faleceu o dentista Alexandre Peçanha Gaddy, queimado durante assalto em seu consultório no dia 27 de maio de 2013, em São José dos Campos, interior paulista.

Outros casos e nomes de vítimas poderiam ser mencionados. Mas esses são centenas de milhares.

A violência não está circunscrita a credo religioso, etnia e classe social. E a maioria dos criminosos fica impune, seja pela inépcia da polícia, fria morosidade, conivência do sistema judiciário (cf. Sl 82.1-8; Ec 8.11)[3] e falência do sistema carcerário, seja pela indiferença do Estado e dos Poderes da República, que não apresentam uma resposta condizente com essa onda crescente de barbárie e violência.

Os impostos altíssimos consomem em média 36% da renda bruta do trabalhador. O governo é perdulário, e os serviços públicos são completamente ineficientes. Constata-se que o *establishment* tornou-se incompetente e obtuso, podendo bem ser chamado de "sociedade incivil", por produzir no país uma classe governante que perpetua privilégios e coloca seus interesses acima dos do povo, recompensando a lealdade a ela e punindo tudo o mais.[4] Nessa conjuntura, instalou-se no país uma síndrome do medo associada à violência e, em razão da omissão do Estado, não existe perspectiva alguma de melhora em curto ou médio prazo.

A violência tornou-se endêmica no país, ceifando a vida de cidadãos que confiaram sua proteção ao Estado. Este, contudo, não somente não cumpre sua parte no contrato, mas também é leniente, quando não cúmplice, com os agentes da morte violenta dos homens de bem. Quando instado a interferir, o Estado nega ao cidadão o direito à legítima defesa, ao mesmo tempo que minora a responsabilidade dos criminosos. E, quando ensaia alguma ação concreta, o que coloca em prática, previsivelmente, são campanhas de desarmamento, maior constrangimento sobre as forças policiais e aumento do discurso em defesa dos "direitos humanos" dos delinquentes (que, com certeza, devem ter seus direitos garantidos, mas não à custa dos direitos das vítimas de suas ações).[5]

A ESPIRAL DA VIOLÊNCIA: 1980-2012

Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos em números absolutos entre 218 países listados. Morreram violentamente duas vezes mais pessoas aqui do que no México, mais de três vezes o número entre os americanos e vinte vezes mais do que no Iraque no mesmo período. Em números relativos, estamos entre os 20 países mais violentos do mundo, com uma taxa em torno de 25 assassinatos por 100 mil habitantes, cinco vezes mais que a média global. Segundo a agência das Nações Unidas, o Brasil foi responsável por quase 12% do total mundial de assassinatos.

Até 1977, o Brasil tinha oficialmente uma taxa de assassinatos de 7 para cada 100 mil habitantes. A partir dessa época, temos uma curva ascendente vertiginosa. Os registros do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (Ministério da Saúde) mostram que, entre 1980 e 2010, 799.226 cidadãos no Brasil morreram por disparos de algum tipo de arma de fogo. Nesse período, as vítimas passaram de 8.710 em 1980 para 38.892 em 2010, num crescimento de 346,5%.[6] Numa tentativa de chamar a atenção para a violência no país, os coordenadores do Mapa da Violência fizeram um quadro

comparativo da realidade nacional com as mortes ocorridas nas principais guerras dos últimos anos.

O número de assassinatos no Brasil entre 2004 e 2007 é maior que as baixas em doze dos maiores conflitos militares do mesmo período: as guerras provocaram a morte de 169.574 pessoas, enquanto no Brasil 192.804 pessoas foram assassinadas a tiros. Como diz o coordenador do Mapa da Violência 2013, Julio Jacobo Waiselfisz, "no Brasil, país sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, morreram mais pessoas vítimas de homicídios que os 12 maiores conflitos armados do mundo".[7] Ainda que precisem ser levadas em conta as diferenças demográficas entre esses países, os números de mortos no Brasil são escandalosos.[8]

Some-se a isso o fato de que apenas entre 5% e 8% dos homicídios no Brasil são esclarecidos, segundo a Associação Brasileira de Criminalística,[9] e de que todos os dispositivos legais que tornam a punição dos culpados indiciados é muito difícil. A certeza da impunidade é um aditivo fatal nessa composição de injustiças. Mesmo assim, segundo dados do Ministério da Justiça, a população carcerária no Brasil é de 548 mil pessoas, mas os presídios e cadeias dispõem de apenas 310 mil vagas.[10] E, segundo dados obtidos por meio dos mutirões carcerários desenvolvidos pelo Conselho Nacional de Justiça, os índices de reincidência variam entre 60% e 70%, um dos maiores do mundo. Na atualidade, há no país 75 mil pessoas cumprindo pena em regime semiaberto. No ano de 2012, 5,1% dos que tiveram direito à saída temporária não retornaram às celas.

Tabela 2: Mortes em conflitos armados no mundo e por armas de fogo no Brasil (por 100 mil habitantes)

País/Conflito	Natureza do conflito	Período	Mortos/ano
Brasil	Mortes por arma de fogo	2010	38.892
Chechênia/Rússia	Movimento emancipatório/étnico	1994-1996	25.000
Etiópia — Eritreia	Disputa territorial	1998-2000	25.000
Guatemala	Guerra civil	1970-1994	16.667
Argélia	Guerra civil	1992-1999	10.000
Guerra do Golfo	Disputa territorial	1990-1991	10.000
El Salvador	Guerra civil	1980-1992	6.667
Armênia — Azerbaijão	Disputa territorial	1988-1994	5.000
Nicarágua	Guerra civil	1972-1979	4.286
Timor-Leste	Independência	1974-2000	3.846

Fonte: *Mapa da Violência 2013*.

A IDEOLOGIA E A INTERDIÇÃO DO DEBATE

O que se conclui da crescente violência é que nosso sistema penal se preocupa apenas com garantias para o réu ou apenado, as quais, na prática, só promovem a impunidade.[11] O sistema político nem sequer representa adequadamente o desejo da população por segurança. A maioria dos governantes adere ao ideário esquerdista e segue incapaz de enxergar a individualidade da culpa. Mesmo as igrejas cristãs, que poderiam fazer a diferença, estão em parte infectadas pelo pensamento dito "progressista", que não permite o avanço ou o aprofundamento do debate.

Historicamente, faz parte da essência de partidos esquerdistas associarem a ideologia ao crime: o traficante é vítima (do capitalismo), o menor assassino é vítima (da sociedade), o assaltante é vítima (da desigualdade social), os "mensaleiros" do PT são vítimas (de uma armação de reacionários). Mas a explicação para essa mentalidade é simples: isso acontece desde a revolução soviética de 1917. Os comunistas chamavam os criminosos da época de "socialmente próximos" (*sotsialnoblizkii*).[12]

A mesma visão é replicada na atualidade pelos esquerdistas dos trópicos. No Brasil, seguindo a interpretação marxista e esquer-dista, procurou-se insistentemente salientar o "banditismo social" e os dramas de figuras marginais. O bandido, portanto, é visto como um protorrevolucionário, um agente da classe oprimida destituído da consciência revolucionária. É um herói destinado à tragédia, porque ainda age como indivíduo na arena onde devem se bater as titânicas forças coletivas das classes. Mas é importante como narrativa, como explicitação exemplar, como figura de linguagem que expõe o drama da realidade do "oprimido" em luta com o "opressor".[13] Desse modo, a violência e a criminalidade são instrumentalizadas política e ideologicamente, assim como a pedagogia é politizada, de modo que a atividade educacional não eduque, mas forme agentes políticos. O combate à violência não seria, então, um problema moral, jurídico ou estritamente de segurança pública, mas de reordenação social, de transformação revolucionária da sociedade.

Para tornar a conjuntura ainda mais turva, o "terceiro setor", o de associações e entidades sem fins lucrativos, associou-se ao "primeiro setor", o Estado, e ambos, aparelhados pelo PT, supostamente denunciam a crise de segurança pública e a escalada de violência, propõem soluções no âmbito do "social", ridicularizam qualquer discurso que apele à crise moral e ética (em parte produzida pela própria esquerda), enquanto os números de assassinatos crescem e alcançam patamares além de qualquer guerra em andamento no planeta.[14]

Nesse cenário e segundo essa perspectiva, a culpa parece ser sempre da vítima e/ou do Estado. O bandido se tornou o herói em nossa cultura, e a polícia é vista apenas como o aparelho repressor do Estado. Numa reedição do antigo conflito de classes, quem trabalha, estuda e leva uma vida honesta é visto por ideólogos e partidários da esquerda como alguém que deve ser punido pelos criminosos e pela indiferença estatal — ou seja, para esses, o bom é ser bandido e/ou depender do dinheiro público fornecido

generosamente pelo Estado.[15] Os esquerdistas têm as desculpas prontas para justificar a leniência da justiça brasileira e os atenuantes para os perpetradores de crimes bárbaros, pois os crimes são sempre interpretados por eles como "luta de classes". Além disso, argumentam que não se pode mudar o código penal no "calor da comoção" e que há "quase" um consenso entre os juristas de que a maioridade penal é cláusula pétrea constitucional, não podendo ser reduzida.[16]

Vive-se hoje no país um paroxismo absurdo em que o debate sobre a violência foi interditado pela adesão religiosa a uma ideologia. Não se pode nem se deve discutir a questão da maioridade penal "no calor da comoção" e, portanto, não se deve discutir a garantia de que o autor de um "ato infracional" estará em liberdade em pouco tempo, porque é isso que lhe garantem a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente.[17] Para os esquerdistas, prontos para livrar os indivíduos do peso da responsabilidade ética e transferi-la integralmente para a sociedade,[18] propostas de mudança no Código Penal ou a discussão da maioridade penal são "oportunistas". Contudo, num país em que se cometem cerca de 40 mil assassinatos por ano e em que um assassino "assessorado por um advogado medianamente competente volta para a rua depois de cumprir um sexto da pena", vai ser difícil, como conclui Sandro Vaia, "achar um momento que não seja 'oportunista' para debater a eficácia das leis".[19]

Nessa questão do menor infrator, vemos também a ingerência de uma *intelligentsia* a serviço do Estado, aparelhado pelo partido e sua ideologia, a fim de dilapidar insistente e sistematicamente a autoridade da família, das instituições tradicionais e a responsabilidade do indivíduo. No fim, tudo isso constitui uma situação de desordem legal e moral que coloca todos os cidadãos como reféns, seja dos bandidos, seja do próprio Estado.

Infelizmente, a discussão é bem mais ampla e poucos em nossa sociedade estão dispostos a dela participar. Alguns que tentam são logo silenciados pelos esquerdistas e "cristãos progressistas" (como já indicamos anteriormente,

assim eram conhecidos os católicos poloneses que apoiavam o fascismo, no período entreguerras, e o comunismo, no pós-guerra),[20] os quais apelam para a necessidade de não se debater um tema como esse no "calor da comoção", ou rotulam os oponentes de "fascistas".[21] Os que têm certo destaque nos meios de comunicação geralmente são os pró-bandidos "coitadinhos", "oprimidos" por um sistema social injusto que os deixou sem escolha a não ser matar, torturar e estuprar.

Mas a pergunta se impõe: "Haverá algum avanço na área de segurança pública com essa mentalidade no poder?". Dificilmente, pois a classe política e aqueles que atuam no aparelho estatal são a elite intocável, a "sociedade incivil", andando em carro blindado, protegida por seguranças, abrigada em suas capitanias hereditárias, enquanto a maior parte da população do país vive refém da violência.[22] Essa casta superior de um país partido leva uma vida burguesa, enquanto posa de esquerdista com "consciência social", asseverando que a sociedade deve criar condições plenas para que o homicida seja feliz, para somente depois puni-lo por assassinar uma pessoa indefesa.

Como não se resolve a maneira de chegar à sociedade plenamente justa, harmônica e feliz, pois esta está oculta nos "arcanos ideológicos" que inspiram esse pensamento, deixam-se os crimes impunes e as vítimas sem justiça. Se a criminalidade diminuísse por uma questão de melhor educação, bem-estar social (*welfare state*) ou desenvolvimento econômico, os países do primeiro mundo não teriam violência e crime.[23] Portanto, as raízes da violência e criminalidade precisam ser procuradas em outras fontes, como na maldade intrínseca aos seres humanos, a qual polui o meio onde estes se encontram, e no fato de o Estado aparelhado pela esquerda deixar de cumprir suas incumbências legítimas, ao mesmo tempo que assume outras, ilegítimas.

Nos Estados Unidos, Reino Unido e Europa, a punição de um crime não se dá pela idade do autor, mas de acordo com a gravidade e crueldade do crime que ele cometeu.[24] Em contrapartida, ao perder a noção de responsabilidade pessoal, cai-se na espiral de causa e consequência que não

pode imputar responsabilidade moral. O discurso coletivista corrói o substrato moral e ético e engendra uma situação de impunidade. Portanto, como vão afirmar aqueles que se julgam detentores das boas intenções,[25] mas que desprezam punir assassinos, deixar bandidos sem punição, soltos nas cidades, é "justa violência revolucionária".[26] Contudo, que ninguém se engane: o sangue das vítimas está nas mãos destes, e Deus vai requerer isso deles (cf. Ez 35.6).

Em termos bíblico-teológicos, punir o crime é dever legítimo do Estado (cf. Rm 13.1-7). No Brasil, porém, o mesmo Poder Público que impede que o cidadão se defenda[27] não lhe dá a devida segurança nem desestimula o crime por meio de punições severas. Portanto, a mentalidade esquerdista rebaixou a política de segurança — e a política em geral — ao nível mais baixo da história da República. Os números de assassinatos anuais não decrescem, só aumentam; os números do desarmamento são usados ideologicamente;[28] pelas fronteiras entram armamentos militares que rapidamente chegarão às mãos dos traficantes; no Rio de Janeiro, a pacificação iniciada em 2011 não acabou com os bandidos — eles somente mudaram de cenário; na Bahia, em fevereiro de 2012, foram assassinadas 153 pessoas durante dez dias de greve das forças de segurança. E assim por diante. As manchetes sobre o aumento da violência se sucedem, numa dança de morte que vai se tornando monótona e, por assim ser, dessensibiliza a sociedade.

Deve-se lamentar profundamente que os governantes nem sequer venham a público para explicar o inexplicável ou, pelo menos, colocar-se ao lado dos que sofrem. Embora se saiba das especificidades constitucionais no trato da segurança pública, deve-se também lamentar que os governantes municipais, estaduais e federais não ofereçam uma palavra oficial de indignação.[29] Com essa indiferença, sugerem ainda que a vida das pessoas comuns pouco ou nada vale e não diz respeito a ninguém da esfera pública. É, portanto, lamentável que muitos dos que têm desempenhado funções no Legislativo e no Executivo revelem questionável competência para governar os municípios, os

estados e o país, espelhando um triste legado que insiste em se perpetuar na política brasileira.

Por fim, até recentemente a população brasileira parecia conformada, sem esboçar reação diante da violência e da corrupção. Mas, a partir do início de junho de 2013 ocorreram manifestações que foram, até então, as maiores do Brasil desde os protestos de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil, em 1984, e o *impeachment* de Fernando Collor da presidência da República, em 1992. As mobilizações começaram em São Paulo e se espalharam por vários estados, e atos em solidariedade foram realizados em cidades na Europa, Reino Unido e Estados Unidos. Embora houvesse pluralidade de ideais e objetivos nesses protestos, todos tinham um denominador comum: repulsa ao desrespeito do ente estatal para com as pessoas, isto é, a completa falta de retorno para os cidadãos, que, ao pagar inúmeros impostos, recebem em troca corrupção e insegurança, além de educação e saúde de má qualidade. Ainda que partidos políticos e movimentos sociais de esquerda e extrema esquerda tenham tentado controlar (*Gleichschaltung*) as manifestações, estas assumiram no país inteiro um caráter apartidário — na verdade, antipartidário, o que torna mais urgente lembrar que partidos e políticos são vitais ao regime democrático.[30]

Precisamos de muito mais atitudes como essas, que afetem de forma significativa nossa rotina, como passeatas pacíficas, suspensão de eventos festivos e outras mobilizações que deixem bem claro que algo muito grave está acontecendo no Brasil. Os cidadãos devem continuar protestando, exigindo um basta na impunidade e executando ações que realmente diminuam a violência que se espalha pelo país.

Como a igreja pode reverter a ideologização do debate, purgar-se e, além disso, propor uma saída para a crise que vivemos?

A IGREJA DIANTE DA VIOLÊNCIA

Diante desse quadro, deve-se perguntar: "Em casos como este, os cristãos devem agir individualmente ou por meio da igreja local? Qual é exatamente o papel da igreja diante da violência?".

É preciso enfatizar que não podemos intercambiar o uso das palavras "igreja" e "cristãos" como se fossem sinônimas. É fundamental, portanto, distinguir as formas de ministério e serviço em que *a igreja cristã* — na qualidade de igreja — se envolve e as formas de ministério e serviço em que *os cristãos* — que pertencem a essas igrejas — se envolvem. Ao definirmos "igreja", devemos lembrar que, de uma perspectiva confessional, duas marcas caracterizam a verdadeira igreja *cristã*: a Palavra de Deus pregada e ouvida em toda a sua pureza e a correta administração dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor. Como ensina o artigo sobre a Igreja (VII), na Confissão de Augsburgo:

> Ensina-se também que sempre haverá e permanecerá uma única santa igreja cristã, que é a congregação de todos os crentes, entre os quais o evangelho é pregado puramente e os santos sacramentos são administrados de acordo com o evangelho.

Portanto, devemos distinguir a *missão da igreja* e o *dever dos cristãos*. Se a igreja permanecer *cristã*, os cristãos, ouvindo a pregação do evangelho, entenderão que é sua tarefa demonstrar misericórdia, cuidar dos pobres, preocupar-se com questões de justiça, fazer "o bem a todos, mas principalmente aos da família da fé" (Gl 6.10).

A igreja *cristã* precisa voltar a ser igreja *cristã*. A verdadeira igreja é alicerçada na e pela Palavra de Deus. E a igreja *cristã*, que é comunidade da Palavra e do sacramento, será comunidade da cruz. Portanto, diante da cacofonia de vozes que se instalou entre os evangélicos no Brasil, isto precisa ser dito com toda a seriedade: se uma comunidade que se quer igreja abandona essas marcas — a pregação da Palavra e a correta administração dos sacramentos —, deixa de ser igreja *cristã*, tornando-se, quando muito, uma mera organização caritativa e piedosa, e não mais igreja *cristã*, sob Cristo, sob a cruz. Como disse Bento XVI em um de seus discursos:

> A missão da Igreja deriva do mistério de Deus uno e trino, do mistério do seu amor criador. Em Deus, não está apenas de algum modo presente o amor; mas Ele mesmo, por sua natureza, é amor. E o amor de Deus não quer estar isolado em si mesmo, mas difundir-se. Na encarnação e no sacrifício do Filho de Deus, o amor divino alcançou os homens de um modo particular. [...] A própria Igreja [...] encontra o seu sentido exclusivamente no compromisso de ser instrumento da redenção, de permear o mundo com a palavra de Deus e de o transformar introduzindo-o na união de amor com Deus. [...] A tarefa missionária, que está ligada à adoração cristã e deveria determinar a estrutura da Igreja, torna-se visível mais claramente. A Igreja abre-se ao mundo, não para obter a adesão dos homens a uma instituição com as suas próprias pretensões de poder, mas sim para [...] conduzi-los a Deus. [...] Também as obras caritativas da Igreja devem continuamente prestar atenção à necessidade duma adequada separação do mundo, para evitar que, devido a um progressivo afastamento da Igreja, se sequem as suas raízes. [...] Portanto, ser aberta às vicissitudes do mundo significa, para a Igreja [...], testemunhar segundo o Evangelho, com palavras e obras, aqui e agora a soberania do amor de Deus. E esta tarefa remete ainda para além do mundo presente: de fato, a vida presente inclui a ligação com a vida eterna.[31]

A igreja *cristã* deve permanecer igreja *cristã*. E, se permanecer fiel a seu chamado, feito pelo próprio Deus-Trindade em sua santa Palavra, ela deve moldar todas as áreas da vida do cristão por meio do anúncio do evangelho.

O conceito de "soberania das esferas" desenvolvido por Abraham Kuyper pode nos guiar nessa questão. Ele ressaltou que, enquanto a igreja permanece igreja, ela capacita os cristãos a se dedicarem, para a glória de Deus, ao entretenimento, à educação, à política, à família, tudo isso de maneira distinta da missão da igreja. Portanto, uma igreja *cristã* radicalmente fundamentada nas Escrituras formará pessoas que mudam a sociedade, ainda que a igreja — *na qualidade de igreja* — não se engaje diretamente nesses empreendimentos. Devemos, então, reafirmar a distinção entre a igreja — como ajuntamento definido pela Palavra e sacramentos — e o papel dos cristãos no reino de Deus, no qual eles agem no mundo como indivíduos e por meio de agências e organizações voluntárias, fazendo "o bem a todos" (cf. Gl 6.10).

Portanto, as igrejas, sob a direção de seus pastores, devem assistir aos próprios membros e aos de igrejas coirmãs (cf. 1Co 16; 2Co 8 e 9), e os cristãos, estimulados por tal procedimento, devem demonstrar misericórdia a seus bairros e cidades, como forma de revelar ao mundo o reino de Deus.[32] E, quando os cristãos estiverem diante de projetos de reforma social, devem

trabalhar com associações e organizações, e não diretamente por meio da igreja, a comunidade da Palavra e dos sacramentos. Mas alguns cristãos devem trabalhar por uma reforma social mais ampla.[33] Aplicando a distinção de esferas à temática da violência, Tim Keller escreve:

> Dissemos que há três "dimensões" de fazer justiça e ajudar os necessitados. Além de assistência e desenvolvimento (tanto individual quanto corporativo), existe a reforma social. Essa reforma vai além de assistência às necessidades imediatas e dependência; ela busca transformar as condições e estruturas sociais que agravam ou causam essa dependência. Imagine uma sequência para a parábola do bom samaritano. Os meses passam, e, toda vez que viaja pela estrada que vai de Jerusalém a Jericó, o samaritano encontra alguém que foi roubado na estrada todo machucado, sangrando. Um dia, ele pergunta: "Como vamos dar fim a essa violência toda?". A resposta seria fazer algum tipo de reforma social — instituir um novo acordo social que interrompa o fluxo de vítimas por meio de mudança nas condições sociais. Às vezes, a reforma social que funciona é simplesmente colocar mais policiais nas ruas. [...] Essa abordagem vai além de simplesmente ajudar pessoas. Busca mudar acordos e instituições sociais. Em alguns casos, envolve até mudança de leis.[34]

O Grupo de Clapham, cuja figura de maior destaque foi William Wilberforce, afirmou a fé cristã com vigor e engajou-se vitoriosamente em lutas importantes e necessárias no Império Britânico no século 19. Com base na ideia de separação de esferas, esse grupo trabalhou pela abolição da escravatura, pela fundação de escolas cristãs para os pobres, pela reforma das prisões, pelo combate à pornografia, pela realização de missões cristãs no estrangeiro e pela ênfase na liberdade religiosa. Esse movimento é ainda um modelo para cristãos que queiram se engajar na reforma social.[35]

À igreja *cristã* é exigido dar uma palavra sobre a violência — especialmente quando se leva em conta quanto as Escrituras tratam desse pecado: "Assim diz o Senhor: Exercei o direito e a justiça, e livrai da mão do opressor aquele que está sendo explorado por ele. Não façais nenhum mal e nenhum violência ao estrangeiro, nem ao órfão, nem à viúva; não derrameis sangue inocente neste lugar" (Jr 22.3). Mas a igreja só conseguirá fazer isso com fidelidade à Palavra de Deus se ela voltar a ser igreja *cristã* — e pastores precisam voltar a ser pastores, edificando o corpo de Cristo (cf. Ef 4.11-16), para que este de fato expanda o reino de Deus neste país.

A igreja *cristã*, se quer ser *cristã*, precisa reintroduzir convicções bíblicas, como pecado original e pecado pessoal, no discurso público, ao mesmo tempo que fala do pecado nas estruturas sociais e políticas, assim como da responsabilidade moral que toda pessoa criada à imagem de Deus (cf. Gn 1.26,27) tem diante dele e de seus semelhantes. Isso deve ser dito com seriedade: Deus está irado com aqueles que permanecem em pecado (cf. Jo 3.36). Somente a afirmação pública do realismo bíblico acerca da tragédia do pecado, da transgressão e da iniquidade será capaz de refutar o utopismo ingênuo dos esquerdistas.[36]

Se o pecado é um poder desfigurador, a igreja também deve enfatizar o poder renovador da aliança, da graça e da justiça de Deus. Pois são os ensinos *cristãos* do sacrifício vicário de Cristo na cruz e sua ressurreição dentre os mortos e da justificação concedida pela fé a pecadores que podem estabelecer uma cultura de paz (*shalom*) verdadeira (cf. Rm 4.24,25; 5.1) também para as vítimas e os perpetradores de violência, a qual se evidenciará por meio de arrependimento, conversão, reconciliação e perdão.[37] E a ênfase na obra do Espírito Santo poderá conduzir os cristãos a se dedicar a obras de compaixão entre as vítimas da violência.

Os temas bíblicos da aliança e do federalismo podem ajudar os cristãos a despertar a sociedade civil para que ela busque ações de reparação de danos contra o Poder Público, acionando o Ministério Público para interpor uma Ação Civil Pública em casos relacionados à segurança pública ou mesmo propor uma Ação de Improbidade Administrativa de governadores e prefeitos. Também precisa ser enfatizada nas igrejas a necessidade do voto consciente, opondo-se ao "voto de cajado" e aos arranjos institucionais entre igrejas (ou denominações) e políticos (ou partidos políticos), que é causa de corrupção em nosso meio. Na verdade, é constrangedor o modelo de políticos evangélicos brasileiros que, em geral, são populistas, amadores e despreparados. Sua permanência no poder tem se dado em razão do uso e abuso de clichês cristãos, da prática do assistencialismo, bem como do

emprego indevido do nome de Deus para fins eleitoreiros. Também se criou uma visão reducionista de causas políticas *cristãs* restritas apenas à luta contra a homossexualidade e o aborto. A corrupção e a violência parecem ser temas que não entraram na agenda desses políticos. Desse modo, traem uma importante herança da tradição evangélica: políticos cristãos comprometidos com a glória de Deus e com a promoção do bem-estar na sociedade. Isso ocorre aparentemente porque as exigências do evangelho de Cristo foram banalizadas, reduzidas a um moralismo seletivo (cf. Cl 2.18-23), a serviço da mensagem da prosperidade, ou cativa da ideologia esquerdista.

As igrejas cristãs devem, em cultos públicos, confessar seus pecados e iniquidades, assim como as transgressões cometidas no país, suplicando pelo derramamento do Espírito Santo sobre o corpo de Cristo. De acordo com as Escrituras, Deus tem prazer em atender às orações de seu povo, mesmo aquelas em que se pede mudança de rumos de um país ou região (cf. 2Cr 7.13,14). Pode-se aprender isso na história da Europa Central de 1980 a 1989. O cardeal Stefan Wyszynski conduziu a Igreja Católica na Polônia, durante os anos terríveis do comunismo naquele país, pregando "não apenas sobre justiça social e dignidade do trabalho [...], mas também sobre valores morais absolutos e universais, a inviolabilidade da consciência individual e a fé na encarnação de Deus em Cristo como alicerce do humanismo genuíno".[38] Além disso, o bispo da Igreja Reformada na Romênia Laszlo Tokes, por meio de suas pregações contra a violência e a pobreza na cidade de Timissoara, foi essencial na queda do totalitarismo comunista naquele país. O pastor Christian Führer, da Igreja Evangélica (Luterana), dirigiu durante quase dez anos reuniões de "orações pela paz" às segundas-feiras, na Igreja de São Nicolau, em Leipzig, as quais foram fundamentais na derrubada pacífica do regime comunista no leste da Alemanha.[39] Como diz a Escritura: "'Não por força nem por violência, mas pelo meu Espírito', diz o SENHOR dos Exércitos" (Zc 4.6, NVI).

Por fim, diante de Deus, o Justo Juiz, deve-se reintroduzir o ensino de que haverá descanso e conforto eterno para aqueles que estão em Cristo pela fé somente e punição eterna para aqueles que permanecem em seus pecados, entre os quais o uso da violência: "Quanto, porém, [...] aos assassinos, [...] a parte que lhes cabe será no lago que arde com fogo e enxofre, a saber, a segunda morte". Cristãos estão obrigados à esperança. Portanto, esperam a ressurreição do corpo e "novo céu e nova terra", onde "estará o trono de Deus e do Cordeiro", quando serão feitas "novas todas as coisas", e aqueles que ali estiverem terão enxugada "dos olhos toda lágrima, e a morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor, porque as primeiras coisas passaram". Podem ter confiança nessas promessas por causa da palavra régia: "Eu sou o Alfa e o Ômega, o Princípio e o Fim. Eu, a quem tem sede, darei de graça da fonte da água da vida" (Ap 21.1,4-6,8; 22.3, ARA).

Portanto, os pregadores do evangelho são instrumentos para que os membros de uma igreja *cristã*, fundamentada na Palavra de Deus por meio dos profetas e apóstolos (cf. Ef 2.20; 3.5; 4.11) e obediente a ela, sejam despertados para a reforma social. Essa mensagem deve ser dirigida não a um *establishment* surdo, mas à sociedade mais ampla, de forma apartidária, pois o que se precisa é de uma transformação que comece não de cima, da perspectiva dos poderosos ou pelo uso de instrumentos políticos de poder, mas de baixo, da fraqueza, da súplica, da identificação sofredora com as vítimas e com os que sofrem.

Em tudo isso, a igreja *cristã* deve reafirmar seu compromisso de interceder em favor de todos, tanto por aqueles que foram atingidos pela violência, quanto por aqueles que "se acham investidos de autoridade" a fim de que sejam chamados à responsabilidade, "para que tenhamos uma vida tranquila e serena, em toda piedade e honestidade" (1Tm 2.1,2). E que os cristãos alcancem mais sabedoria na escolha dos próximos governantes, objetivando que essas posições sejam ocupadas por políticos que, de fato, sirvam ao país.

Que Deus desperte os pastores para que honrem seu chamado sagrado, pois são instrumentos na edificação de uma igreja *cristã*, a qual se posicionará contra um Estado que pretende ser total, almeja dirigir todas as esferas da existência e, ao mesmo tempo, trai a nação ao não ser a autoridade instituída por Deus, ministro para o bem, para punir "quem pratica o mal" (cf. Rm 13.4). Como João Calvino escreveu:

> Sabemos que Deus poderia levar os seus à perfeição num só momento; no entanto, Ele quer fazê-los crescer pouco a pouco, sob os cuidados da Igreja. Sabemos que isso se dá pela pregação da doutrina celeste, confiada aos pastores. [...] Portanto, mostram-se ingratos os que acham que a autoridade doutrinal é diminuída pela condição daqueles que foram chamados a ensinar. Na verdade, entre tantos e excelentes dotes com que Deus ornou o gênero humano, digno de admiração é Ele consagrar para Si a boca e a língua dos homens e nela fazer ressoar Sua voz. Que não nos seja pesado acolher com plena obediência a doutrina da salvação, a qual, por seu expresso mandamento, nos é oferecida dessa maneira. [...] Todos os que têm o ministério da Palavra recebem [...] [na Escritura] o título de bispos. [...] A primeira obrigação do bispo é a de apascentar o povo com a Palavra de Deus e edificar a Igreja, pública e privadamente, mediante a sã doutrina.[40]

Se os pastores honrarem seu chamado para ser ministros da Palavra de Deus, podemos ter esperança de uma renovação da pregação da lei e do evangelho que reforme a igreja, que a torne *cristã*. Podemos ter esperança de que cristãos amparados por essas igrejas *cristãs* se lancem a frear a espiral de violência que assola este país e que, se Deus renovar a igreja brasileira por meio de sua Palavra, haverá real unidade e concórdia *cristã* também quanto a erguer a voz contra a violência (Confissão de Augsburgo, artigo VII):

> Porque para a verdadeira unidade da igreja cristã é suficiente que o evangelho seja pregado unanimemente de acordo com a reta compreensão dele e os sacramentos sejam administrados em conformidade com a palavra de Deus. E para a verdadeira unidade da igreja cristã não é necessário que em toda a parte se observem cerimônias uniformes instituídas pelos homens. É como diz Paulo em Efésios 4: "Há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo".

O retorno à pregação e ao ensino da pura Palavra de Deus é urgentemente necessário para uma igreja *cristã* que hoje almeja relevância no país. Que muitos ouçam o chamado de Dietrich Bonhoeffer: "[A igreja] não nos será tomada — seu nome é decisão, seu nome é o discernimento dos espíritos [...]

Venha [...] você que foi abandonado, você que perdeu a Igreja; retornemos às Sagradas Escrituras, busquemos juntos a Igreja [...] Pois aqueles momentos, quando a compreensão humana se desintegra, podem muito bem ser uma grande oportunidade de edificação [...] Igreja, permaneça igreja! [...] confesse, confesse, confesse".[41]

> Ó meu Salvador! Tu me livras da violência (2Sm 22.3).
>
> Ele se compadece do pobre e do necessitado; salva a vida dos que estão em necessidade. Ele os liberta da opressão e da violência, a vida deles é preciosa aos seus olhos (Sl 72.13,14).
>
> Ó Deus, levanta-te, julga a terra... (Sl 82.8).

[1]Durante o incêndio, o faxineiro Rogério Mendes de Oliveira, que teve 40% do corpo queimado, perdeu a mulher, Wania Lúcia Barbosa, e a filhinha, Vitória Cristina Barbosa. As duas morreram abraçadas em meio às chamas.

[2]Entre as vítimas feridas estava a modelo Bia Furtado, que teve 40% do corpo queimado. Ainda hoje ela luta na justiça por indenização.

[3]Como exemplo, vale mencionar o escandaloso arquivamento em 2013, pelo Supremo Tribunal Federal, do processo contra os acusados na morte do jovem estudante de medicina Edison Tsung Chi Hsueh, em 1999.

[4]Para as similaridades com o regime esquerdista do Leste da Europa às vésperas da queda do comunismo, cf. Stephen Kotkin, *Sociedade incivil* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2013), p. 31-46. Infelizmente, no Brasil a "sociedade civil" se tornou, na verdade, uma "segunda sociedade". A parte verdadeiramente organizada do país é o *establishment*. Este é composto por uma casta de funcionários e membros do partido com privilégios e poderes inimagináveis. Em termos sociológicos, essa seria a "casta burocrática", os porcos, como retratados em *A revolução dos bichos*, de George Orwell.

[5]O governo do presidente Lula tentou tomar providências contra a onda de violência e mortes. ONGs, movimentos sociais, "intelectuais" e "especialistas de plantão" logo encontraram outro causador da violência: as armas de fogo. A tese era simples: desarmando a população, tirando as armas de circulação e proibindo o comércio de armas e munição, as taxas de homicídio logo cairiam. A solução proposta foi o chamado Estatuto do Desarmamento. O texto-base foi publicado e permaneceu "aberto a sugestões" por quinze dias na internet, e algumas audiências públicas foram realizadas. A proposta da nova lei restringia completamente o porte de armas por civis e regulamentava severamente a posse. A questão mais polêmica era o artigo que proibia a comercialização de armas de fogo e munição, e foi submetida a um referendo popular realizado em outubro de 2005. Pelo referendo, a população (quase 70% dos votos) rejeitou a proibição. Só que a vontade do cidadão foi desconsiderada. A campanha pelo desarmamento foi intensificada, com recolhimento voluntário de armas e respectivas indenizações, e com a criação de barreiras burocráticas que tornam a posse legal de armas de fogo virtualmente impossível. Ao mesmo tempo, movimentos sociais, como a ONG Viva Rio, mantinham a propaganda, com largo apoio e ressonância da grande mídia, artistas e celebridades, de que as armas compradas legalmente eram a fonte principal dos bandidos. Enquanto isso, as fronteiras desprotegidas do país continuavam permeáveis ao tráfico de armas de todo calibre, municiando facções criminosas de todo tipo. Contudo, apesar do Estatuto do Desarmamento, não houve diminuição no número de homicídios. Não é preciso muita inteligência para perceber que a adesão à campanha foi do chamado "cidadão de bem" — afinal, não faz parte do comportamento do criminoso assentir ordeiramente a uma nova lei que o proíba de portar armas de fogo legais ou ilegais. Ao contrário, a certeza do cidadão desarmado tornou a ação do bandido menos arriscada para si — a chance de reação armada da vítima é mínima, e o Estado assegura o meliante disso. Deve-se deixar claro que a tese do desarmamento foi importada da Europa, sobretudo da experiência da Inglaterra, que restringiu severamente a posse de armas na década de 1990, mas viu aumentar seus índices de crimes violentos, que se tornaram os mais altos índices da Europa, maiores mesmo que os dos Estados Unidos, segundo a UNODC.

[6]Para esses dados, cf. Julio Jacobo Waiselfisz, *Mapa da violência 2013: mortes "matadas" por armas de fogo*, disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf, acesso em: out. 2015.

[7]Para a tabela, cf. "Assassinatos no Brasil entre 2004 e 2007 superam mortes em guerras", disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/assassinatos-no-brasil-entre-2004-2007-superam-mortes-em-guerras-7759063#ixzz2VNVEv7Lb, acesso em: out. 2015.

[8]Segundo dados coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 58.559 pessoas morreram vítimas de homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte, latrocínios e ações policiais em 2014. Cf. http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/brasil-registra-58-mil-mortes-violentas-em-2014-mostra-estudo.html, acesso em: out. 2015.

[9]Cf. dados da publicação disponível em: http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/Enasp/relatorio_enasp_FINAL.pdf, acesso em: out. 2015.

[10]Cf. os dados em "Debate mostra que regime semiaberto no Brasil é ficção", disponível em: http://www.conjur.com.br/2013-mai-27/audiencia-stf-mostra-regime-prisao-semiaberto-brasil-ficcao, acesso em: out. 2015.

[11]Cf. esp. Rachel Sheherazade, *O Brasil tem cura* (São Paulo: Mundo Cristão, 2015), p. 54-66, 73-80. Vale lembrar que a estrutura jurídica brasileira é fortemente influenciada pelos ideais do Iluminismo e da Revolução Francesa, que são, por sua vez, profundamente influenciados pelos ideais rousseaunianos que deram origem à ideia de que o homem nasce bom, sendo corrompido pela sociedade. Portanto, a sociedade deve se esforçar por reeducar/ressocializar o indivíduo quando ele comete um crime. Para nossos juristas, é anátema falar em penitência, vindicação etc.

[12]Cf., p. ex., Anne Applebaum, *Gulag: uma história dos campos de prisioneiros soviéticos* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2004), passim. Aleksandr Soljenitsin, em *O Arquipélago Gulag* (São Paulo: Círculo do Livro, 1973), cita que os bandidos eram vistos pelo poder soviético como "socialmente próximos" e sempre tinham regalias nos trens de presos ou nas prisões. Os presos políticos é que incomodavam e eram chamados de "socialmente perigosos" (*sotsialnoopasnyi*).

[13]Há dois fenômenos interessantes que devem ser pesquisados com profundidade: o primeiro, a origem comunista de facções criminosas como o Comando Vermelho (resultante do encontro de bandidos com presos políticos em Ilha Grande, Rio de Janeiro), além do próprio PCC e das Farc; o segundo, na esfera cultural, o cinema de exaltação do banditismo social. Nesse caso, como exemplo, pode-se citar: *Pixote, a lei do mais fraco*, de Hector Babenco (1980), *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles (2002), *Carandiru*, de Hector Babenco (2003), e o documentário de José Padilha, *Ônibus 174* (2002). Ocorre nesses filmes uma ilustração da instrumentalização político-ideológica da arte.

[14]Este ponto é crucial. Trata-se do aparelhamento dos chamados "movimentos sociais", que tomaram o lugar do âmbito público e do civil, apresentando-se como modelo de ação social (em vez de ação civil) que se impõe como modo de ação mesmo para a igreja. O reconhecimento desse fato ajuda a entender o estrangulamento da sociedade pelo Estado por meio dos chamados movimentos sociais, que falsamente a empoderam.

[15]Cf., p. ex., "Marilena Chauí diz em evento do PT que odeia a classe média (*Jornal da Cultura*)", disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=k6hI2iIVy9Q, acesso em: out. 2015.

[16]Cf. "[Ministro da Justiça] Cardozo diz que não é possível reduzir a maioridade penal", disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/cardozo-diz-que-nao-possivel-reduzir-maioridade-penal-8399386, acesso em: out. 2015. Cf. uma resposta lúcida e fundamentada em João de Deus M. Barreto, "Inércia e perplexidade", disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2013/06/03/inercia-perplexidade-por-joao-de-deus-barreto-498780.asp., acesso em: out. 2015. Em 18 de agosto de 2015, a Câmara dos Deputados aprovou em segundo turno uma proposta de redução da maioridade penal em crimes graves — estupro e latrocínio — para 16 anos. Nessa proposta, não foram incluídos os crimes de tráfico de drogas, tortura, terrorismo, lesão corporal grave e roubo qualificado. A proposta aprovada pelos deputados aguarda ainda a aprovação do Senado.

[17]O índice de criminalidade entre menores de 18 anos tem aumentado significativamente. Segundo dados da Polícia Civil do Rio de Janeiro, em abril de 2013 foram apreendidos 246 adolescentes — 107 deles reincidentes. Em maio, foram 278 apreendidos, sendo 128 reincidentes. Já passou da hora de discutir como o Estatuto da Criança e do Adolescente conduziu os menores para o crime, em vez de protegê-los. Aqueles que são contra a redução da maioridade penal ainda imaginam que ela colocaria os menores em contato com criminosos presos. Mas, contrariamente a essa objeção ingênua, a qual só consolida a impunidade oficial, o fato é que os menores já estão sob a influência de chefes de quadrilhas, traficantes de drogas, assaltantes e assassinos.

[18]Para a relação entre pecado original, pecado pessoal e pecado estrutural, cf. Franklin Ferreira; Alan D. Myatt, *Teologia sistemática: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual* (São Paulo: Vida Nova, 2008), p. 409-70; Franklin Ferreira, *Teologia sistemática*, Curso Vida Nova de Teologia Básica (São Paulo: Vida Nova, 2013), p. 113-6.

[19]Para as ideias desse parágrafo, cf. Sandro Vaia, "Até a próxima oportunidade", disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2013/04/19/ate-proxima-oportunidade-por-sandro-vaia-492855.asp, acesso em: out. 2015.

[20]Esses cristãos progressistas insistem em afirmar que suas bandeiras políticas são "cristãs", ainda que, em temas teológicos sensíveis, assumam posições de ruptura com a fé cristã histórica, muitas vezes seguindo o marxismo como pressuposto epistemológico.

[21]Esse é um ótimo exemplo do uso da lógica falaciosa do *reductio ad Hitlerum* e de seu corolário, a lei de Godwin.

[22]Cf., por exemplo, o provocador ensaio "O Estado do medo", de Marco Antonio Villa, disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2012/12/26/o-estado-do-medo-por-marco-antonio-villa-480081.asp, acesso em: out. 2015.

[23]Estados de bem-estar social têm, geralmente, uma taxa de violência bem menor que a brasileira. Ainda assim, suas taxas de violência sobem incrivelmente quando uma questão aparentemente secundária e lateral aparece: o desarmamento da população. A entrega total da segurança do cidadão ao Estado termina por expô-lo à violência ou à vigilância e ingerência ainda maior do Estado. Para a crise

das políticas de bem-estar social na Inglaterra, cf. Theodore Dalrymple, *A vida na sarjeta* (São Paulo: É Realizações, 2015). Cf. também a entrevista que o autor concedeu à revista *Veja*, disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-pior-pobreza-e-a-da-alma, acesso em: out. 2015. Ele diz: "Mesmo em países miseráveis da África, onde trabalhei, nunca vi tamanha pobreza espiritual ou psicológica como a que observei na Inglaterra. E isso, eu acho, só pode ser explicado pela privação do sentido da vida. São pessoas capturadas por esse ciclo de dependência [do assistencialismo estatal], em que nada parece tornar a vida melhor ou pior. Não há esperança, nem medo. [...] Na Inglaterra, em 2006, antes da crise econômica, nós tínhamos 2,9 milhões de pessoas vivendo graças ao auxílio-doença. Elas não eram consideradas desempregadas, mas doentes. Acontece que a grande maioria não tinha enfermidade nenhuma — ou teríamos mais doentes do que na Primeira Guerra Mundial. Essa corrupção moral tem um efeito profundo sobre a sociedade, tanto sobre as pessoas que pedem o benefício, como sobre os médicos que dão os atestados e até sobre o governo, que pôde melhorar seu indicador de desemprego. [...] Acho que, se bem controlada, não há razão para não ter uma rede de proteção social. O problema é que na Europa, particularmente na Grã-Bretanha, o sistema saiu de controle".

[24]A idade da responsabilidade criminal nos Estados Unidos varia de 6 a 12 anos; na Inglaterra e no País de Gales, é 10 anos; na Suíça, 10; na Escócia, 12; na França, 13; na Rússia, na Alemanha e no Japão, 14; na Suécia e na Dinamarca, 15; em Portugal, 16. Cf. informações disponíveis em: http://en.wikipedia.org/wiki/Defense_of_infancy#Ages_of_criminal_responsibility_by_country, acesso em: out. 2015, que devem ser cotejadas com as informações disponíveis em: http://www.unicef.org/pon97/p56a.htm, acesso em: out. 2015. Alguns países têm mais de uma idade como "maioridade penal", dependendo do tipo de crime praticado.

[25]Deve-se lembrar que partidos de tendência esquerdista não são de orientação democrática. Suas propostas sempre são inspiradas na ideia do Estado regulador, coercitivo, julgador e punidor. Não reconhecem a dinâmica de equilíbrio de segmentos da sociedade civil. Por pensarem desse modo, facilmente são corrompidos pela ideia de que são os donos da verdade e porta-vozes da justiça.

[26]Para uma crítica irônica dessa mentalidade, cf. o ensaio "O bandido e o frentista", de Luiz Felipe Pondé, disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2013/05/1277563-o-bandido-e-o-frentista.shtml, acesso em: out. 2015.

[27]Cf. o artigo 21.º da Constituição Federal e o artigo 44.º do Código Penal.

[28]A edição de 11 de maio de 2013 do jornal *O Globo* trouxe matéria especial em que foi apontado amplo crescimento da compra de armas pela população brasileira, mas a reportagem errou ao *não* deixar claro que o aumento de registros *não* implica aumento na compra de armas. O IPEA divulgou em 1.º de abril de 2013 um estudo apontando uma queda de 40% na compra de armas, atribuída ao estatuto do desarmamento.

[29]Parece-nos que a classe política se tornou refém do "politicamente correto" e teme tornar-se impopular ou alvo da mídia e dos formadores de opinião caso articule seu discurso em torno das perdas dos "cidadãos de bem". Notemos que mesmo essa expressão se tornou anátema.

[30]Essas manifestações foram amplamente suplantadas pelos três imensos protestos ocorridos em 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015, os quais levaram sucessivamente milhões de pessoas às ruas em protesto contra o governo do PT e requerendo o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Essas mobilizações antigovernamentais já são as maiores ocorridas na história do Brasil. E, além de não receberem nenhum apoio de instituições como a UNE, a OAB e os sindicatos, foram tratadas com inegável má vontade pela imprensa brasileira. Quanto às razões de tal comportamento, cf. Luiz Maklouf Carvalho, "O sujeito oculto", *Revista Piauí* 111 (dezembro 2015), disponível em: http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/o-sujeito-oculto/, acesso em: dez. 2015. Nessa reportagem, o autor mostra "como as agências de comunicação cultivam relações com jornalistas, fazem o lobby dos governos e da iniciativa privada, e influenciam o que é publicado na imprensa".

[31]Cf. *Discurso de Bento XVI aos católicos comprometidos na Igreja*, disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2011/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20110925_catholics-freiburg.html, acesso em: out. 2015. Proferido no "Encontro com os Católicos Comprometidos na Igreja e na Sociedade", em Friburgo, Alemanha, em 25 de setembro de 2011.

[32]Para a mudança na missão da igreja, isto é, da ênfase na reforma interna para a priorização da relevância pública e reforma social, cf. Mark Dever, *Nove marcas de uma igreja saudável* (São José dos Campos: Fiel, 2009), esp. p. 197-8. Dever cita Gregory A. Wills, *Democratic religion* (Carlisle: Banner of Truth, 1991): "Quanto mais os evangélicos purificavam a sociedade, tanto menos sentiam a necessidade de uma disciplina que separava a igreja do mundo" (p. 10).

[33]Cf. Timothy Keller, *Justiça generosa: a graça de Deus e a justiça social* (São Paulo: Vida Nova, 2013), p. 145-8.

[34]Ibidem, p. 132.

[35]Para o princípio católico de subsidiariedade, segundo o qual "sempre que possível, as coisas devem ser feitas pelo menor elemento concebível na hierarquia social, sendo que uma comunidade superior, como o Estado, por exemplo, só tem justificativa para fornecer assistência (*subsidium*) se isso falhar", e suas similaridades e dissimilaridades com o que defendeu Abraham Kuyper, ou seja, "uma afirmação não hierárquica da sociedade civil", cf. David Koyzis, *Visões e ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas* (São Paulo: Vida Nova, 2014), p. 260-9, 277-82.

[36]Deve-se ressaltar que os neopentecostais, ao culpar os demônios por tudo, ajudam a propagar a ideologia da "vitimização" e da fuga da responsabilidade pessoal. A noção de guerra espiritual associada a esse segmento também contribuiu para obliterar a responsabilidade pessoal e, consequentemente, a moral social.

[37]Cf. a provocadora obra de Miroslav Volf, *O fim da memória* (São Paulo: Mundo Cristão, 2009).

[38]Kotkin, op. cit., p. 173.

[39]Cf. ibidem, p. 75-156.

[40]João Calvino, A instituição da religião cristã (São Paulo: UNESP, 2009), vol. 2, IV.1.5; 3.8; 7.3, p. 469-70, 507, 516.

[41]Eberhard Bethge; Victoria J. Barnett, *Dietrich Bonhoeffer: a biography* (Minneapolis: Augsburg Fortress, 2000), p. 296.

UMA AGENDA PARA O VOTO CONSCIENTE

> Eu tenho ouvido: "Não traga a religião para a política". É precisamente para este lugar que ela deveria ser trazida e colocada ali na frente de todos os homens como um candelabro.
>
> — C. H. Spurgeon[1]

Como se costuma dizer, "a política é o espaço do bem comum", o que pode levar-nos a entendê-la como uma forma de praticar o amor cristão.[2] E de fato é pela ação política que muitas pessoas no país podem ser beneficiadas pelo bem e pela justiça. No entanto, para que isso aconteça, é necessário que a prática política seja guiada por valores éticos fundamentados na revelação.

Não somente isso, mas também a transformação da conjuntura social por meio da cosmovisão cristã é uma forma de estabelecer o Reino. Portanto, com o objetivo de propor o voto consciente e responsável aos cristãos evangélicos, sugerimos alguns elementos que deverão ser considerados na hora de sua escolha eleitoral.[3]

1. Conheça bem o candidato que receberá seu voto. Pesquise seu histórico pessoal, seus feitos, valores e propostas. Pesquise também suas promessas durante a campanha eleitoral, avaliando se são plausíveis. Acompanhe as entrevistas que o candidato conceder na mídia e compare suas afirmações. Veja também se ele se porta com decência e se sua escala de valores é voltada para o interesse público.

Deve-se tomar especial cuidado ao dar o voto a políticos originários de famílias que dominam o cenário político atual, ou então franquear o voto a políticos carreiristas que não abrem espaço para novas lideranças políticas. Se o candidato se identifica como cristão, é importante saber a que igreja ou comunidade ele está filiado e se ele é de fato participante e frequentador assíduo, buscando conselho e prestando contas de sua conduta cristã.

Enfim, não desperdice seu voto com alguém de quem você nunca tenha ouvido falar, sem antes analisar suas propostas e postura ética durante a campanha eleitoral. Conheça também os candidatos da coligação de seu candidato: se ele alcançar o coeficiente eleitoral, os votos suplementares ajudarão a eleger outro candidato. Lembre-se de que nosso sistema eleitoral é proporcional.

2. Examine os projetos do candidato para saber se estão de acordo com os do partido ao qual ele está filiado. Ao votar em um candidato, você ao mesmo tempo vota num partido, ajudando a eleger candidatos a ele afiliados. Por isso, é preciso conhecer os programas e a filosofia do partido. No caso de um candidato evangélico, é bom averiguar se ele e o partido não somente afirmam, mas estão de fato comprometidos com a separação entre a igreja e o Estado, lembrando que toda autoridade procede de Deus.

No Brasil, infelizmente, os partidos não representam ideologias ou programas claros. De legendas de aluguel a divisões internas que formam partidos dentro de partidos, passando por diferenças radicais de caráter ideológico em estados diferentes da União, é muito difícil identificar a postura e o posicionamento partidário.[4] Procure se informar sobre os líderes e atuais membros mais ativos do partido em sua região, cidade e estado.

Quanto aos candidatos evangélicos, procure saber sobretudo se sua motivação para concorrer a um cargo eletivo está vinculada a interesses de sua denominação (o que violaria o conceito de separação entre igreja e Estado). Além disso, saiba quais pontos não contemplados em suas plataformas são "negociáveis" — políticos evangélicos são famosos por posições rigorosas em questões morais/éticas (como aborto, eutanásia, casamento homossexual, questões de gênero etc.) e por posições contrárias a leis ambientais e urbanas (limite de perturbação sonora, locais de construção de templos e de aglomeração etc.). Em troca desses pontos, tendem a oferecer seu apoio sem muito critério em outros campos críticos, como economia, gastos públicos etc.

3. Lute contra todas as formas de corrupção, apoiando mecanismos de controle do uso do dinheiro público e das prioridades do governo. Colabore para que projetos como o Ficha Limpa, que tratam da ética nas eleições, sejam conhecidos e aplicados. Denuncie, em conformidade com a lei n.º 9.840/99, o uso da máquina administrativa federal, estadual ou municipal para favorecer determinados candidatos, o que ocorre quando há compra de votos por meio de dinheiro, de programas assistenciais ou de promessas de vantagens pessoais, assim como quando alguém obriga o eleitor a votar em determinados candidatos, seja por meio de ameaças, seja por pressão religiosa.

Também lute contra o uso da congregação e de suas iniciativas legítimas relacionadas à comunidade para a promoção de candidaturas de pastores/membros. Não são poucos os casos de evangélicos que se valem de ONGs, creches e trabalhos sociais para se inserir na comunidade e fazer disso plataforma eleitoral. Porém, se o candidato for alguém já engajado em questões que exijam mudanças nas regulações, leis e vontade política e essas preocupações não podem ser encontradas em algum político ou legenda já estabelecidos, é legítimo que ele concorra como candidato.

Procure incentivar a participação de membros da igreja com experiência e capacidade para os vários conselhos que existem na sua cidade, como Conselho Tutelar, Conselhos Municipais de Saúde, de Educação, de Assistência Social, de Meio Ambiente, de Segurança Alimentar etc. Se algum desses conselhos ainda não existe em seu município, uma boa iniciativa é ajudar a estabelecer um deles, pois eles são um direito da população e a ela proporcionam um benefício imenso. Somente municípios com conselhos assim recebem recursos especiais nas respectivas áreas de atuação.

4. Apoie propostas que defendam a vida e a dignidade do ser humano em qualquer circunstância. Para a fé cristã, a vida humana é dom de Deus, desde a concepção no ventre materno até o dia de sua morte. Portanto, proteger a vida inclui combater o aborto e a eutanásia; reprimir a violência

com a criação de políticas de segurança pública realistas; promover uma ética do trabalho que enfatize virtudes bíblicas como honestidade, pontualidade, diligência, obediência ao quarto ("seis dias trabalharás"), oitavo ("não furtarás") e décimo mandamento ("não cobiçarás"); defender o direito à propriedade privada como direito fundamental (cf. Êx 20.15, 17; 1Rs 21.1-29).

Isso significa lembrar-se de que o Estado é servo de Deus para manter a "grande obra do Senhor, a humanidade", como dizia Abraham Kuyper. Um governante que perca de vista seu papel como mantenedor da ordem e dos valores da criação está correndo sério risco de voltar-se contra Deus, estabelecendo-se como instância autônoma e idolátrica.

5. Verifique qual é a proposta educacional do candidato, analisando se ele defende a qualidade e a liberdade do ensino, mesmo no âmbito religioso, e promove uma escola digna e de qualidade. Confira também se ele promove as liberdades individuais por meio do estabelecimento de normas gerais de conduta que redundem em liberdade de expressão, de associação e de imprensa.

Um dos principais problemas da educação em nosso país é aquilo que os construtivistas denominam "educação para a cidadania", que, apesar de soar muito bem, não é outra coisa senão a instrumentalização da educação para a formação ideológica da juventude, transformando os jovens em agentes de um partido.

A função da escola é ensinar. Educar e moldar o caráter de uma criança ou jovem é função da família, como reconhece a própria Constituição (Art. 229). Participe do conselho de pais e mestres da escola de seus filhos e do Conselho Municipal de Educação, apoiando iniciativas como a "Escola Sem Partido", que luta pela educação livre de doutrinação de qualquer ordem.

6. Rejeite candidatos e partidos com ênfases estatizantes e intervencionistas nas esferas familiar, eclesiástica, artística, trabalhista e

escolar, os quais concebem um ambiente em que há pouca ou nenhuma liberdade pessoal e econômica. Para a fé cristã, a família, a igreja, o trabalho e a escola são esferas independentes do Estado, pois existem sem este, derivando sua autoridade somente de Deus. Logo, o papel do Estado é o de mediador, intervindo quando as diferentes esferas entram em conflito entre si ou para defender os fracos contra o abuso dos demais. Portanto, os cristãos devem não somente não apoiar, mas também resistir a um sistema político autoritário ou totalitário (cf. At 5.29; Ap 13.1-18).

7. Repudie ministros, igrejas ou denominações que tentem identificar determinada ideologia com o reino de Deus ou com a mensagem bíblica. Como afirma a Declaração Teológica de Barmen, "rejeitamos a falsa doutrina de que à igreja seria permitido substituir a forma da sua mensagem e organização a bel-prazer ou de acordo com as respectivas convicções ideológicas e políticas reinantes" (8.18). A igreja, ao proclamar com fidelidade a Palavra de Deus, influencia o Estado, de modo que suas leis se conformem com a vontade de Deus, decorrendo daí consequências políticas de fidelidade ao chamado primordial da comunidade cristã.

A igreja deve estar atenta à manutenção da liberdade e da ordem. Qualquer ideologia pode decair e construir um ídolo com qualquer um desses polos. A comunidade dos santos é a voz profética que denuncia a injustiça, ou seja, a incorreção na ordem da criação.

8. Apoie candidatos comprometidos com propostas e leis que sejam derivadas da lei de Deus, conforme revelada nas Escrituras, pois essa é a fonte última e absoluta da ética pessoal, eclesiástica e social. O candidato deve ter compromisso com o contrato social, aquele acordo entre os membros de uma sociedade pelo qual reconhecem a autoridade sobre todos de um conjunto de regras, a Constituição, que limita os poderes, organiza o Estado e define direitos e garantias fundamentais.

9. Valorize candidatos e partidos comprometidos com o modelo republicano de governo, no qual a nação é governada pela lei constitucional e administrada por representantes eleitos pelo povo, e em que há divisão e separação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, de modo que nenhum governo ou ramo do governo monopolize o poder.

Valorize também aqueles que respeitam a alternância do poder civil, a qual impede que um partido ou autoridade se perpetue no poder, e aqueles que defendem o pluralismo político e partidário. Portanto, rejeite candidatos que apoiam o Decreto n.º 8.243, conhecido como Política Nacional de Participação Social (PNPS). Tal decreto fere a cláusula pétrea constitucional da autonomia e independência dos Poderes e praticamente desmonta a democracia representativa, substituindo-a pela participação popular direta, indicada, nomeada e controlada por órgãos do Estado.[5]

10. Apoie candidatos que enfatizem as funções primordiais do Estado. Os governantes têm a obrigação principal de zelar pela segurança do povo — atribuição pela qual pagamos tributos (cf. Rm 13.1-7).

Apoie igualmente candidatos que ressaltem a limitação do poder do Estado, pois, com base nas Escrituras, entende-se que o governo civil não tem autoridade para cobrar impostos exorbitantes, redistribuir propriedades ou renda ou confiscar depósitos bancários.

Pedimos que Cristo, o Rei, o único e absoluto soberano Senhor, nos sustente e conduza sempre em nossas opções políticas.

Façamos de nossa participação política um gesto de amor a este país e a nossos irmãos e irmãs, para a glória de Deus.

[1]*The candle*, mensagem proferida na manhã de domingo do dia 24 de abril de 1881, no Metropolitan Tabernacle, Newington, disponível em: http://www.spurgeongems.org/vols25-27/chs1594.pdf, acesso em: out. 2015.

[2]Cf. N. T. Wright, *Surpreendido pelas Escrituras: questões atuais desafiadoras*, p. 172: "Este é o ponto em que a noção de bem comum [...] pode contribuir. [...] O Novo Testamento não incentiva uma separação completa entre o bem político que a igreja deve buscar e o bem público que o mundo fora dela deve buscar, precisamente porque ela deve ser vista como o corpo por meio do qual Deus se dirige ao mundo e o reivindica. [...] Portanto, [...] o Novo Testamento reafirma o lugar dado por Deus até mesmo de governantes seculares, até mesmo de governantes cheios de falhas, pecadores, egoístas, oportunistas, corruptos e idólatras [...]. Eles praticaram o mal e serão julgados, mas Deus quer que estejam no devido lugar, porque a ordem, mesmo corrupta, é melhor que o caos".

[3]Para o que se segue, cf. "A Declaração Teológica de Barmen", in: *A constituição da Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos da América* (São Paulo: Missão Presbiteriana do Brasil Central, 1969), 8.01-8.28, parte 1: Livro de Confissões. Para o texto em alemão, cf. Joachim Beckmann, org., *Evangelische Kirche im Dritten Reich* (Gütersloh, Germany, 1948), p. 62-5. Cf. tb. Johannes Althusius, *Política* (Rio de Janeiro: TopBooks, 2003); Wayne Grudem, *Política segundo a Bíblia* (São Paulo: Vida Nova, 2014); Abraham Kuyper, *Calvinismo* (São Paulo: Cultura Cristã, 2015); Augustus Nicodemus Lopes, *Ética na política e a universidade: carta de princípios 2006* (São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006); *Voto consciente: dever do cristão* (Rio de Janeiro: Arquidiocese do Rio de Janeiro, s.d.).

[4]Um quesito muito importante que deve ser levado em consideração é se o partido pertence a organizações internacionais e está submetido a decisões delas. Atualmente, esse é o caso do Foro de São Paulo. Vários partidos de esquerda, de centro-esquerda e de extrema esquerda (entre eles, PT, PCdoB, PSB e PDT) são membros dessa organização e adotam sua agenda e diretrizes.

[5]Cf. Ives Gandra da Silva Martins, "Por um congresso inexpressivo", *Folha de S.Paulo*, disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1467665-ives-gandra-da-silva-martins-por-um-congresso-inexpressivo.shtml, acesso em: out. 2015; Merval Pereira, "Desconstruindo a representação", *O Globo*, disponível em: http://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/desconstruindo-representacao-538757.html, acesso em: out. 2015. Esse decreto é, em termos claros, uma reedição de uma das piores experiências políticas do século 20: o estabelecimento dos conselhos populares (*soviets*) na Rússia, quando militantes ligados ao poder se infiltraram nos conselhos e deles tomaram conta, preservando as aparências de "opinião popular". Apesar da crise da democracia representativa, ela é ainda o melhor modelo político que temos à disposição. Passar por cima dos poderes constituídos na República pelo voto, instituindo "movimentos sociais" como formuladores de políticas públicas, é um golpe contra a ordem republicana.

APÊNDICE

DECLARAÇÃO TEOLÓGICA DE BARMEN[1]

I. Um apelo às congregações evangélicas e aos cristãos na Alemanha

[8.01] O Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã reuniu-se na cidade de Barmen, de 29 a 31 de maio de 1934. Representantes de todas as Igrejas Confessionais alemãs uniram-se unanimemente numa confissão do único Senhor da Igreja una, santa e apostólica. Fiéis à sua confissão de fé, membros das Igrejas Luterana, Reformada e Unida procuraram redigir uma mensagem comum para ir ao encontro das necessidades e tentação da Igreja em nossos dias. Com gratidão a Deus, estão convictos de que lhes foi concedida uma palavra comum para dizerem. Não foi sua intenção fundar uma nova Igreja ou formar uma união de Igrejas. Nada esteve tão longe dos seus pensamentos do que a abolição do "status" confessional das nossas Igrejas. Pelo contrário, sua intenção era resistir com fé e unanimidade à destruição da Confissão de Fé, e, por conseguinte, da Igreja Evangélica na Alemanha. Em oposição às tentativas de estabelecer a unidade da Igreja Evangélica Alemã mediante uma falsa doutrina, fazendo uso de força e de práticas insinceras, o Sínodo Confessional insiste que a unidade das Igrejas Evangélicas na Alemanha só poderá provir da Palavra de Deus na fé concedida pelo Espírito Santo. Somente assim a Igreja se renova.

[8.02] O Sínodo Confessional, portanto, conclama as congregações para se unirem em oração e coesas cerrarem fileiras em torno dos pastores e mestres que permanecem fiéis às Confissões.

[8.03] Não vos deixeis enganar pelos boatos de que pretendemos opor-nos à unidade da nação alemã! Não deis ouvidos aos sedutores que pervertem nossas intenções, dando a impressão de que desejaríamos quebrar a unidade da Igreja Evangélica Alemã ou abandonar as Confissões dos Pais da Igreja.

[8.04] Examinai os espíritos, a ver se eles são de Deus! Provai também as palavras do Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã para testar se estão conformes com a Sagrada Escritura e com a Confissão dos Pais. Se achardes que nossas palavras se opõem à Escritura, então não nos deis atenção! Mas se julgardes que nossa posição está conforme com a Escritura, então não permitais que o medo ou a tentação vos impeça de trilhar conosco a vereda da fé e da obediência à Palavra de Deus, a fim de que o povo de Deus tenha um só pensamento na terra e que nós experimentemos pela fé aquilo que ele mesmo disse: "Nunca vos deixarei, nem vos abandonarei". Por esse motivo, "não temais, ó pequenino rebanho, porque vosso Pai se agradou em dar-vos o seu reino".

II. Declaração teológica a respeito da situação atual da Igreja Evangélica Alemã

[8.05] Conforme as palavras iniciais da sua Constituição, datada de 11 de julho de 1933, a Igreja Evangélica Alemã é uma federação de Igrejas Confessionais, oriundas da Reforma, gozando de direitos iguais. O fundamento teológico para a unificação dessas Igrejas se acha nos artigos 1.º e 2.º (1) da Constituição da Igreja Evangélica Alemã, reconhecida pelo Governo do Reich em 14 de julho de 1933:

> Artigo 1.º: A base inviolável da Igreja Evangélica Alemã é o Evangelho de Jesus Cristo, conforme nos é atestado nas Sagradas Escrituras e trazido novamente à luz nas Confissões da Reforma. Todos os poderes necessários à Igreja para cumprir sua missão por ele são determinados e limitados.
>
> Artigo 2.º (1): A Igreja Evangélica Alemã é dividida em igrejas regionais (*Landeskirchen*).

[8.06] Nós, os representantes das Igrejas Luterana, Reformada e Unida, dos Sínodos livres, das assembleias eclesiásticas e organizações paroquiais unidas no Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã, declaramos estarmos unidos na base da Igreja Evangélica Alemã como uma federação de

Igrejas Confessionais. Unifica-nos a confissão de um só Senhor da Igreja una, santa, católica e apostólica.

[8.07] Declaramos publicamente nesta Confissão, perante todas as igrejas evangélicas da Alemanha, que aquilo que ela mantém como patrimônio comum está em grande perigo, que também ameaça a unidade da Igreja Evangélica Alemã. Ela se acha ameaçada pelos métodos de ensino e de ação do partido eclesiástico dominante dos "cristãos alemães" e pela administração da Igreja conduzido por ele. Esses métodos se vêm tornando cada vez mais salientes neste primeiro ano de existência da Igreja Evangélica Alemã. Essa ameaça reside no fato de que a base teológica da unidade da Igreja Evangélica Alemã tem sido contrariada contínua e sistematicamente e tornada ineficaz por doutrinas estranhas, da parte dos líderes e porta-vozes dos "cristãos alemães", bem como da parte da administração da Igreja. Se tais doutrinas conseguirem impor-se, então, conforme todas as Confissões em vigor em nosso meio, a Igreja deixará de ser Igreja, e a Igreja Evangélica Alemã, como federação de Igrejas Confessionais, tornar-se-á intrinsecamente impossível.

[8.08] Na qualidade de membros das Igrejas Luterana, Reformada e Unida, podemos e devemos falar com uma só voz neste assunto. Precisamente por querermos ser e permanecer fiéis às nossas várias Confissões, não podemos silenciar, pois cremos ter recebido uma mensagem comum para proclamá-la numa época de necessidades e tentações gerais. Depositamos nossa confiança em Deus pelo que isto possa significar para as inter-relações das Igrejas Confessionais.

[8.09] Em face dos erros dos "cristãos alemães" da presente administração da Igreja do Reich, erros que estão assolando a Igreja e, também, rompendo, por esse motivo, a unidade da Igreja Evangélica Alemã, confessamos as seguintes verdades evangélicas:

[8.10] 1. "Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim" (Jo 14.6). "Em verdade, em verdade vos digo: o que não entra pela porta no aprisco das ovelhas, mas sobe por outra parte, esse é ladrão e

salteador [...] Eu sou a porta; se alguém entrar por mim será salvo" (Jo 10.1,9).

[8.11] Jesus Cristo, como nos é atestado na Sagrada Escritura, é a única Palavra de Deus que devemos ouvir, e em quem devemos confiar e a quem devemos obedecer na vida e na morte.

[8.12] Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja teria o dever de reconhecer — além e à parte da Palavra de Deus — ainda outros acontecimentos e poderes, personagens e verdades como fontes da sua pregação e como revelação divina.

[8.13] 2. "Mas vós sois dele, em Cristo Jesus, o qual para nós foi feito por Deus sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção" (1Co 1.30).

[8.14] Assim como Jesus Cristo é a certeza divina do perdão de todos os nossos pecados, assim, e também com a mesma seriedade, é a reivindicação poderosa de Deus sobre toda a nossa existência. Por seu intermédio experimentamos uma jubilosa libertação dos ímpios grilhões deste mundo, para servirmos livremente e com gratidão às suas criaturas.

[8.15] Rejeitamos a falsa doutrina de que, em nossa existência, haveria áreas em que não pertencemos a Jesus Cristo, mas a outros senhores, áreas em que não necessitaríamos da justificação e santificação por meio dele.

[8.16] 3. "Mas, seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo, no qual o corpo inteiro bem ajustado, e ligado pelo auxílio de toda junta, segundo a justa cooperação de cada parte, efetua o seu próprio crescimento para edificação de si mesmo em amor" (Ef 4.15,16).

[8.17] A Igreja Cristã é a comunidade dos irmãos, na qual Jesus Cristo age atualmente como o Senhor na Palavra e nos Sacramentos através do Espírito Santo. Como Igreja formada por pecadores justificados, ela deve, num mundo pecador, testemunhar com sua fé, sua obediência, sua mensagem e sua organização que só dele ela é propriedade, que ela vive e deseja viver tão somente da sua consolação e das suas instruções na expectativa de sua vinda.

[8.18] Rejeitamos a falsa doutrina de que à Igreja seria permitido substituir a forma da sua mensagem e organização, a seu bel-prazer ou de acordo com as respectivas convicções ideológicas e políticas reinantes.

[8.19] 4. "Sabeis que os governadores dos povos os dominam, e que os maiorais exercem autoridade sobre eles. Não é assim entre vós; pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva" (Mt 20.25,26).

[8.20] A diversidade de funções na Igreja não estabelece o predomínio de uma sobre a outra, mas, antes, o exercício do ministério confiado e ordenado a toda a comunidade.

[8.21] Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja, desviada deste ministério, poderia dar a si mesma ou permitir que se lhe dessem líderes especiais revestidos de poderes de mando.

[8.22] 5. "Temei a Deus. Honrai o rei" (1Pe 2.17). A Escritura nos diz que o Estado tem o dever, conforme ordem divina, de zelar pela justiça e pela paz no mundo ainda que não redimido, no qual também vive a Igreja, segundo o padrão de julgamento e capacidade humana com emprego da intimidação e exercício da força. A Igreja reconhece o benefício dessa ordem divina com gratidão e reverência a Deus. Lembra a existência do Reino de Deus, dos mandamentos e da justiça divina, chamando, dessa forma, a atenção para a responsabilidade de governantes e governados. Ela confia no poder da Palavra e lhe presta obediência, mediante a qual Deus sustenta todas as coisas.

[8.23] Rejeitamos a falsa doutrina de que o Estado poderia ultrapassar a sua missão específica, tornando-se uma diretriz única e totalitária da existência humana, podendo também cumprir, desse modo, a missão confiada à Igreja.

[8.24] Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja poderia e deveria, ultrapassando a sua missão específica, apropriar-se das características, dos deveres e das dignidades estatais, tornando-se assim, ela mesma, um órgão do Estado.

[8.25] 6. “Eis que estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos” (Mt 28.20). “A palavra de Deus não está algemada” (2Tm 2.9).

[8.26] A missão da Igreja, na qual repousa sua liberdade, consiste em transmitir a todo o povo — em nome de Cristo e, portanto, a serviço da sua Palavra e da sua obra pela pregação e pelo sacramento — a mensagem da livre graça de Deus.

[8.27] Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja, possuída de arrogância humana, poderia colocar a Palavra e a obra do Senhor a serviço de quaisquer desejos, propósitos e planos escolhidos arbitrariamente.

[8.28] O Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã declara ver, no reconhecimento destas verdades e na rejeição desses erros, a base teológica indispensável da Igreja Evangélica Alemã na sua qualidade de federação de Igrejas Confessionais. Ele convida a todos os que estiverem aptos a aceitar esta declaração a terem sempre em mente estes princípios teológicos em suas decisões na política eclesiástica. Ele concita a não pouparem esforços para o retorno à unidade da fé, do amor e da esperança.

Verbum Dei manet in aeternum [A Palavra de Deus durará para sempre].

[1]"A Declaração Teológica de Barmen", in: *A constituição da Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos da América* (São Paulo: Missão Presbiteriana do Brasil Central, 1969), 8.01-8.28, parte 1: Livro de Confissões. Para o texto em alemão, cf. Joachim Beckmann, org., *Evangelische Kirche im Dritten Reich* (Gütersloh, Germany, 1948), p. 62-5.

BIBLIOGRAFIA

A CONSTITUIÇÃO da Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos da América (São Paulo: Missão Presbiteriana do Brasil Central, 1969). Parte 1: Livro de Confissões.

AGOSTINHO DE HIPONA. *A cidade de Deus* (Petrópolis: Vozes, 2013).

_____. *Comentários aos Salmos* (São Paulo: Paulus, 1997). vol 1.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Falácias acadêmicas, 1: o mito do neoliberalismo". *Revista Espaço Acadêmico* 87 (agosto 2008). Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/087/87pra.htm. Acesso em: nov. 2015.

ALTHUSIUS, Johannes. *Política* (Rio de Janeiro: TopBooks, 2003).

ALTMAN, Fábio, org. *A arte da entrevista: uma antologia de 1823 aos nossos dias* (São Paulo: Scritta, 1995). [A entrevista completa com Adolf Hitler também pode ser lida em: http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/AdolfHitler.htm.]

ALTMANN, Walter, org., *Karl Barth: dádiva & louvor: artigos selecionados* (São Leopoldo: IEPG & Sinodal, 1996).

AMORESE, Rubem. "Ester e política". In: *Excelentíssimos senhores* (Viçosa: Ultimato, 2000).

APPLEBAUM, Anne. *Gulag: uma história dos campos de prisioneiros soviéticos* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2004).

ARENDT, Hannah. *Da revolução* (São Paulo: Ática, 1988).

_____. *Da violência* (Brasília: UnB, 1985).

_____. *Origens do totalitarismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989).

ARNOLD, Bill T.; BEYER, Bryan E. *Descobrindo o Antigo Testamento: uma perspectiva cristã* (São Paulo: Cultura Cristã, 2001).

ASH, Timothy Garton. *Nós, o povo: a revolução de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990).

BAER, Helmut David. The struggle of Hungarian Lutherans under communism (College Station: Texas A&M University Press, 2006).

BALDWIN, Joyce G. *Ester: introdução e comentário* (São Paulo: Vida Nova, 1985).

BARNETT, Victori. For the soul of the people: Protestant protest against Hitler (New York: Oxford University Press, 1992).

BARRETO, João de Deus M. "Inércia e perplexidade". *O Globo*, 3 jun. 2013. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2013/06/03/inercia-perplexidade-por-joao-de-deus-barreto-498780.asp. Acesso em: out. 2015.

BARROSO, Mario Felix Lleonart. "Cuba case study: Bonhoeffer-inspired pastor arrested after blogs, tweets, and D. C. trip". *Christianity Today*, 30 jan. 2014. Disponível em: http://www.christianitytoday.com/gleanings/2014/january/cuba-case-study-pastor-mario-lleonart-arrested-csw.html. Acesso em: out. 2015.

BARTH, Karl. *Church dogmatics* (Edinburgh: T&T, 1957).

_____. *The Epistle to the Romans* (London: Oxford University, 1968).

BECKMANN, Joachim, org. *Kirchliches Jahrbuch für die evangelische Kirche in Deutschland 1933-1945* (Gütersloh: Bertelsmann, 1948).

BEEKE, Joel; FERGUSON, Sinclair. *Harmonia das confissões reformadas* (São Paulo: Cultura Cristã, 2006).

BEEVOR, Antony. *Berlim, 1945* (Rio de Janeiro: Record, 2004).

_____; VINOGRADOVA, Luba, orgs. *Um escritor na guerra — Vassili Grossman com o Exército Vermelho 1941-1945* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2008).

BESANÇON, Alain. *A infelicidade do século* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000).

BESSEL, Richard. *Alemanha, 1945: da guerra à paz* (São Paulo: Companhia das Letras, 2010).

BETHGE, Eberhard; Barnett, Victoria J. *Dietrich Bonhoeffer: a biography* (Minneapolis: Augsburg Fortress, 2000).

BÍBLIA de estudo de Genebra (São Paulo/Barueri: Cultura Cristã/SBB, 1999).

BIÉLER, André. *A força oculta do protestantismo* (São Paulo: Cultura Cristã, 1999).

BLOMBERG, Craig L. *Nem pobreza, nem riqueza: as posses segundo a teologia bíblica* (Curitiba: Esperança, 2009).

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda* (São Paulo: Unesp, 1995).

_____; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política* (Brasília: UnB, 1986).

BONAR, Andrew A, org. The letters of the rev. Samuel Rutherford (Edinburgh: Oliphant, Anderson & Ferrier, 1891).

BONHOEFFER, Dietrich. *Discipulado* (São Leopoldo: Sinodal, 2001).

_____. *Resistência e submissão: cartas e anotações escritas na prisão* (São Leopoldo: Sinodal, 2003).

_____. *Sociologia de la iglesia: sanctorum communio* (Salamanca: Ediciones Sígueme, 1969).

BRANDÃO, José Luís Lopes. "A púrpura aviltada: honra e desonra nas *Vidas dos césares* de Suetónio". *Humanitas*, vol. 11, 2011. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23019/6/Humanitas63_artigo18.pdf?ln=pt-pt. Acesso em: out. 2015.

BRATT, D. Abraham Kuyper: a centennial reader (Grand Rapids: Eerdmans, 1998).

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Da administração pública burocrática à gerencial.* Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=87. Acesso em: out. 2015.

BROWN, Archie. *Ascensão e queda do comunismo* (Rio de Janeiro: Record, 2011).

BROWN, Colin. *Filosofia e fé cristã* (São Paulo: Vida Nova, 2007).

BRUCE, F. F. *Romanos: introdução e comentário* (São Paulo: Vida Nova, 2002).

BUSCH, Eberhard. *Karl Barth: his life from letters and autobiographical texts* (Eugene: Wipf & Stock, 2005).

_____. *The Barmen Theses then and now* (Grand Rapids: Eerdmans, 2010).

BUTTRICK, George Arthur. *The interpreter's Bible* (Nashville: Abingdom Press, 1954). vol. 3.

CAMPOS, Heber Carlos de. "A posição escatológica como fator determinante do envolvimento político e social". *Fides Reformata* 3.1 (janeiro-junho 1998).

CARSON, D. A.; FRANCE, R. T.; MOTYER, J. A.; WENHAM, G. J., orgs. *Comentário Bíblico Vida Nova* (São Paulo: Vida Nova, 2012).

CARVALHO, Luiz Maklouf. "O sujeito oculto". *Revista Piauí* 111 (dezembro 2015). Disponível em: http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/o-sujeito-oculto/. Acesso em: dez. 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008).

CARVALHO, Olavo de. "A mão de Stálin está sobre nós". *O Globo*, 3 de ago. 2002. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/semana/08032002globo.htm. Acesso em: out. 2015.

_____. "A falsa memória da direita". *Diário do Comércio*, 3 ago. 2012. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/semana/120803dc.html.

_____. *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci* (Campinas: Vide Editorial, 2014).

_____. *O jardim das aflições: de Epicuro à ressurreição de César — ensaio sobre o materialismo e a religião civil* (Campinas: Vide Editorial, 2015).

CASADO, José. "Aumenta a desigualdade". *O Globo*, 27 maio 2014. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2014/05/27/aumenta-desigualdade-por-jose-casado-537248.asp. Acesso em: out. 2015.

CARVALHO, Luiz Maklouf. "O sujeito oculto". *Revista Piauí* 111 (Dezembro 2015). Disponível em: http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/o-sujeito-oculto/. Acesso em: dez. 2015.

COCHRANE, Charles Norris. *Cristianismo & cultura clássica* (Rio de Janeiro: TopBooks, 2012).

CONSTANTINO, Rodrigo. "O conservadorismo pela lente de um liberal". *Veja*, 4 out. 2014. Disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/filosofia-politica/o-conservadorismo-pela-lente-de-um-liberal/. Acesso em: out. 2015.

CONWAY, J. S. *The Nazi persecution of the churches* (New York: Basic Books, 1968).

CORNU, Daniel. *Karl Barth, teólogo da liberdade* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971).

COURTOIS, Stéphane, org. *Cortar o mal pela raiz! História e memória do comunismo na Europa* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006).

_____, org., *O livro negro do comunismo* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999).

COUTINHO, João Pereira. *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários* (São Paulo: Três Estrelas, 2014).

_____. "Ensaio analisa parentesco entre fascismo e comunismo". *Folha de S.Paulo*, 31 out. 2009. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3110200916.htm. Acesso em: out. 2015.

CRAMPTON, W. Gary; BACON, Richard E. *Em direção a uma cosmovisão cristã* (Brasília: Monergismo, 2009).

CURTIS, Ken. "Martin Luther: monumental reformer". Disponível em: www.christianity.com/church/church-history/timeline/1501-

1600/martin-luther-monumental-reformer-11629922.html. Acesso em: nov. 2015.

DALRYMPLE, Theodore. *A vida na sarjeta* (São Paulo: É Realizações, 2015).

DANDO-COLLINS, Stephen. *Legions of Rome: The definitive history of every Imperial Roman legion* (London: Quercus, 2010).

DAVIES, Norman. *Europa na guerra* (Rio de Janeiro: Record, 2009).

_____. *O levante de 44: a batalha por Varsóvia* (Rio de Janeiro: Record, 2006).

DEISSMANN, Adolf. Light from the Ancient East (London: Hodder and Stoughton, 1927).

DEMOCRACY index 2012: democracy at a standstill — a report from The Economist intelligence unit. Disponível em: http://pages.eiu.com/rs/eiu2/images/Democracy-Index-2012.pdf. Acesso em: out. 2015.

DEVER, Mark. *Nove marcas de uma igreja saudável* (São José dos Campos: Fiel, 2009).

DOUGHERTY, Martin J.; HASKEW, Michael E.; JESTICE, Phyllis G.; RICE, Rob S. Battles of the Bible: 1400 BC-AD 73 — from Ai to Masada (New York: Metro, 2008).

DOUGLAS, J. D., org. *Novo dicionário da Bíblia* (São Paulo: Vida Nova, 2006).

DUCHROW, Ulrich. *Os dois reinos: uso e abuso de um conceito teológico luterano* (São Leopoldo: Sinodal, 1987).

ELLIS, John M. *Literature lost* (New Haven & Londres: Yale University Press, 1997).

ELWELL, Walter, org. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã* (São Paulo: Vida Nova, 2009).

EVANS, Richard J. *A chegada do Terceiro Reich* (São Paulo: Planeta, 2014).

_____. *O Terceiro Reich em guerra* (São Paulo: Planeta, 2014).

_____. *O Terceiro Reich no poder* (São Paulo: Planeta, 2014).

FABIANO, Ruy. "Direitos humanos seletivos". *O Globo*, 15 fev. 2014. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2014/02/15/direitos-humanos-seletivos-524517.asp. Acesso em: out. 2015.

FANGMEIER, Jürgen; STOEVESANDT, Hinrich, orgs. *Karl Barth letters 1961-1968* (Grand Rapids: Eerdmans, 1981).

FERREIRA, Franklin. *Teologia sistemática.* Curso Vida Nova de Teologia Básica (São Paulo: Vida Nova, 2013).

_____. *Servos de Deus: espiritualidade e teologia na história da igreja* (São José dos Campos: Fiel, 2014).

_____; MYATT, Alan D. *Teologia sistemática: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual* (São Paulo: Vida Nova, 2008).

FEST, Joachim. *Hitler* (Rio de Janeiro: Pocket Ouro, 2011).

FIELDS, Nic. *Termópilas 480 a.C.: a resistência dos 300* (S.l.: Osprey, 2010).

FOSTER, Richard. *Rios de água viva: práticas essenciais das seis grandes tradições da espiritualidade cristã* (São Paulo: Vida, 2008).

FREISENBRUCH, Annelise. *As primeiras-damas de Roma: as mulheres por trás dos césares* (Rio de Janeiro: Record, 2014).

FUHRMANN, Christopher J. *Policing the Roman Empire: soldiers, administration, and public order* (New York: Oxford University Press, 2012).

FURET, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX* (São Paulo: Siciliano, 1995).

_____; NOLTE, Ernst. *Fascismo e comunismo* (Lisboa: Gradira 1998).

GARSCHAGEN, Bruno. *Pare de acreditar no governo: por que os brasileiros não confiam nos políticos e amam o Estado* (Rio de Janeiro: Record, 2015).

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*: *as ilusões armadas* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002).

GELLATELY, Robert. *Lênin, Stálin e Hitler: a era da catástrofe social* (Rio de Janeiro: Record, 2010).

GEYER, Michael; FITZPATRICK, Sheila. *Beyond totalitarianism: Stalinism and Nazism compared* (New York: Cambridge University, 2009).

GIANGRECO, D. M.; GRIFFIN, Robert E. Airbridge to Berlin: the Berlin crisis of 1948, its origins and aftermath. Disponível em: http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/BERLIN_A/WWNB.HTI Acesso em: nov. 2015.

GILBERT, Martin. *O Holocausto* (São Paulo: Hucitec, 2010).

GOHEEN, Michael W. *A igreja missional na Bíblia: luz para as nações* (São Paulo: Vida Nova, 2014).

GOLDBERG, Jonah. *Fascismo de esquerda* (Rio de Janeiro: Record, 2009).

GOLDSWORTHY, Adrian. The complete Roman army (London: Thames & Hudson, 2004).

GREGOR, James A. The faces of Janus (New Haven: Yale University Press, 2000).

GROSSMAN, Vassili. *Vida e destino* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2014).

GRUCHY, John W. de. *Daring, trusting spirit: Bonhoeffer's friend Eberhard Bethge* (Minneapolis: Fortress, 2005).

GRUDEM, Wayne. *Negócios para a glória de Deus* (São Paulo: Cultura Cristã, 2006).

_____. *Política segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer* (São Paulo: Vida Nova, 2014).

HABERMAS, Jürgen. Between naturalism and religion: philosophical essays (Cambridge: Polity Press, 2008).

_____. Between facts and norms (Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1996).

HALL, David W. The Genevan reformation and the American founding (Lanham: Lexington, 2005).

HANSON, Victor Davis. *Por que o Ocidente venceu: massacre e cultura — da Grécia antiga ao Vietnã* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2004).

_____. *Uma guerra sem igual: como atenienses e espartanos lutaram na Guerra do Peloponeso* (Rio de Janeiro: Record, 2012).

HASTINGS, Max. *Inferno: o mundo em guerra 1939-1945* (Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012).

HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão* (São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010). Disponível em: http://www.mises.org.br/Ebook.aspx?id=31. Acesso em: nov. 2015.

HAYKIN, Michael. *Palavras de amor* (São José dos Campos: Fiel, 2011).

HERÓDOTO. *História*. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/historiaherodoto.pdf. Acesso em: nov. 2015.

HILL, Christopher. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003).

_____. *O eleito de Deus; Oliver Cromwell e a revolução inglesa* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990).

_____. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987).

_____. *O século das revoluções 1603-1714* (São Paulo: Unesp, 2012).

_____. *Origens intelectuais da revolução inglesa* (São Paulo: Martins Fontes, 1992).

HOCKENOS, Matthew D. A church divided: German Protestants confront the Nazi past (Bloomington: Indiana University Press, 2004).

HOLLAND, Tom. *Fogo persa: o primeiro império mundial e a batalha pelo Ocidente* (Rio de Janeiro: Record, 2008).

HOLMES, David. The faiths of the founding fathers (New York: Oxford University Press, 2006).

HÖPFL, Harro, org. *Sobre a autoridade secular: Lutero e Calvino* (São Paulo: Martins Fontes, 1995).

JEHLE, Frank. *Ever against the stream: The politics of Karl Barth, 1906-1968* (Eugene: Wipf & Stock, 2012).

JOÃO CALVINO. *A instituição da religião cristã* (São Paulo: Unesp, 2009).

_____. *Romanos* (São José dos Campos: Fiel, 2014).

JOHNSON, Greg. *O mundo de acordo com Deus* (São Paulo: Vida, 2006).

JUDT, Tony. *Reflexões sobre um século esquecido* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2010).

_____. *O mal ronda a Terra: um tratado sobre as insatisfações do presente* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2011).

KAGAN, Donald. *A Guerra do Peloponeso: novas perspectivas sobre o mais trágico confronto da Grécia Antiga* (Rio de Janeiro: Record, 2006).

KEEGAN, John. *Waffen-SS: soldados da morte* (Rio de Janeiro: Renes, 1973).

KELLER, Timothy. *Justiça generosa: a graça de Deus e a justiça social* (São Paulo: Vida Nova, 2013).

KELLY, Geffrey B.; NELSON, F. Burton. *The cost of moral leadership: the spirituality of Dietrich Bonhoeffer* (Grand Rapids: Eerdmans, 2003).

KERSHAW, Ian. *Sorte do Diabo* (Alfragide: Livros d'Hoje, 2009).

KIRK, Russell. *A política da prudência* (São Paulo: É Realizações, 2014).

KNIEBE, Tobias. *Operação Valquíria* (São Paulo: Planeta, 2009).

KNOWLTON, James. *Forever in the shadow of Hitler?* (Atlantic Highlands: Humanities Press, 1993).

KOTKIN, Stephen. *Sociedade incivil* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2013).

KOYZIS, David. *Visões e ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas* (São Paulo: Vida Nova, 2014).

KUYPER, Abraham. *Calvinismo* (São Paulo: Cultura Cristã, 2015).

LEITE, Cláudio A. C.; CARVALHO, Guilherme V. R. de; CUNHA, Maurício J. S., orgs. *Cosmovisão cristã e transformação: espiritualidade, razão e ordem social* (Viçosa: Ultimato, 2006).

LEME, Nelson Paes. "Os donos do poder". *O Globo*, 28 abr. 2014. Disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniao/os-donos-do-poder-12305436.Acesso em: out. 2015.

LEVINSON, Bernard M. "Reading the Bible in Nazi Germany: Gerhard Von Rad's attempt to reclaim the Old Testament for the church". Interpretation: A Journal of Bible and Theology 62 (2008): 238-54. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1850821 Acesso em: nov. 2015.

LIENHARD, Marc. *Martin Lutero: tempo, vida e mensagem* (São Leopoldo: Sinodal, 1998).

LIVRO de Concórdia: as confissões da igreja evangélica luterana (São Leopoldo/Canoas/Porto Alegre: Sinodal/Ulbra/Concórdia, 2006).

LOPES, Augustus Nicodemus. *Ética na política e a universidade. Carta de princípios 2006* (São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006).

LUTZER, Erwin. *A cruz de Hitler* (São Paulo: Vida, 2003).

MACHEN, J. Gresham. *Cristianismo e liberalismo* (São Paulo: Shedd, 2012).

MAGNOLI, Demétrio. "*Causa mortis*". *O Globo*, 13 fev. 2014. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2014/02/13/causa-mortis-524204.asp. Acesso em: out. 2015.

MANUAL litúrgico da Igreja Presbiteriana do Brasil (São Paulo: Cultura Cristã, 2005).

MANVELL, Roger; FRAENKEL, Heinrich. *Os homens que tentaram matar Hitler* (Rio de Janeiro: Difel, 1966).

MARSDEN, George. Understanding fundamentalism and evangelicalism (Grand Rapids: Eerdmans, 2000).

MARTINS, Ives Gandra da Silva. "Por um congresso inexpressivo". *Folha de S.Paulo*, 10 jun. 2014). Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1467665-ives-gandra-da-silva-martins-por-um-congresso-inexpressivo.shtml. Acesso em: nov. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista* (São Paulo: Boitempo, 2007).

MATOS, Alderi Souza. *A caminhada cristã na história: a Bíblia, a igreja e a sociedade ontem e hoje* (Viçosa: Ultimato, 2005).

MCGRATH, Alister E. *Emil Brunner: a reappraisal* (Malden: Wiley-Blackwell, 2014).

MCKIM, Donald, org. *Grandes temas da tradição reformada* (São Paulo: Pendão Real, 1998).

MENDES, Norma M.; OTERO, Uiara B. "Religiões e as questões de cultura, identidade e poder no Império Romano". *Phoinix* 11 (2005): 196-220.

METAXAS, Eric. *Bonhoeffer: pastor, mártir, profeta, espião* (São Paulo: Mundo Cristão, 2011).

MOLTMANN, Jürgen. *O caminho de Jesus Cristo*: *cristologia em dimensões messiânicas* (São Paulo: Academia Cristã, 2009).

MORGENSTERN, Flavio. "Qual a diferença entre 2013 e 2015?". *Instituto Liberal*, 3 ago. 2015. Disponível em: http://www.institutoliberal.org.br/blog/qual-a-diferenca-entre-2013-e-2015/. Acesso em: nov. 2015.

_____. *Por trás da máscara: do passe livre aos black blocs, as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (Rio de Janeiro: Record, 2015).

MURRAY, Iain. The puritan hope (Edinburg: The Banner of Truth, 1998).

MURRAY, John. *Romanos*: *comentário bíblico* (São José dos Campos: Fiel, 2012).

NEITZEL, Sönke; WELZER, Harald. *Soldados: sobre lutar, matar e morrer* (São Paulo: Companhia das Letras, 2014).

NICHOLS, Stephen. "The Bethel Confession". 5 Minutes in Church History, 26 nov. 2014. Disponível em: http://5minutesinchurchhistory.com/bethel-confession/.Acesso em: nov. 2015.

NIEBUHR, H. Richard. *Cristo e cultura* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967).

NOLTE, Ernst. *Marxism, fascism, Cold War* (Atlantic Highlands: Humanities Press, 1982).

_____. *Three faces of fascism: action Française, Italian fascism, national socialism* (London: International Thomson, 1966).

NORDEN, Günther van. Der Deutsche Protestantismus im Jahr der nationalsozialistische Machtergreifung (Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus Mohn, 1979).

NOVAK, Michael. *Será a liberdade? Questionamento da teologia da libertação* (Rio de Janeiro: Nórdica, 1988).

OBRAS selecionadas de Martinho Lutero (São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1996). vol. 6.

OVERY, Richard. *Os ditadores* (Rio de Janeiro: José Olympio, 2009).

PACKER, J. I. *Entre os gigantes de Deus: uma visão puritana da vida cristã* (São José dos Campos: Fiel, 1996).

PANNENBERG, Wolfhart. *Teologia sistemática* (Santo André/São Paulo: Academia Cristã/Paulus, 2009).

PARSSINEN, Terry. *A conspiração Oster* (Rio de Janeiro: Record, 2005).

PATE, C. Marvin. *Romanos: comentário expositivo* (São Paulo: Vida Nova, 2015).

PEET, Garnet. "The protestant churches in Nazi Germany". In: OOSTERHOFF, F. G., org., Spindle Works. Disponível em: http://spindleworks.com/library/peet/german.htm#3r. Acesso em: out. 2015.

PEREIRA, Merval. "Desconstruindo a representação". *O Globo*, 8 jun. 2014. Disponível em: http://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/desconstruindo-representacao-538757.html. Acesso em: nov. 2015.

_____. "O futuro da democracia". *O Globo*, 5 mar. 2014. Disponível em: http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2014/03/o-futuro-da-democracia-526563.html. Acesso em: nov. 2015.

PERKS, Stephen C. Baal worship ancient and modern (Taunton: Kuyper Foundation, 2010), p. 29-31. Disponível

em: http://static1.1.sqspcdn.com/static/f/923864/15339521/1322574888?token=j3HIZjUuYR5djO%2F0Zb6cRJ7g8Wc%3D. Acesso em: nov. 2015.

PETERSON, Eugene H. *O pastor que Deus usa* (São Paulo: Mundo Cristão, 2008).

PIPES, Richard. "Homem sem propriedade é como escritor censurado". In: *Democracia e desenvolvimento* (São Paulo: Fórum das Américas, 1979).

_____. *História concisa da Revolução Russa* (Rio de Janeiro: Record, 1997).

_____. *O comunismo* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2002).

PONDÉ, Luiz Felipe. *Guia politicamente incorreto da filosofia: ensaio de ironia* (São Paulo: Leya, 2012).

_____. "O bandido e o frentista". *Folha de S.Paulo*, 27 nov. 2015. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2013/05/1277?o-bandido-e-o-frentista.shtml. Acesso em: out. 2015.

_____. "Sobre fé, livros e política". *Teologia Brasileira* 45 (2015). Disponível em: http://www.teologiabrasileira.com.br/teologiadet.asp?codigo=471. Acesso em: nov. 2015.

_____. COUTINHO, João Pereira; ROSENFIELD, Denis. *Por que virei à direita* (São Paulo: Três Estrelas, 2012).

PRESSFIELD, Steven. *Portões de fogo* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2001).

RAMET, Sabrina Petra, org. Protestantism and politics in Eastern Europe and Russia: the communist and post-communist eras (Durham: Duke University Press, 1992).

RAMOS, Robson L. "Lições aprendidas na Universidade da Babilônia: o 'crente' e o mundo universitário". *Vox Scripture* 4.1 (1994): 93-8.

RATZINGER, Joseph. "A teologização da política viraria ideologização da fé". *30 Dias*, n. 5, 2003. Disponível em: http://www.30giorni.it/articoli_id_968_l6.htm. Acesso em: nov. 2015.

_____. *Fé, verdade, tolerância* (São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2015).

_____. "Discurso de Bento XVI aos católicos comprometidos na Igreja". Disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2011/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20110925_catholics-freiburg.html. Acesso em: out. 2015.

_____. "Discurso do Papa Bento XVI, no Parlamento Federal", Palácio Reichstag de Berlim, 22 set. 2011. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2011/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20110922_reichstag-berlin.html. Acesso em: out. 2015.

RAWLS, John. The laws of people with "The Idea of Public Reason Revised" (Cambridge: Harvard University Press, 1999).

RENDERS, Helmut "Compromisso pastoral, clareza teológica e cidadania: a Declaração Teológica de Barmen como resultado de uma interação entre igreja e academia teológica". *Revista Caminhando*, vol. 24, n. 2 (jul-dez. 2009): 109-28.

RHODES, James Robert, org. Winston S. Churchill: his complete speeches, 1897-1963 (New York London: Chelsea House R. R. Bowker, 1974).

ROBERTS, Andrew. *A tempestade da guerra* (São Paulo: Record, 2012).

ROBERTS, Geoffrey. Molotov: Stalin's cold warrior (Washington: Potomac Books, 2011).

ROSENFIELD, Denis Lerrer. "Há Estado?". *O Globo*, 2 jun. 2014. Disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniao/ha-estado-12671909. Acesso em: nov. 2015.

_____. "O embuste ideológico". *O Globo*, 30 dez. 2013. Disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniao/o-embuste-ideologico-11167368. Acesso em: nov. 2015.

RUNCIMAN, Steven. *A teocracia bizantina* (Rio de Janeiro: Zahar, 1978).

RUTHERFORD, Samuel. Lex, rex, or the law and the prince (Harrisonburg: Sprinkle, 1982).

SALDERN, Adelheid von. *The challenge of modernity: German social and cultural studies, 1890-1960* (Ann Arbor: University of Michigan, 2002).

SANZI, E. *Cultos orientais e magia no mundo helenístico-romano: modelos e perspectivas metodológicas* (Fortaleza: UECE, 2006).

SASSE, Hermann. *Aqui nos firmamos: natureza e caráter da fé luterana* (Canoas/Porto Alegre: Ulbra/Concórdia, 2008).

SERVICE, Robert. *Camaradas: uma história do comunismo mundial* (Rio de Janeiro: Difel, 2015).

SCHAEFFER, Francis. *A igreja no século 21* (São Paulo: Cultura Cristã, 2010).

SCHLINGENSIEPEN, Ferdinand. Dietrich Bonhoeffer 1906-1945: martyr, thinker, man of resistance (London: T&T Clark, 2010).

SHEHERAZADE, Rachel. *O Brasil tem cura* (São Paulo: Mundo Cristão, 2015).

SIEMON-NETTO, Uwe. "Of pagans and heretics. U.S. scholars take opposing views over the religion of the Nazis". The Atlantic Times, September 2006. Disponível em: http://www.atlantic-times.com/archive_detail.php?recordID=642 Acesso em: nov. 2015.

SILVA, Camilla Ferreira Paulino da. "A construção da imagem de Otávio, Cleópatra e Marco Antônio entre moedas e poemas (44 a 27 a.C.)". Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5849_Camilla%20Disserta% Acesso em: nov. 2015.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

SLANE, Craig. *Bonhoeffer, o mártir* (São Paulo: Vida, 2007).

SMITH, Gary Scott, org. God and politics: four views on the reformation of civil government (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1989).

SOLJENITSIN, Aleksandr. *Arquipélago Gulag* (São Paulo: Círculo do Livro, 1973).

SONDROL, P. C. "Totalitarian and authoritarian dictators: a comparison of Fidel Castro and Alfredo Stroessner". *Journal of Latin American Studies*, vol. 23, n. 3 (October 1991).

SOWELL, Thomas. *Conflito de visões: origens ideológicas das lutas políticas* (São Paulo: É Realizações, 2011).

SPROUL, R. C. *A voz da igreja*. Disponível em: http://www.ministeriofiel.com.br/artigos/detalhes/639/A_Voz_da_Igr Acesso em: nov. 2015.

SPURGEON, C. H. The candle. (Delivered on Lord's-Day Morning, April 24, 1881, at The Metropolitan Tabernacle, Newington): Dis-ponível em: http://www.spurgeongems.org/vols25-27/chs1594.pdf. Acesso em: nov. 2015.

STEIGMANN-GALL, Richard. *O Santo Reich: concepções nazistas do cristianismo 1919-1945* (Rio de Janeiro: Imago, 2004).

STEPHENS, Don. War and grace: short biographies from the world wars (Durham, Inglaterra: Evangelical Press, 2005).

STOTT, John. *Romanos* (São Paulo: ABU, 2000).

STRAUSS, Barry. *A batalha de Salamina: o combate naval que salvou a Grécia e a civilização ocidental* (Rio de Janeiro: Record, 2007).

STROUD, Dean G., org. *Preaching in Hitler's shadow: sermons of resistance in the Third Reich* (Grand Rapids: Eerdmans, 2013).

SUETÔNIO. *A vida dos doze césares* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2002).

TÁCITO. *Anais* (Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1970).

TAYLOR, Frederick. *Muro de Berlim* (Rio de Janeiro: Record, 2009).

TOLAND, John. Adolf Hitler: the definitive biography (Garden City: Anchor, 1976).

VAIA, Sandro. "Até a próxima oportunidade", *O Globo*, 14 abr. 2013. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2013/04/19/ate-proxima-oportunidade-por-sandro-vaia-492855.asp. Acesso em: out. 2015.

VERCAMER, Arvo; PIPES, Jason. German Military in the Soviet Union 1918-1933. Disponível em: http://www.feldgrau.com/ger-sov.html. Acesso em: out. 2015.

VEITH Jr., Gene Edward. *O facismo moderno: a cosmovisão judaico-cristã ameaçada* (São Paulo: Cultura Cristã, 2010).

Venâncio, Norma Braga. A mente de Cristo: conversão e cosmovisão cristã (São Paulo: Vida Nova, 2012).

VEYNE, Paul, org. *História da vida privada* (São Paulo: Companhia das Letras, 2009). vol. 1

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira: 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita* (São Paulo: Leya, 2014).

_____. "Ditadura à brasileira". Folha de S.P, 5 mar. 2009. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0503200908.htm. Acesso em: out. 2015.

_____. "O Estado do medo". *O Globo*, 26 dez. 2012. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2012/12/26/o-estado-do-medo-por-marco-antonio-villa-480081.asp. Acesso em: out. 2015.

VOLF, Miroslav. *O fim da memória* (São Paulo: Mundo Cristão, 2009).

VOTO consciente: dever do cristão (Rio de Janeiro: Arquidiocese do Rio de Janeiro, s.d.).

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2013: mortes "matadas" por armas de fogo*. Disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pd Acesso em: nov. 2015.

WEBBER, David Jay. "Dietrich Bonhoeffer and Hermann Sasse as confessors and churchmen: the Bethel Confession and its intended but unfulfilled purpose". Disponível em: http://www.angelfire.com/ny4/djw/WebberBonhoefferSasseLogia.pdf

WILLIAMSON, Gordon. Wolf Pack: the story of the U-Boat in World War II (Botley: Osprey, 2005).

Winchester, Charles. Ostfront: Hitler's war on Russia 1941-45 (Botley: Osprey, 2000).

WRIGHT, Christopher J. H. *A missão do povo de Deus* (São Paulo: Vida Nova, 2012).

_____. *Povo, terra e Deus* (São Paulo: ABU, 1991).

WRIGHT, N. T. *Paulo e César: uma nova leitura de Romanos*. Disponível em: http://ntwrightpage.com/port/Wright_Paulo_Cesar_Romanos.pdf. Acesso em: nov. 2015.

_____. *Paulo: novas perspectivas* (São Paulo: Loyola, 2009).

_____. *Surpreendido pelas Escrituras: questões atuais desafiadoras* (Viçosa: Ultimato, 2015).

ZAMOYSKI, Adam. *Varsória 1920: a derrota de Lênin* (Rio de Janeiro: Record, 2013).

Outros textos e vídeos da internet

"2003 Index of Economic Freedom". Disponível em: http://cedice.org.ve/wp-content/uploads/2012/12/Index-of-Economic-Freedom-2003.pdf. Acesso em: nov. 2015.

"2015 Index of Economic Freedom". Disponível em: http://www.heritage.org/index/ranking. Acesso em: nov. 2015.

"A atuação dos Black Blocs na morte de Santiago Andrade", programa "Entre Aspas". *Globo News*, 13 fev. 2014. Disponível em: http://globosatplay.globo.com/globonews/v/3147060/. Acesso em: nov. 2015.

"Adolescente é agredido a pauladas e acorrentado nu a poste no Rio". *Folha de S.Paulo*, 4 fev. 2014. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1407239-adolescente-e-agredido-a-pauladas-e-acorrentado-nu-a-poste-na-zona-sul-do-rio.shtml. Acesso em: out. 2015.

"Assassinatos no Brasil entre 2004 e 2007 superam mortes em guerras". *O Globo*, 6 mar. 2013. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/assassinatos-no-brasil-entre-2004-2007-superam-mortes-em-guerras-7759063#ixzz2VNVEv7Lb. Acesso em: out. 2015.

"Brasil bate recorde histórico de homicídios". *Uol Notícias*, 27 maio 2014. Disponível em: http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/05/27/brasil-tem-recorde-historico-de-homicidios.htm. Acesso em: nov. 2015.

"Brasil registra 58 mil mortes violentas em 2014, mostra estudo". *G1*, 9 out. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/brasil-registra-58-mil-mortes-violentas-em-2014-mostra-estudo.html. Acesso: nov. 2015.

"Cardozo [Ministro da Justiça] diz que não é possível reduzir a maioridade penal". *O Globo*, 16 jun. 2013. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/cardozo-diz-que-nao-possivel-reduzir-maioridade-penal-8399386. Acesso em: out. 2015.

"Comparison of Nazism and Stalinism". Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Comparison_of_Nazism_and_Stalinism. Acesso em: nov. 2015.

"Confessing Church". Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Confessing_Church. Acesso em: out. 2015.

"Cristo & César". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0rgk83_525Y. Acesso em: nov. 2015.

"Debate mostra que regime semiaberto no Brasil é ficção". *Consultor Jurídico*, 27 maio 2013. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2013-mai-27/audiencia-stf-mostra-regime-prisao-semiaberto-brasil-ficcao. Acesso em: out. 2015.

"Declaração de Praga". Disponível em: http://declaracaodepraga.blogspot.com.br/. Acesso em: out. 2015. O original se encontra em: http://www.praguedeclaration.eu/.

"Defense of infancy". Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Defense_of_infancy#Ages_of_criminal_r Acesso em: nov. 2015.

"Desemprego no Brasil sobe para o maior nível nos últimos três anos". *Jornal Nacional*, 28 abr. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/desemprego-no-brasil-sobre-para-o-maior-nivel-nos-ultimos-tres-anos.html. Acesso em: nov. 2015.

"Diagnóstico da investigação de homicídios no Brasil — Meta 2: A impunidade como Alvo", Conselho Nacional do Ministério Público — CNMP. Disponível em: http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/Enasp/relatorio_enasp_ Acesso em: out. 2015.

Entrevista com Luiz Felipe Pondé, Reinaldo Azevedo e Bolívar Lamounier no programa "Painel", da *Globo News*, com mediação de William Waack. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=lwEUK8_E60k. Acesso em: out. 2015.

Entrevista de Theodore Dalrymple concedida à *Veja*. Disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-pior-pobreza-e-a-da-alma. Acesso em: out. 2015.

"Great seal". Disponível em: http://greatseal.com/committees/firstcomm/reverse.html. Acesso em: nov. 2015.

"Leopoldo López foi preso com provas falsas, diz promotor". *O Globo*, 24 out. 2015. Disponível em: http://oglobo.globo.com/mundo/leopoldo-lopez-foi-preso-com-provas-falsas-diz-promotor-1-17869523. Acesso em: nov. 2015.

"Marilena Chauí diz em evento do PT que odeia a classe média (*Jornal da Cultura*)". Disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=k6hI2iIVy9Q. Acesso em: out. 2015.

"Marx-Engels genocide quotations: the hidden history of Marx and Engels". Disponível em: http://www.orgonelab.org/MarxEngelsQuotes.htm#QUOTES. Acesso em: nov. 2015.

"Nolan Chart". Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Nolan_Chart. Acesso em: 5 nov. 2013.

"Nós queríamos implantar o comunismo no Brasil — A ditadura do proletariado (Fernando Gabeira)". Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=8VtXhnxWHC0. Acesso em: out. 2015.

"PT, o partido da mentira e da morte". Dom Luiz Bergonzini, 22 out. 2010. Disponível em: http://www.domluizbergonzini.com.br/2011/02/dom-luiz-bergonzini-perseguido.html. Acesso em: nov. 2015.

"Populismo deixa rastro de ruínas no continente". *O Globo*, 18. out. 2015. Disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniao/populismo-deixa-rastro-de-ruinas-no-continente-17800377. Acesso em: nov. 2015.

"Quatro ex-presidentes da América Latina condenam a repressão na Venezuela". *El país*, 6 mar. 2014. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/06/internacional/1394125471_ Acesso em: nov. 2015.

"Sachsenhausen Concentration". Center for Holocaust & Genocide Studies, University of Minnesota. Disponível em: http://www.chgs.umn.edu/museum/memorials/sachsenhausen/. Acesso em: nov. 2015.

"Sininho é chamada de 'patricinha hipócrita' ao deixar delegacia". *O Globo*, 11 fev. 2014. Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/sininho-chamada-

de-patricinha-hipocrita-ao-deixar-delegacia-11573691. Acesso em: out. 2015.

"Special protections progress & disparity". Disponível em: http://www.unicef.org/pon97/p56a.htm. Acesso em: nov. 2015.

"The issue of genocide and Cuba". Disponível em: http://www.cubaverdad.net/genocide.htm. Acesso em: nov. 2015.

"The Soviet story". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yt6ErIvjSV0; e também em: https://www.youtube.com/watch?v=UqSmVJEIL0Q&feature=youtu.be&hd=1. Acesso em: nov. 2015.

"VAR-Palmares planejou execução de militares". *Estadão*, 13 abr. 2011. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,var-palmares-planejou-execucao-de-militares,705934,0.htm?p=1. Acesso em: out. 2015.

"Wehrmacht foreign volunteers and conscripts". Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Wehrmacht_foreign_volunteers_and_conscri Acesso em: nov. 2015.

CONHEÇA OUTRAS
OBRAS DE

FRANKLIN FERREIRA



Esse livro nos redireciona para uma definição bíblica de avivamento, em harmonia com a tradição protestante e evangélica.

A obra explora:

- o avivamento na história da redenção conforme apresentado no Antigo e no Novo Testamentos;
- o avivamento conforme abordado pela tradição protestante e suas Confissões e catecismos;
- a Pessoa e a obra do Espírito Santo e seu papel indispensável na produção de qualquer avivamento;
- a oração e os meios da graça como catalizadores do avivamento.

formato: 14x21 | 176 páginas



A *Teologia Sistemática* do Curso Vida Nova de Teologia Básica é uma excelente introdução às principais doutrinas cristãs. A obra busca capacitar o leitor a compreender:

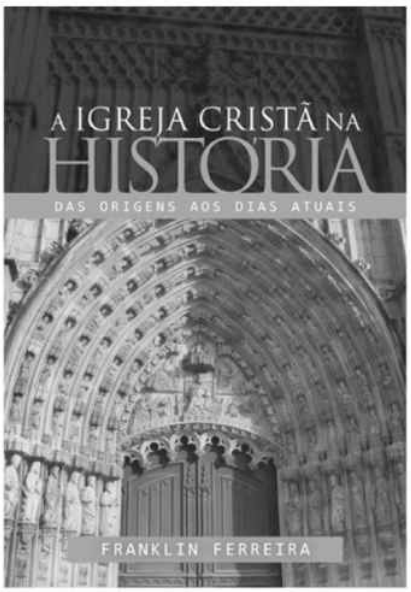
- O que é revelação geral e revelação especial?
- Quais são os principais atributos de Deus?
- O que é pecado?
- Quem é Cristo e o que ele fez por nós?
- O que a Bíblia ensina sobre a vida no Espírito Santo?
- O que significa a comunhão dos santos?
- O que as Escrituras ensinam sobre a vinda de Cristo?

Nosso desejo é que este livro possa de fato ser um poderoso instrumento para a compreensão, a divulgação e o ensino das doutrinas centrais da fé cristã.

Aproveite o *Curso Vida Nova de Teologia Básica!*

Esse livro foi publicado anteriormente sob o título Teologia Cristã: uma introdução à sistematização das doutrinas.

formato: 17x24 | 288 páginas



A igreja cristã na história é sem dúvida um livro de história diferenciado. O autor trata do assunto de forma simples e direta, em parágrafos curtos, preparados para dar uma visão sintética e precisa sobre a época ou o tema que analisam. As listas de filmes e documentários ao final de cada capítulo é outro recurso que enriquece e diferencia a obra, pois o autor não só sugere filmes como os comenta e classifica.

Fruto de muitos anos de ensino em sala de aula, o professor Franklin Ferreira a escreveu com quatro objetivos principais:

- ser um roteiro de estudo do tema, oferecendo um esboço atualizado e panorâmico da história da igreja;
- servir como resumo dos principais acontecimentos da cristandade;
- oferecer aos leitores uma bibliografia e filmografia bastante rica do que há disponível em português, dando ao estudante a oportunidade de aprofundar seus estudos sobre cada tópico sugerido;
- propor uma reflexão sobre a história da igreja no contexto da história mundial, diferentemente de outras obras que a isolam do seu contexto maior.

formato: 20x26 | 320 páginas



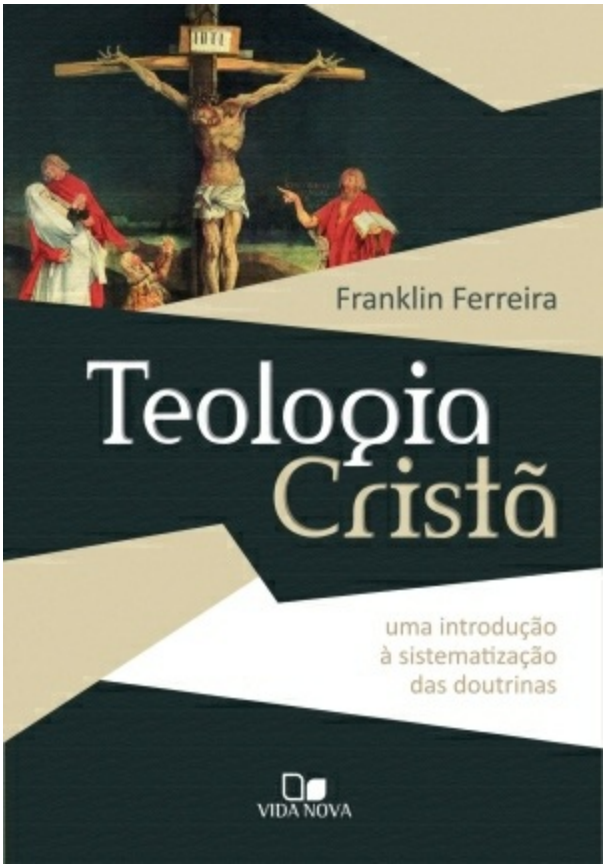
Quais são os critérios indispensáveis para uma sistematização séria e responsável dos ensinamentos cristãos? O rigor metodológico, o respeito ao texto sagrado e a contextualização relevante. Além desses três, a cuidadosa atenção à história e à filosofia é um outro aspecto que não pode faltar. O leitor pode estar certo de que essa obra atende a todos esses critérios.

De uma perspectiva evangélica e com enfoque reformado, dispensa o devido respeito ao texto sagrado, pois interage com teólogos protestantes clássicos, com a herança patrística, além da cristologia clássica, a soteriologia e bibliologia reformadas.

Originalmente escrita em português — um aspecto relevante para a formação do pensamento teológico nacional — apresenta como diferencial o fato de ser voltada para o contexto atual, fazendo uma análise de questões apologéticas imprescindíveis para a realidade contemporânea.

Essa obra é uma ferramenta indispensável para compreender e ensinar as principais doutrinas da fé cristã!

formato: 17,5x24,5 | 1218 páginas


Franklin Ferreira
Teologia Cristã
uma introdução
à sistematização
das doutrinas
VIDA NOVA

Teologia Cristã

Ferreira, Franklin
9788527505765
272 páginas

Compre agora e leia

Esta obra fornece uma compreensão básica e necessária das doutrinas centrais do cristianismo. Além de uma pesquisa bastante cuidadosa das Escrituras e da história da teologia cristã, o leitor é brindado com as visões de vários teólogos que ao longo da história se dedicaram a ensinar os princípios mais caros e essenciais da fé cristã.

No final de cada capítulo, há uma bibliografia de apoio e uma série de questões cuja finalidade é rever as teses mais elementares nele defendidas. No final do livro o leitor encontrará um glossário de importantes teólogos e documentos da igreja cristã e também um apêndice com alguns desses principais documentos.

Compre agora e leia

Jonathan Edwards

A Verdadeira Obra do Espírito

Sinais de autenticidade



VIDA NOVA

A verdadeira obra do Espírito

Edwards, Jonathan
9788527506540
104 páginas

Compre agora e leia

Esta obra é uma exposição de 1 João 4 feita com maestria e brilhantismo por Jonathan Edwards, que nos exorta a provar a procedência dos espíritos, de acordo com a recomendação do apóstolo João.

Os pensamentos do autor surgiram da necessidade de instruir os cristãos que viveram numa época de grande agitação e confusão, à medida que se faziam todos os tipos de reivindicação espiritual. Não é preciso dizer que a situação no Brasil de hoje apresenta muitas semelhanças.

Compre agora e leia


A MENTE DE CRISTO:
CONVERSÃO E COSMOVISÃO CRISTÃ
NORMA BRAGA VENÂNCIO
VIDA NOVA

A mente de Cristo

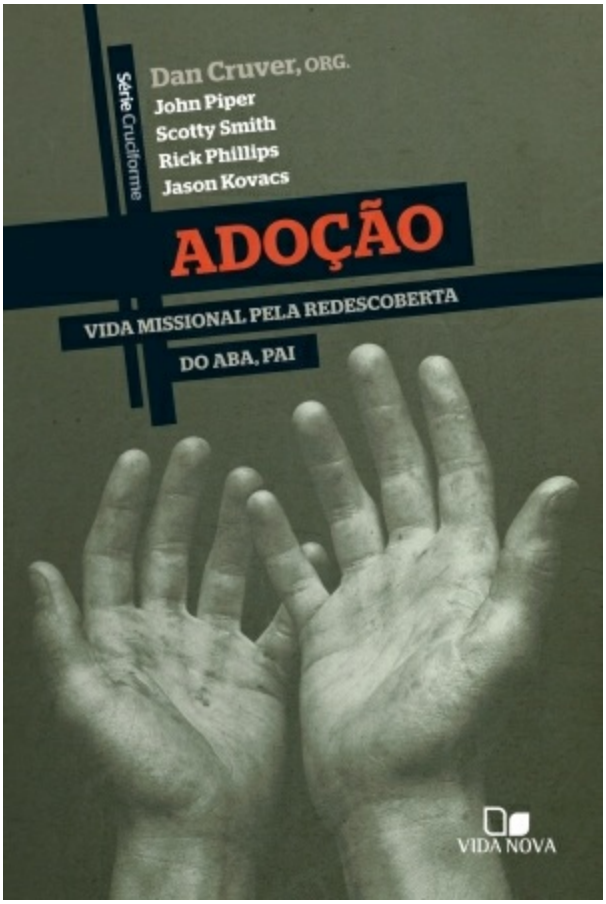
Venâncio, Norma Braga
9788527505192
224 páginas

Compre agora e leia

Este livro é composto por uma coletânea formada de artigos inéditos e de uma seleção dos artigos mais relevantes que a autora já escreveu em seu prestigiado blog. Nele Norma Braga submete temas como politicamente correto, "cubanização", "totalitarismo da vítima", homofobia, sexualidade, casamento, justiça social, infanticídio, ateísmo, racismo, pedofilia e arte moderna a uma crítica rigorosa a partir do referencial dos valores cristãos e do bom senso. Ao analisar as mais estranhas ideias defendidas por líderes evangélicos em tempos recentes, Norma trata com imparcialidade conceitos similares e atuantes dentro do arraial evangélico.

Para os evangélicos esquerdistas que acham que a crítica contra aborto, feminismo, lobby gay, socialismo, marxismo e outros itens caros à agenda da esquerda é coisa de pastores e teólogos machistas, este livro vai cair como uma bomba no quintal deles.

Compre agora e leia


Série Cruciforme
Dan Cruver, ORG.
John Piper
Scotty Smith
Rick Phillips
Jason Kovacs
ADOÇÃO
VIDA MISSIONAL PELA REDESCOBERTA
DO ABA, PAI
VIDA NOVA

Adoção

Cruver, Dan
9788527505147
128 páginas

Compre agora e leia

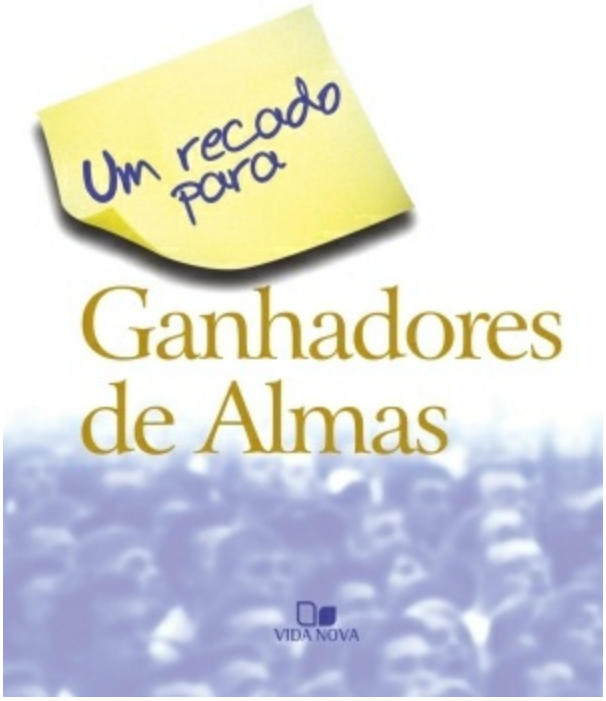
Você entende o verdadeiro significado da adoção?

A nossa adoção por Deus é, muitas vezes, algo difícil de compreendermos. Contudo, não se trata apenas de um conceito teológico que devemos entender intelectualmente. Este livro nos mostra que ela deve nos levar a um viver missional, a viver a missão de Cristo, amando os órfãos, as viúvas e os desamparados deste mundo. "Nós amamos porque ele nos amou primeiro" (1Jo 4.19).

Organizada por Dan Cruver e com a participação dos autores John Piper, Scotty Smith, Richard D. Phillips e Jason Kovacs esta obra vai certamente ajudar o leitor a compreender o maravilhoso amor adotivo de Deus.

Compre agora e leia

Horatius A. Bonar



Um recado para ganhadores de alma

Bonar, Horatius A.
9788527506557
64 páginas

Compre agora e leia

Um recado para ganhadores de almas é a expressão da dedicação de Horatius Bonar ao ministério da Palavra. Nesta obra, ele não apresenta métodos de evangelização ou coisa parecida; sua preocupação está mais voltada para a vida do ministro de Deus.

Compre agora e leia